

SOCIEDADE CIVIL NA BAHIA

PAPEL POLÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES

Coordenação
Elenaldo Celso Teixeira



SOCIEDADE CIVIL NA BAHIA
PAPEL POLÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES

Coordenação
Elenaldo Celso Teixeira

SOCIEDADE CIVIL NA BAHIA

PAPEL POLÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES

Autores
Austílio T N Sacerdote
Elenaldo Celso Teixeira
Júlia Taís R de Oliveira
Maury D Bié
Suzana Ribeiro de Araújo

Salvador - 2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

Naomar Monteiro de Azevedo Filho

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Eugênio de Ávila Lins

DEPTº DE CIÊNCIAS POLÍTICAS DA FFCH

Jorge Almeida

PROGRAMA SOCIEDADE CIVIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

COORDENADOR

Elenaldo Celso Teixeira

PESQUISADORES

Austílio T N Sacerdote

Cléa Alves Silva

Fábio Santana dos Reis

Júlia Taís R de Oliveira

Lilian Helena Martini Moreira

Márcio Santana dos Reis

Maury D Bié

Rosa Bianca Mello Di Túllio

Suzana Ribeiro de Araújo

EDITORA DA UFBA

DIRETORA

Flávia M. Garcia Rosa

ORGANIZADORA

Maria do Carmo Araújo (Universidade do Estado da Bahia)

CONSULTORAS

Clélia Néri Côrtes (Universidade Católica de Salvador)

Inaiá M. M. de Carvalho (Universidade Federal da Bahia)

Maria de Lourdes Dolabela Pereira (Universidade Federal da Minas Gerais)

EDIÇÃO

Maury D Bié

PROJETO GRÁFICO E ARTE FINAL

Dadá Marques

CAPA (sobre foto de Luiz Filgueiras)

Dadá Marques

S662 Sociedade civil na Bahia papel político das organizações
[coordenação de] Elenaldo Celso Teixeira
Salvador: EDUFBA, 2008.
231p.

Vários autores
ISBN 978-85-232-0547-8

1. Sociedade civil 2. Políticas públicas 3. Bahia I. Teixeira,
Elenaldo Celso II. Título

CDU = 347.471

Apoio financeiro:



AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo que envolveu, em torno do objetivo comum de fortalecer a sociedade civil, mais de 2000 organizações, instituições e pessoas que compartilham deste objetivo. Várias foram as formas de apoio: houve aqueles e aquelas que participaram articulando, divulgando, discutindo, criticando, financiando; outros e outras, envolveram-se mais diretamente com a coleta e processamento dos dados, com a organização dos seminários e com a produção desta publicação.

Da Universidade Federal da Bahia, foi especialmente significativo o apoio do Prof. Paulo Lima, Ex-Pró-Reitor de Extensão, que abrigou o projeto na Pró-Reitoria, assegurando a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do Projeto. Lembramos ainda o apoio da Profa. Maria Bender de Santana, do CPD, que nos auxiliou nas dificuldades com as ferramentas de processamento de dados.

CESE, MOC, Disop, Cáritas, GTZ, Fapesb, Petrobrás, Pró-Reitoria de Extensão da UFBA e CNPq contribuíram com os recursos financeiros para a realização do trabalho de campo, dos seminários e na manutenção da equipe de pesquisadores.

O acesso ao conjunto das organizações pesquisadas foi garantido pela atuação de uma verdadeira rede social de apoio, formada por várias instituições e pessoas que, de forma voluntária, se engajaram na Pesquisa. Dentre elas, destacamos: os técnicos da EBDA, mobilizados pelo Programa Prorenda Bahia, Terezinha do MOC, IRPAA, SASOP, Centro Ecológico Copioba, Pastoral da Criança, Frei Dito, Fóruns de Cidadania, Valdélvio Silva, Fundifran, Grupo de Cidadania de Morparpá, Samuel Barreto, Romival Bomfim, Ulisses, Adriano Sousa, Carla Galvão, UAMA, CPT Juazeiro, Fase, APAEB Serrinha, UARJ, STR Serrinha, Cealnor, Nilton Freire, CAA, Central das Águas, Humberto Barrios, Avante Lençóis, Grãos de Luz, Dioceses e Prefeituras Municipais.

A todos e todas o nosso sincero agradecimento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
--------------------	----

PARTE I - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO	21
ASSOCIAÇÕES COMO ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	21
PAPÉIS DAS ASSOCIAÇÕES	23
ASSOCIAÇÕES VOUNTÁRIAS NO BRASIL - BREVE RETROSPECTO	26
PROCESSO ASSOCIATIVO: MUDANÇA DE FORMATO E DE PAPEL INSTITUCIONAL	30
REFERÊNCIAS	34

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES

INTRODUÇÃO	39
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL	47
CONTEXTO POLÍTICO	53
PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES	59
NATUREZA DA ATUAÇÃO E TIPOS DE ORGANIZAÇÕES	59
COMUNITÁRIAS	60
PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/CRÉDITO	64
PROFISSIONAIS	65
SERVIÇOS E ASSESSORIAS	67
CULTURAL	70
ARTICULAÇÃO	70
ORGANIZAÇÕES DE DEFESA E INSERÇÃO DE MINORIAS	71
DEFESA DE DIREITOS	74
POLÍTICA	74
OBJETIVOS DAS ORGANIZAÇÕES	75
PERÍODO DE FUNDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	78
FUNDADORES E APOIADORES	82
RELAÇÕES COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES	83
PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE ARTICULAÇÃO	87
INSTITUCIONALIZAÇÃO	88
PERFIL DAS DIRETORIAS SEGUNDO GÊNERO E ESCOLARIDADE	89
VÍNCULO EMPREGATÍCIO E PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA	90
PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS	90
FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES	95
CARACTERIZAÇÃO DAS REUNIÕES	95
REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	96
TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO	97
RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	98
ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO	100
FONTES DE RECURSOS E INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL	103

ORGANIZAÇÕES E RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO	107
RELAÇÕES COM O PODER EXECUTIVO	109
RELAÇÕES COM O PODER LEGISLATIVO	112
RELAÇÕES COM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	116
RELAÇÕES COM O PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO	116
PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS DE GESTÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS	119
PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS	123
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL	127
RELAÇÕES COM OS PARTIDOS POLÍTICOS	129
REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS	132
PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NAS ELEIÇÕES	140
AÇÕES COLETIVAS	145
DIMENSÕES DAS AÇÕES	145
INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE AÇÃO	164
CONQUISTAS E DIFICULDADES DAS ORGANIZAÇÕES	167
CONQUISTAS RELACIONADAS À COMUNIDADE	167
CONQUISTAS RELACIONADAS AS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES	168
CONQUISTAS RELACIONADAS COM A CATEGORIA SOCIAL/SEGMENTO	169
CONQUISTAS RELACIONADAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES	170
CONQUISTAS RELACIONADAS COM OS ASSOCIADOS	171
DIFICULDADES	171
DIFICULDADES ORIUNDAS DO SISTEMA POLÍTICO ECONÓMICO	172
DIFICULDADES CAUSADAS PELO PODER PÚBLICO	173
DIFICULDADES CAUSADAS PELAS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES	173
DIFICULDADES CAUSADAS PELA COMUNIDADE	174
DIFICULDADES CAUSADAS PELAS ASSOCIAÇÕES	175
REFERÊNCIAS	177

PARTE III - ANEXOS

ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS	181
NORMAS SOBRE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	220
ALGUNS MODELOS DE INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO	227

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NATUREZA DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	60
TABELA 2 - TIPOS DE ORGANIZAÇÕES	61
TABELA 3 - OBJETIVO DAS ORGANIZAÇÕES	76
TABELA 4 - PERÍODO DE FUNDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	79
TABELA 5 - TIPO DE ORGANIZAÇÃO POR PERÍODO DE FUNDAÇÃO	80
TABELA 6 - FUNDADORES	82
TABELA 7 - APOIADORES NA CRIAÇÃO	83
TABELA 8 - RELAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES	83
TABELA 9 - RELAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES	83
TABELA 10 - INTER-RELAÇÕES POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO	85
TABELA 11 - RELAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES, SEGUNDO A NATUREZA DE ATUAÇÃO	86
TABELA 12 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE ARTICULAÇÃO	87
TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS ORGANIZAÇÕES	87
TABELA 14 - REGISTROS DAS ORGANIZAÇÕES	89
TABELA 15 - RELAÇÃO DE GÊNERO E ESCOLARIDADE NAS DIRETORIAS DAS ORGANIZAÇÕES	89
TABELA 16 - ORGANIZAÇÕES QUE CONTAM COM VOLUNTÁRIOS/FUNCIÓNÁRIOS	90
TABELA 17 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES (Ip)	91
TABELA 18 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO (Ip)	92
TABELA 19 - FREQUÊNCIA DAS REUNIÕES	95
TABELA 20 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NA ORGANIZAÇÃO	96
TABELA 21 - PRESTAÇÃO DE CONTA	97
TABELA 22 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	97
TABELA 23 - ENVOLVE A COMUNIDADE LOCAL NAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO	98
TABELA 24 - MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO ENVOLVE A COMUNIDADE LOCAL NAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO	98
TABELA 25 - MEIOS UTILIZADOS PARA DIVULGAR AS ATIVIDADES REALIZADAS	99
TABELA 26 - MEIOS UTILIZADOS PARA INFORMAÇÕES	100
TABELA 27 - DE QUEM RECEBE APOIO	100
TABELA 28 - QUEM PROMOVE A CAPACITAÇÃO	101
TABELA 29 - QUEM RECEBE CAPACITAÇÃO	101
TABELA 30 - TEMAS QUE DEMANDAM CAPACITAÇÃO	102
TABELA 31 - FONTES DE RECURSOS	103
TABELA 32 - ORÇAMENTO ANUAL	104
TABELA 33 - INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL	105
TABELA 34 - NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES QUE MANTÊM RELAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	108
TABELA 35 - MANTÊM RELAÇÕES COM A PREFEITURA	109
TABELA 36 - PAPEL DESEMPENHADO JUNTO À PREFEITURA	109
TABELA 37 - RESULTADOS PERCEBIDOS NAS RELAÇÕES COM A PREFEITURA	111
TABELA 38 - MOTIVOS ALEGADOS PARA NÃO PROCURAR A PREFEITURA	112
TABELA 39 - MANTÊM RELAÇÕES COM A CÂMARA MUNICIPAL	113
TABELA 40 - PAPEL DESEMPENHADO JUNTO À CÂMARA	113
TABELA 41 - RESULTADOS PERCEBIDOS NAS RELAÇÕES COM A CÂMARA	114
TABELA 42 - MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO PROCURA A CÂMARA	115
TABELA 43 - RELAÇÃO COM TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS/CONTEÚDO DAS AÇÕES	116
TABELA 44 - UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA	117
TABELA 45 - OBJETIVOS DAS AÇÕES JUDICIAIS	117
TABELA 46 - RESULTADO DAS AÇÕES E REPRESENTAÇÕES	117
TABELA 47 - MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO FAZ USO DA JUSTIÇA	119
TABELA 48 - NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES QUE CONHECE/PARTICIPA DOS CONSELHOS SETORIAIS	121
TABELA 49 - O QUE A ORGANIZAÇÃO TENTOU FAZER NOS CONSELHOS DOS QUAIS PARTICIPA	122

TABELA 50 - QUE AÇÕES ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS PELOS CONSELHOS	123
TABELA 51 - PROGRAMAS/PROJETOS MAIS CITADOS	125
TABELA 52 - PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS/PROJETOS	126
TABELA 53 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COM OS PARTIDOS POLÍTICOS	130
TABELA 54 - TIPO DE RELAÇÃO COM PARTIDOS	131
TABELA 55 - PARTIDOS CITADOS	133
TABELA 56 - PRESENÇA DOS PARTIDOS NAS PREFEITURAS	134
TABELA 57 - PARTIDOS POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO	135
TABELA 58 - MOTIVOS PARA NÃO ESTABELECEM RELAÇÃO COM PARTIDOS POLÍTICOS	138
TABELA 59 - BUSCA APOIO DE PARTIDOS	140
TABELA 60 - PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NAS ELEIÇÕES	141
TABELA 61 - APÓIA CANDIDATOS	142
TABELA 62 - CANDIDATOS APOIADOS PELAS ORGANIZAÇÕES	142
TABELA 63 - MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO APÓIA CANDIDATOS	143
TABELA 64 - AÇÕES COLETIVAS DESENVOLVIDAS	147
TABELA 65 - LUTAS PARA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	147
TABELA 66 - MUTIRÕES PARA SERVIÇOS E OBRAS COMUNITÁRIAS	149
TABELA 67 - MUTIRÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS	150
TABELA 68 - NATUREZA DA CAPACITAÇÃO/ FORMAÇÃO	151
TABELA 69 - MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CONFRATERNIZAÇÃO, LAZER	152
TABELA 70 - MOBILIZAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS	153
TABELA 71 - AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE	154
TABELA 72 - NATUREZA DAS CAMPANHAS	155
TABELA 73 - MEIOS UTILIZADOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A COMUNIDADE	156
TABELA 74 - TIPOS DE REPRESENTAÇÃO	157
TABELA 75 - MELHORIAS NA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E ATENDIMENTO	157
TABELA 76 - DEBATES PÚBLICOS	158
TABELA 77 - ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS DE FORMA COLETIVA	159
TABELA 78 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE SOCIAL DO PODER PÚBLICO	160
TABELA 79 - LUTAS PELA TERRA	160
TABELA 80 - AÇÕES COLETIVAS POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO	162
TABELA 81 - AÇÕES COLETIVAS POR POPULAÇÃO	163
TABELA 82 - MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE AÇÃO COLETIVA	164
TABELA 83 - CONQUISTAS DAS ORGANIZAÇÕES	167
TABELA 84 - CONQUISTAS RELACIONADAS À COMUNIDADE	168
TABELA 85 - CONQUISTAS RELACIONADAS COM AS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES	169
TABELA 86 - CONQUISTAS RELACIONADAS COM A CATEGORIA SOCIAL / SEGMENTO	170
TABELA 87 - CONQUISTAS RELACIONADAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES	170
TABELA 88 - CONQUISTAS RELACIONADAS COM OS ASSOCIADOS	171
TABELA 89 - DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ORGANIZAÇÕES	172
TABELA 90 - DIFICULDADES ORIUNDAS DO SISTEMA POLÍTICO ECONÔMICO	173
TABELA 91 - DIFICULDADES CAUSADAS PELO PODER PÚBLICO	173
TABELA 92 - DIFICULDADES CAUSADAS PELAS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES	174
TABELA 93 - DIFICULDADES CAUSADAS PELA COMUNIDADE	175
TABELA 94 - DIFICULDADES CAUSADAS PELOS ASSOCIADOS	176

LISTA DE SIGLAS

AATR- ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS
ABI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA
ABRÇO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
ACCOBA- ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DA BAHIA
ADS - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO
AEAB - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE BARREIRAS
AECOFABA- ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES E FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DA BAHIA
ALCA- ASSOCIAÇÃO DE LIVRE COMERCIO DAS AMÉRICAS
ANATEL - AGENCIA NACIONAL DE TELEFONIA
APAEB - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA
APEDEMA - ASSEMBLÉIA PERMANENTE DE ENTIDADES EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE
APIBA- ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DA BAHIA
APLB- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DA BAHIA
ARTLIRE - AGÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROGRAMAS
ASBLAFOR - ASSOCIAÇÃO BAIANA DE PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS
ASCOOB - ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO À ECONOMIA FAMILIAR
BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL
BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
CAA - CENTRO DE ASSESSORIA ASSURUÁ
CAR - COMPANHIA DE AÇÃO REGIONAL
CDA - COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
CEALNOR - CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DO LITORAL
CEBs - COMISSÕES ECLESIAIS DE BASE
CERB - COMPANHIA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA BAHIA
CESE - COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS
CETA - COORDENAÇÃO ESTADUAL DE TRABALHADORES ACAMPADOS E ASSENTADOS
CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CMDRS - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNBB - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CNPq - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNSS - CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA BAHIA
CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
CPCs - CENTROS POPULARES DE CULTURA
CPD - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CRIA - CENTRO DE REFERÊNCIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
EBDA - EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
ECOSOL - SISTEMA NACIONAL DE COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO SOLIDÁRIO
EMBASA - EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO
EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
FAABA - ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS APÍCOLAS DA BAHIA
FASE - FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO
FETRAF - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR

FMP - FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR
FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUMAC - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITÁRIO
FUNDEF - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
FUNDIFRAN - FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO
GTZ - AGÊNCIA ALEMÃ DE COOPERAÇÃO
IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL
IBAD - INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA
IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS RENOVÁVEIS
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA
INCRA - INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IPES - INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS
IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA
ISEB - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS
MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MLT - MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA
MMTR - MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS
MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
OAF - ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNAL
ONGs - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OS - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
OSCIP - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE INTERESSE PÚBLICO
PAPP - PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR
PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO
PL - PARTIDO LIBERAL
PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PNAD - PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
PP - PARTIDO POPULAR (OU PROGRESSISTA)
PPB - PARTIDO POPULAR BRASILEIRO
PPB - PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO
PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRO
PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PST - PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA
PSTU - PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS
PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PV - PARTIDO VERDE
REFAISA - REDE DE ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS DO SEMIÁRIDO
RESAB - REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO
RMS - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
SASOP - SERVIÇO DE APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES RURAIS
SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
SETRAS - SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STRs - SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS
SUPRA - SUPERINTENDÊNCIA E REFORMA AGRÁRIA
TCM - TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
TFP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE
UDR - UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA
ULTAB - UNIÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS
UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA
UPB - UNIÃO DOS PREFEITOS DA BAHIA
VBP - VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

O artigo “*Organizações da sociedade civil e poder público*”, que compõe a parte inicial deste livro, foi primeiramente publicado na Revista Teoria e Sociedade, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Este artigo foi escrito no momento em que já se dispunha de farto material empírico da pesquisa e a análise e interpretação dos dados já estavam bem avançadas. As questões estudadas na pesquisa são pertinentes às discussões que Elenaldo desenvolve no texto, onde apresenta, numa perspectiva teórica e histórica, os papéis das associações na sua relação com o poder político e na construção e fortalecimento da sociedade civil, sem, no entanto, deixar de apontar os limites de sua atuação e os obstáculos introduzidos pela política neoliberal.

A PESQUISA SOCIEDADE CIVIL NA BAHIA E O PROGRAMA DE APOIO AO FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

No ano 2000 Elenaldo decidiu fazer uma pesquisa em todo o Estado da Bahia cujo objetivo era analisar o papel das organizações e movimentos da sociedade civil em relação ao Poder Público, especialmente o Municipal, no processo de elaboração e implementação das Políticas Públicas.

Esta pesquisa significava a possibilidade de fazer um mapeamento de todas as organizações sociais existentes no Estado da Bahia, localizando-as territorialmente, traçando um perfil de sua estrutura, base social, ações desenvolvidas, relações com outras organizações no campo da sociedade civil e com as instituições públicas. Era importante compreender o papel que as organizações identificadas exerciam ou poderiam exercer em termos de reivindicações, proposições, execução, acompanhamento e controle de políticas públicas, numa conjuntura de descentralização dos encargos e responsabilidades para o nível municipal e para a iniciativa privada, estratégia que considerava que o Poder Executivo Central vinha realizando, a partir da Constituição de 1988, embora com alguns tropeços.

De acordo com essa realidade, procurava-se entender como as organizações estavam se capacitando ou não para enfrentar as diversas situações, quais suas maiores debilidades e potencialidades, quais instrumentos e estratégias estavam sendo utilizadas no sentido de interferir nas decisões e controle social da aplicação dos recursos públicos.

A metodologia do trabalho era ambiciosa no sentido de integrar pensamento e ação, de forma que as organizações estudadas fossem, realmente, sujeitos desse conhecimento que ia sendo desvendado. Neste sentido, os seminários regionais proporcionaram a oportunidade para a discussão dos dados preliminares, para a complementação das informações e para o esboço de planos de ação traçados pelas próprias organizações. Ainda nesta perspectiva, foi realizado um seminário Estadual, em Fei-

ra de Santana, quando, através de mesas temáticas, as questões levantadas pela Pesquisa puderam ser aprofundadas.

À medida que o trabalho de campo avançava, sentia-se a necessidade de ampliar a equipe, não apenas para levantamento dos dados empíricos mas, principalmente, para formar um grupo de pesquisa e intervenção, com vínculos concretos entre a Universidade e a Sociedade. Foi então instituído o Programa de Apoio ao Fortalecimento das Organizações que passou a abrigar não apenas o projeto original da pesquisa, mas outros projetos voltados para a informação, formação e assessoria às organizações.

As ações que integravam o Programa foram ganhando dimensão que extrapolou o âmbito estadual e, em abril de 2004, foi realizado o Seminário Controle Social das Políticas Públicas, oportunidade em que se reuniram representantes de diversos segmentos da sociedade civil, da Universidade, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Controladoria Geral da União, esta representada pelo então Ministro Waldir Pires. Estas ações inspiraram outras iniciativas, como a campanha “*Quem não deve não teme*”, que tem, entre seus objetivos, mobilizar e articular a sociedade civil e o Ministério Público em torno das ações de fiscalização das contas públicas, além de outras ações da cidadania contra a corrupção.

O LIVRO SOCIEDADE CIVIL NA BAHIA: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este livro procura ser fiel ao texto original deixado por Elenaldo, com certeza, o rigor do seu pensamento teria dado maior profundidade as análises aqui apresentadas; os dados eram continuamente testados, criticados, comparados. As fontes teóricas incansavelmente revistas para dar suporte as análises, sem, no entanto, deixar de destacar a especificidade do contexto social e político estudado.

Embora reconhecendo os limites das ações e, muitas vezes, ambigüidades dos atores, Elenaldo permanecia com seu incansável e lúcido entusiasmo na luta política por transformações sociais, a partir das organizações da sociedade civil, cuja diversidade e papel democratizador se empenhava em destacar, como no artigo “Organizações da Sociedade Civil e Poder Público”, reproduzido na Parte I deste livro.

Concluir o relatório, que compõe a Parte II, não foi tarefa tão simples. No texto original encontravam-se muitas indicações onde o próprio autor sugeria que era necessário dar maior consistência ou ser reescrito, apontando, inclusive, as obras que deveriam ser revisitadas. Desta forma, os leitores poderão notar, em alguns parágrafos, que as interpretações feitas, com certeza, teriam sido aprofundadas por Elenaldo. Também é necessário frisar que a concretização do relatório demorou mais tempo que o previsto. Além das dificuldades sentidas do ponto de vista interpretativo, muitas outras foram acrescidas ao longo do tempo. Algumas, por certa timidez de enfrentá-las, na dúvida de estar, ou não, coerente com o caminho inicialmente traçado pelo Autor.

As dificuldades não tiram, porém, a importância deste trabalho iniciado por Elenaldo. O quadro traçado sobre as organizações na Bahia poderá subsidiar novos estudos

e ações, contribuindo, assim, para a compreensão e a transformação da realidade social do Estado da Bahia e do País, a partir da atuação da sociedade civil. Com o propósito de auxiliar a participação do cidadão e de suas organizações, encontram-se, na Parte III, algumas normas e modelos de instrumentos de participação, elementos trabalhados nos seminários que acompanharam o trabalho de pesquisa.

Desejo sinceramente exprimir minha gratidão a todos que cooperaram para que esta pesquisa fosse concluída. Às professoras consultoras e amigas: Clélia Néri Cortes, Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Maria de Lourdes Dolabela Pereira, pela leitura exaustiva do texto ainda na versão deixada por Elenaldo. O cuidado que cada uma das professoras teve para que seu pensamento fosse mantido, sugerindo, inclusive, que mesmo onde se sentisse que a interpretação ainda não estava concluída, assim permanecesse, para que suas idéias não fossem alteradas.

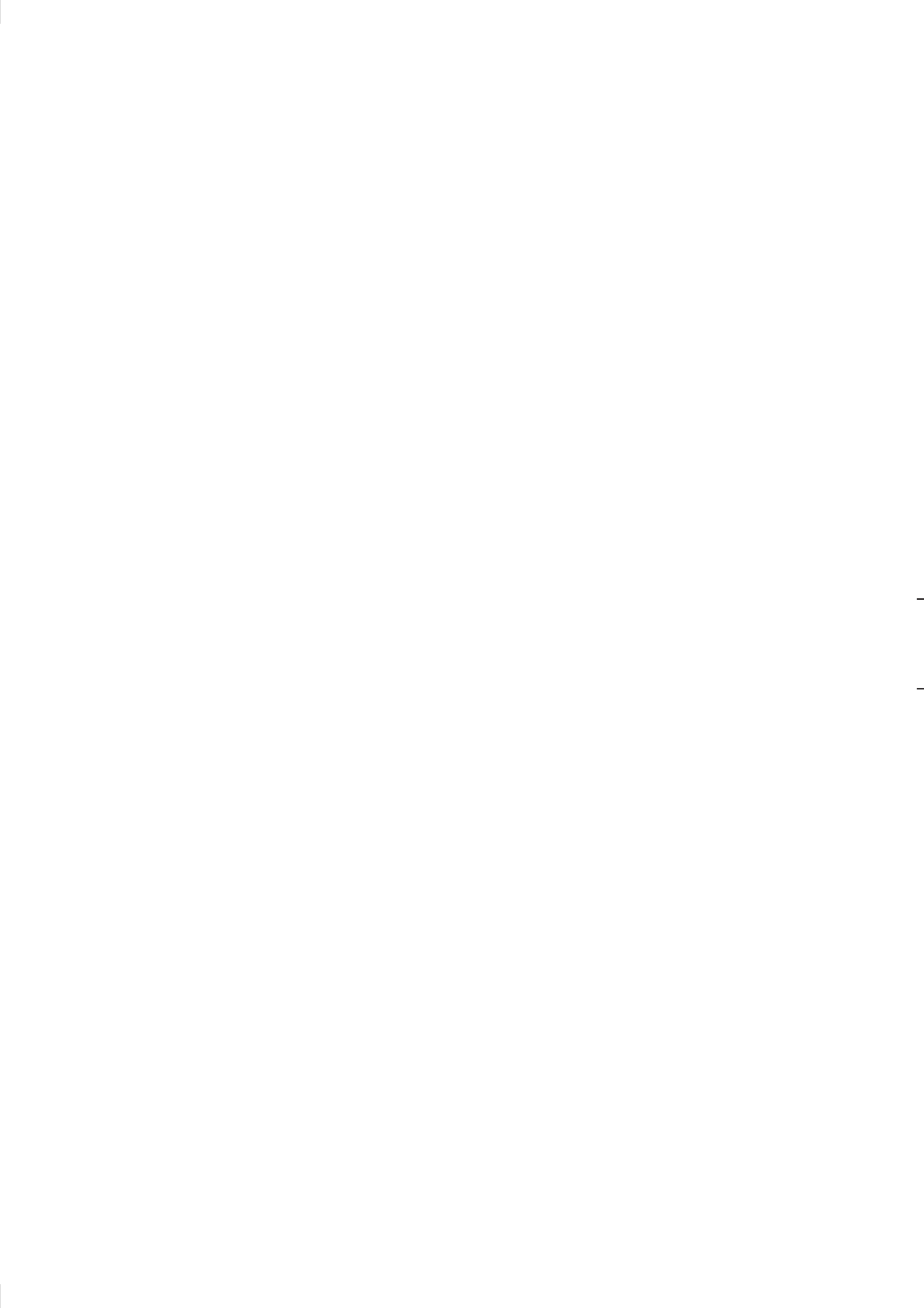
Mesmo sem diretamente fazer parte da equipe que trabalhou nesta pesquisa, Sara Cortes foi de valor inestimável para que eu superasse algumas dificuldades no encaminhamento dos trabalhos e também, como não dizer, emocionais.

Agradeço profundamente aos alunos e pesquisadores da equipe pelo compromisso e dedicação ao trabalho, em condições às vezes precárias, tanto material, quanto financeira, mas conservaram-se firmes até se chegar a versão preliminar encaminhada as professoras consultoras.

Após esta leitura, como era de se esperar, foi necessário, mais uma vez, debruçar-se sobre o texto. Para este momento foi fundamental poder contar com a dedicação de Suzana, Júlia, Austílio e Maury. Embora reconheça o empenho de todos, não posso deixar de salientar que sem a contribuição de Maury este trabalho teria sido muito mais árduo. Maury trabalhou com Elenaldo desde o início do projeto da pesquisa, conhecia todas as suas etapas, desta forma, em muitos momentos da organização deste livro, era fundamental recorrer a sua experiência para as informações necessárias.

O livro pode ser lido de várias formas, em todas elas, porém, é possível perceber que Elenaldo buscou, assim como em todos os seus estudos, problematizar e compreender as questões sociopolíticas do seu tempo, do seu país, do local e, especialmente, da sociedade civil através das suas diversas formas de organização. Professor, intelectual, militante, homem simples, “caminhante de utopias” para poder dar conta do pensar e agir, sendo capaz de muito rigor e persistência na compreensão da realidade sem, no entanto, deixar de dar visibilidade a algumas conquistas que, para muitos, ainda são invisíveis.

Maria do Carmo Araújo



PARTE I

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO

*Elenaldo Celso Teixeira**

Pretendemos discutir neste texto os papéis das associações enquanto integrantes da sociedade civil na sua relação com o poder político, partindo das principais concepções teóricas, traçando um retrospecto histórico no Brasil e identificando as mudanças no seu formato institucional, inclusive aquelas introduzidas pela política neoliberal vigente no país nos últimos anos

ASSOCIAÇÕES COMO ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Entendemos que associações são elementos constituintes da sociedade civil, dando-lhe base institucional, construindo a sociabilidade que cimenta a interação social e possibilita o exercício, a partir de determinado momento, de um papel político próprio, diferente dos partidos e de outras organizações. Conforme Habermas (1997, p. 99):

... o seu (da sociedade civil) núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas

A institucionalidade de que se revestem é tênue, sem a configuração rígida e formal presente noutras instituições, tendo em vista que muitas delas são oriundas de movimentos sociais e ainda se vinculam a eles, tendo uma dinâmica própria, baseada numa ação do mercado comunicativa cuja lógica estaria inserida no “mundo da vida” na expressão de Habermas (1987). Conforme expressa Avritzer (1994, p. 38):

...novas formas de mediação entre os subsistemas e o mundo da vida por intermédio da constituição de formas institucionais permanentes de limitação e do Estado. Tais instituições penetrariam os subsistemas com objetivos autolimitados. Elas podem levar à criação de fóruns interme-

* Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Texto publicado originalmente na Revista Teoria e Sociedade, UFMG, Belo Horizonte, número especial, 2005, p. 74-93.

diários entre mercado, Estado e sociedade civil com o objetivo de propor soluções para a disputa entre formas interativas e sistêmicas de coordenação de ação.

Esta institucionalidade por muitos chamada de “nova institucionalidade” (TELES, 1994) se fundamentaria não tanto numa estrutura de normas e leis que a regulassem internamente, embora um mínimo de regras de funcionamento se torne necessário, mas num conjunto de direitos fundamentais (comunicação, participação, informação, associação) que dão suporte para que estas organizações exerçam determinados papéis conforme a conjuntura e valores de cada sociedade. Na realidade, esses direitos, hoje institucionalizados, foram conquistas dos movimentos sociais ao longo da história e se constituem instrumentos de criação de novos direitos, a exemplo do instituto da iniciativa popular de projeto de lei e das várias formas de consulta popular e de controle social do Estado.

Há de se observar que não se trata apenas de conquistas para determinados segmentos sociais, mas da institucionalização de mecanismos que podem mudar a relação entre Estado e Sociedade, criando condições de uma efetiva democracia participativa se forem utilizados pelos diversos atores sociais e acatados pelos agentes políticos.

Conforme veremos mais adiante, a questão crucial é saber em que medida estes mecanismos foram incorporados à cultura política da sociedade e se os espaços institucionais de participação criados, a exemplo dos conselhos de políticas públicas, funcionam e são eficazes, constituindo-se não apenas espaços formais mas verdadeiros espaços públicos onde se exercita o debate público, a interlocução e negociação entre os atores sociais e políticos e se propõem alternativas de políticas públicas.

Afirmando a importância da institucionalização de direitos para o funcionamento da sociedade civil, Habermas (1997, p. 101) afirma:

...por estar apoiada em direitos fundamentais (grifo do autor) esta esfera fornece as primeiras referências acerca de sua estrutura social. A liberdade de opinião e de reunião, bem como o direito de fundar sociedades e associações, definem o espaço para associações livres que interferem na formação da opinião pública, tratam de temas de interesse geral, representam interesses e grupos de difícil organização, perseguem fins culturais, religiosos ou humanitários, formam comunidades confessionais.

Esta institucionalização, porém depende das condições sociológicas e políticas e da natureza do poder do Estado. Segundo Barthelemy (2000, p. 243) uma estrutura aberta e frágil conduz as associações a se integrarem no jogo político; uma estrutura fechada e forte as incita a uma estratégia do confronto. Como se verá, nossa história o demonstra claramente. As interações entre a estrutura social, o Estado e o desenvolvimento associativo conduzem a uma constante renovação das associações. Elas se tornam espaços de elaboração de novos valores, onde se experimentam novas práticas e desenrolam lutas para satisfazer novas necessidades sociais (BARTHELEMY, 2000, p. 233)

O outro elemento constitutivo das associações é o da sociabilidade, seja primária ou secundária, dependendo do nível de institucionalização e do tipo de interação social

que desenvolvem. A natureza da sociabilidade decorre das ações recíprocas entre os indivíduos que as constituem que se renovam ou se destroem. Segundo Simmel, a socialização consiste não somente na capacidade de formar laços com outros para agir em comum que pode ser instrumental, normativo, expressivo ou simplesmente sociável, pelo prazer de se reunir, mas também pelo agir conflitual (WATIER, 1998, p. 264). Barthelemy (2000, p. 240, 232) afirma que o “o conflito aparece como um poderoso motor de desenvolvimento associativo”; distingue também a sociabilidade tradicional, que se baseia na defesa especializada de objetivos, da sociabilidade moderna que se encarrega da construção dos laços sociais sob formas renovadas, a exemplo dos movimentos sociais, mobilizações de massa que contribuem para acelerar o processo de transformação do poder. Apesar da importância desta questão para a vida associativa não nos ocuparemos dela neste texto, tendo em vista o objeto do nosso estudo estar mais voltado para as relações externas, da associação com outros atores, sobretudo com o poder político; não obstante é importante acentuar nesta perspectiva de análise além dos elementos de conflito, de concorrência, a existência de sentimentos sociais, de uma “ética de sociabilidade” que seguramente influi no papel que as associações desempenham na sociedade.

PAPÉIS DAS ASSOCIAÇÕES

Autores como Maurice Parodi, François Bolch-Lainé (in Caillé, A.; Laville, J.L, 1998) analisam as funções gerais que as associações podem desempenhar, independentes de sua composição social e objetivos específicos, identificando os pressupostos teóricos que as fundamentam.

A primeira delas é a de inovação social ou de precursora, pela qual se detectam as necessidades dos indivíduos ou grupos, implicando também na função de satisfazê-las se para isso tiver condições. Habermas refere-se também a este papel de forma mais ampla, entendendo que a sociedade civil possui maior sensibilidade para novos problemas, conseguindo captá-los, identificá-los e até mesmo dramatizá-los para poder serem vistos e ouvidos antes que os centros de decisão o façam. Esta função envolve articular a demanda, propagá-la para outros grupos que nela tem interesse, inserindo-a na agenda pública e exercendo pressão sobre os decisores (HABERMAS, 1997, p. 114-116).

A outra função é a de produção de serviços para a coletividade a menor custo. Creemos que esta função, tradicionalmente exercitada principalmente pelas associações humanitárias e assistenciais, com motivações religiosas ou éticas, hoje passa a ser incentivada junto a outros formatos organizacionais (no Brasil, as OSCIPS e OS)¹ pelo Estado, na perspectiva de substituí-lo ou de reduzir-lhe o papel, na linha da política neo-liberal, hoje hegemônica. Não obstante as tendências privatistas hoje dominantes em vários países, não se pode esquecer de que se trata de uma função tradicional das associações que, de alguma forma, traduz o espírito de solidariedade e de dádiva,

¹ OSCIP- Organização da Sociedade civil de interesse público – Lei no. 9.790/99 e Organização Social – OS – lei no. 9.637/98.

presente em vários indivíduos e grupos sociais, sem descartar também, as estratégias de evasão fiscal que estão por traz de muitas destas iniciativas.

A função de socialização ou de reconstrução do tecido social busca reforçar os vínculos sociais e remete ao fenômeno que se tem chamado de “cidadania do cotidiano”, referindo-se à democracia interna e a uma ação mais geral dos usuários em torno dos serviços prestados. Esta função pode ser compreendida de forma mais ampla do que a referida pelos autores, entendendo-se esta participação não apenas em relação aos usuários de serviços mas aos cidadãos em geral, na relação com o poder público em termos de decisões e de controle social, conforme veremos mais adiante.

Finalmente os autores definem a função de acompanhamento de pessoas excluídas, atribuída às associações de serviço social que permitiria melhor acesso aos direitos sociais e melhor apropriação da prestação social pelos beneficiários.

Muitas destas funções, exercidas pelas atuais associações, no contexto de países desenvolvidos, são justificadas teoricamente por paradigmas economicistas e de natureza utilitarista, como o da escolha racional, tendo como referência básica os interesses dos indivíduos e a racionalidade para buscar realizá-los.

Entretanto há outras posições que, sem desconhecer as funções atualmente exercidas pelas associações num contexto neo-liberal, apontam para outras dimensões e questões, resumidas por Parodi, (1998) em 3 aspectos: a) o papel dos “corpos intermediários” em relação ao Estado democrático e a busca do interesse geral; b) a qualidade de “utilidade social” em associações de interesse coletivo; c) implicações do dom e da produção de solidariedade no pacto associativo. Estas concepções distinguem como funções essenciais da associação: a socialização, a democratização, a promoção de novas cidadanias, introdução na organização de novas formas de solidariedade.

Há uma tradição teórica de Hegel a Rousseau de que o Estado seria portador do “interesse geral” e em termos institucionais, somente no início do século XX, reconhece-se na França o direito de associação (Lei de 1901); não é sem razão que os grupos sociais operários e populares são os iniciadores desta prática social, buscando através das cooperativas e mutualidades, aliviar os efeitos da exploração do trabalho; seu papel enquanto “corpos intermediários” é reconhecido e sua legitimidade se traduz na expressão de interesses coletivos. A questão que ainda permanece é como conjugar o interesse coletivo ao interesse geral já que muitas associações representam interesses dos seus membros individuais e o interesse coletivo não é a mera soma de interesses individuais. Importa então avaliar em que medida o satisfazer daqueles interesses contribui para o bem estar da população e isso é uma questão de se verificar empiricamente e não de simples definição legal, embora em muitos países, para determinados efeitos fiscais, as leis declarem o que é ou não de utilidade social.

A questão da solidariedade remete à da motivação da ação coletiva na qual se confrontam os paradigmas do *dom* e o da *escolha racional*. Para o primeiro, o vínculo social decorre da tripla obrigação de dar, receber e retribuir; para Alain Caillé (1998), o dom não é simplesmente desinteressado mas privilegia o interesse da amizade, da solidariedade, da criatividade em prejuízo dos interesses instrumentais; para ele a associação abre o que se poderia chamar de “espaços públicos primários”, baseados

no interconhecimento. Não se trata também de uma apologia do devotamento oblato e das boas intenções, mas de reconhecer outros interesses e objetivos na ação associativa que não os materiais e individuais.

Já o paradigma da escolha racional se fundamenta nas ações individuais, suas intenções e preferências; estas decorrem da avaliação dos atores em termos de maior satisfação e menor custo; as ações das pessoas seriam resultantes de escolha dentro de restrições impostas e diante de alternativas com diferentes custos que não são apenas os monetários; a avaliação destes custos frente aos benefícios é que define as ações. O objeto das ações pode ser um bem público que se destina necessariamente ao grupo e, como ele tem um custo e os indivíduos buscam os benefícios com menor custo, a tendência é que procurem não assumi-los. Assim, em termos de solidariedade só existirá quando os interesses individuais puderem ser contemplados com a conquista do bem público, levando a muitos indivíduos a não cooperação se isto lhes trazer benefício.

Perpassando por estes paradigmas, Putnam desenvolve o conceito de “capital social” entendido como o conjunto de laços de confiança e reciprocidade estabelecidos que tornarão possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva. São aspectos da organização social – negociações, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas (PUTNAM, 1992). O capital social de uma associação, grupo ou comunidade amplia sua capacidade de ação coletiva e facilita a cooperação mútua necessária para a otimização do uso de recursos materiais e humanos necessários (*apud* Fernandes, 2000). Em obra coletiva recente, por ele coordenada, Putnam, reafirma sua teoria, agora fortalecida com pesquisas empíricas em 8 países de democracia avançada, identificando porém, vários tipos de capital social: formal e informal, denso e tênue, voltado para dentro e voltado para fora, vinculante e o capital social que estende pontes; adverte porém que interpretações simplistas desta teoria subestimam drasticamente a capacidade dos seres humanos para adaptar-se a situações e criar novas formas de capital. Várias forças impulsoras são identificadas nos estudos referidos: inovação tecnológica, a força do empreendedor social e político, as instituições estatais e seu grau de abertura à participação dos cidadãos (PUTNAM, 2003).

A nosso ver, estes paradigmas não podem ser considerados de forma excludente, nem tão pouco universalizados para todas as situações ou tomados numa perspectiva normativa. A motivação de associar-se em determinadas camadas sociais em situação de exclusão social é de fato um interesse de conseguir melhoria nas suas condições de vida; neste caso, a solidariedade surge como decorrência da interação social em que a união de esforços pode contribuir para obtenção de resultados e a construção da sociabilidade requer um sentimento de pertencimento, até para enfrentar as dificuldades objetivas. A solidariedade pode ultrapassar as fronteiras do grupo e se inserir num quadro mais geral de mudanças sociais das quais podem resultar também melhorias para os grupos já que muitas destas situações tem origem nas estruturas de dominação política e econômica. Por outro lado, grupos sociais melhor situados em termos econômicos podem mobilizar-se em torno da defesa de valores e de direitos coletivos pela razão de sentir-se gratificados por desenvolver uma ação coletiva em termos de emancipação social. Neste caso, razões morais, valores ideológicos podem explicar a opção pelo movimento associativo e uma dedicação de tempo e

de recursos à causa, portanto, o modelo da dádiva teria maior força explicativa.

Na realidade, não se trata de optar por um outro paradigma explicativo, mas identificar os diversos papéis que podem exercer as associações na construção e fortalecimento da sociedade civil, tendo em vista, sua democratização e emancipação social. Para isso é necessário, como afirma Chaniel (1998, p. 33), radicalizar o princípio da responsabilidade e da solidariedade que não podem ser encontradas no mercado ou nas regulações impostas pelo Estado mas exercidas pelo cidadão. Às associações cabe desenvolver um papel catalisador, de produzir confiança, ativar a solidariedade. A associação constitui hoje, talvez, o espaço privilegiado onde podemos construir os laços de uma cidadania autenticamente democrática, nutridos da necessária tomada de consciência de nossa independência mútua e orientados para a instituição de formas de sociabilidade igualitári (LAVILLE, 1996: *apud* CHANIAL, 1998).

Segundo Putnam, a confiança interna em associações provocaria, por um lado, um intenso engajamento cívico. Por outro lado, a normalização do espaço público reproduziria e intensificaria a generalização das iniciativas coletivas. A reciprocidade mútua das instâncias públicas e privadas aumentaria o potencial transformador, valorizando o bem estar da sociedade (*apud* FERNANDES, 2000).

ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS NO BRASIL - BREVE RETROSPECTO

Leilah Landim (1993) faz um retrospecto histórico das associações voluntárias no Brasil desde o período do império, recuperando as tentativas de organização da sociedade civil, desde as “associações abolicionistas”, às sociedades beneficentes e de auxílio mútuo.

Desde a Independência, havia as lojas maçônicas, constituídas por elites políticas e que tiveram um papel importante nas revoltas pós independência e, sobretudo, na constituição da República. Na campanha abolicionista que teve um caráter mobilizatório mais ou menos intenso, organizaram-se Clubes e Associações Abolicionistas e, inclusive, “Caixas Abolicionistas” destinadas a recolher fundos. Eram constituídas de profissionais liberais, militares, empregados de comércio, gráficos e ferroviários chegando a formar uma “Congregação Abolicionista”, articulando as diversas organizações existentes no país.

Com a abolição da escravatura, agravam-se as condições econômicas dos trabalhadores em termos de emprego, salários e do despotismo dos patrões, protegidos por inexistência de leis ou pela criminalização de qualquer reação (KOVAL, 1982). Em 1890 criava-se o Centro da Classe Operária, obtendo algumas conquistas e incentivando a organização dos sindicatos; um pouco depois, com o reforço dos imigrantes, os partidos políticos socialistas, posteriormente o Partido Comunista. A partir daí, cresceu o movimento sindical, principalmente de orientação anarquista, partindo de Associações (Liga de Resistência, Liga Democrática, Associação Estudantil) e formando federações, realizando congressos e várias greves, mobilizando-se depois contra a guerra.

Neste processo, como organização de apoio ao movimento sindical e até precedendo o seu surgimento, há de se destacar as associações beneficentes de auxílio mútuo, a

partir dos meados do século XIX, constituindo-se num movimento chamado “mutualismo”, de origem europeia. que serviu de apoio ao movimento sindical nascente. Desempenhava uma função previdenciária e assistencial e teve seu reconhecimento legal em 1860.² Em 1880, havia no Rio de Janeiro 46 organizações desta natureza, mas seu número foi decrescendo, chegando a 10 em 1910 (LANDIM, 1993). Com funções semelhantes, mas destinadas a outros estratos sociais e vinculadas à Igreja Católica, destacam-se as Irmandades e outras organizações voltadas à manutenção de hospitais e à prestação de serviços de saúde, ainda hoje existentes. Com o autoritarismo dos anos 30 e assunção dos serviços de previdência pelo Estado, as associações de caráter assistencial passam a ter o controle do Estado, através da inscrição no CNSS³ e do fornecimento de subsídios financeiros, exigindo-se a declaração de Utilidade Pública concedida pelo presidente da República para fazer jus à subvenção.

As associações profissionais e de classe, desde o final do século XIX, passaram a ter uma importância política grande para as elites econômicas, exercendo funções de mediação com o Estado e de pressão política para garantia de seus interesses. Não obstante o controle, nos primeiros anos do governo getulista, conforme afirma Landim, surgiram várias organizações civis, de atuação nitidamente política, só desmanteladas com o Golpe de 37 (Ação Integralista Brasileira, Aliança Nacional Libertadora, Comitê contra Guerra Imperialista, Frente Popular contra o Fascismo).

O sindicalismo enquadrado na CLT, totalmente atrelado ao governo, passa a ser um instrumento do pacto populista, porém busca criar formas menos burocratizadas de organização que escapam ao controle governamental, a exemplo da Confederação Geral dos Trabalhadores, dissolvida em 1947, porém, reconstituída anos depois como Comando Geral dos Trabalhadores, que conduziu uma série de greves, inclusive políticas, no período, sendo desativado em 64. Com o golpe de 64, os sindicatos sofrem brutal repressão e se generalizam as intervenções. Não obstante, os sindicatos, mesmo no período da Ditadura, buscam novas estratégias de organização e lutas, caracterizando o que veio a constituir-se como Novo Sindicalismo, organizando-se de forma autônoma em relação ao Estado, tentando articular as diferentes categorias, a exemplo do MIA – Movimento Intersindical e Ação, contra o arrocho salarial, das Comissões de fábrica, luta nos bairros etc. A partir de 1980 há todo um processo de articulação para formação de uma Central Sindical, criando-se em 1983 a CUT e surgindo depois outras centrais com diferentes posições ideológicas (Central Autônoma de Trabalhadores – CAT, Confederação Geral de Trabalhadores – CGT, Força Sindical – FS, Social Democracia Sindical – SDS) Estas Centrais congregam 38% dos sindicatos existentes, sendo a mais representativa a CUT, que congrega 66% dos filiados, seguindo-se a Força Sindical, com 19% (IBGE, 2002 – dados de 2001).

Apesar da crise em termos do papel dos sindicatos, na atualidade, face à reestruturação produtiva e à política neo-liberal do desemprego, o número de associados cresce no período 90/2001 em 27%, reunindo em 2001 quase 20 milhões de associados; em relação à população ocupada a taxa de sindicalização no período teve um pequeno aumento (de 25,8 para 26%). Em relação porém à participação em greves, em 90, 8 mi-

² Dec. No. 27111 de 19.12.1860.

³ Conselho Nacional de Serviço Social, hoje Conselho Nacional de Assistência Social.

lhões de trabalhadores se envolveram porém nos anos seguintes até 96 há uma média anual de 2 milhões e 700 mil e entre 97/2000, a média foi de 1 milhão e 300 mil/ano (Rev. Reportagem, 2000). Segundo o IBGE, apenas 19% dos sindicatos têm conhecimento da realização de greves no ano de 2001.

Na realidade, o movimento sindical vive uma série crise, resultante das transformações do sistema capitalista, cuja estrutura produtiva vem passando por uma ‘serie de mudanças que ocasionam a fragmentação das atividades, individualização do trabalho, perda de identidade coletiva que dificultam mobilizações e enfraquecem a organização. Por outro lado, a falta de uma estratégia de enfrentamento da situação provoca divisões das lideranças engajadas em várias tendências político-ideológicas que se digladiam em disputas internas. Além das 6 centrais sindicais existentes que refletem posições divergentes, desde a neoliberal à socialdemocrata, na própria Central hegemônica – CUT – há várias tendências: da majoritária – Articulação, a grupos mais à esquerda como o Trabalho ou a Corrente Classista, esta vinculada ao PCdoB.

Ao lado de divergências ideológicas e partidárias, há diferentes visões de condução do movimento. A Articulação é partidária de uma política “propositiva” com apresentação de alternativas às reformas de cunho neoliberal do governo, e ampliação da ação sindical para outros campos – formação profissional, lazer, cultura, economia solidária, políticas públicas; já o outro campo, formado de vários grupos e correntes à esquerda, é favorável à mobilização grevista e luta contra o governo. Há também divergências quanto à própria regulamentação da organização como a questão da unicidade e pluralidade sindical, contribuição compulsória, etc.

No meio rural surgem as primeiras organizações ainda na década de 40, principalmente nas culturas do café, cana e cacau; eram associações civis que agregavam, posseiros, arrendatários, meeiros e defendiam a posse da terra, mas também surgiram os primeiros sindicatos nas áreas de assalariados, conseguindo a todo custo o reconhecimento legal, a partir dos anos 50. Em termos de maior agregação, a partir de 50, alguns congressos de camponeses são realizados e surge também a primeira organização de articulação a nível estadual em Goiás – União Camponesa de Goiás (MEDEIROS, 1989). Mas só a partir de 1954 o Partido Comunista vai intensificar a organização dos trabalhadores do campo através da União dos Trabalhadores Agrícolas – ULTAB e de associações locais.

Com o acirramento dos conflitos, a categoria dos posseiros passa a se organizar em “conselhos” e depois em associações para defesa da posse da terra em regiões como a de Goiás em que a luta se radicalizou e só em 1961 consegue o reconhecimento legal, com impactos políticos importantes, inclusive em termos eleitorais, conseguindo eleger o seu líder como deputado estadual. Outras lutas foram desenvolvidas noutros Estados, utilizando-se da associação e de instrumentos jurídicos como o usucapião, para garantir a posse da terra. Geralmente, as associações surgem para gerir o conflito e tomar as medidas judiciais.

Neste aspecto, constitui um símbolo para o movimento camponês a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, com fins assistenciais e defesa dos foreiros, que se tornou conhecida como Liga Camponesa e que gerou todo o processo de organização dos camponeses no Nordeste. O que caracterizou

esta organização foram as grandes mobilizações de rua que fizeram nas cidades, em torno de demandas concretas e da reforma agrária, com o slogan “reforma agrária na lei ou na marra”. A organização conseguiu a desapropriação do Engenho Galiléia, em Pernambuco, onde se localizava e se ampliou para várias regiões do Estado e da Paraíba atingindo, em 1961, dez mil associados em 40 municípios (MEDEIROS, 1989), mas a disputa política de lideranças levou à crise e, posteriormente, a sua destruição pela repressão militar.

O agravamento da situação no campo e o surgimento de organizações independentes leva o governo promover a sindicalização rural e outras forças políticas entram na disputa (Igreja, PCB, Ação Popular); com a mudança política de 64, a estrutura montada foi praticamente destruída pela repressão do governo militar, mas reconstituída pelo movimento sindical de trabalhadores com base no apoio da Igreja, consolidada hoje com uma forte Central, a CONTAG, e dezenas de federações estaduais, sindicatos e pólos regionais.

No período, também os estudantes secundaristas e universitários passaram a ter uma organização articulada em termos nacionais, desde a base, por faculdade (Centro Acadêmico), às Uniões Estaduais e as organizações setoriais por área de conhecimento, além de organizações de caráter cultural com forte matiz ideológico como os CPCs – Centros Populares de Cultura.

Com a urbanização crescente a partir dos anos 40, surge o movimento associativista urbano centrado, principalmente, na questão da terra e no uso do solo além das reivindicações por serviços públicos e equipamentos urbanos; as associações são estruturadas em Federações municipais e estaduais (BOSCHI, 1987). Em algumas cidades, dentre deste quadro, sobressaem as associações de bairros de classe média iniciadas em 1947, expandindo-se a partir de 70/80 com demandas além das já referidas, de maior regulação do Estado, principalmente, em relação aos empreendimentos imobiliários, áreas de lazer, proteção ao meio ambiente. Além das disputas internas entre lideranças, promovem um debate político em torno de candidaturas, programas e também da participação em movimentos nacionais como o das Diretas-já.

Em termos do associativismo de classe média também se destacam as associações profissionais não sindicais (advogados, engenheiros, técnicos, professores), porém, com demandas específicas levando, inclusive, à disputa pelo controle de Associações mais tradicionais dos segmentos, como Associação Médica Brasileira, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Muitas destas organizações em determinadas conjunturas tiveram uma atuação política forte posicionando-se não só nas questões específicas em termos profissionais, mas em torno da agenda da democratização (BOSCHI, 1987).

Em todo este percurso, as organizações da sociedade civil assumem vários papéis e formatos. No primeiro momento, têm um papel beneficente e assistencial, voltadas para atender necessidades dos associados, atuando no esfera privada, sem reconhecimento do Estado; posteriormente, passam a ser reguladas pelo Estado, porém de forma bem ampla, sem maiores exigências burocráticas a não ser quanto ao registro e, depois, com a certificação de utilidade pública para efeito de obter subvenção de recursos públicos. Em vários momentos estas associações são criadas com fins polí-

ticos e chegam a desenvolver papéis de mobilização e divulgação ideológica, como aconteceu no período inicial do governo getulista, com organizações de filiação integralista (Ação Integralista Brasileira), comunista (Sociedade Amigos da Rússia), cristã – conservadora (Centro Dom Vital) ou democrática (Aliança Libertadora Nacional); geralmente em momentos de crise ou mudança política surgem estes tipos de organizações explicitamente políticas, como no período ora referido e no que antecedeu ao Golpe de 64: IPES (Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais) o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros – vinculado ao MEC), IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática, Frente de Mobilização Popular, TFP – Sociedade Brasileira de Defesa Tradição Família e Propriedade (cristã conservadora), CAMDE (feminista).

PROCESSO ASSOCIATIVO: MUDANÇA DE FORMATO E DE PAPEL INSTITUCIONAL

Pode-se perceber, no percurso do tempo, que as associações vão assumindo diferentes papéis e formatos, independentemente da legislação que as regulam. Por mais heterogêneo que seja o formato, observa-se que em momentos de crise elas assumem papéis políticos definidos, muitas vezes com postura ideológica. Está claro que, embora os objetivos formulados possam ser humanitários, como aconteceu com as associações abolicionistas, que recolhiam fundos para a causa, tinham posições políticas pela defesa dos escravos e contra o regime. Noutras situações elas se declaravam explicitamente políticas, constituindo-se até como movimento, como foi o caso da Ação Integralista Brasileira no primeiro momento do governo Vargas; ou nos momentos que antecederam a instalação da Ditadura Militar, com o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Não obstante, em termos mais gerais, a ação destas organizações se dava em torno dos interesses particulares de um determinado grupo social. Do ponto de vista do aparato institucional eram regulados pelo Código Civil e pela Lei dos Registros de Pessoas Jurídicas, portanto, no campo do Direito Privado; mas o direito de associar-se era garantido pela Constituição, impedindo a sua dissolução a não ser por sentença judicial, permitindo também associação religiosa e profissional. Na Constituição atual ampliou-se o tratamento dado às associações em 2 aspectos: garantia do direito (não interferência do poder público, liberdade ao associado) e nas funções, principalmente na representação dos seus associados (C.F art. 5, XXI).⁴

Quanto à função de representação é preciso analisar alguns aspectos contraditórios. A Constituição exige que haja autorização expressa dos associados nos Estatutos ou em assembleias gerais. Ao mesmo tempo, em vários momentos são atribuídas às associações funções que vão além dos interesses dos associados e dizem respeito à coletividade. Como exemplo, temos a participação da população por meio de *organizações representativas* na formulação das políticas e controle das ações (C.F, art. 204, II); cooperação das associações no planejamento municipal (C.F, art. 28, XII): poder de denúncia de irregularidades perante o Tribunal de Contas (C.F, art. 74, & 2º). Trata-se, pois, de funções de natureza pública de caráter decisório e de controle social que não estão na esfera privada e nem do interesse específico dos associados, embora dependam de sua autorização.

⁴ C.F. - Constituição Federal.

Nas leis especiais este poder de representação da comunidade é mais explícito, já que nas várias políticas sociais a Constituição fala em gestão democrática, mas não deixa claro quem são os partícipes desta gestão. No Estatuto da Cidade, por exemplo, prevê-se a participação das associações representativas na política urbana – formulação, execução e acompanhamento de planos programas de desenvolvimento urbano (art. 2, II), na propositura de ação de usucapião especial (art. 12, III); participação na elaboração e implantação do Plano Diretor Urbano (art. 40, p. 4); participação obrigatória e significativa nos organismos da gestão metropolitana (art. 45). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁵ garante às associações o poder de acionar as autoridades para se ter o acesso ao ensino fundamental. Na Câmara dos Deputados, através do Regimento Interno, as associações podem sugerir iniciativas legislativas que, se aprovadas pela Comissão, podem gerar projetos de lei.⁶

A participação das associações é assegurada também nos diversos conselhos de políticas públicas setoriais (saúde,⁷ direitos da criança e adolescente, lei orgânica de assistência social⁸).

Além destas leis que traçam o conteúdo das políticas sociais, outras leis de caráter processual dão atribuições de representação às associações para promover medidas de caráter reparatório e preventivo. Regulam pois as funções de controle social que podem exercer as associações. É o caso, por exemplo, da Lei de Ação Civil Pública⁹ nas áreas de meio ambiente, direitos do consumidor, patrimônio histórico, artístico, cultural, paisagístico ou do Mandado de Segurança Coletivo¹⁰ para proteger direito coletivo ou contra abuso de poder de autoridade pública; cabe também ao cidadão e suas organizações representativas o acesso público às contas públicas (planos, orçamentos, prestação de contas) para o seu exame e questionamento durante o exercício financeiro, responsabilizando a autoridade por não divulgá-las,¹¹ podendo incriminá-la por improbidade administrativa se não garantir ou dificultar a participação no Plano Diretor e outros instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

Como se observa, é atribuída às associações representativas uma série de funções nas políticas sociais que vão além dos interesses corporativos e setoriais, constituindo-se num mandato de natureza coletiva e mesmo de interesse público, realizando ações de partilha na decisão, na gestão e no controle e fiscalização. Trata-se, pois, de funções de caráter político na medida em que objetivam a representação de segmentos sociais para realização de atividades de caráter geral de proteção à sociedade como um todo.

Todas estas funções estariam no campo da *accountability vertical*, na expressão de O'Donnell (1998), processo pelo qual as liberdades de opinião e de associação, assim como o acesso a variadas fontes de informação, permitem articular reivindicações e

⁵ Lei 9394, de 20.12.1996 - art. 5º.

⁶ Arts. 254 e 32 do Regimento Interno da Câmara de Deputados e Resolução 21 de 2001.

⁷ Lei Orgânica de Saúde - no.8080/19/90; Lei no. 8142 de 28.12.90; dec.99.438 de 7.8.1990

⁸ Lei 8.069/90, e Lei 8.742, 1993.

⁹ Lei no. 7347, de 24.07.1985 .

¹⁰ C.F., art. 5º., LXX e Lei 8.437 de 30.6.92.

¹¹ Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei complementar no. 101 de 4.5. 2000; Estatuto da Cidade – Lei no. 10.257 de 10/7/2001.

mesmo partilhar decisões com autoridades públicas. No quadro que estamos analisando, porém, as funções atribuídas às associações vão além da reivindicação; diríamos que elas se situam no campo do controle social do poder público que envolvem além dos atos de natureza fiscalizatória, de transparência das informações e as possibilidades de reparação dos danos causados por atos e omissões dos agentes públicos, implicam também numa participação na gestão e no planejamento. A participação nos Conselhos de políticas setoriais têm este sentido até porque suas competências legais definem funções deliberativas e normativas. As possibilidades de participação no planejamento, através dos planos setoriais que cada Conselho deve elaborar do processo orçamentário, do Plano Diretor da Cidade são garantidas nas leis referidas, e tal é a sua importância que estes estatutos concedem a estas funções da sociedade civil que consideram improbidade administrativa “impedir ou deixar de garantir” a participação da população e associações representativas, publicidade e acesso aos documentos (arts.52 e 40.p. 4º., I a III, – Estatuto da Cidade).

Trata-se pois de um vasto aparato institucional-legal que, se devidamente exercitado e respeitado, daria condições de partilha do poder e de efetivação de uma democracia participativa. Ocorre porém que os obstáculos oriundos da cultura política e dos interesses corporativos envolvidos são imensos; por outro lado, as associações ainda não dispõem de um suporte técnico e de recursos humanos que possam exigir e acompanhar a prática destes mecanismos.

Além destas missões que às associações cabe desempenhar, de natureza de gestão e deliberação, constituindo aquilo que se tem chamado de “política deliberativa” (HABERMAS, 1997), é preciso estar atento às funções especificamente políticas que, historicamente, as associações em alguns momentos têm exercido. Já Tocqueville (1977) defendia a necessidade de associações políticas contra a onipotência da maioria”, o despotismo dos partidos, o árbitro do poder; tinham, pois, um caráter defensivo embora previsse as funções de “falar e formular reivindicações”, construir a adesão pública a determinadas idéias. Não obstante, funções construtivas são hoje cada vez mais exigidas das associações enquanto elemento mobilizador da sociedade para a construção da agenda política. Conforme expressa Habermas, (1997, p. 103), “para preencher a função de captar e tematizar os problemas da sociedade como um todo a esfera pública política tem que se formar a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas” para, em seguida, arrematar

... tentam lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir problemas, acrescentar novas informações, interpretar valores de modo diferente, mobilizar bons argumentos, denunciar argumentos ruins a fim de produzir uma atmosfera consensual, capaz de modificar os parâmetros legais de formação da vontade política e exercer pressão sobre os parlamentos, tribunais e governos em benefício de certas políticas.

Portanto, trata-se de uma função, além de mobilizadora, de formar a opinião e a vontade política para que decisões possam ser tomadas pelos órgãos decisores que contemplem os interesses da maioria da população, a partir da ação comunicativa, como sugere Habermas, ou mesmo, das ações estratégicas e instrumentais que uma sociedade conflitiva e de desigualdades sociais, como a nossa, requer.

Por outro lado, não se pode negar a existência do processo eleitoral que, respeitadas regras mínimas e estabelecidos certos padrões de comportamento e normas de financiamento de campanhas, pode contribuir não apenas no sentido de construir uma cultura política de natureza mais republicana, como de promover mudanças na composição de poder. Se em termos partidários, as associações se colocam neutras, nos últimos anos, cada vez mais elas tem-se posicionado em termos programáticos, buscando discutir plataformas com os candidatos e conforme Lei,¹² exercido o direito de denúncia, atribuído ao cidadão e às associações, contra infrações eleitorais que podem levar à cassação do registro, perante ao Juiz (reclamação) ou representação ao Ministério Público.

Diante deste mosaico de leis e instrumentos disponibilizados para que as associações possam ampliar os seus papéis e exercer um status público, embora situando-se na esfera privada, há de se indagar quais as razões de todo este processo. Efetivamente, não se pode negar que isto é resultante de toda uma prática social dos movimentos sociais na luta pelo espaço político de poder influir nas decisões, não apenas quanto aos seus interesses imediatos e setoriais, mas também de ter uma atuação mais ampla; para isso concorre muito o desgaste dos partidos políticos e a ineficácia da representação parlamentar face à centralização do poder no Executivo. Mas não se pode negar também que há em processo uma diminuição do papel do Estado decorrente de uma política neo-liberal, hoje aplicada no mundo inteiro, em que se pretende transferir grande parte dos encargos, sobretudo sociais, para as empresas, instituições privadas e setor associativo, sobretudo aquele mais tradicional de caráter assistencial e filantrópico. No Brasil nos últimos anos esta tendência se acentua, inclusive, constituindo-se como um dos objetivos da “reforma do Estado” com um programa que se chamou de “publicização”, utilizando-se da diferenciação conceitual que se começou a fazer entre estatal e público, passando-se algumas atividades para organizações que se fundaram para este fim, as chamadas “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” – OSCIP e outras de caráter misto, as “Organizações Sociais”.

Trata-se de uma regulamentação mais detalhada que já se fez no Brasil contrariando, portanto, as aspirações e princípios defendidos por vários segmentos da sociedade civil, de autonomia em relação ao Estado e ao mercado. Pois bem, a lei exige para a qualificação da associação enquanto OSCIP, em caráter não obrigatório, mas condicionante da contratação de serviços e recebimento de recursos, o enquadramento em atividades que considera de interesse geral da sociedade. Exige, também, um determinado tipo de funcionamento e gestão com requisitos, inclusive, de natureza de administração pública, alguns deles saudáveis enquanto transparência, mas impostos por lei. Para fins mais específicos, a Lei cria outro tipo de organização híbrida, com representação do poder público e utilização de recursos públicos, inclusive de pessoal – a Organização Social.

Creemos que esta ordenação legal específica muda radicalmente a posição das organizações da sociedade civil, construída a partir dos anos 70 e consolidada no movimento da Constituinte de 86/88, que implicava em maior controle e influência na elabora-

¹² Lei no. 9840/99, resultante de um projeto de iniciativa popular que teve assinatura de mais de 1 milhão de cidadãos.

ção das políticas públicas, da tematização das questões e do debate público. Este marco legal vai na direção do engessamento e controle de organizações que passam ser meras executoras e gestoras do Estado, perdendo por completo sua autonomia e possibilidades de inovação, criação e mobilização que tem caracterizado até hoje estas organizações.

Pode-se concluir, então, que do ponto de vista legal há um grande manancial de instrumentos que garante aos cidadãos e suas organizações representativas o exercício destas funções republicanas. Falta, porém, como afirma Avritzer (1997), uma forma institucional-legal que garanta status público a associações que, efetivamente, desempenham um papel público. Na realidade este status é atribuído a determinados tipos de associações quando lhes são garantidas certas prerrogativas de natureza pública (ações judiciais, fiscalização das contas, participação no planejamento) A questão que se coloca é a da efetividade destas leis em dois níveis: primeiro, o de natureza cultural – a herança de patrimonialismo e autoritarismo que leva às autoridades a não cumprirem aquelas leis que os obrigam a maior transparência e à partilha de decisões e a uma convivência daqueles que tem atribuições de controle e punição (Ministério Público, Justiça, Tribunais de Contas); como, também, o de construir um mecanismo que possa articular as diversas associações no exercício destas atividades públicas sem que, necessariamente, possam vincular-se à esfera pública, mantendo-se sua autonomia e os limites de sua capacidade de agir.

Outros obstáculos à efetividade destas novas funções são as condições objetivas muito restritas que têm as próprias organizações de exercerem este papel público (conhecimento, estrutura, meios materiais etc.). Além do mais, nem, todas as associações têm conhecimento destas novas atribuições e ainda se mantém restritas à “defesa dos interesses dos seus associados” que não pode ser suprimida, até porque as condições de vida da maioria dos segmentos o exige. Mesmo tomando conhecimento destas novas atribuições, sua prática torna-se difícil e onerosa, tendo que enfrentar o aparelho burocrático que sempre cria obstáculos para evitar maior transparência e qualquer questionamento partindo da sociedade. Observa-se então uma distância abismal entre o que está previsto nas Leis e as funções exercidas na prática.

Não se pretende com isto que as associações entrem num processo de “judicialização”, deixando de lado as mobilizações, as negociações e os diálogos com a comunidade, ou mesmo as ações diretas, quando necessárias e oportunas. O que importa é que elas tenham clareza dos seus direitos, das conquistas daí resultantes, não através de doação, mas de lutas, para saber os limites e onde é necessário avançar e ampliar o seu campo de atuação. Na realidade, trata-se de tornar efetivos os direitos, ampliando o espaço de debate, de lutas e conquistas. Este é o grande desafio.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Breno. Para onde vai a CUT. In Revista *Reportagem*, Ano II, n. 13, setembro 2000.
 ARATO, Andrew. Representação e Accountability. In Rev. *Lua Nova*, n. 55-56, São Paulo: Cedec, 2002.
 AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

- _____. Um desenho institucional para o novo associativismo. In *Lua Nova*, n. 39, São Paulo: Cedec, 1997.
- BARTHÉLEMY, Martine. *Associations: un nouvel âge de la participation?* Paris: Presses de Sciences Po, 2000.
- BOSCHI, R R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*, São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987
- CAILLÉ, Alain. Don et association. In CAILLÉ, Alain LAVILLE, Jean Louis. *Une seule l'association? Socio-économie du fait associatif*. Paris: La découverte/Mauss, 1998.
- CHANIAL, Philippe. La délicate essence de la démocratie: solidarité, don et association. In Caillé, Alain, e Laville, J.Louis. *Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif*. Paris: La Découverte/Mauss, 1998.
- ESPIÑEIRA, Maria Victória, *O partido, a Igreja e o Estado nas Associações de Bairros*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia/Edufba, 1997.
- FERNANDES, Antonio Sérgio. A Comunidade cívica em Walzer e Putnam. In: Rev. *Lua Nova*, n. 51, São Paulo:Cedec: 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative action*. Boston, Beacon Press. v. 1.
- _____. Direito e democracia: entre factividade e a validade. 2vs. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997.
- KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- LANDIM, Leilah . Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- LAVILLE, Jean Louis. Fait associatif et espace démocratique. In CAILLÉ, Alain LAVILLE, Jean Louis. *Une seule l'association? Socio-économie du fait associatif*. Paris: La découverte/Mauss, 1998.
- MACHADO, Eduardo Paes e outros. *Poder e Participação política no Campo*. Salvador: Cerifa/Car/ Cedap-Centru, 1987.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. In: Rev. *Lua Nova*, n. 44, Cedec, São Paulo, 1998.
- PARODI, Maurice. La question sociale em France depuis 1945. In CAILLÉ, Alain LAVILLE, Jean Louis. *Une seule l'association? Socio-économie du fait associatif*. Paris: La découverte/Mauss, 1998.
- PUTNAM, Robert. *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.
- PUTNAM, Robert. *Making democracy work – Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- REVISTA REPORTAGEM. 2000. Revista da Oficina de Informações.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In: VILLA-BÔAS, Renata. *Participação popular nos governos locais*. São Paulo, Pólis, n. 14, 1994
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo: Edusp, 1997
- WATIER, Patrick. Formes de socialisation et étique de la sociabilité. In Caillé, Alain e Laville, J/Louis. *Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif*. Paris: La découverte/Mauss, 1998.

PARTE II

**CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA
DAS ORGANIZAÇÕES**

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as possibilidades de elaboração de políticas públicas pelo município são muito reduzidas, tendo em vista, principalmente, a limitação de recursos próprios¹ e a ausência de iniciativas locais para ampliar esses recursos e para mobilizar a sociedade em torno de programas mais ajustados às peculiaridades locais. Tal constatação ressalta a importância de se analisar o papel das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais em relação ao Poder Público, especialmente o local, no processo de elaboração, implantação e controle de políticas públicas.

Estamos entendendo políticas públicas, aqui, não como ações isoladas para atender a interesses de grupos, ou ações exclusivas do Estado, mas como um conjunto de ações planejadas, estruturadas, com objetivos definidos e diretrizes claras, com participação dos beneficiários e de representantes da sociedade, inclusive no monitoramento de sua execução e na fiscalização dos recursos públicos nelas envolvidos. Essa visão de políticas públicas pressupõe, conforme afirma Villanueva (2000, p. 19):

Hoje as comunidades políticas locais reivindicam resolutamente a gestão pública descentralizada, o cumprimento das funções estatais através de políticas específicas e ajustadas às diferentes circunstâncias, a desagregação dos interesses públicos segundo os diversos níveis de governo.

Em dossiê sobre a agenda de pesquisa em políticas públicas, coordenado por Marta Arretche (2003), é destacado o crescente interesse pela temática, face ao processo de inovação dos programas governamentais e das oportunidades de participação de segmentos sociais excluídos de cargos eletivos e às novas modalidades de representação de interesses. Nessa mesma publicação, Elisa Reis chama a atenção para o papel de organizações voluntárias – especificando ONGs e instituições filantrópicas – e acentua a necessidade de examinar a relação do Estado com o mercado e com a sociedade civil, argumentando que há “...*uma situação nova onde a formulação de ‘políticas’ constitui causa e efeito de políticas.*”

Comentando estas definições, Souza adverte que elas deixam de lado o seu aspecto conflituoso e as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos, entre outras instituições e entre os grupos sociais. Resumindo o conceito, contudo, a autora afirma que “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão os resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003b, p. 16). Há, porém, o reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas tais como: os grupos de interesse, os movimentos sociais e as agências multilaterais.

Creemos que não se trata apenas de um problema de definição mas da concepção de democracia que está por traz destas definições. A questão não é saber se a política

¹ A maior parte dos recursos é proveniente das transferências das outras esferas e estão vinculados a políticas elaboradas sem a participação direta dos municípios.

pública é ou não ação de governo, mas de como o Estado se relaciona com a sociedade; de como se concebe a democracia, se em termos de uma mera delegação de poderes aos governos ou se de um processo de participação em que diferentes atores têm iguais oportunidades de expor suas razões e deliberar sobre os assuntos de interesse coletivo. Com isso, não se pretende discutir a questão meramente no campo do projeto, mas no campo de experiências concretas, desenvolvidas em alguns países a partir dos anos 1970, conforme análise de diversos autores, entre os quais Boaventura Souza Santos (2002) e, sobretudo, na existência de potencialidades institucionais criadas e na construção de uma cultura política no sentido da participação na formulação, implantação e controle das políticas públicas.

Não se quer, com este trabalho, preencher as lacunas apontadas, inclusive na direção sugerida de adoção de determinadas tipologias, mas buscar entender a dinâmica das organizações e as condições efetivas de que dispõem para tentar influenciar a implementação de ações. Estas ações, via de regra, ocorrem de forma isolada e dispersas numa série de projetos a cargo de vários órgãos, utilizando-se de mecanismos institucionais criados nos últimos anos para fazer determinadas proposições ou reivindicações e controle sobre a aplicação dos recursos públicos. Neste sentido, não se restringe a pesquisa à ONGs ou organizações filantrópicas, mas busca-se estudar o tecido associativo mais amplo, que tem um mínimo de funcionamento, com toda a sua fragilidade e carência de recursos, mas com uma grande disposição de enfrentar os obstáculos para agir como sujeitos, seja da luta por sua sobrevivência seja pela afirmação de direitos coletivos.

A categoria Sociedade Civil, aqui utilizada é entendida, com algumas ressalvas, no sentido empregado por Habermas (1997, p. 99):

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem a seguir para a esfera pública política.

No uso que fizemos do conceito, admitimos certas organizações cuja base é econômica, porém que exercem outras funções além da representação de interesses particulares de segmentos empresariais, inclusive aquelas que se propõem desenvolver atividades de economia solidária.

Sociedade Civil é uma categoria muito discutida e utilizada, com muitos sentidos, não só pelos pesquisadores como pelos próprios atores sociais. Sérgio Costa, retomando a discussão desde os clássicos, a partir de Ferguson, mas centrando-se nos autores contemporâneos, resume-a, identificando duas grandes vertentes analíticas:

Uma é a versão enfática, que recebeu, na visão de Costa (2002), contribuições de autores como Charles Taylor (1990;1991), John Keane (1988a;1988b), Michel Walzer (1991) e Arato e Cohen (1984), que a percebem como uma esfera autônoma em relação ao Estado e ao Mercado, como projeto para democratização das relações Estado/Sociedade, exercendo um controle sobre aqueles que detém um mandato político e utilizando arenas institucionais e não convencionais de participação.

A outra versão – moderada – considera que a sociedade civil abrange a teia de instituições e atividades que conferem forma e expressão ao “espírito cívico”; a sociedade civil seria o substrato ideal da democracia liberal e dela fazem parte os portadores das “tradições cívicas”. Retratando a discussão do conceito no Brasil, o autor concebe sociedade civil como referência importante para compreensão do processo social brasileiro, entendendo que a categoria abriga um conjunto de associações e formas organizativas que se distinguem de outros grupos de interesse, atuantes na esfera da política e da economia, com base na capacidade de canalizar as atenções públicas para suas campanhas e pleitos, na vinculação voluntária, nas demandas oriundas do mundo da vida e não na esfera da política e da economia (COSTA,1997).

Resumindo o debate atual e tomando como base a questão do Estado, Marco Aurélio Nogueira segue a visão de Gramsci, que concebia a Sociedade Civil como figura do Estado, com o qual se articula dialeticamente e constitui-se num espaço de disputa de hegemonia e de busca de consenso em que o associativismo é a base, desde que tratado politicamente em termos institucionais e sociais. Para Nogueira, nesta visão, chamada de “político-estatal”, “a sociedade civil possibilita a articulação e a unificação dos interesses, a politização das ações e consciência, a superação das tendências corporativas ou concorrentes, a organização de consensos e hegemônias” (NOGUEIRA, 2003, p. 191). Interpretando ainda a concepção gramsciana, Nogueira considera a Sociedade Civil como espaço onde são elaboradas e viabilizados projetos globais de sociedade, articulam-se capacidades de direção ético política, disputa-se o poder e dominação.

Esta visão sobre sociedade civil, porém, não é a predominante. Segundo o autor, há duas outras: uma, que denomina de “sociedade civil liberista”, a concebe como um “setor público não estatal”, palco de organizações que são “públicas” porque estão voltadas para o interesse geral, mas que são “não-estatais” porque estão dissociadas do aparelho de Estado (BRESSER-PEREIRA e CUNILL GRAU, 1999). Nesta visão, o conceito fundamenta a idéia de Terceiro Setor, visto como instância de substituição do Estado, em que se articulam movimentos direcionados a valorizar interesses particulares, atender demandas, fiscalizar governos, desconstruir e desresponsabilizar o Estado, enfraquecer ou desativar dispositivos de regulação.

A outra concepção, Nogueira nomina de “sociedade civil social”, que se caracterizaria pela autonomia e seria constituída de movimentos que se auto-organizam e se auto-limitam, que poderiam disciplinar o Estado e o Mercado, moderando seus excessos; a Sociedade Civil seria um espaço situado além do político, do Estado e do Mercado; produziria incentivos libertários e mobilizadores, autonomia e aquisição de direitos. O autor critica a ênfase dada ao associativismo enquanto manifestação de autenticidade social e virtude cívica, que poderia esvaziar o político estatal e combater as funções reguladoras e distributivas do Estado.

Para Nogueira, essas concepções de sociedade civil são encontradas na realidade social contemporânea e, no momento em que se manifestam na ação prática, se confundem e se interpenetram umas nas outras. Esta observação foi constatada em diversas ocasiões desta pesquisa, quando se buscava, por exemplo, identificar relações entre as organizações estudadas, tanto do ponto de vista institucional, quanto político e mesmo nas relações interorganizacionais.

Desta forma, parece-nos pertinente compreender que as relações entre as organizações da sociedade civil e o Estado estabelecem-se de forma híbrida: as ações da sociedade civil não são voltadas “contra o Estado”, mas vão no sentido de transmitir à esfera pública política os ecos dos problemas sociais e de tomar parte nas soluções desses problemas.

Partindo dessas concepções e da constatação da inexistência de estudos mais abrangentes sobre a sociedade civil na Bahia, desenhou-se um projeto de pesquisa que pudesse responder a duas questões principais: a) qual o perfil das organizações que atuam no Estado e b) como elas participam das políticas públicas. Para traçar o perfil associativo, foram aplicados questionários a uma amostra de 1821 organizações e para analisar a dinâmica participativa, aprofundou-se a investigação realizando entrevistas com representantes de 673 organizações.

Apresenta-se, neste trabalho, um conjunto de informações resultantes desse esforço de investigação. Na primeira parte, além desta introdução, há a descrição dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e uma caracterização dos contextos econômico-social e político do estado da Bahia. Na segunda parte descreve-se os principais dados coletados e apresenta-se uma análise interpretativa dos seus significados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Devido às limitadas informações sobre a quantidade de organizações existentes no estado,² partiu-se para mapear e cadastrar as organizações atuantes, procurando atingir os diferentes tipos de organizações³ nas 15 regiões de planejamento econômico do Estado.⁴ Definiu-se os municípios de forma a abranger três tamanhos de população: até 20 mil habitantes, ente 20 e 40 mil e acima de 40 mil habitantes. Nessa etapa da pesquisa, por limitações operacionais, foram excluídos os municípios com características de metrópole e aqueles com população acima de 200 mil habitantes (Salvador, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Ilhéus). A partir de informações locais, em especial obtidas junto a sindicatos, prefeituras, igrejas e outras organizações que pudessem facilitar o acesso às organizações, chegou-se a listagens iniciais, ponto de partida para o trabalho de campo.

Embora não fosse preocupação central o rigor estatístico, buscou-se orientar a seleção dos municípios e das organizações por parâmetros que nos permitissem certa confiabilidade nos dados. O número de municípios utilizado como base de cálculo, depois de excluídos os municípios com população acima de 200 mil habitantes, ficou em 413. Sobre esse número foi aplicada a fórmula para população pequenas, com um nível de confiança de 95%, com um intervalo de confiança de 10%, resultando numa amostra mínima de 81 municípios. Tomando-se por parâmetros o tamanho da população e a quantidade de municípios em cada região de planejamento econômico do estado, chegou-se à definição da quantidade de municípios que deveria ser selecionada por região. Por fim, a seleção nominal dos municípios, em cada segmento e em cada região, deu-se por sorteio, contemplando 84 municípios.

Para cadastrar as organizações, utilizou-se um questionário que buscava levantar informações sobre o Perfil das Organizações (tipo, fundadores, apoiadores, número de associados, área geográfica de atuação, ações realizadas etc.). Estas informações permitiram elaborar uma tipologia de organizações, condizente com suas especificidades, possibilitando captar algumas peculiaridades, nem sempre visíveis em classificações oficiais, como, por exemplo, a do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, da Secretaria da Receita Federal. Nesta fase foram cadastradas – e segmentadas por tipo – 1821 organizações.

O passo seguinte foi realizar entrevistas estruturadas, buscando-se atingir um percentual de 20% de cada tipo de organização cadastrada, atingindo-se um total de 673 organizações. As entrevistas tiveram o objetivo de aprofundar as informações sobre

² O cadastro mais completo, em termos quantitativos, era o da Receita Federal que continha dados formais mínimos, sem informações qualitativas de interesse da pesquisa e cuja disponibilidade implicava num alto custo.

³ Excluiu-se, apenas, as especificamente religiosas e esportivas, sem atuação nas políticas públicas.

⁴ Segundo critérios da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão do Governo do Estado da Bahia, o Estado está dividido em 15 regiões econômicas (Metropolitana, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul, Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco e Oeste).

a dinâmica das associações, seu funcionamento interno e sua infra-estrutura, identificando, assim, as condições de exercerem um papel efetivo na elaboração, implantação e controle das políticas públicas, bem como os meios de ação coletiva utilizados. Para que se pudesse examinar este papel, voltou-se para colher informações sobre as relações das associações com o poder público, focando-se os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o Ministério Público e os Conselhos de políticas públicas. A relação com alguns órgãos públicos federais, mais presentes nos municípios, foi também objeto de análise. Na medida em que a problemática das políticas públicas envolve concepções políticas e partidárias, procurou-se também pesquisar as relações das associações com os partidos políticos e o processo eleitoral.

Portanto, os dados apresentados neste trabalho estão referidos à duas amostras. A primeira formada por 1821 *organizações cadastradas*, fornece os dados para o desenho de quadros com informações mais gerais sobre as organizações, incluindo sua caracterização e as ações desenvolvidas. Estes quadros são apresentados, respectivamente, nos capítulos Perfil das Organizações e Ações Coletivas. A segunda amostra, formada pelas 673 *organizações entrevistadas*, fornece as informações necessárias para se aprofundar aspectos específicos, cuja análise é apresentada nos capítulos Funcionamento das Organizações, Organizações e Relações com o Poder Público, Participação no Processo Político Eleitoral e Conquistas e Dificuldades das Organizações.

Fez parte dos procedimentos metodológicos a realização de seminários regionais, não só para completar ou corrigir informações, mas para realizar uma discussão preliminar dos resultados tabulados com os participantes da pesquisa. Os seminários seguiram, em geral, o seguinte roteiro: contexto sócio econômico dos municípios pesquisados; perfil geral das organizações da região, com base nos cadastros; atuação das organizações; relações com o poder político; desempenho de algumas organizações mais influentes na região; instrumentos de ação e indicações de um plano de ação. É oportuno lembrar aqui os ensinamentos de Thiollent (1985, p. 40) quando afirma que

[...] a relação entre pesquisa social e ação consiste em obter informações e conhecimentos selecionados em função de uma determinada ação de caráter social. A passagem do conhecer ao agir se reflete na estrutura do raciocínio, em particular em matéria de transformação de proposições indicativas ou descritivas [...] em proposições normativas ou imperativas. Isto supõe que seja estabelecido algum tipo de relacionamento entre a descrição de fatos e normas de ação dirigida em função de uma ação sobre esses fatos ou de uma transformação dos mesmos.

Pelo nível de relação que nos foi possível desenvolver com os sujeitos da pesquisa seria prematuro e até indevido pensar em proposições normativas ou indutivas de determinados tipos de ações; tratava-se, antes, de analisar criticamente a realidade, de identificar possibilidades de ação transformadora e de informá-los dos instrumentos disponíveis para realizá-la, mas a decisão sobre as ações caberia, não aos dirigentes, propriamente, mas às suas organizações e comunidades. Ao adotarmos tais procedimentos, fazemos nossas as expressões de Sandra Jovhlovitch:

Não há intenção aqui de generalizar estes dados. Mas também não há intenção alguma de dizer que eles não expressam a realidade brasileira. Reivindicar a generalização somente a partir de

grandes números despreza o fato mais profundo de que existem elementos do todo e até mesmo na mais singular das experiências. Sujeitos sociais revelam muito mais do que visões idiossincráticas quando se expressam: sua experiência não está descolada da experiência de sua sociedade (JOVHELOVITCH 2000, p. 113).

Assim, a pesquisa foi toda recortada por observações colhidas nas vivências com os atores locais – em especial nos seminários. Utilizamos também entrevistas com lideranças locais, pessoas que vivenciaram situações de conflito social ou de mobilizações e que não estão mais à frente de organizações. Nos seminários regionais, que contaram com a participação de 333 representantes de 269 organizações, foram discutidos os dados coletados, organizados por município e por região, além de identificadas alternativas de ação que os dados sugeriam. Pode-se, assim, caracterizar a pesquisa com uma dimensão participante, embora sem seguir rigidamente essa metodologia.

Em síntese, as dimensões analisadas foram: 1) *Perfil das organizações* (tipos, articulação, objetivos, diretoria, infra-estrutura, meios de informação e de comunicação); 2) *Relações com o Poder Público* – Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público (meios utilizados, finalidades, resultados); 3) *As organizações e o processo político eleitoral* e 4) *Participação e ações coletivas* (tipos, meios utilizados, dificuldades e conquistas, conhecimento e participação nos projetos governamentais).

A análise de todos estes aspectos permitiu identificar as condições institucionais e sociais da participação das organizações da sociedade civil dos municípios pesquisados, no processo de elaboração, implantação e controle das políticas públicas. Como essas condições não são explicitadas, passaram a ser estudadas a partir das relações que se travam entre as organizações e os agentes políticos e das ações realizadas na busca de efetivar direitos que deveriam ser contemplados por estas políticas, atos e decisões dos gestores.

Para maior compreensão da realidade estudada, fez-se uma síntese do contexto econômico-social e político do Estado da Bahia, analisando os indicadores mais expressivos, tanto de crescimento, quanto de decréscimo e estagnação, assim como de melhorias, ou não, das condições sociais de sobrevivência da população e também do quadro político dominante, no sentido de poder interpretar com mais consistência e abrangência, os focos de análise escolhidos para a pesquisa.

CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL

Distintos analistas da realidade baiana concluem pela permanência de gritantes disparidades e desigualdades sociais apesar do crescimento econômico contínuo, a partir de 1992, ainda que com taxas oscilantes (1,3% em 1992, 3,9% em 1996, chegando a 6,7% em 1994, com média anual de 3,9% no período 1992/2000). Nesse período, destacaram-se os setores da indústria e de serviços e a consolidação da petroquímica e início da operação da indústria de celulose e metalurgia. A produção industrial permanece concentrada, em termos geográficos, na Região Metropolitana de Salvador (70%) e especializada na produção de bens intermediários, sobretudo no ramo químico, voltada para abastecer o centro-sul e exterior. Observa-se o declínio da economia agrícola tradicional (cacau, sisal, mamona, fumo, café e algodão) que reduz sua participação no conjunto do PIB a 10%. Não obstante, a produção agrícola se diversifica com a ocupação dos cerrados (soja e fruticultura irrigadas); do Recôncavo Sul com especiarias e do Extremo Sul com a celulose, onde também cresce o turismo. Algumas perspectivas surgem na produção de soja, milho, sorgo, algodão, trigo, com a organização de agronegócio que associa aos grãos do oeste, o cacau do sul e os produtos do semi-árido (UDERMAN e MENEZES, 1998).

Nos anos mais recentes, a economia baiana sofreu os impactos da política econômica recessiva: o setor agropecuário apresenta desempenho melhor, o industrial suporta crescimento modesto e o comércio enfrenta decréscimo, face à queda do rendimento e aumento do desemprego. As perspectivas não são animadoras se for mantida a política de juros e se os investimentos não forem incentivados; há, porém, promessas de mais investimentos nos setores de celulose, consolidação do complexo Ford, com ampliação para o setor de autopeças etc.

Em termos de distribuição dos investimentos, considerando-se os projetos anunciados, verifica-se a concentração na RMS (60%) e no Extremo Sul (27%); as regiões Paraguaçu, Oeste, Serra Geral, Litoral Norte, seriam contempladas com projetos em torno de 2% a 3% dos recursos de investimento, envolvendo ampliação, implantação e reativação de atividades econômicas, enquanto as demais regiões não respondem sequer a 1% dos projetos (UDERMAN e MENEZES, 1998).

Aspecto importante a destacar é a distribuição destes projetos por ramos de atividade. No período 1997/2004, observa-se que o gênero alimentar recebe maiores investimentos na região Oeste (47,7% dos projetos, vinculados à produção de grãos, com tendência à modernização) e na região Paraguaçu que participa em 38% dos projetos. A indústria de calçados, têxteis e confecções localiza-se mais na região Sudoeste, com 83% dos projetos, complementada pela RMS. As atividades mineral e de beneficiamento concentram-se na região da Serra Geral, com 80% dos projetos. Alguns ramos de maior valor agregado concentram-se basicamente na RMS: petroquímica, metal mecânico, químico.

Há regiões que apresentam perspectivas a partir de algumas condições que lhes são favoráveis. A Litoral Sul, por exemplo, com a decadência do cacau, vem buscando de-

envolver a atividade eletroeletrônica, utilizando a boa infra-estrutura de que dispõe, fortalecendo seu pólo de informática mas também buscando a agroindústria em moldes mais competitivos (fruticultura, dendê, cacau). A região Oeste tende a diversificar, com a produção de frutas e café, ainda que se concentre na produção de grãos e carnes. A região Sudoeste, além da produção de carnes, procura desenvolver a avicultura e suinocultura e investe na indústria de calçados. A Serra Geral volta-se para o segmento mineral (magnesita e urânio), potencial forte também do Piemonte de Diamantina. A produção do semi-árido ainda se baseia no sisal, mas vislumbra-se a criação de animais e seu melhor aproveitamento, inclusive com inovações genéticas, além de começar a despontar outras alternativas de transformação. Na região Nordeste, a instalação da barragem de Itaparica cria condições para projetos de irrigação, desenvolvendo cultivos de uva, manga, cebola, melão, cebola etc. Outras regiões, como a Litoral Norte, Médio São Francisco, Extremo Sul, apresentam possibilidades de certa diversificação, principalmente na horticultura e indústria madeireira.

Além do Extremo-sul, outros novos eixos de expansão econômica podem ser estimulados a partir da identificação das suas potencialidades. A indústria têxtil e de calçados no Sudoeste, a mineração, a pecuária, o cultivo do sisal, na região do semi-árido, a fruticultura irrigada, no Baixo Médio São Francisco e a cadeia de grãos-carne no Oeste são exemplos de atividades capazes de propiciar a formação de pólos interiorizados, promovendo uma desconcentração espacial da economia baiana (UDERMAN e MENEZES, 1998, p. 98).

Face à importância político-social da agricultura é preciso levar em conta, primeiro, a estrutura agrária do Estado. Nesse sentido, observa-se que 57,5% dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares, ocupando apenas 4,6% da área total. Portanto, a maior parte dos estabelecimentos constitui-se de minifúndios. O número destes estabelecimentos cresceu entre os anos de 1970 a 1990, mantendo-se a mesma área e, portanto, reduzindo ainda mais o tamanho das propriedades. Acima de 100 hectares, o número de estabelecimentos corresponde a 42% ocupando uma área de 69% do total, revelando assim o alto grau de concentração fundiária. Observa-se, inclusive, que a extensão da área ocupada pelas grandes propriedades vem aumentando, passando de 3,7% em 1970 para 10% em 1995. Considerando-se um horizonte de tempo mais amplo, verifica-se que, do ponto de vista da estrutura de propriedade, a situação pouco mudou. Entre os que ocupam a terra, 10% não são proprietários, ou seja, são parceiros, arrendatários e ocupantes. Embora a grande parcela seja de proprietários, 50% destes possuem propriedades de menos de 10 hectares (IBGE – Censo 1995-1996).

Predomina, ainda, a atividade agropecuária tradicional, apesar da crise de culturas como o cacau, sisal, algodão, mamona e do surgimento de novas culturas (cereais e frutas, madeira para celulose). Nas áreas agrícolas mais dinâmicas, os lucros não foram reinvestidos na região, nem houve melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Ao lado da crise da agricultura tradicional como a cacauicultura, cuja participação no Valor Bruto de Produção (VPB), cai de 36% em 1985 para 5,9% em 2000. As demais culturas (mamona, café, algodão) seguem a mesma tendência, caindo a participação no VBP de 18,8% em 1985 para 10,8% em 2000. Observa-se, contudo, a expansão de novas culturas, como soja, milho que passam de 3% de participação no VBP para 10% e 5%, respectivamente. Os setores frutícola, de silvicultura e de granja,

também se expandem, elevando sua participação (SOUZA e PEDREIRA, 2002)

Esta modernização não estendeu seus resultados para o conjunto do Estado, não só em termos de território, como de categorias de produtores. A configuração do espaço rural baiano comporta “dois mundos”. De um lado estaria um novo mundo rural desenvolvido, onde proliferam novas atividades agrícolas e os segmentos agroindustriais modernos associados às atividades não agrícolas ligadas ao turismo rural e às atividades urbanas. Do outro lado, estaria o mundo rural atrasado, onde se destacam a intensificação de estratégias de sobrevivência impulsionadas pelo trabalho em tempo parcial e pela transferência de rendas do setor público, na forma de aposentadoria e pensões. O novo mundo rural desenvolvido comportaria duas grandes áreas: as “ilhas de prosperidade”, com porções do oeste, norte e extremo-sul da Bahia com uma agricultura produtivista (grãos, fruticultura e silvicultura) e a “litorânea tradicional”⁵ com a agricultura tradicional em crise, mas com outras alternativas, inclusive não agrícola, como o turismo (SOUZA e PEDREIRA, 2002).

Em termos de emprego, observa-se maior nível de ocupação das famílias entre os empregados chamados pluriativos e não agrícolas, oriundos de pequenos estabelecimentos comerciais. No caso de trabalhadores agrícolas, o crescimento se dá pela expansão da fronteira agrícola no Oeste do Estado e dos projetos de irrigação – fruticultura, expansão da horticultura e cafeicultura. O semi-árido, que ocupa 2/3 do Estado, é uma área pobre, cujas atividades econômicas são dependentes das rendas agrícolas que sofrem influência negativa do clima e da falta de adaptação: a cada quatro safras apenas uma é satisfatória. Há regiões como a cacaueteira em constante crise mas onde há cidades que desenvolvem setores não agrícolas como o do turismo, com hotéis, pousadas e poucas empresas industriais. As pequenas propriedades são incapazes de prover o sustento familiar, estimulando a busca de outras atividades, nem sempre agrícolas.

As rendas e transferências governamentais e aposentadorias desempenham papel importante na composição geral das rendas. Cerca de 40% dos benefícios são para pessoas do campo e em muitos municípios o volume pago constitui quase que a única fonte de renda das famílias. As rendas não agrícolas das famílias são relevantes, embora vindas de atividades pouco qualificadas.

O rendimento médio dos chefes de família, no estado, é de R\$ 574,00 na área urbana e de R\$ 190,00 na área rural, um pouco maior que a do Nordeste (IBGE – Censo de 2000). Essa defasagem de renda entre área urbana e rural é bem maior no Nordeste e na Bahia do que no país como um todo. Em termos de analfabetismo, a Bahia está acima da média nacional, com 24,7%, atingindo, na zona rural, 40% (sobretudo nas faixas mais elevadas de idade – 40 anos). A população sem instrução e com menos de um ano de estudo atinge na Bahia 24,15% (IBGE, PNAD – 1999).

Em termos de perspectivas e de possibilidades de se instituírem políticas públicas de caráter inovador existem algumas formulações em discussão e outras em prática. Como exemplos, citam-se: 1) atividades agropecuárias que agreguem valor: produ-

⁵ Municípios de Ilhéus - Itabuna, Valença, Catu, Salvador, Santo Antônio de Jesus e Entre Rios.

ção de flores, especiarias, horticultura; animais silvestres em cativeiro; há sugestões de formatos organizacionais novos (cooperativas, consórcios); 2) atividades pluriativas no meio rural voltadas para o lazer (turismo ecológico, turismo cultural, artesanato); 3) funcionamento de consórcios intermunicipais de desenvolvimento local sustentável como o do Vale do Jiquiriçá, estruturado desde 1993 e o da Costa do Coqueiro na região Litoral Norte, mais recente. O primeiro envolve 25 municípios e visa criar fóruns de desenvolvimento local, capacitando lideranças na área de associativismo, cooperativismo, elaboração e gestão de projetos, captação de projetos; o segundo, coordenado pela ONG Ondazul, visa realizar projetos comuns a 7 municípios, com ênfase na questão ambiental.

Apesar da importância destas iniciativas, é preciso, no entanto, encará-las criticamente pois, apesar da participação de ONGs e de outras associações, há um forte controle do Governo estadual, por meio de órgãos como Sebrae, Conder, CDA e, no caso dos Consórcios, dependência das políticas locais, já que as prefeituras são seus membros e os prefeitos têm seus interesses político-eleitorais próprios e nem sempre querem submeter-se a decisões coletivas. O fortalecimento da sociedade civil e sua autonomia vai depender da articulação das organizações e da proposição de alternativas viáveis de desenvolvimento, além das possibilidades de controle social que possam vir a exercer, influenciando, inclusive, nas decisões de aplicação de recursos.

As mudanças econômicas com o surgimento de novos setores mais dinâmicos, ainda que não alterem as estruturas de concentração espacial e de propriedade, permitem o surgimento de novas relações sociais e de novos tipos de organização, como agências de comercialização, centrais de associações voltadas para exportação, cooperativas de crédito, organizações empresariais não tradicionais como a Associação dos Irrigantes da Bahia, Associação Baiana de Criadores de Caprinos, organizações de economia solidária, redes de cooperativas de crédito – Sicoob-Ba (Sistema das Cooperativas de Crédito), a Ecosol (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário) abrangendo 13 municípios, Ascoob (Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar), vinculada a APAEB/MOC, sindicatos de trabalhadores agrícolas assalariados (Juazeiro), Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), a Articulação em Agroecologia na Bahia.

Em decorrência da implantação de novas culturas, são criadas novas organizações, com formatos diferentes, embora dentro do mesmo padrão legal, já que em termos institucionais pouco se tem renovado, com exceção da regulamentação das OSCIP e OS. É o que aconteceu em Irecê com a introdução da cultura do tomate e a criação do Sindicato de Produtores Rurais, envolvido diretamente na mobilização de agricultores ligados àquela cultura, em detrimento dos tradicionais Sindicatos de Trabalhadores Rurais que agregam pequenos proprietários, meeiros, parceiros etc. e dos Sindicatos Rurais, formado por médios e grandes proprietários. Em Eunápolis, para estimular a criação de caprinos e ovinos, e com atuação em todo o Estado, criou-se em 1999 a Accoba – Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia, desenvolvendo inclusive um programa de cunho social como o “Ovelha Escola”, reproduzindo o programa existente em Retirolândia chamado de “Bode Escola”, que consiste na doação de 2 cabeças de gado a cada família que, em contrapartida, se compromete a

manter os filhos na escola (A Tarde Rural, 22 dez.2003, p. 8). Do cultivo de flores e plantas ornamentais em 28 municípios surgiu a Asblafor, congregando os produtores desta cultura.

A renovação de certas culturas com introdução de novas tecnologias e alguns projetos desenvolvidos pelo Sebrae têm contribuído também para o surgimento de articulação de organizações como as Redes Associativas de Mandiocultura, estimulada pelo Projeto Oportunidades de Negócio. Embora seja possível perceber que se trata de uma estratégia onde a organização passa a ser um mero instrumento facilitador de implantação do projeto, cria-se a oportunidade para que estes segmentos se encontrem, discutam problemas comuns e se mobilizem em torno de reivindicações mais gerais que respondam a problemas que afetam a comunidade.

CONTEXTO POLÍTICO

As opções por políticas públicas estruturadas com um mínimo de racionalidade implicam em orientações político-partidárias que as traduzam. Na Bahia, o predomínio do clientelismo e da utilização dos recursos públicos em proveito do privado (amigos e familiares) configura-se de forma ostensiva, dado à fragilidade da sociedade civil e à convivência, até há pouco tempo, do Judiciário e do Ministério Público. A base de sustentação dos grupos políticos tradicionais, no Estado e no cenário federal, é formada por uma elite atrasada que está sob o domínio do político Antonio Carlos Magalhães, chefe quase incontestável, que se mantém no poder há dezenas de anos.⁶

Não obstante sua força eleitoral e os métodos mandonistas que utiliza, só recentemente algumas mudanças vêm ocorrendo. Em 2001, sofreu um desgaste em consequência do episódio de violação do painel do Senado que o levou a renunciar ao mandato. No entanto, logo demonstrou recuperação de prestígio, ao ser eleito no pleito seguinte juntamente com seu companheiro de chapa, seu “fiel escudeiro”, o então governador César Borges. Apesar das leves discordâncias com sua bancada, principalmente relacionadas com a disputa da liderança e da orientação em relação à posição do Governo Federal, o domínio político do chefe mantém-se quase intacto, salvo algumas fugas de prefeitos do interior, na busca por seguir um caminho próprio. Este quadro mantém-se até 2004, quando seu candidato à Prefeitura da Capital sofre uma acachapante derrota para um candidato apoiado por forças anti-carlistas (principalmente constituída por PSDB, PSB, PMDB, PPS, PTB e PCdoB). Nessa eleição, o candidato carlista, o senador e ex-governador César Borges, obtém apenas cerca de 25% dos votos.

Nas eleições de 2006, ACM sofre dupla e grande derrota ao perder o governo da Bahia e uma vaga no Senado: neste pleito foram eleitos Jaques Wagner (PT) ao Governo do Estado e João Durval (PDT) ao Senado. Contudo, ACM sai destas eleições mantendo sob sua liderança cerca de 48% dos deputados federais e 53% dos deputados estaduais eleitos no estado. Desde então, as hostes carlistas vêm enfrentando um processo de esvaziamento devido à migração de prefeitos, vereadores e políticos que buscam alinhar-se ao novo governo.

Os possíveis efeitos dessas recentes mudanças no contexto político do Estado sobre o perfil e a dinâmica das organizações da sociedade civil não foram, contudo, incorporados à análise da pesquisa face ao fato da coleta de informações ter-se encerrado em 2004.

No plano institucional houve certo avanço com a manutenção da independência do Judiciário a partir do compromisso firmado pelo Presidente do Tribunal, cujo sucessor segue a mesma linha do anterior que, pela primeira vez, não estava vinculado ao grupo carlista. Em relação ao Ministério Público, o Procurador Geral, desde o período anterior, também mantém uma postura de independência e houve casos em que

⁶ É importante observar que à época que este texto foi escrito, o “carlismo” ainda era uma forte presença política, principalmente no interior do Estado.

promotores afastados por imposição de prefeitos vinculados ao chefe político, voltaram às comarcas onde atuavam, inclusive com a ocorrência de abaixo-assinados feitos pela comunidade.

Essa maior independência da chefia do Ministério Público tem implicações na atuação dos promotores nos municípios que se sentem impulsionados a promover ações contra as irregularidades, tendo a certeza de que não serão transferidos da Comarca onde servem e que suas ações terão continuidade. Para reforço desta atuação, foi criado um Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público. A partir das eleições de 2000, foram intensificados os processos de investigação, inclusive de ex-prefeitos que cometeram uma série de abusos como represálias aos resultados eleitorais; as ocorrências de fatos como rejeição de contas, suspensão de serviços fundamentais, desvios de recursos, enriquecimento ilícito, não pagamento a funcionários foram objeto de ações ou inquéritos em 154 prefeituras (A Tarde, dez.2000).

Em consequência disto, aumenta, nos últimos anos, o número de denúncias de desvios de recursos e de improbidade, havendo até cassação de mandatos. Nos dois últimos anos, 27 municípios tiveram seus prefeitos envolvidos em processos administrativos e criminais no Tribunal de Justiça e dezenas de outros responderam a inquéritos nas Comarcas (A Tarde, 29 jun.2003, p. 9).

Várias denúncias de irregularidades têm sido feitas pela imprensa e por vereadores, e várias ações judiciais encontram-se em curso a partir de iniciativa do Ministério Público. Levantamento feito pelo jornal A Tarde na região sudoeste, sobre denúncias apresentadas pela imprensa durante os anos de 1992 a 2002, indica que 24 prefeituras foram alvo de denúncia de irregularidades. Embora apontadas por adversários - que também as cometeram - muitas destas denúncias foram confirmadas por contas rejeitadas pelos Tribunais de Contas (A Tarde, 15 dez. 2002, p. 13). O Tribunal de Contas da União, em balanço de 2002, contabiliza 852 processos julgados irregulares, 130 prefeitos condenados por má gestão, envolvendo prejuízo para os cofres públicos da ordem de 50 milhões de reais (A Tarde, 9.dez.2000, p 9). Observa-se que, em alguns programas federais como o Fundef ou o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), os desvios são mais comuns e freqüentes e têm sido alvo de apuração e denúncia de organizações sindicais como a APLB e de ações judiciais por parte de autoridades federais, a exemplo de 17 prefeitos denunciados pelo MEC em 2002 (A Tarde, 10.jul.2002) e de 165 denúncias de desvio feitas pelo Sindicato de Trabalhadores em Educação (A Tarde, 21 jun.01, p 12).

Em estudo realizado em cinco municípios, Carvalho (2002) identifica, no período 1996/2000, com base em documentação do TCM, 25 ocorrências de exame de contas cujos pareceres foram, em 19 casos, aprovados com ressalvas, aplicando-se multas em 13 deles e rejeitando-se 6. No período das denúncias apresentadas, 40% não foram reconhecidas e 20% foram julgadas improcedentes. A análise conclui pela quase ineficácia da ação do Tribunal de Contas que não exerce plenamente suas atribuições, pois não dá desdobramentos nem implementa suas decisões, a exemplo das multas que não executa e do não encaminhamento de documentação ao Ministério Público para ação judicial. Em relação à natureza do controle executado, demonstra

como este é limitado, prendendo-se mais às exigências formais e não se voltando para o exame do mérito que deveria questionar a legitimidade, economicidade e razoabilidade dos gastos.

Três fatos têm impulsionado a crescente descoberta de irregularidades e a denúncia de desvios de recursos nos anos recentes: a) as mudanças de orientação do Ministério Público Estadual, como já visto; b) a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101, de 4.5.2000) que traz uma série de obrigações de transparência, inclusive estimulando a participação da sociedade civil na fiscalização, e c) a atuação mais sistemática da Controladoria Geral da União, que realiza auditorias na aplicação dos recursos públicos federais, provocada por denúncias ou através de sorteios dos municípios e realizadas de forma concentrada por meio de força-tarefa de auditores.

As decisões do Governo Federal e a atuação mais agressiva do Ministério Público, como já se observou, quando provocado por organizações da sociedade civil ou por sua própria iniciativa, tem motivado as organizações representativas a se capacitarem para o exercício do controle da gestão pública, inclusive provocando o surgimento de organizações com este objetivo específico, como se verá mais adiante (*Transparência Ipirá, Grupos de Cidadania* em Gentil de Ouro, Oliveira dos Brejinhos, Morpará, Brotas de Macaúbas e Ipuiara, os *Fóruns de Cidadania* em vários municípios). Têm surgido também manifestações públicas dos cidadãos para pressionar as Câmaras Legislativas, como ocorreu em Porto Seguro, através de passeata pedindo o impeachment do Prefeito (A Tarde, 28 jun. 2003, p. 8). Entre os 20 municípios investigados pela CGU na Bahia em 2003, nenhum saiu ileso: dois prefeitos tiveram o mandato cassado, um foi afastado, seis foram denunciados e 11 estão com relatórios em andamento. No município de Porto Seguro, onde o prefeito foi afastado e depois cassado, foram apurados desvios de 48 milhões de reais (A Tarde, 21 dez. 2003, p. 17).

Não obstante o número de ações coletivas realizadas pela sociedade civil nos municípios pesquisados, conforme se verá adiante, em relação especificamente à função de controle social que constitucionalmente cabe aos cidadãos, suas organizações e seus conselhos, constata-se reduzido número de ocorrências de denúncias feitas por estes atores, em decorrência da cultura do medo já referida e do domínio exercido pelos agentes políticos. Conforme dados divulgados pelo Deputado Walter Pinheiro (2000), das 113 denúncias de irregularidades realizadas no período 1999/2000, 80% dos casos foram de autoria de deputados, seguindo-se-lhes vereadores. As organizações e cidadãos realizaram apenas seis denúncias e o Conselho do Fundef, uma denúncia. Apesar disso, há indícios de reação dos cidadãos nas eleições, quando 56% dos prefeitos que ocupavam o poder e tentavam a reeleição não o conseguiram; dentre estes estão muitos dos denunciados e processados (A Tarde, 23.out.2000).

As referências aos atos e decisões dos gestores públicos locais e sua impunidade demonstram claramente a natureza da estrutura de dominação ainda vigente na Bahia, não obstante as mudanças da posição do Judiciário. Deve-se ter em conta, em relação ao papel conivente e passivo do Tribunal de Contas dos Municípios, a sua composição, geralmente de ex-prefeitos ou ex-deputados e sua vinculação institucional ao Poder Legislativo, cuja direção sempre esteve controlada pelo grupo político dominante.

Como consequência, prevalece na comunidade a “cultura do medo”⁷ alimentada pelos atos dos gestores públicos praticados contra os cidadãos que tentam opor-se a estas irregularidades e até crimes reconhecidos pelo próprio Tribunal de Contas; as ameaças de retaliações e de violência são constantes, mesmo contra aqueles que cumprem de forma independente o direito do voto, e até contra autoridades que buscam exercer sua função obedecendo as determinações da lei, como ocorreu com o Juiz e a Promotora de Teofilândia que, ameaçados de morte, tiveram de solicitar proteção policial para continuar a desempenhar os atos de sua competência funcional.

A todo este cenário assiste passivo o Legislativo, sem nenhuma iniciativa a não ser discursos dos deputados de oposição. Em relação à questão da transparência, os deputados tiveram dificuldades para conseguir a senha que permite o acesso ao acompanhamento das contas do Executivo Estadual, por maior que tenha sido a pressão feita pelos deputados da oposição. Em termos da sua função principal – a de legislar, os deputados na atual legislatura, aprovaram os projetos oriundos do Executivo em quase 100%, como afirma reportagem do jornal A Tarde (6 maio 2004, p. 17): apenas cinco projetos de deputados foram votados.

A violência política ainda é muito presente na Bahia e se intensifica no período eleitoral, fruto de desavenças entre grupos aliados que se tornam adversários e as heranças de lutas entre famílias. Há vários casos de assassinatos, na esfera estadual, que se tornam até lendários em função dos interesses e prestígio dos envolvidos e que permanecem impunes. Cita-se, como exemplo, o município de Pedrão, onde o então prefeito envolveu-se no assassinato de duas pessoas, conforme o inquérito policial comprovou. Uma das vítimas era o vice-prefeito que estava recolhendo documentos para denunciar o prefeito por desvios de recursos; os executores do crime foram condenados, o mandante não. Geralmente, os fatos se dão em torno de prefeitos, vice-prefeitos, envolvendo nas questões político-eleitorais, além dos políticos locais, outras autoridades, como ocorreu em Jandaíra em que o Governador decretou a intervenção do município, ou em Eunápolis, em que é acusado um deputado estadual que depois elegeu-se prefeito.

Muitos destes políticos acusados formalmente de crime continuam na vida política, alguns se candidatando e reelegendo-se, prevalecendo a impunidade. Alguns vereadores ou dirigentes de partidos de oposição e radialistas têm sido vítimas de violência, como aconteceu em Tancredo Neves, Jaguarari, Ubaíra (neste último, o ex-prefeito foi acusado e condenado recentemente). As disputas entre prefeito e vice-prefeito, envolvendo vereadores que podem dar respaldo legal através de processo de cassação, podem resultar em morte do prefeito, como correu em Pau Brasil (A Tarde, 27 e 29 jun 2000). Os acusados, na maioria dos casos, são formalmente vinculados ao PFL ou partidos a este associados.

⁷ Em monografia apresentada no Departamento de Ciência Política da FFCH – UFBA, Ailton Ribeiro, analisando os Grupos de Cidadania em 5 municípios da Região, mostra como se forma a “cultura do medo” a partir da repressão praticada na região contra o grupo de Lamarca, cujas marcas estão presentes na mente e atitudes das pessoas ainda hoje. Afirma ele: “*Esse trecho da história brasileira aprofundou a cultura do medo. Além da concretude da presença militar e do ‘recado’ passado para aqueles que se organizam contra as injustiças, o imaginário popular cuidou de criar mais motivos para se ter medo*” (Alcântara, Ailton Ribeiro, 2004).

Estes elementos constituem indicadores do contexto político da Bahia, no qual as organizações da sociedade procuram atuar. Além das dificuldades internas que enfrentam com a falta de recursos, instabilidade no fluxo de recursos e a ausência de qualificação específica para lidar com temas complexos, defrontam-se com uma situação política adversa em que elites tradicionais controlam o poder em benefício de seus protegidos e aliados, onde a malversação dos recursos públicos, o uso da violência, da intimidação, das ameaças, contam com a omissão das autoridades.

As mudanças ocorridas no Judiciário e no Ministério Público, importantes para efetivação dos direitos, ainda não fizeram sentir seu impacto em boa parte dos municípios, muitos deles, inclusive, sem a presença permanente destas autoridades ou sem recursos para implementar decisões. Não obstante este quadro, os dados coletados por esta pesquisa indicam certo nível de resistência e de iniciativa da sociedade civil para enfrentar esta situação de dominação e opressão em busca de caminhos de emancipação.

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

Considerando a inexistência de informações sistematizadas e abrangentes sobre a atuação das organizações da sociedade civil do estado da Bahia na formulação das políticas públicas, foi necessário primeiro construir um quadro que contemplasse uma amostra significativa da quantidade, reconhecendo a dispersão geográfica e a diversidade de tipos organizacionais.

A partir de questionários aplicados a 1821 organizações, foram levantadas informações relacionadas à natureza, tipologia, objetivos, período de fundação, apoiadores, relações com outras organizações e com os associados. No conjunto, essas informações constituem o Perfil das Organizações apresentado nesta parte.

NATUREZA DA ATUAÇÃO E TIPOS DE ORGANIZAÇÕES

Dada a grande diversidade quanto à natureza e aos tipos das organizações, foi elaborada uma classificação partindo-se de três critérios: 1) a auto-identificação, isto é, a maneira como os dirigentes e membros da organização a classificam; 2) a natureza da atividade que desenvolvem e, em especial, 3) da valorização de atividades novas e de grande importância político-social que, dificilmente, se enquadrariam em categorias tradicionais ou pré-estabelecidas, como é o caso das rádios comunitárias, das organizações de articulação e das organizações de economia solidária.

Ainda que organizações de determinada natureza apareçam em baixa ocorrência, como, por exemplo, as organizações culturais, as de articulação e as de defesa/ inserção de minorias, a existência de cada uma demonstra a capacidade crescente da sociedade se organizar sob novos formatos institucionais para dar conta de antigas e recentes demandas.

Evidentemente, nenhuma classificação seria capaz de responder à multiplicidade de atividades que, em geral, as organizações desenvolvem, mesmo que, do ponto de vista da natureza, sejam tão próximas. Como exemplo dessa dificuldade, poderia se incluir na mesma categoria, as associações beneficentes e as de promoção humana, uma vez que as primeiras se ocupam da assistência material e social, e as outras com o desenvolvimento de capacidades e habilidades dos indivíduos. Contudo, seria um simplismo, na medida em que se desprezaria a diferença entre o assistencialismo e as ações que trabalham numa perspectiva mais ampla de “empoderamento” e autonomia.

Do mesmo modo, encontra-se uma certa dificuldade em diferenciar as associações comunitárias rurais e as associações de pequenos produtores. Embora originalmente as primeiras se ocupem dos interesses comunitários e as outras das atividades voltadas, especificamente, para gestão de projetos produtivos, na prática, essas atividades se sobrepõem e os nomes nem sempre são condizentes. Não foram raras as

ocorrências de reivindicação de equipamento público (escolas, postos de saúde, iluminação pública etc.) para atender à comunidade, feitas por associações de pequenos produtores.

Desta forma, foram definidos 9 grupos de organizações, segundo sua natureza, conforme mostra a Tabela 1. Mesmo apresentando naturezas diversas, grande parte das organizações pesquisadas se voltam para questões de sobrevivência.

Tabela 1 - Natureza da atuação das organizações

	N	%
Comunitária	844	47
Produção/comercialização/crédito	321	18
Profissional	277	15
Serviços/assessorias	208	11
Cultural	58	3
Articulação	41	2
Defesa/inserção de minorias	29	2
Defesa de direitos	25	1
Política	18	1
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

Pode-se observar na Tabela 1, somadas as organizações de caráter comunitário, 47%, de produção/comercialização/crédito, 18%, e profissional 15%, alcançam 80% das organizações pesquisadas, revelando as prioridades gerais da população: melhores condições de vida, subsistência, garantia de direitos trabalhistas.

O predomínio das organizações comunitárias urbana e rural, 47% do total, explica-se pela maior facilidade de mobilização local em favor de necessidades emergenciais de ordem coletiva. Em sua grande maioria, as comunidades se organizam para reivindicar à prefeitura equipamentos e serviços públicos para o bairro. Em seguida, as iniciativas voltadas para produção, comercialização e crédito somam 18% das ocorrências. Nessa categoria, além das associações de pequenos produtores rurais, encontram-se as cooperativas. Como reflexo da organização formal e tradicional, as organizações de profissionais – sindicatos e associações de classe – somam 15% das incidências, com predominância dos primeiros.

Apresenta-se, na Tabela 2, a distribuição das organizações de acordo com a tipologia proposta, agrupadas de acordo com a natureza de cada uma.

COMUNITÁRIAS

Associações Comunitárias Rurais

De modo geral, ultrapassando os limites desta pesquisa, pode-se vislumbrar uma tendência atual do associativismo rural da Bahia identificada em alguns agrupamentos que se caracterizam pela sua vinculação ao Estado ou Empresas, pelas formas de

Tabela 2 - Tipos de organizações

	N	%
Comunitária	844	47
Associação Comunitária Rural	667	37
Associação de Moradores Urbanos	177	10
Produção/comercialização/crédito	321	18
Associação de Pequenos Produtores Rurais	288	16
Cooperativa	31	2
Organizações de Economia Solidária	2	0,1
Profissional	277	15
Sindicato dos Trabalhadores Urbanos	90	5
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	68	4
Associação de profissionais	65	4
Associação empresarial urbana	40	2
Sindicato de empresários rurais	8	0,4
Associação empresarial rural	3	0,2
Sindicato de empresários urbanos	3	0,2
Serviços/assessorias	208	11
Beneficentes/Filantropias	85	5
Associação de promoção humana	80	4
Organização não-governamental	15	0,8
Rádio comunitária	12	0,7
Associação educacional	8	0,4
Organizações religiosas de apoio a Movimentos Sociais	8	0,4
Cultural	58	3
Cultural/Artística	58	3
Articulação	41	2
Organização de articulação	41	2
Defesa/inserção de minorias	29	1,6
Associação/Movimento de Mulheres	22	1,2
Organização estudantil	5	0,3
Movimento dos Sem Teto	2	0,1
Defesa de direitos	25	1,4
Associação Sócio-Ambiental	23	1,3
Associação de usuários de serviços públicos	2	0,1
Política	18	1
Movimento social/político	18	1
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

atuação e linhas de reivindicação. Geralmente, estes grupos se articulam em Federações ou Centrais. Assim, identificam-se os seguintes grupos:

- associações vinculadas a Programas Governamentais: Programa Produzir, Cédula da Terra, Apicultores, Piscicultores (Barra e Paulo Afonso);
- associações de agronegócio (ovino e caprino cultura, fruticultura, plantas ornamentais);
- associações agropastoris – fundos de pasto;

- associações de pequenos produtores vinculadas a movimentos sociais/organizações ligadas à Igreja. Ex.: Coordenação Estadual de Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA), Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento de Luta pela Terra (MLT);
- associações de agroecologia (ligadas, por exemplo, às ongs Terra Viva e SASOP – Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais);
- associações comunitárias ou de pequenos produtores independentes, não vinculadas (UARA – União das Associações Rurais de Alagoinhas, Cealnor – Central de Associações do Litoral Norte, UARJ – União das Associações Rurais de Juazeiro, outras);
- associações mantenedoras de Escolas Famílias Agrícolas (filizadas à AECOFABA e à Refaisa)

O número elevado de associações rurais relaciona-se, não somente ao fato de a maioria dos municípios ser predominantemente de base econômica agrícola e terem menor índice de urbanização (em geral, 33% da população estão nas áreas rurais), como também a uma exigência (organização de associações) de agências internacionais de fomento e órgãos governamentais para financiamento de projetos produtivos ou de infraestrutura no meio rural. Muitas destas organizações exercem um papel restrito para a operacionalização dos programas, como funções formais de aprovação de projetos. Sem um envolvimento na vida associativa, acabam por desempenhar funções apenas burocráticas ou de caráter assistencial, como a viabilização de benefícios previdenciários e projetos produtivos para algumas pessoas, apesar de sua origem, em muitos casos, ter sido a luta por direitos básicos, conquistados com muito sacrifício, em alguns casos até a custo da própria vida de dirigentes. A busca por benefícios acaba por influenciar até mesmo no elevado número de sócios que possuem.

Não se pode perder de vista, no entanto, as características de avanços técnicos, científicos e de sociabilidade desses programas, através da infra-estrutura e da tecnologia empregada. Do ponto de vista do associativismo, há de se ressaltar a capilaridade da presença destas organizações em longínquos povoados, e as potencialidades criadas com o simples fato de se reunirem com certa frequência, de discutirem temas de interesse coletivo, de se defrontarem com interesses contraditórios e práticas nem sempre democráticas dos diferentes atores. Constitui um importante meio das comunidades rurais iniciarem uma maior participação e controle social sobre o poder local, apresentando, assim, possibilidades para um processo de democratização do poder, ao se capacitarem para enfrentamentos de conflitos.

Como contraponto, vale ressaltar a presença das “associações de fundo de pasto”, que agregam pequenos produtores de base familiar ou de compadrio, onde desenvolvem atividades de pastoreio de gado de pequeno porte de forma comunitária, e atividades agrícolas para subsistência. As propriedades são coletivas, abertas, sem cercas, exploradas de forma coletiva, os limites são acertados por acordo em comum, por meio de picadas abertas na vegetação e, na realidade, a propriedade é indefinida pois, mesmo onde há forma de partilhas, esta é descrita de forma não clara. Além da atividade de pastoreio, há a agricultura de subsistência em torno da casa, de uso familiar e cercada, além do pequeno criatório. Trata-se de um modo específico de uso

da terra, com uma tradição centenária, típica da região Nordeste da Bahia, com origem na decadência da exploração colonial das grandes fazendas de gado das duas grandes famílias – Garcia D’Ávila (Casa da Torre) e Guedes de Brito (Casa da Ponte), mas, com o surgimento de outras atividades econômicas mais rentáveis (mineração), foram sendo desmembradas (sec. XVIII) e passadas para herdeiros, e outras abandonadas. Essas explorações se originaram da expulsão dos índios que, no período da colonização, foram dizimados, escravizados ou aldeados pelos jesuítas.⁸

Muitas destas terras, abandonadas pelos herdeiros, foram depois consideradas devolutas, de domínio do Estado (em 1889), que passou a distribuir títulos aos protegidos dos ocupantes do poder, sobretudo aos Coronéis. Após 1850, quando se criou a Lei da Terra, aqueles que tinham a posse da terra receberam títulos e, em alguns dos espaços não ocupados pelos Coronéis, surgia o pastoreio comunitário espalhado na caatinga.

Estes espaços deram origem ao denominado fundo de pasto. Este é um tipo de organização da atividade produtiva que busca superar as limitações e hostilidades da natureza através de uma relação de convivência de forte interação social onde cada integrante tem seu papel e se sente pertencente à comunidade, não só pelos laços familiares, mas pela proximidade entre eles, fortalecendo uma relação de solidariedade que se traduz na organização do trabalho através do mutirão (revezamento semanal no trato dos animais por equipes, o cuidado do gado é um trabalho coletivo), até os membros que desenvolvem habilidades artesanais prestam serviços à comunidade em termos de ajuda e cooperação. A diferença de renda entre os membros é pequena. São características dos Fundos e Fechos de Pastos na Bahia:

- Posse, por décadas, de áreas coletivas, usadas em pastoreio extensivo;
- Área utilizada livremente por todos os condôminos;
- Ausência de cercas delimitatórias;
- Residências típicas do sertão na área das posses individuais;
- Roçados de subsistência individuais de cada família;
- Forte laço de parentesco e compadrio entre os membros da comunidade;
- Características culturais próprias de cada comunidade: festas, artesanato, rezas etc.
- Cuidado com a caatinga.

Retomando a temática das associações comunitárias, deve-se considerar, por fim, que estas, muitas vezes, começam a existir a partir de interesses eleitorais. Em muitos casos, políticos ou grupos partidários mantêm pessoas de sua confiança na diretoria, a fim de manter base eleitoral em troca de conquistas de caráter clientelista. Não se pode perder de vista, no entanto, as associações comunitárias rurais que buscam construir estratégias de combate e luta pela terra através do fortalecimento dos vínculos comunitários, tendo grande influência da Igreja e dos Movimentos Sociais, em muitos casos ligadas ao MST e à CETA.

⁸ Os aldeamentos jesuítas, de alguma forma, contribuíram para a conquista da terra de alguns dos 7 povos indígenas que vivem nesta região: Kariri, Kaimbé, Pankararé, Tuxa, Kantarure, Xucuru-Kariri e Tumbalalá.

Associações de Moradores Urbanos

As Associações de Moradores Urbanos, como se mostra na Tabela 2, representam 10% das organizações cadastradas, sendo o 3º tipo de organização com maior ocorrência, estando mais presentes nos municípios com maior população.

Não obstante essas duas realidades, é marcante a presença de associações surgidas na década de 50 em decorrência dos problemas criados pela urbanização e manipuladas por políticos locais para conseguir votos em troca de mediação junto às administrações locais para obtenção de serviços e equipamentos públicos, ou mesmo em troca do fornecimento de materiais de construção e roupas. Na década de 1980, essas associações tiveram um grande impulso e se multiplicaram para realização do “Programa do Leite”, promovido pelo Governo Federal, em que o recebimento do leite era condicionado à existência da Associação. Não obstante a atuação clientelista dessas associações, muitas delas modificaram suas práticas em decorrência da penetração das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e do surgimento de movimentos sociais urbanos (Movimento de Moradia, Contra a Carestia, Loteamentos Clandestinos, Favelados etc.).

PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/CRÉDITO

Associações de Pequenos Produtores Rurais

Reunidas sob a natureza Produção/Comercialização/Crédito, as Associações de Pequenos Produtores Rurais totalizam 288, correspondendo a 16% das organizações, conforme se demonstra na Tabela 2. Tem suas demandas direcionadas especificamente a atividades de gestão de projetos produtivos e possuem elementos condicionantes similares às associações comunitárias, como a sua criação a partir de programas governamentais ou organismos internacionais. Ocorre que, na prática associativa, nem sempre é possível estabelecer distinção entre os dois tipos de associação, uma vez que ambas podem apresentar demandas de natureza comunitária (serviços, equipamentos públicos), sendo encontradas ao mesmo tempo em uma mesma comunidade.

Cooperativas

Muitas cooperativas funcionam como verdadeiras empresas, sem exercitar a filosofia do cooperativismo. Não obstante, têm surgido, nos últimos anos, cooperativas de crédito voltadas para pequenos produtores que usam uma estratégia de economia solidária. Há 3 redes agrupando estas cooperativas: SICOB, BANCOB e ADS.

Não foram incluídas entre essas cooperativas, as organizações de economia solidária, pois existe diferenças acentuadas nas suas formas de gestão e atuação.

Organizações de Economia Solidária

Com apenas duas ocorrências, organização de “economia solidária” (cuja administra-

ção e produção é gerida pelos próprios trabalhadores) compreende, na amostra, a Empresa de Participação Comunitária,⁹ de Jaguarari e a Associação Beneficente Recreativa e Cultural dos Trabalhadores da Terra, de Riachão do Jacuípe. A categoria permite que se valorize o caráter novo e diferenciado dessas iniciativas que vêm sendo um fenômeno moderno e mundial de alternativa às condições capitalistas de trabalho e apropriação da renda. Várias iniciativas nesta linha de atuação, que não foram incluídos na amostra, têm surgido em diversos municípios.

PROFISSIONAIS

Sindicatos de Trabalhadores Urbanos

As organizações de tipo “Profissional”, corresponde em torno de 15% do total das organizações, conforme mostra a Tabela 2, sendo algumas constituídas como sindicato e outras como associação.

Os sindicatos possuem um papel histórico de destaque no movimento de democratização e constituição da sociedade civil tal como hoje é organizada. Na verdade, “o movimento sindical se confunde com o que se define uma sociedade civil: organização autônoma dos sujeitos [...], espaço de construção da identidade e desenvolvimento de capacidade de incidência política”. Como lembra Grzybowisk (2003), sua luta, embora voltada para defesa de direitos, refere-se aos direitos dos incluídos – mesmo que explorados e dominados: “o movimento sindical luta, a seu modo pela inclusão social e nisto é democratizador.”

Nesse sentido, atuando em favor dos interesses da categoria a que estão ligados, os sindicatos de trabalhadores urbanos vêm alcançando importantes conquistas em relação aos direitos trabalhistas e à organização do setor. Estão representados, em geral, pela Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB), Sindicatos dos trabalhadores em comércio, indústria, limpeza urbana, vigilantes, servidores públicos municipais, metalúrgicos, estivadores, transportes públicos, bancários, eletricitários, rodoviários etc. Alguns deles constituem “delegacias” de sindicatos atuantes no Estado ou em outras regiões. Apesar do número pouco expressivo, os sindicatos possuem uma forte presença nas mobilizações locais, por sua infra-estrutura, capacidade de articulação e posição político-ideológica, principalmente os de professores e funcionários públicos.

Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Observação análoga pode ser feita em relação aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, representando 4% do universo pesquisado, como é visto na Tabela 2. Apesar de possuírem o limite legal de uma unidade por município, representam um grande contingente de associados, como será aprofundado mais adiante.

⁹ Informações recentes dão conta de que esta organização estruturada como sociedade anônima está em processo de falência em decorrência de desavenças entre o Sindicato de Mineiros e um grupo vinculado à Empresa Caraíbas Mineração.

Não obstante sua natureza e âmbito de atuação, os sindicatos de trabalhadores rurais tornam-se importantes atores sociais na luta pela implementação de políticas públicas voltadas para as comunidades ou para o município, uma vez que, em geral, contam com uma infra-estrutura capaz de instrumentalizar as lutas e movimentos sociais (fornecendo carro de som, computadores, telefones, fax etc.),¹⁰ além de serem capazes de mobilizar uma enorme população, a partir dos seus próprios associados. Apesar de estarem organizados em centrais, federações e pólos sindicais e envolvem-se em questões sociais, como a luta pela terra, muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (SRTs) são coniventes com as administrações públicas locais ou omisso e se restringem a serviços burocráticos, como encaminhamento de benefícios previdenciários (aposentadoria, salário-maternidade etc.).

Associações de Profissionais

As associações de profissionais, com 4% das ocorrências, conforme Tabela 2, vêm ganhando certo destaque dentre as organizações recentemente criadas, a partir da valorização e organização de novas categorias ligadas às atividades específicas de cada região. Embora acumulem atividades que se assemelham às dos sindicatos, essas associações estão preocupadas com a qualidade de vida e de trabalho (desenvolvendo, muitas vezes, atividades de lazer e beneficentes direcionadas à categoria e a seus familiares) e em organizar e mobilizar a categoria (essas associações são em número maior dentre as novas profissões). Podem ser citados os pescadores, apicultores, feirantes, artesãos, guias turísticos, agentes comunitários de saúde etc., como categorias sujeitas a legislação e direitos específicos, algumas até então não regulamentadas (agentes de saúde, motoqueiros).

Percentualmente, a presença das associações profissionais ainda não é muito significativa. Pode-se compreender que isto se deve à pouca atividade que hoje as caracterizam, embora essas associações tenham representado papel decisivo para retomada dos sindicatos, então sob o controle dos chamados “pelegos”, e alguns segmentos assumiram mobilizações políticas na área de direitos humanos (contra censura, pela anistia), além das lutas salariais como as categorias dos arquitetos, agrônomos, médicos, professores, etc. (BOSCHI, 1987).

Vale mencionar com certo detalhamento o caso das associações de apicultores. Na região norte e nordeste da Bahia há cerca de 1500 associados, entre os 5 mil produtores, produzindo, em 2001, mais de 800 toneladas de mel. Existe uma Federação – FAABA, criada em 1986, congregando cerca de 85 associações, e uma Central de Cooperativas de Apicultores com participantes oriundos de sete municípios (das Regiões Litoral Norte e Nordeste); e uma Associação de Empresas Apícolas da Bahia (AEAB), agregando 27 empresas. O segmento tem certa tradição associativa uma vez que antes da FAABA, existia a APIBA, que no ano de 1984, já realizava o seu 3º Congresso. Essas cooperativas ainda não conseguiram o selo de controle de qualidade para seus produtos, como já ocorre, por exemplo, em Teixeira de Freitas, o que dificulta a comercialização.

¹⁰ Essa questão será aprofundada no item sobre infra-estrutura das organizações.

Duas características podem ser observadas na estrutura organizativa deste segmento: uma dependência muito grande da Secretaria de Agricultura, da qual utiliza toda a infra-estrutura não só do ponto de vista técnico, como administrativo (a sede da Federação é na Secretaria) e também em termos de ação direcionada basicamente para a produtividade, através do agronegócio, o que pode trazer dificuldades a apicultura explorada de forma artesanal.

Associações e Sindicatos Empresariais Urbanos

Neste segmento, representado por 43 organizações, 2,2%, conforme Tabela 2, predominam as Câmaras de Dirigentes Lojistas e Associações Comerciais e Industriais, organizações ligadas à defesa dos interesses de varejistas. Ao lado destas e em menor quantidade, figuram Associações de Pequenos Empreendedores, voltadas para a promoção de iniciativas de geração de renda, envolvendo, em particular, a população jovem.

Os sindicatos, neste segmento, não apresentam objetivos e atuação fundamentalmente diferenciados das associações, ficando tal distinção por conta da diferenciação jurídica e das articulações políticas locais.

Associações e Sindicatos Empresariais Rurais

As associações classificadas nesta tipologia estão representadas por Associações de Irrigantes ligados ao agronegócio voltado para a exportação. Entre os sindicatos, estão os tradicionais Sindicatos Rurais, via de regra, compostos por médios e grandes proprietários. Também aqui é verificada uma interpenetração de objetivos e formas de atuação, em que pese a diferenciação jurídica entre sindicatos e associações.

SERVIÇOS E ASSESSORIAS

Beneficentes/filantrópicas

As organizações beneficentes ou filantrópicas, são aquelas que oferecem algum tipo de serviço assistencial. Organizações antigas e tradicionais - com registros datados desde 1919 -, atendem material ou emocionalmente a pessoas, grupos ou segmentos sociais. Estão presentes em todos os municípios da amostra, com 85 ocorrências, 5%, de acordo com a Tabela 2, possuindo uma certa concentração na região do Litoral Sul. Em muitos casos, atuam em paralelo ao Poder Público, gerando recursos através de atividades como os mutirões etc., ou buscando recursos com agências financiadoras externas. Grande parte está vinculada fortemente às Igrejas Católica e Evangélicas, Centros Espíritas e grupos leigos (comerciantes e profissionais liberais). Exemplos conhecidos são os *Lions Clubs*,¹¹ as Sociedades Beneficentes e os Clubes de mães.

¹¹ A Receita Federal considera estas organizações no grupo de associações religiosas e assistenciais, com uma participação de 29% das associações não lucrativas do país, em 1979. (Secretaria da Receita Federal, *apud* Landim, 1993).

Associação de Promoção Humana

As organizações de promoção humana, em número de 80, representam 4% das organizações cadastradas, conforme Tabela 2. São bastante antigas, mas, segundo a amostra desta pesquisa, somente a partir do fim da década de 1950 ou 1960, surgiram organizações na Bahia com objetivos voltados para o fomento de políticas públicas estatais que atendessem às necessidades sociais – correspondendo também ao momento histórico em que o Estado passa a intervir de forma mais intensa na resolução de problemas sociais gerados no âmbito privado, como a inflação e o desemprego.

A característica que distingue esse tipo de organização das beneficentes, no entanto, é a perspectiva da ação e transformação. Enquanto aquelas se propõem a criar condições para o desenvolvimento autônomo do beneficiário de seus serviços, assim como de sua família, as organizações beneficentes procuram atender a necessidades imediatas a partir de campanhas de doações, realização de atividades de arrecadação de recursos, com uma prática de natureza assistencialista em que os beneficiários são meros objetos da ação.

Organizações não-governamentais

Foram identificadas 15 organizações não-governamentais (ONGs), segundo registra a Tabela 2. São assim consideradas aquelas organizações sem fins lucrativos caracterizadas por conter um corpo técnico e administrativo permanente, e por atuarem em mais de uma temática ou com mais de uma causa social. Essas organizações, em geral, contam com o apoio de agências financiadoras internacionais e, na Bahia, vêm sendo responsáveis pela organização e capacitação da sociedade civil local em torno do desenvolvimento da produção agroecológica, na comercialização ou na capacidade de influência de atores sociais nas políticas locais.

Nota-se o reflexo das suas atividades nas diversas organizações que recebem seu apoio, assessoria ou serviço. Observa-se que aparecem com maior frequência nos municípios acima de 40 mil habitantes. Não foram consideradas nesse tipo aquelas ONGs que trabalham com um tema específico como as ambientais ou as de pequenos produtores rurais, e sim as que possuem múltiplas atividades. Destacam-se: o IRPAA e a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR, Avante Lençóis e Grãos de Luz de Lençóis, Fundifram de Ibotirama e Xique-xique, e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação – FASE, de Itabuna.

Rádios Comunitárias

Também as rádios comunitárias, identificadas no rol de serviços/assessoria, vêm ganhando destaque e representam 1% da amostra, conforme mostra Tabela 2, com 12 ocorrências. São definidas pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Abraço, como “sem fins lucrativos, plural e geridas coletivamente”; veiculam notícias de natureza variada e existem há pelo menos 10 anos. Têm como objetivo promover a cidadania e a cultura nas comunidades locais. Essas rádios vêm se adequando às diversas realidades e têm cumprido um papel importante no movimento

nacional pela democratização da comunicação e livre expressão – aspectos fundamentais para consolidação de uma democracia.¹²

Atualmente a maior luta deste segmento está relacionada à legalização das rádios por todo o país. Apesar da existência de uma legislação específica (Lei 9612/98, que autoriza o funcionamento das mesmas após seu registro no Ministério das Comunicações), elas enfrentam uma séria repressão e muitos obstáculos para obtenção do registro. Observa-se que na Região Nordeste e no município de Ichú, área de atuação do MOC, concentram-se quatro rádios, provavelmente por incentivo do projeto “Jovens Comunicadores”. As Rádios Comunitárias são constituídas como associações civis e estão articuladas em uma Rede nacional (Abraço), estruturada regionalmente.¹³

Há 517¹⁴ associações de rádios no Estado, abrangendo 298 municípios, mas apenas 117 são autorizadas e nem todas estão filiadas a Abraço Bahia, criada em 1999, e que dispõe de uma agência de produção de programas – Artlivre. Até 2002, foram encaminhados 593 pedidos de autorização de rádios comunitárias, sendo apenas 78 liberados. A Abraço tem realizado, além dos Congressos Estaduais, vários cursos e seminários, apoiados pelo UNICEF e pelo MOC, para discutir o papel das rádios, sua vinculação com os movimentos sociais, programação, participação das organizações na sua gestão e atividades.

O movimento das rádios tem sido objeto de repressão feita pela ANATEL e pela Polícia Federal. Estes órgãos invadem os estúdios e até residências dos responsáveis pelas rádios, apreendem equipamentos, documentos e abrem inquérito policial indiciando as pessoas por crime de “operar emissora sem autorização”, na maioria dos casos sem mandado judicial. Proibidos pelo Superior Tribunal Federal de apreender os equipamentos, os agentes os lacram, desrespeitando a lei 9.612/98 que não prevê estas punições. Até 2002, foram apreendidos 8191 equipamentos com base no Decreto 236/1967, da época da Ditadura Militar. Em 2003, 1707 rádios foram autorizadas, mas se estima que apenas 10% sejam efetivamente comunitárias, visto que algumas delas, na realidade, pertencem a grupos religiosos, políticos e ou empresários (dados fornecidos pelo representante da Abraço na Bahia, 2003).

Associações Educacionais

Nesta tipologia foram agrupadas organizações que congregam, em especial, profissionais ligados à educação – professores e pedagogos – que se dedicam à promoção da educação profissional, infantil e popular, nas áreas rurais e urbanas, constituindo 0,4% da amostra, conforme Tabela 2.

¹² Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto 2.615 de 3/06/98 e pela Norma Complementar número 1/2004, do Ministério das Comunicações.

¹³ É importante destacar que algumas rádios denominadas comunitárias, na realidade pertencem a grupos religiosos, empresarial ou político que as utilizam para interesses próprios.

¹⁴ Esses dados podem ter sofrido alterações. O número das rádios não é constante. Listagem da Abraço, 2000.

Organizações religiosas de apoio aos movimentos sociais

O tipo “organizações religiosas de apoio aos movimentos sociais”, também agrupado na categoria serviços/assessoria, reúne as organizações que são exclusivamente oriundas e animadas por agentes das Igrejas. Apesar de não possuírem uma expressão numérica significativa, como se mostra na Tabela 2, apenas 8 ocorrências, 0,4% do total da amostra, evidenciam o apoio da Igreja Católica à sociedade civil, como será visto mais à frente, marcam as diferentes perspectivas de atuação conforme a região ou município, diocese ou paróquia. São elas: Comissão Pastoral da Terra – CPT, Comissões Eclesiais de Base – CEBs, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Movimento de Cursilhos e Pastorais da Juventude, das Crianças, da Terra e de Pescadores (Juazeiro).

Do ponto de vista da vinculação institucional, estas organizações têm uma difícil caracterização. Consideram-se autônomas em relação à Igreja em termos de ação, porém, dependem de recursos de organizações e agências religiosas internacionais. Assemelham-se às ONGs na forma de atuação – dispõe de corpo técnico profissional, atuando como organizações de apoio, assessoria, capacitação, desenvolvendo sua ação junto a organizações de base (sindicatos, associações), grupos, ONGs, em setores específicos (trabalhadores rurais, índios, quilombolas). Algumas delas não têm registro de pessoa jurídica, sendo representadas juridicamente pela Igreja, não como diocese ou paróquia. Exemplos conhecidos nacionalmente, mas não presentes no universo pesquisado, ressaltam-se a CESE, Coordenadoria Ecumênica de Serviços e Cáritas. As CEBs têm uma característica diferente por serem organizações de base, sem uma estruturação jurídica. Tiveram, sobretudo no centro-sul, uma forte atuação de apoio às mobilizações e organizações sindicais. Hoje têm uma atividade mais de caráter religioso, porém, estão espalhadas por todo o Estado e fazem sempre grandes encontros com mais de 5 mil participantes.

CULTURAL

Organizações Culturais/Artísticas

Totalizando 58 organizações, perfazendo 3% da pesquisa, segundo dados da Tabela 2. Foram reunidos nesse tipo os grupos folclóricos: de capoeira, dança e teatro; comunicação: artesanato; fanfarras; filarmônicas etc. Em geral, foram identificados somente uma ou duas associações culturais em 29 municípios. Apenas Camaçari, Juazeiro e Itabuna – que possuem maior concentração populacional – registraram número superior a quatro organizações culturais.

ARTICULAÇÃO

Organizações de Articulação

Estas organizações têm como função oferecer suporte a articulação das organizações que tem afinidades nas concepções de ação, sejam em ideais, objetivos ou atividades,

correspondem a 2% do total, como se mostra na Tabela 2. São, em sua maioria, representadas pelas federações, centrais de associações, redes etc. e as organizações religiosas. ONGs e sindicatos de empresários urbanos, como as Federações de Dirigentes Lojistas, estão entre aqueles que mais se agregam a esse tipo de organização.

Embora não tenham sido criadas recentemente, as Organizações de Articulação vêm sendo entendidas como um caminho para fortalecer e dar visibilidade às ações locais, bem como promover a participação em âmbito municipal, estadual ou federal, o que justifica o crescimento do número de organizações dessa natureza. A troca de experiências e a tentativa de determinação de estratégias de ação em comum são as principais características dessa categoria. Como exemplos desse tipo de organização, tem-se as federações sindicais e de associações de moradores de estrutura mais tradicional e hierarquizada e outras, com formatos livres e que desenvolvem ações de intercâmbio, articulação de lutas regionais e locais, como os Pólos Sindicais e as centrais de associações.

Algumas redes localizadas em determinadas regiões têm uma atuação que chega a atingir todo o país. Nem todas elas dispõem de uma estrutura que lhes permita funcionar de forma permanente. Importante observar, porém, que se trata de espaços públicos autônomos, onde as diversas organizações discutem suas experiências, elaboram diretrizes e proposições, inclusive de ações conjuntas. Alguns exemplos são a Rede Mata Atlântica, Rede de Sementes Mata Atlântica, Articulação permanente das organizações ambientalistas da Bahia – Apedema, Rede de Organizações sócio-ambientais da Chapada Diamantina, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB, Rede de mulheres, da Região Juazeiro, Rede de Educadores Populares do Nordeste.¹⁵

ORGANIZAÇÕES DE DEFESA E INSERÇÃO DE MINORIAS

Associações e Movimentos de Mulheres

São 22 Associações e Movimentos de Mulheres, correspondendo a 1,2% dos cadastros, segundo a Tabela 2. Os trabalhos desenvolvidos referem-se as lutas em favor dos direitos e da dignidade da mulher, a capacitação e a valorização da sua autoestima. Como exemplo, na Bahia, citam-se as crescentes conquistas em relação a direitos trabalhistas como salário-maternidade para as trabalhadoras rurais e regularização de documentos, inclusive no SIMBAHIA RURAL.¹⁶

Há um razoável número de associações de mulheres vinculadas a atividades de artesanato e assistência que não atuam explicitamente em uma perspectiva de conscientização e transformação das relações de gênero, mas possuem certa importância à medida que valorizam o papel da mulher na busca de sua autonomia. O Movimento de Mulheres, tem características de um movimento social, organizado nacionalmente, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) desenvolve importantes lutas

¹⁵ Nem todas fizeram parte da pesquisa.

¹⁶ Através desse sistema as mulheres podem inscrever-se como produtoras rurais e assim emitir notas fiscais em caráter individual, com isenção do ICMS, até certo valor.

nos sindicatos em torno de uma pauta específica de gênero, realizando um trabalho intenso de conscientização junto às mulheres e de luta por conquistas de espaço nas organizações sindicais e nos Conselhos. Este não é um movimento institucionalizado, porém, em muitos municípios tem-se transformado em associações. Há, portanto, uma maior preocupação em evidenciar as iniciativas ligadas à questão de gênero e à organização que vem sendo feita em torno das mulheres no interior baiano.

O movimento de mulheres vem conquistando espaço no cenário nacional desde a década de 60. Percebe-se, nos últimos anos, uma presença maior na mídia, na liderança de debates nacionais, no constante esforço de transformação das relações de uma sociedade tradicionalmente patriarcal, a partir de um novo olhar sobre a liberdade e igualdade da mulher. A participação na vida pública – política, econômica, social e cultural, a discussão dos direitos reprodutivos e sexuais e a reconstrução da identidade feminina não aparecem com muita ênfase no movimento baiano, prevalecendo, como os direitos emergenciais ligados às condições de trabalho e sobrevivência, também, em certo grau, a questão da violência contra a mulher.

Na Região Sisaleira, no semiárido baiano, tendo em vista a habilitação para participar em instâncias de elaboração e controle de políticas públicas, o Movimento vem se estruturando como pessoa jurídica em vários dos municípios, ao lado de discutir sobre sua identidade e missão, não perdendo, assim, as características de movimento social. Deve-se observar que este é um passo estratégico importante, embora em alguns municípios o segmento mulher se constitua como um departamento de sindicato ou secretaria de partidos. Não obstante esse avanço organizativo e a possibilidade de maior autonomia, há riscos de certa burocratização e de perder a expressividade que tem como movimento. Deve-se ressaltar o importante papel que o Movimento tem desempenhado na discussão da temática com os professores e monitores de programas ligados às ONGs locais, no sentido de valorizar raízes culturais no público participante, ou seja, famílias e crianças, através dos projetos Agente Família, Baú de Leitura, Programa de Formação Continuada de Professores.¹⁷

Organizações Estudantis

Foram cadastradas 5 organizações estudantis, correspondendo a 0,3% das organizações, conforme Tabela 2. São 4 grêmios e a União da Juventude Socialista, esta filiada a partido político. Tradicionalmente, são esses tipos de organizações que mais agregam o segmento juvenil. O fato de ter sido identificado um baixo número de organizações estudantis, no entanto, não significa que os jovens não estejam presentes na vida associativa. Nota-se que muitos deles estão buscando novas formas de inserção no espaço público, via grupos de cunho político, como os grupos e fóruns de cidadania, ou mesmo pela via artístico-cultural. Essa constatação está em consonância com os levantamentos atualmente realizados onde verificam as formas contemporâneas de expressão juvenil.

¹⁷ Movimento de Organização Comunitária - Trabalho de Atividades, 2003.

Movimento dos Sem Teto

A falta de moradia é um problema grave nas médias e grandes cidades e está associada a processos como o de urbanização desordenado, à migração e às precárias condições de trabalho oferecidas. Para os municípios pequenos, existe um levantamento realizado pelo Ministério das Cidades,¹⁸ onde se revela que as favelas estão presentes em 19,5% e os loteamentos irregulares em 36,4% dos municípios com menos de 20.000 habitantes. A baixa ocorrência de iniciativas voltadas para pessoas sem moradia, como o Movimento dos Sem-Teto, que representa 0,1% das organizações cadastradas, conforme Tabela 2, não chega, portanto, a caracterizar a ausência de demanda por melhores condições de moradia, mas já se apresenta como um fenômeno no interior do Estado. Nos grandes centros urbanos, as ocupações estão sendo uma maneira de colocar em questão a ociosidade dos equipamentos urbanos e a especulação imobiliária.

O que há de novo no processo é o nível de organização e a estratégia utilizada pelo Movimento dos Sem Teto que se assemelha a do MST, embora seja um movimento independente. Apesar da ação ofensiva e ilegal da ocupação, o Movimento tem uma postura de negociação, procurando não se confrontar com as decisões judiciais ou com o aparato policial, e busca mediações em termos institucionais (Comissões do Legislativo, Tribunal de Justiça, Secretários Municipais de Habitação). Por parte das autoridades, tem havido muitas promessas de construção de habitações e certa tolerância quanto a prazos de desocupações.

Tem-se a destacar, em Teixeira de Freitas, o Movimento de Luta por Teto, criado em 2000, nascido no sindicato de trabalhadores da construção civil, no qual já estão cadastradas 10 mil famílias, sendo que 4 mil estão assentadas em terrenos baldios. Recebe apoio da CUT e dos Sindicatos dos Bancários e de Construção Civil. Entre os resultados obtidos, destacam-se o assentamento de 2.500 famílias no Loteamento Colina Verde, a desapropriação do bairro de Redenção e Luís Eduardo Magalhães e bairro Jerusalém. Em Vitória da Conquista, há um Movimento de Moradia que utiliza a estratégia de ocupação de lotes particulares e áreas públicas para sensibilizar as autoridades em relação ao problema e pressionar pela implementação de política habitacional. Segundo lideranças do movimento, há em Conquista cerca de 20 mil sem tetos. Além das ocupações, o movimento tem mobilizado esse segmento em marchas pelo centro da cidade, procurando negociar com a Prefeitura.

Em Camaçari, mais de mil pessoas ocuparam uma área conhecida como “Espaço Alfa”, mas foram desalojadas por ordem judicial. Face a isso, 200 pessoas acamparam em frente à Câmara Municipal. Segundo o jornal local, há um Movimento dos Sem Teto de Camaçari, mas após este evento não se teve notícia de sua continuidade (A Tarde Municípios, 29.05.2001, p. 5). Em Santo Antônio de Jesus, há uma associação dos Sem Teto com 300 associados dos quais 70 têm maior participação. Criada em 1988, constituída por donas de casa e aposentados, iniciou a organização com uma ocupação de uma área cujo proprietário estava em débito com o município.

¹⁸ www.cidades.gov.br

DEFESA DE DIREITOS

Associação Sócio-Ambiental

Do mesmo modo que as demais, as associações sócio-ambientais, que somam 23 organizações e representam 1,3% da amostra, segundo dados da Tabela 2, merecem destaque. Verifica-se a maior frequência em municípios onde estão localizados os grandes rios e naqueles de potencial turístico, como a Chapada Diamantina, com 3 incidências, ou a região do Extremo Sul baiano, 4 incidências. A iniciativa de defesa contra a depredação do meio ambiente em função da produção industrial pode ser observada nas regiões de Serra Geral (Brumado e Caetité) e na Região Oeste (Barreiras e Santa Maria da Vitória). Nas Regiões do Litoral Norte e no Médio São Francisco, existem organizações sócio-ambientais, porém não fizeram parte da amostra da pesquisa.

Ressalte-se que, na Chapada, no início dos anos 90, havia uma rede de organizações ambientalistas – Associação de Ongs Barbado da Chapada Diamantina, que reunia mais 10 organizações e grupos. Hoje se constituiu uma rede mais ampla na Região (Rede de organizações sócio-ambientais da Chapada Diamantina). Estão presentes nessa categoria aquelas organizações com finalidades específicas de proteção ao meio ambiente, seja ONG ou associação local.

Vale registrar que existem organizações com sede em Salvador, mas que atuam em vários municípios, como o Gambá e o Gérmen. Essas se constituem como ONGs especificamente ambientalistas por se dedicarem exclusivamente a esse tema.

Associação de usuários de serviços públicos

A Associação de Usuários de Serviços Públicos figura na pesquisa como um tipo de organização recente no Estado, dos anos de 2001 e 2002. Há o registro de apenas duas únicas ocorrências, como se vê na Tabela 2, uma em Juazeiro e outra em Seabra. São organizações que trabalham por melhores condições em serviços públicos específicos como transportes coletivos – cujas ações coletivas, como fechamento de ruas e protestos, conseguem mobilizar a população que enfrenta sério problema relacionado ao monopólio deste meio de transporte, além disto, atuam na proteção dos recursos hídricos. Esse tipo de participação constitui, de certo modo, uma iniciativa de vanguarda no processo de monitoramento das atividades públicas, em complemento à intervenção e fiscalização que deveriam ser realizadas pelos conselhos setoriais (Saúde, Educação etc.) e superando os modelos de representação por bairros e comunidades.

POLÍTICA

Movimento Social e/ou Político

Entre as 1821 organizações cadastradas pela pesquisa, 1%, segundo Tabela 2, pode ser considerada eminentemente de natureza política. Dentre as 18 organizações iden-

tificadas como “movimento social e/ou político”, há os Fóruns¹⁹ ou Grupos de Cidadania, voltados para o acompanhamento das ações governamentais em 11 municípios, ou seja, 13% dos municípios da amostra. Esses grupos e movimentos possuem uma importância fundamental e estratégica no bojo das relações da sociedade civil. Ao contrário do enorme contingente de organizações que despendem esforços e recursos por garantias de cidadania e “justiça a varejo”, estas iniciativas buscam a responsabilização dos gestores públicos, mantendo uma postura propositiva, garantindo, portanto, significativa contribuição para a transformação das relações sociais. Merece destaque o município de Gentio do Ouro, com 4 organizações desta natureza.

Em linhas gerais, a análise da Tabela 2 permite constatar uma expressiva heterogeneidade de organizações, ao todo 26 tipos, agrupados segundo a natureza de atuação, em 9 categorias. Conforme já pontuamos, predominam as denominadas “comunitárias”, às quais se poderiam agregar as de pequenos produtores rurais. Essas organizações têm uma base territorial limitada (bairro, povoado, fazenda) e, apesar do seu funcionamento precário, têm possibilidade de desenvolver vínculos sociais mais estreitos entre as pessoas e grupos, permitindo a veiculação de informações, a troca de experiências, fortalecendo, assim, a sociabilidade.

Concluída a análise da tipologia das organizações sociais pesquisadas, consideramos importante ressaltar que, ao lado de organizações mais tradicionais e de estruturas mais hierarquizadas que, com maior incidência, dominam o tecido associativo (sindicais, profissionais, beneficentes), surgem novas organizações, em número reduzido, porém com alto significado social e político, além de novas formas de atuação, com relações mais horizontalizadas e estruturas menos formais. Essas aproximam-se dos movimentos sociais (economia solidária, movimento sócio-político, organizações de articulação) que têm pouca expressão numérica, porém, um significado político-social de caráter emancipador embora com reduzido impacto na sociedade dado a sua fragilidade de meios e à ausência de uma estratégia de ação, inclusive de interação com outros grupos.

OBJETIVOS DAS ORGANIZAÇÕES

Os objetivos para os quais as organizações foram fundadas traduzem as necessidades prementes da população do Estado ou de determinado segmento social, tal como percebidos por seus dirigentes. Nem sempre esses objetivos são explicitados de forma sistematizada, já que poucas fazem um planejamento estratégico. Como mostra a Tabela 3, os principais objetivos, em sua maioria, estão relacionados ao tipo de organização.

Apesar dos objetivos registrados indicarem uma preocupação com as questões materiais (melhoria da estrutura produtiva, equipamentos), também aparecem objetivos relacionados à arte, à educação, à cultura e à comunicação social.

As respostas que apontam a “melhoria da qualidade de vida” como objetivo, referem-

¹⁹ Os “Fóruns de Cidadania” com atuação municipal e agregando várias organizações sociais para uma ação coordenada frente ao poder local. Há exemplos deste tipo de articulação em alguns municípios da amostra: Itaberaba, Ruy Barbosa, Valente, Teofilândia, Araci, Cruz das Almas, Xique-Xique.

Tabela 3 - Objetivos das organizações

	N	%
Buscar melhorias para a comunidade	399	22
Buscar melhoria na estrutura de produção	300	16
Organização e defesa da categoria profissional ou segmento	251	14
Conscientização/organização da comunidade/categoria profissional	179	10
Melhorar a qualidade de vida	158	9
Prestar assistência direta a grupos vulneráveis	114	6
Promover defesa de interesses coletivos	77	4
Promover ações da arte/educação/cultura	71	4
Dar suporte e articulação de organizações	68	4
Lutar/apoiar a luta pela terra	51	3
Estimular a promoção da cidadania	27	1
Promover a defesa e preservação do meio ambiente	22	1
Estimular da comunicação social	12	0,7
Interferir junto ao Poder Público	11	0,6
Melhorar a convivência com o semi-árido	3	0,2
Lutar contra discriminações	2	0,1
Buscar inserção de segmentos sociais no mercado de trabalho	1	0,1
Outros	19	1
Não responderam	83	5
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

se ao objetivo último da maioria das organizações. No entanto, antes que se concretize, muitos passos precisam ser dados e objetivos mais específicos alcançados. Muito embora grande parte refira-se às associações comunitárias que estão voltadas para o desenvolvimento de toda uma comunidade, essa mesma categoria engloba as respostas dirigidas a segmentos ou grupos sociais, alcançando a margem de 1%, como a superação das necessidades de jovens, crianças, sem-teto, mulheres, portadores de deficiência.

Observa-se que a busca de melhorias para a comunidade é o objetivo mais explicitado por 22% das organizações. A precariedade de serviços e equipamentos públicos essenciais, como acesso a educação, saúde, rede de eletricidade e comunicação, nos diversos municípios, faz-se sentir através deste objetivo, perseguido por grande parcela da população.

Em seguida, foram registrados 300 casos – representando 16% das organizações – que apontam entre seus objetivos a busca de melhoria na estrutura produtiva, ou seja, tudo o que se refere à captação de recursos, geração de emprego e renda, melhorias na produção e na comercialização. As linhas de créditos abertas a partir de programas de governo e parcerias com agências internacionais, associadas às dificuldades de auto-sustentação dos pequenos produtores, estimulam este tipo de organização.

As 251 organizações voltadas para defesa da categoria profissional, através de mobi-

lização, negociações e ações judiciais, representam 14% do total. De caráter corporativista, voltados para a defesa de interesses de determinados segmentos sociais, estão os sindicatos, as associações de profissionais e empresariais, além da Associação dos Sem Teto e algumas associações comunitárias.

Também são priorizados objetivos como a conscientização e organização da comunidade ou categoria, com 179 registros, que perfazem 10% das incidências. Estes são objetivos que não se esgotam em si mesmo, eles estão ligados à preocupação de envolver a população ou a determinada categoria para conquistar melhorias, serviços, recursos ou benefícios. Pressupõe a mobilização, o contato com a comunidade e a vontade de transformar a relação com o Poder Público local. Ao contrário daquelas cujo objetivo é “melhorar a qualidade de vida” do seu público (9%) que, embora expresso de forma genérica, traduz aspirações que denotam certa consciência de direitos, neste caso, as próprias organizações se colocam e são apresentadas por seus responsáveis como intermediadoras e incentivadoras desse processo de melhoria.

Outro objetivo apontado na Tabela 3 faz referência à assistência direta a grupos vulneráveis, perfazendo 114 ocorrências, 6%. As organizações beneficentes e aquelas de promoção humana são responsáveis por quase todos os casos, por isso, trata-se mais da luta por oferecer minimamente condições de vida, através da arrecadação de alimentos, roupas e remédios, ou de ajuda em tratamentos médicos, como transporte para cidades próximas, quando necessário. Ocupam-se, pois, da tentativa de remediar males imediatos, mais do que de lutar por uma política estruturante que combata as causas dos problemas que são vividos.

Para 68 organizações, em geral centrais, federações e ONGs, o principal objetivo é o suporte a outras organizações, oferecendo, em geral, apoios na forma de articulação, representação e capacitação. Especificamente para as organizações produtivas, atuam para melhorar a qualidade e comercialização de produtos, além de agir coibindo a ação de atravessadores.

Na Bahia, 5º maior estado no território brasileiro, a “luta pela terra” representa 3% dos objetivos das organizações, totalizando 51 incidências. Cabe considerar que o MST, organização envolvida diretamente nessa questão, não foi incluído no cadastro das organizações enquanto Movimento, e sim, os assentamentos por ele mantidos nos municípios. O baixo percentual deste objetivo deve-se ao fato de que a amostra compunha-se em maior grau de organizações de pequenos agricultores e comunitárias rurais, para as quais a terra não é a principal preocupação, mas, sim o crédito e a assistência técnica.

Voltados especialmente para “promoção da cidadania”, foram identificadas 27 respostas, correspondendo a 1% das organizações. Todas elas organizações que trabalham com conscientização, promoção de direitos, combate à discriminação e mobilização para a participação no controle social das ações do Poder Público. Geralmente são ONGs, organizações de articulação, movimento social/político e de mulheres, associação de promoção humana, rádio comunitária e algumas associações comunitárias que fazem da qualificação de seus membros/beneficiários para o diálogo com o Poder Público o meio para ampliar as oportunidades de vida e conquistar melhorias para a comunidade ou município.

Outros objetivos como a defesa e preservação do meio ambiente, correspondendo a apenas 1% dos objetivos, promoção de comunicação social (rádios comunitárias) com

0,7%, convivência com o semi-árido com 0,2%, luta contra discriminações (racial, de gênero etc.), 0,1%, a inserção de segmentos sociais no mercado de trabalho e outros com 0,1%, totalizam apenas 2,1% e envolvem demandas sociais específicas, lutas que visam conquistas a longo prazo, voltadas para autonomia de pessoas, seja através de instrumentos de trabalho, ou do próprio trabalho, seja através da informação e formação de sujeitos críticos.

Não menos importante, apesar da baixa incidência, há as organizações que voltam-se para as iniciativas de interferências junto ao Poder Público, com 11 casos registrados, representando 0,6% do total. Frutos da emergência de movimentos sociais e políticos, despontam tratando sobretudo de questões latentes na sociedade baiana, como forma de diminuir a incidência de atos de corrupção – uma das causas de perpetuação da pobreza e péssimas condições de vida da população.

As organizações tendem a se ocupar das necessidades prementes e muitas ignoram o processo de conscientização e intervenção nas decisões públicas, que podem atingir toda a população. Mesmo assim, seus objetivos têm contribuído para o fortalecimento do espaço público, diante do autoritarismo presente nas ações dos agentes políticos e das dificuldades inerentes ao acompanhamento das contas públicas. Essa interferência nem sempre dá resultados imediatos e costuma gerar conflitos com o Poder Público como será visto no capítulo Relações com o Poder Público.

Conforme se mostra na Tabela 3, entre as organizações, 83 não apontaram seus principais objetivos, significando 5% das 1821 do total do cadastro. A partir dessa constatação, podemos inferir que essas organizações, principalmente sindicatos, movimentos sociais, associações comunitárias e de pequenos produtores rurais, não têm clareza do seu papel enquanto sujeitos coletivos capazes de “pressionar formas novas e mais amplas de participação”, não tendo consciência de sua responsabilidade no processo de mudança social (BOSCHI, 1987, p. 15, 16).

PERÍODO DE FUNDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

O início das organizações é analisado no contexto histórico da sociedade civil, traduzidas pela ampliação das demandas sociais e criação de benefícios, assim como de dispositivos legais ao longo do tempo. Reflete também a continuidade ou não do esforço de luta e identificação como processo de autonomia de segmentos da sociedade.

Como demonstram os dados da Tabela 4, apenas 2% das organizações pesquisadas foram criadas até 1959, destacando-se as beneficentes ou filantrópicas e as culturais e artísticas, como a Sociedade Filarmônica Lyra Popular de Lençóis e a Angicalence, datadas de 1893 e 1917, respectivamente, e a Associação Cultural Euterpe Alagoanhense, datada de 1895.

A partir de 1930, surgem os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Urbanos, refletindo o crescimento do movimento operário no país. E é na década de 50 que começam a ser criadas as associações de promoção humana, encontrando seu ápice na década de 80, quando as reivindicações ganham força através de mobilizações realizadas pelos movimentos sociais.

Tabela 4 - Período de fundação das organizações

	N	%
Até 1959	37	2
1960-1979	100	6
1980-1989	409	22
1990-1999	956	52
2000-2003	277	15
Não responderam	42	2
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

Na Bahia, durante a década de 40, despontam as primeiras associações de bairros em Salvador, inclusive com destaque às mulheres que, em 1946, criam a Federação das Mulheres da Bahia (ESPINHEIRA, 1997). Em 1951, sob a influência do PCB, criam-se a Federação Metropolitana de Bairros e a União dos Posseiros da Bahia, realizando mobilizações de habitação e posse da terra. Na área rural, surgem também, as associações de agricultores, a partir da 2ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas – ULTAB, em 1954, onde se cria a associação de lavradores e trabalhadores agrícolas.

Neste contexto, a igreja teve importante papel, especialmente através das CEBs em várias dioceses. No município de Vitória da Conquista, a equipe coordenada pelo Padre Luís Mosconi e Edvanda Teixeira conscientizava os trabalhadores para se organizarem, através de reuniões e do Jornal “O Animador”. Com o desenvolvimento do café na região, ampliaram-se os conflitos em áreas como Pau-Brasil, e acirraram-se as contradições trabalhistas, levando os trabalhadores à greve, com 123 famílias posseiras defendendo a posse da terra.²⁰

Com o avanço das ligas camponesas, sob a liderança do deputado Francisco Julião, aconteceram, também, no sul da Bahia, de forma significativa, ocupações de terras em municípios como Itacaré, Ubaitaba, Prado, Caravelas e Poções.

Em 1961, é criada na Bahia a FALTAB com associações em sua maior parte no sul do estado. Em termos de organizações no campo, na década de 1970, surgem a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Departamento Rural da CUT, coordenando a retomada dos sindicatos e, nos anos 80, a criação do Movimento dos Sem Terra (MST), bem como o surgimento de algumas ONGs, entre estas aquelas vinculadas à Igreja: FUNDIFRAM e MOC. Nesta década, o Estado passa a ter uma atuação mais forte com a implementação de programas governamentais.

O aumento da fundação das organizações registrado nos anos 80 e o grande salto a partir da década de 90 devem-se ao fim do regime autoritário e, na sequência, à Constituição de 88 que resgata o direito da sociedade civil de se organizar e se associar, reprimido durante a ditadura militar, e coloca as bases para o início do processo de redemocratização do país. Não é por outra razão que novos tipos de organizações de caráter marcadamente político surgem – na Bahia de maneira tímida – como mo-

²⁰ MOSCONI, Luiz (ORG) - Edvanda, Uma vida de fé e de muitas lutas. São Paulo: Parábola, 2003.

vimentos sociais/políticos, a partir da criação de fóruns da cidadania com ação voltada ao controle social das ações governamentais; as rádios comunitárias, que além de promover a comunicação popular, são veículos de formação e envolvimento político; o movimento de mulheres, que encontra na organização e expansão o meio de colocar em pauta de debate a relação de desigualdades, injustiças e carências vividas pelas trabalhadoras do campo e da cidade.

Adiante, os dados da Tabela 5, que tratam do tipo das organizações, por período de fundação, evidenciam o crescimento quanto levando em conta a sua diversidade. Observa-se que as mais tradicionais, como sindicatos urbanos e organizações beneficentes, foram criadas antes de 1959, enquanto organizações que lidam com temas emergentes (mulheres, meio ambiente, comunicação comunitária, ação comunitária), começam a ser fundadas a partir da década de 1980.

Tabela 5 - Tipo de organização por período de fundação

Tipo de organização	Até 1959	1960/-1979	1980/-1989	1990/-1999	2000/-2003	Não responderam	Total
Sindicato dos Trabalhadores Urbanos	11	7	32	33	6	1	90
Beneficentes/Filantrópicas	9	11	24	32	5	4	85
Associação empresarial urbana	4	5	7	19	4	1	40
Cultural/Artística	4	1	7	33	11	2	58
Associação Comunitária Rural	3	4	138	414	98	10	667
Associação de promoção humana/desenvolvimento humano	2	6	32	28	9	3	80
Associação de profissionais	2	4	8	38	12	1	65
Associação de moradores urbanos	1	3	77	66	23	7	177
Organização de articulação	1	1	2	29	5	3	41
Sindicato dos Trabalhadores Rurais		41	24	3			68
Sindicato de empresários rurais		6	1		1		8
Cooperativa		3	3	16	8	1	31
Associação educacional		3	1	4			8
Organizações religiosas de apoio a Movimentos Sociais		2	4	1		1	8
Organização não governamental		2	2	6	5		15
Organização estudantil		1		2	1	1	5
Associação de Pequenos Produtores Rurais			34	186	62	6	288
Associação/Movimento de Mulheres			5	9	8		22
Associação Sócio-Ambiental			5	10	8		23
Movimento social/político			2	9	6	1	18
Organizações de Economia Solidária			1	1			2
Associação empresarial rural				2	1		3
Rádio comunitária				11	1		12
Associação dos Sem Teto				2			2
Sindicato de empresários urbanos				2	1		3
Associação de usuários de serviços públicos					2		2
Total	37	100	409	956	277	42	1821
Média/ano		5	40	95	70		

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

Como demonstra a Tabela 5, as associações comunitárias rurais têm uma variação numérica de 138 para 414, apresentando, portanto, um crescimento de 285% da década de 1980 para 1990; enquanto nas de pequenos produtores, o crescimento é de 547%, indicando a forte indução dos projetos governamentais na criação destas organizações. Na década de 1990, há também uma “explosão” no número de associações. Conforme a amostra, o número médio de associações criadas por ano passa de 40, na década de 80, para 95, na década de 90, reduzindo-se um pouco a partir de 2000 (média de 70).

Apesar do limite de apenas uma unidade por município, de acordo com a tabela, a maior parte das entidades fundadas entre 1960 e 1979 foi de Sindicato de Trabalhadores Rurais, 41%, dirigidos, a partir de 64, por pessoas ligadas ao governo e aos grandes proprietários locais. Grande parte destes sindicatos foi fundada com apoio do Governo Federal, a partir de 1962, através da Superintendência de Reforma Agrária - SUPRA, e sob a disputa de vários grupos políticos de esquerda e da Igreja (PCB, Ala Popular). O controle deles passa às mãos de trabalhadores rurais a partir da década seguinte, com o apoio da Igreja Católica e todo um movimento contra os “pelegos”, visto que, durante a ditadura militar os dirigentes dessas associações foram perseguidos e os trabalhos interrompidos, reconstituindo-se, gradativamente, a partir da década de 1980, sob o controle dos Projetos Governamentais (Projeto Nordeste, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor).

Também o Banco Mundial e o BID passam a impor como condição de financiamento de programas de desenvolvimento comunitário (como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP) a participação dos sindicatos, cooperativas, associações comunitárias e conselhos rurais, envolvendo os pequenos produtores, trabalhadores sem terra, posseiros e outras categorias na sua estruturação, como medida para garantir a aplicação dos recursos em seus objetivos, evitando desvios recorrentes. A fragilidade desses instrumentos é conhecida pela influência na sua composição, muitas vezes manipulada pelos políticos locais. Também nesta década, as associações comunitárias urbanas passam a ser alvo de políticos e de políticas assistenciais com o início do programa de distribuição de leite, por cuja exigência são multiplicadas por todo o Estado. Mesmo organizadas em Federações, a ação dessas associações era de forte viés clientelista, tornando-se cabos eleitorais de vereadores.

Há de se destacar as associações de mulheres e sua participação na luta pela revitalização dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), por exemplo. Além das secretarias ou departamentos nas diversas organizações, as mulheres organizaram um movimento, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais que, não só tem levado a discussão interna da temática de gênero, como manifestado para a sociedade suas reivindicações específicas, através de manifestações próprias como é o caso da Marcha das Margaridas e o Dia Internacional da Mulher, assim como outros eventos, tornando transversal o tema das mulheres. Surge em 1992, a partir de seminários, encontros, reuniões em Feira de Santana e Santa Maria da Vitória, com o nome de “Articulação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais”, que hoje está organizado em todas as regiões do Estado.

FUNDADORES E APOIADORES

A partir dos fundadores e apoiadores das organizações é possível fazer inferências sobre suas orientações políticas e sociais e suas vinculações institucionais. A formação das organizações a partir de um grupo de pessoas corresponde a 84% das organizações pesquisadas, conforme mostra a Tabela 6. Este fato pode indicar que existe uma baixa capacidade das próprias organizações da sociedade civil, com exceção das organizações religiosas, de gerarem, a partir de si mesmas, novas organizações sociais autônomas que atendam a demandas específicas. No entanto, é preciso atentar que principalmente as associações de pequenos produtores foram exigências de programas governamentais, o que relativiza essa pretensa autonomia.

Através do conjunto dos dados da pesquisa, é possível inferir que a Igreja Católica, embora pouco lembrada nesta questão específica (3% dos casos), tem um importante papel no desenvolvimento dos trabalhos das organizações, em termos não somente de apoio material, mas no aconselhamento e estímulo, como foi observado ao longo da pesquisa. Observa-se que as organizações apoiadas pelo governo, 2%, e grupos políticos, 1%, têm pouca expressão numérica, talvez explicado pelo fato destes grupos quererem se preservar, mantendo distância e exercendo influência de forma velada.

Tabela 6 - Fundadores

	N	%
Grupo de pessoas	1524	84
Organização social	71	4
Igreja	58	3
Instituição de governo	36	2
Grupo político	13	1
Outros	13	1
Não responderam	106	6
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

Assim, as respostas dos dirigentes escamoteiam esta situação, atribuindo a iniciativa aos grupos de que fazem parte, quando, de fato, ela foi de órgãos como a CAR, SEBRAE etc. Isto aparece mais claro quando se pergunta sobre os apoiadores, conforme fica demonstrado na Tabela 7, analisada posteriormente.

Os apoiadores, como apresentado na Tabela 7, são aquelas pessoas ou instituições que não são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades da organização, mas que desempenham importante papel quando de sua criação, seja através do aporte de recursos financeiros, econômicos, humanos ou mesmo de incentivo e articulação. Apesar de predominar o apoio de pessoas e organizações sociais, há certa incidência de instituições de governo (9%) e grupos políticos (5%), em muitos casos por interesse de utilizar as associações com fins eleitorais.

Tabela 7 - Apoiadores na criação

	N	%
Grupo de pessoas	591	32
Organização social	330	18
Instituição de governo	159	9
Prefeitura	158	9
Igreja	148	8
Grupo político	100	5
Organização social e instituição governamental	57	3
Nenhum	20	1
Outros	26	1
Não responderam	232	13
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

RELAÇÕES COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Como demonstra a Tabela 8, entre as organizações pesquisadas, 990 afirmaram possuir relação com alguma outra organização, isto é, 54% têm alguma ligação mais ou menos permanente, com dependência de natureza econômica, política, social ou religiosa de outra organização. Se, por um lado, a inexistência de relação com outras organizações pode indicar o grau de dependência ou autonomia das mesmas, por outro, revela a capacidade das instituições religiosas, governamentais, políticas ou da própria sociedade civil de incentivarem o funcionamento das organizações sociais.

Tabela 8 - Relação entre organizações

	N	%
Relacionam-se com outras organizações	990	54
Não mantém relação com outras organizações	831	46
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

O percentual de respostas afirmativas pode indicar abertura para as parcerias e capacidade de reunir forças em torno de objetivos semelhantes, como pode ser observado a partir dos dados da Tabela 9.

Tabela 9 - Relação com outras organizações

	N	%
Igreja Católica	510	28
Organização de governo	417	23
Grupo político	166	9
Organização da sociedade civil	159	9
Partido político	84	5
Grupo empresarial	58	3
Igreja Evangélica	35	2

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

A Igreja Católica tem desempenhado um papel fundamental em muitos municípios, disponibilizando pessoas e recursos para o funcionamento de quase todos os tipos de organizações, respondendo a alguma necessidade local: de sindicatos a associações rurais, de movimento de mulheres a organizações culturais. De fato, constata-se a sua presença em 28% das organizações. Esta influência está presente em vários movimentos históricos, desde a criação das CEBs, que estimulavam o engajamento dos cristãos, até a criação de ONGs que davam suporte material e de formação. Observe-se que várias organizações vinculadas à Igreja Católica, como CPT, Cáritas, Pastorais, Conselho Indigenista Missionário-CIMI, dão assessoria e apoio às associações e movimentos.

Ainda conforme indica a Tabela 9, organizações de governo como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Coordenação de Ação Regional (CAR), SEBRAE, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) algumas secretarias de Estado ou as próprias prefeituras, a partir de programas e linhas de créditos, deram importante apoio para 23% das organizações, em especial associações comunitárias e as associações de pequenos produtores rurais. Parte dessas últimas são também as principais organizações ligadas a grupos políticos - que têm participação em 9% das organizações. Observe-se que nem sempre os grupos políticos se identificam com os partidos, sobretudo, tratando-se de partidos tradicionais que têm as correntes vinculadas a chefes políticos que se confrontam.

A seguir, a Tabela 10 demonstra com maior detalhamento o grau de abertura das organizações entre si. Verifica-se que 5 tipos de organizações mantêm relações com apenas um outro tipo de organização (religiosas, de apoio a Movimentos Sociais, usuários de servidores públicos, economia solidária, sem-teto, sindicato de empresários urbanos). A maioria tem relacionamento com os diversos tipos de organização, desde a Igreja Católica a partidos políticos, ainda que em diferentes níveis de comprometimento.

Essas informações demonstram que as próprias organizações da sociedade civil incentivam tipos diversificados de organizações e parecem apostar nos variados meios de luta para transformar a realidade social, desde os de natureza produtiva (que implica subsistência e relações de trabalho) à política (que além de encaminhar as demandas sociais ao poder público, controla suas ações), passando pela mobilização e pela ação coletiva. Em geral são as rádios comunitárias, ONGs, organizações de articulação, promoção humana, movimentos sociais/políticos, associações comunitárias e de pequenos produtores, que mantêm mais relações entre si, sem que isso signifique uma articulação efetiva em torno de lutas e estratégias comuns.

Os grupos políticos, apesar do baixo percentual, 9%, também estão ligados a variados tipos de organizações. Esse é um dado que possivelmente está subestimado, uma vez que, conforme já salientado neste trabalho, a proximidade das organizações sociais são, historicamente, uma estratégia de relação com as bases eleitorais. De fato, os percentuais mais elevados são justamente das cooperativas (13%), associações de pequenos produtores (13%), comunitárias rurais (13%) e associação empresarial rural (33%).

Somente 5% das organizações afirmaram possuir relação com partidos políticos. Como se verá mais adiante, as organizações em geral assumem-se suprapartidárias, com receio de “confundirem seus associados” ou por “não se envolverem com política”. As

Tabela 10 - Inter-relações por tipo de organização

Tipos de organização	Total	Valores em %										
		Tem relação permanente com outras organizações?	Igreja Católica	Organização de Governo	Grupo Político	Organização da Sociedade civil	Partido Político	Grupo Empresarial	Igreja Evangélica			
Organizações religiosas de apoio a Movimentos Sociais	8	100	100									
Associação educacional	8	88	75	13		63						
Associação de promoção humana/desenvolvimento humano	80	81	65	15	1	20	1	6	3			
Movimento social/político	18	67	50	6	11	28	11	11	6			
Associação Comunitária Rural	667	64	31	33	13	7	4	1	1			
Sindicato de empresários rurais	8	63	13	50				13				
Beneficentes/Filantropias	85	62	42	15	9	12	4	11	13			
Organização não governamental	15	60	13	13	7	47						
Organização estudantil	5	60	20	20			20		20			
Associação empresarial urbana	40	58	13			5			48			
Associação de Pequenos Produtores Rurais	288	57	25	33	13	5	4	0	2			
Cooperativa	31	55	35	16	13	23	6	3	3			
Associação/Movimento de Mulheres	22	55	41	14		18	5	5				
Rádio comunitária	12	50	33	8	8	25	8	8				
Associação de usuários de serviços públicos	2	50		50								
Organizações de Economia Solidária	2	50		50								
Associação dos Sem Teto	2	50	50									
Organização de articulação	41	44	22	12	5	20	2	2	2			
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	68	37	25	4	1	7	9		3			
Associação de moradores urbanos	177	37	21	11	9	5	5	2	4			
Associação empresarial rural	3	33	33	33								
Sindicato de empresários urbanos	3	33						33				
Associação de profissionais	65	32	6	20	5	8	2	3	2			
Cultural/Artística	58	29	14	16	2	12	2	3	2			
Sindicato dos Trabalhadores Urbanos	90	29	10	1	4	4	17	1	1			
Associação Sócio-Ambiental	23	22	9	13	4		4		4			
Total	1821	54	28	23	9	9	5	3	3			

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

OBS: Os percentuais foram calculados sobre o total de cada tipo de organização, o que justifica percentuais diferentes para números absolutos iguais.

organizações – sindicatos, movimentos sociais/político e sócio-ambientais – que mais admitem algum tipo de relação com partidos são aquelas ligadas ao PT, PC do B ou PSTU.

Os grupos empresariais, 3% do total, possuem relação com um leque bem variado de tipos de organizações, com exceção das ONGs, organizações religiosas, STRs e outras de atuação mais específica. Há 1 ocorrência de apoio a Grêmio Estudantil. No entanto, os sindicatos e as associações deste segmento registram percentuais mais altos (33% e 48%, respectivamente). Torna-se evidente o baixo envolvimento das organizações empresariais com o meio rural e atividades de empoderamento dos atores sociais.

A seguir, é apresentada, na Tabela 11, a relação com outras organizações, segundo a natureza das ações desenvolvidas. Ao analisar os dados dessa tabela, verifica-se que 54% das 1821 organizações cadastradas mantêm relação permanente com outras. Neste universo, destaca-se o papel da Igreja Católica, representando 28% em relação aos diversos ramos das ações das organizações da sociedade civil baiana. Observa-se que as organizações de natureza política (50%) e aquelas que prestam serviços ou assessorias (52%) são as que mais possuem relação com a Igreja Católica.

Tabela 11 - Relação com outras organizações, segundo a natureza de atuação

Natureza das ações	Valores em %								
	Total	Tem relação permanente com outras organizações?	Igreja Católica	Organização de Governo	Grupo Político	Organização da Sociedade civil	Partido Político	Grupo Empresarial	Igreja Evangélica
Comunitária	844	58	29	29	24	7	4	1	2
Produção/comercialização/crédito	321	57	25	31	24	6	4	0,3	2
Serviços/assessorias	208	72	52	14	11	20	3	7	7
Profissional	277	37	13	8	6	6	8	9	1
Articulação	41	44	22	12	10	20	2	2	2
Cultural	58	29	14	16	3	12	2	3	2
Defesa/inserção de minorias	27	56	37	15		15	7	7	
Política	18	67	50	6	22	28	11	11	6
Defesa de direitos	27	26	11	15	7			4	
Total	1821	54	28	23	18	9	5	3	3

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

OBS: Os percentuais foram calculados sobre o total de cada tipo de organização, o que justifica percentuais diferentes para números absolutos iguais.

As organizações cujas atividades possuem natureza comunitária e de produção são as únicas que estão mais vinculadas às organizações de governo (29% e 31%, respectivamente) e grupos políticos (ambos com 24%). As organizações da sociedade civil (28%) – assim como os partidos e grupos empresariais (11%) –, apóiam iniciativas de natureza política, mantendo, no entanto, participação na manutenção de articulação (20%), serviços (20%), organizações culturais (12%) e de segmentos sociais (15%). Curiosamente, não há registro de relação com organização e defesa de direitos, representadas nesta pesquisa pela associação de usuários de serviços públicos, dos

Sem Teto e ambientalista. Com baixa frequência, 3%, nota-se que a Igreja Evangélica tem seu percentual mais elevado nas ações de serviços e assessorias.

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE ARTICULAÇÃO

A participação em organizações de articulação (centrais, federações, confederações, redes e fóruns) foi confirmada por 38% dos dirigentes das organizações, indicando um razoável nível de articulação entre si. A maioria, 60%, porém, não está vinculada.

Em geral, a participação em organizações de articulação, conforme Tabela 12, acontece através de vinculação ou filiação formal. As federações e confederações, sobretudo as sindicais, por exemplo, têm uma estrutura mais forte e um funcionamento mais regular (com publicações periódicas, eventos estaduais ou nacionais). Normalmente são reunidas nesses espaços organizações de categorias ou segmentos sociais afins. As novas organizações, como os fóruns, centrais e redes, por não possuírem um caráter formal, têm um menor número de filiações – isto é, número de organizações associadas. Elas agregam diferentes tipos de organizações a partir de temas ou causas de interesse comuns.

Tabela 12 - Participação em organizações de articulação

	N	%
Participam de organização de articulação	692	38
Não participam de organização de articulação	1089	60
Não responderam	40	2
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

De acordo com a Tabela 13, as Federações estaduais, 15% e Centrais regionais, 13%, são as formas mais frequentes de articulação entre as organizações baianas, possivelmente devido à proximidade física e à realidade empírica, que reduz as despesas e facilita a troca de experiências. Além disso, no caso específico dos sindicatos, a filiação às centrais é impulsionada pelo jogo político-partidário, uma vez que as federações são vinculadas a partidos. As Federações estaduais agregam, principalmente, os STRs e sindicatos urbanos. As Centrais Regionais, os STRs, pólos sindicais, associ-

Tabela 13 - Participação em outras organizações

	N	%
Federação estadual	273	15
Confederação	227	13
Central regional	238	13
Federação municipal	210	12
Fórum regional	156	9
Central nacional	132	7
Rede	76	4
Fórum nacional	69	4
Federação nacional	45	2

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

ações comunitárias regionais (CEALNOR, Fundo de Pastos etc.). Seu objetivo não é a representação, mas a conjugação de esforços em atividades de interesse comum e o seu fortalecimento político. As federações agregam sindicatos e associações corporativas com funções de representação das organizações componentes na base territorial (município, estado).

Por constituírem espaços menos tradicionais e mais voltados ao debate e encaminhamentos de indicações políticas, os Fóruns e Redes agregam organizações especializadas em determinados temas. Tem-se criado muitas destas instâncias, porém, nem sempre elas se mantêm, dada a falta de um mínimo de estrutura que viabilize a articulação. São necessários contatos frequentes os quais dependem de recursos e vontade política.

Os chamados Fóruns de Cidadania têm surgido mais recentemente e são voltados para o controle social do poder público e participação no processo de decisão do orçamento público. Durante o período da Pesquisa, vários fóruns foram criados. Muitos sem personalidade jurídica, mas agregando várias organizações em municípios como: Itaberaba, Ruy Barbosa, Baixa Grande, Cruz das Almas, Xique-xique, Araci, Teofilândia, entre outros.

INSTITUCIONALIZAÇÃO

Pode-se afirmar que a exigência de institucionalização das organizações em termos de documentos e registros tem como primeira finalidade o seu controle por parte do Poder Público.

Por exigência de parte das políticas assistenciais, para o recebimento de recursos, benefícios, isenções de impostos ou requerer ações judiciais, há necessidade de se cumprir certas condições, como registrar em cartório o próprio estatuto e as atas de fundação, eleição e posse da diretoria, e ter inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Não basta apenas o registro, é necessário que, anualmente, a organização faça uma declaração junto Receita Federal (Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda), sob pena de multa. Todavia, de um modo geral, entre as 1821 organizações pesquisadas, percebe-se a preocupação com a institucionalização e a legalização, conforme demonstra a Tabela 14.

Das organizações cadastradas, 91% afirmaram ter algum tipo de registro. Nota-se que 89% das organizações possuem o CNPJ, registro em cartórios como pessoa jurídica, o que permite que se realizem convênios e prestações de serviços com governos e empresas. Os títulos de utilidade pública são conferidos pelas Câmaras Legislativas²¹ e atestam a relevância social da organização. Das 1666 organizações com registros, 26% são de utilidade pública municipal, 10% Estadual e 5% Federal. Com menor incidência, 7%, há registros no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e 2% têm certificado de Fins Filantrópicos (também concedido pelo CNAS). Esse último Conselho é composto por agentes de governo e por agentes da sociedade civil e comprova a existência da organização que presta serviço sem fins lucrativos de natureza de assistência social.

²¹ Pelo Presidente da República no caso federal, através de decreto. Estas declarações têm um caráter político pois dependem da apresentação de projeto de lei e de sua aprovação no plenário (Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores).

Tabela 14 - Registros das Organizações

	N	%
Têm algum tipo de registro	1666	91
CNPJ, Prefeitura, Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	1626	89
Utilidade Pública Municipal	467	26
Utilidade Pública Estadual	183	10
Conselho Nacional de Assistência Social	128	7
Utilidade Pública Federal	88	5
Certificado de Filantropia	43	2
Não Responderam	149	8

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

PERFIL DAS DIRETORIAS SEGUNDO GÊNERO E ESCOLARIDADE

Nos cargos de direção das organizações, verifica-se que a predominância é masculina, embora a presença feminina seja significativa em organizações beneficentes e de promoção humana. Nesses casos, chegam a atingir um percentual razoável de ocupação do cargo de presidente. Nas organizações pesquisadas, evidencia-se a imagem pré-definida da mulher enquanto secretária, segundo as informações dadas por 36% dos dirigentes. Em apenas 21% das organizações as mulheres exercem cargos de presidência e, em 25%, de tesouraria.

A análise da composição da diretoria das organizações apresenta uma certa diferenciação quanto à escolaridade, com uma concentração para os Ensinos Fundamental e Médio. Apenas 1% dos presidentes, secretários e tesoueiros não é alfabetizado. Observa-se que 22% dos presidentes são alfabetizados e 11% têm Ensino Superior. Há um equilíbrio entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, concentrando em torno de 60% de presidentes e tesoueiros. Os tesoueiros, por sua vez, apresentam a maior taxa no Ensino Médio, 38% e a menor, em alfabetizados, 17%.

Quanto à incidência de não-repostas, observa-se que tem a ver com a falta de definição de papéis e responsabilidade nas organizações, em que o presidente é aquele que “faz tudo” ou centraliza em si todas as ações e decisões.

Tabela 15 - Relação de gênero e escolaridade nas diretorias das organizações

Dirigentes	Gênero (em %)			Escolaridade (em %)						
	Masculino	Feminino	Não responderam	Não alfabetizado	Alfabetizado	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino superior	Curso técnico/profissionalizante	Não responderam
Presidente	73	21	6	1	22	30	30	11	3	3
Secretario	52	36	12	1	24	28	31	7	2	7
Tesoureiro	61	25	14	1	17	28	38	8	3	5

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

OBS: Os percentuais foram calculados sobre o total de cada tipo de organização, o que justifica percentuais diferentes para números absolutos iguais.

VÍNCULO EMPREGATÍCIO E PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Em relação ao vínculo empregatício e participação voluntária, conforme Tabela 16, o levantamento da situação das pessoas que trabalham nas organizações sociais incorre em uma série de problemas. Entende-se que o (a) funcionário (a) contratado (a), seja do corpo técnico ou administrativo, possui carteira assinada ou contrato regido pela CLT e cumpre horário de trabalho. No âmbito das associações comunitárias, grupos e movimentos sociais, as pessoas contratadas são necessárias como pontos de referência para a comunidade, assim como para garantir a continuidade dos trabalhos propostos. Em 16% das organizações com funcionários contratados aferidos pela pesquisa, a incidência maior vem daquelas organizações que apresentam estrutura mais consolidada como sindicatos, associações de profissionais e ONGs.

Tabela 16 - Organizações que contam com voluntários/funcionários

	N	% (de 1821)
Voluntários	678	37
Funcionários contratados	285	16

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

A presença de funcionários contratados indica melhores condições para as organizações administrarem suas atividades e terem possibilidades de continuidade. Comparativamente, o elevado percentual de organizações que contam com o trabalho voluntário o fazem não somente por não haver alternativas (condições de contratação, por exemplo), mas pela natureza da atuação que predomina (comunitária e beneficentes).

Por outro lado, o comprometimento voluntário de sócios ou de pessoas da comunidade pode fortalecer as relações sociais em torno da vida associativa e, principalmente, incrementar a força de trabalho da organização superando a falta de recursos financeiros. No entanto, observando o item que trata sobre as dificuldades enfrentadas pelas organizações, as respostas demonstram que essa participação não é suficiente para levar a cabo as propostas da organização, uma vez que a falta de comprometimento dos sócios e da comunidade, assim como a falta de recursos, são os pontos mais lembrados.

Embora importante e significativo, o trabalho voluntário, em geral, tem como característica o fato de ser eventual, constituindo-se quase sempre de colaborações que são interrompidas, fragilizando o andamento das ações que estão sendo desenvolvidas. Esclarece-se também que muitas respostas consideraram como trabalho voluntário o das diretorias, no entanto, este decorre das responsabilidades relativas a um mandato e o que se pretendia captar com essa questão era a colaboração espontânea, sem uma obrigação ou um cargo.

PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS

O foco desta pesquisa, como já salientado, é a participação compreendida como o envolvimento dos indivíduos em questões sociais e coletivas, voltadas para ações

que vão do auxílio emergencial a pessoas a mobilizações de cunho político reivindicatório (participação popular),²² mas que também impactam na formulação de políticas públicas e assumem a responsabilidade de controle social das ações governamentais (participação cidadã). Portanto, o índice mais importante para presente análise é o de participação nas atividades, sejam as rotineiras (reuniões e assembleias) sejam as mobilizações e ações coletivas. O índice calculado tem como referência base o número de sócios registrados.

A Tabela 17 apresenta, em números gerais, a situação dos sócios em relação às organizações observando três situações: o número de sócios registrados, adimplentes e que participam freqüentemente das atividades propostas pela organização.

Tabela 17 - Índice de participação nas organizações (Ip)²³

Total de organizações	Sócios Registrados	Média de sócios por organização	Sócios Adimplentes	%	Sócios que participam das atividades	Ip (%)
1.821	689.032	378	218.191	32	132.073	19

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

O confronto do número de sócios registrados com os dados de participação freqüente nas atividades das organizações revela que, se por um lado, alcança aparentemente um enorme contingente populacional, quase 690 mil pessoas, há, por outro lado, uma baixa capacidade de envolvimento nas questões cotidianas da vida coletiva e da vida social. A participação mais ativa, portanto, corresponde a 19%.

Os dados da Tabela 18 demonstram o grau de participação por tipo de organização. A contribuição de tal informação está no fato de evidenciar a capacidade de cada tipo de organização de reunir indivíduos em torno de objetivos comuns. Considerando as especificidades, esse fenômeno pode ser constatado a partir das informações de associados registrados em dia com o pagamento da mensalidade (quando for o caso), e daqueles que participam com freqüência das atividades (reuniões, assembleias, mobilizações, mutirões etc.). Em termos gerais, esses dados dão uma idéia do nível de participação ativa dos associados.

As organizações que apresentam maiores índices de participação são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores Urbanos, Associações de Moradores Urbanos, Associações Comunitárias Rurais. Embora haja liberdade de associação, os indivíduos se vêem compelidos a estar em associações para facilitar a aquisição de benefícios previdenciários e financeiros (empréstimos). É preciso ressaltar, no entanto, que não há a devida atualização do cadastro de associados, como baixa nos casos de morte, imigração e ou de demissão, podendo existir superdimensionamento do número de participantes associados.

²² TEIXEIRA, Elenaldo C. – O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

²³ Número de associados que participam das atividades multiplicado por 100, dividido pelo número de associados registrados.

Tabela 18 - Índice de participação por tipo de organização (Ip)²⁴

Tipo de organização	Valores em %						
	N	Registrados	Média por organização	Adimplentes	%	Participam das atividades	Ip
Movimento social/político	18	326	18	205	63	274	84
Organizações religiosas de apoio a Movimentos	8	245	31	40	16	199	81
Organização de articulação	41	1.765	43	528	30	1.408	80
Associação Comunitária Rural	667	42.038	63	26.506	63	25.065	60
Associação/Movimento de Mulheres	22	2.209	100	255	12	1.293	59
Associação de Pequenos Produtores Rurais	288	17.184	60	8.845	51	10.051	58
Cultural/Artística	58	3.641	63	803	22	2.091	57
Associação educacional	8	398	50	230	58	203	51
Cooperativa	31	13.775	444	767	6	6.214	45
Organizações de Economia Solidária	2	1.677	839	80	5	750	45
Organização não governamental	15	956	64	107	11	418	44
Beneficentes/Filantrópicas	85	8.752	103	2.480	28	3.457	39
Associação empresarial urbana	40	4.428	111	3.681	83	1.682	38
Sindicato dos Trabalhadores Urbanos	90	91.319	1.015	60.761	67	29.409	32
Sindicato de empresários urbanos	3	618	206	309	50	196	32
Associação de profissionais	65	21.081	324	10.081	48	6.393	30
Associação dos Sem Teto	2	420	210	135	32	110	26
Associação de promoção humana	80	22.899	286	4.228	18	5.268	23
Associação de moradores urbanos	177	60.499	342	6.400	11	12.452	21
Associação Sócio-Ambiental	23	2.877	125	267	9	523	18
Organização estudantil	5	9.368	1.874	30	0	1.531	16
Associação empresarial rural	3	1.291	430	916	71	162	13
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	68	360.839	5.306	84.811	24	22.140	6
Sindicato de empresários rurais	8	3.700	463	280	8	230	6
Associação de usuários de serviços públicos	2	773	387	30	4	50	6
Rádio comunitária	12	15.954	1.330	5.416	34	504	3
Total	1.821	689.032	378	218.191	32	132.073	19

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

²⁴ Número de associados que participam das atividades multiplicado por 100, dividido pelo número de associados registrados.

Os sindicatos de trabalhadores rurais alcançam a média (número de associados registrados dividido pelo número de organizações) mais alta, mas deve-se lembrar que este tipo de organização está limitado a uma única unidade por município. Como já foi visto, esses números têm que ser encarados de forma crítica, pois podem não corresponder à realidade em função de um superdimensionamento. Não obstante, como se observa, são os STRs que realizam assembleias mais concorridas e há uma frequência à sede muito grande, motivada, em boa parte, pelos serviços oferecidos, há STRs, como o de Santa Luz, que chegam a reunir 800 trabalhadores numa assembleia, mobilizada com certa facilidade – bastando colocar aviso na rádio comunitária.

Quanto ao cumprimento da obrigação básica de contribuir financeiramente, deve-se observar que muitas organizações não têm essa exigência (associações comunitárias) ou a contribuição é mínima, R\$ 1,00 de mensalidade. As de maior adimplência, em média, são: as empresariais urbanas e rurais, os Sindicatos de Empregados Urbanos e as Comunitárias Rurais. Nas cooperativas, organizações de economia solidária, sócio-ambientais, estudantis ou de moradores urbanos, os contribuintes não chegam a 10%.

As associações comunitárias nem sempre encontram na comunidade um respaldo para suas ações, seja por descrença e desinteresse nesse tipo de organização, seja pelo fato de a associação ter sido formada de maneira oportunista e à revelia dos próprios moradores. Nesses casos, o número de pessoas que contribuem com a organização parece estar relacionado às associações que apresentam mais resultados nos trabalhos que são implementados.

Ao analisar os dados em relação às associações de moradores urbanos, a diferença de participação continua forte. Não obstante, em outros tipos de associações, sobretudo aquelas não tradicionais (ONGs, cooperativas, de economia solidária, educacional, cultural, movimento de mulheres, comunitárias rurais, movimentos sociais políticos), o índice de participação fica entre 40% e 84%, como mostra a Tabela 18. Já nas organizações sindicais de trabalhadores, de empresários, profissionais e sócio-ambientalistas, essa participação chega no máximo a 30%, o que leva a concluir que a natureza das associações, o seu formato e especificidade dos temas contribuem para uma participação maior.

Organizações menos formais como os movimentos sociais/políticos, as organizações de articulação e as organizações religiosas de apoio a Movimentos sociais, apesar de não terem registro do número de associados, contando com a adesão espontânea de seus membros, são as que agregam um público mais interessado e participativo.

FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

Nos itens seguintes será analisado o funcionamento cotidiano das organizações, apresentando-se informações sobre as relações estabelecidas com os associados, as atividades de assessoria e capacitação, a infra-estrutura disponível e os meios utilizados para informar e divulgar as ações desenvolvidas pelas organizações. Essa análise será feita com base nos dados das 673 entrevistas realizadas com os dirigentes das organizações.²⁵

CARACTERIZAÇÃO DAS REUNIÕES

As reuniões se caracterizam como mais um espaço público no qual os sócios fazem-se presentes, para serem vistos e ouvidos. São ocasiões que aparecem como um símbolo de identificação, que servem aos membros de uma coletividade para melhor fortalecê-los enquanto organização. Cabe, assim, à participação cidadã, contribuir para melhorar a qualidade das decisões mediante o debate público e a construção de alternativas (TEIXEIRA, 2001).

Entre as organizações pesquisadas, observa-se, conforme Tabela 19, uma regularidade na realização de reuniões da diretoria, com a maioria (57,2%) adotando as reuniões mensais. Apenas 0,4% das organizações declararam que não realizam reuniões e 3,4% disseram que as realizam de forma ocasional. No que se refere às reuniões com os associados, cerca de 1,3% das organizações não as realizam, enquanto que, em 46,1% dos casos, os sócios reúnem-se uma vez por mês.

Observa-se, ainda, que nos intervalos menores, quinzenal e semanal, as reuniões da

Tabela 19 - Frequência das reuniões

	Diretoria	%	Sócios	%
Mensal	385	57,2	314	46,7
Quinzenal	75	11,1	31	4,6
Trimestral	51	7,6	60	8,9
Semanal	49	7,3	23	3,4
Bimestral	46	6,8	53	7,9
Ocasional	23	3,4	32	4,8
Semestral	18	2,7	48	7,1
Anual	9	1,3	72	10,7
Não se reúnem	3	0,4	8	1,2
Outras	7	1,0	16	2,4
Não responderam	7	1,0	16	2,4
Total	673	100	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

²⁵ As entrevistas tiveram o objetivo de aprofundar as informações sobre o funcionamento das 1.821 organizações cadastradas. Procurou-se atingir um percentual de 20% de cada tipo de organização, atingindo-se um total de 673 organizações.

diretoria são mais frequentes que as reuniões ampliadas (11,1% contra 4,6% e 7,3% contra 3,4%, respectivamente), o que demonstra a divisão das atividades entre a diretoria e sócios, na qual estes aparecem menos envolvidos no dia a dia da organização. Nesse sentido, observa-se que 10,7% das organizações reúnem seus associados apenas uma vez ao ano, fato que pode estar evidenciando, além daquela divisão de atividades, um descaso com um instrumento importante, tanto no que concerne à tomada de decisões, como na comunicação e no fortalecimento das relações entre os sócios e a organização.

Outro aspecto observado nas entrevistas é o fato de que muitas organizações vêm as reuniões como algo rotineiro, ou apenas como uma exigência formal, não percebendo que estas possuem um papel estratégico na troca de informações e na definição das ações que serão realizadas pela organização. Por outro lado, o relativo afastamento dos associados das reuniões, em muitos casos, está relacionado a dificuldades mais específicas, como a localização da sede e o horário das reuniões. Procurou-se relacionar o número de associados que participam das reuniões com o número de sócios registrados, mas essa relação varia de organização para organização, não sendo possível estabelecer um padrão de correlação.

Mesmo com as dificuldades apontadas, sabe-se que as reuniões contribuem para incentivar a responsabilidade que um sócio tem para com o grupo, caracterizando-se como mais uma forma de fazer com que cada indivíduo sinta-se comprometido com as decisões tomadas, ou seja, proporcionam aos associados o sentimento de pertencimento à organização.

REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Uma questão importante é saber quem realiza as atividades nas organizações. Como mostram os dados da Tabela 20, tem-se que, em 34,5% dos casos, as atividades são realizadas apenas pela diretoria o que revela um centralismo e/ou uma falta de interesse dos associados em participar das atividades propostas. Isso pode gerar uma sobrecarga de trabalho sobre aqueles que sempre estão tomando a frente das atividades, como também contribuir para o centralismo nas decisões e, por outro lado, a maioria dos associados pode permanecer sem tomar iniciativa sobre questões importantes que dizem respeito a todos.

Tabela 20 - Realização das atividades na organização

Quem realiza as atividades	N	%
A diretoria	232	34,5
Com ajuda dos sócios	103	15,3
Só o presidente	41	6,1
Não responderam	297	44,1
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004

Em 15,3% das organizações, as atividades são realizadas pela diretoria com a ajuda dos sócios. Destaque-se que boa parte dos entrevistados, 44,1%, não soube ou não quis responder a essa pergunta.

TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Muitas organizações da sociedade civil vêm realizando ações voltadas para o controle do poder público, exigindo que este dê transparência às suas atividades, em especial àquelas que envolvem gasto de recursos públicos. Procurou-se, então, verificar como as organizações têm incorporado, nas suas rotinas, esse princípio de transparência, analisando em que medida elas têm divulgado informações sobre suas atividades.

No que se refere à prestação de contas, procurou-se identificar se ela é feita, a quem é direcionada e sobre o que se refere. Os dados da Tabela 21 indicam que 80% das organizações prestam contas para os associados. Este elevado percentual pode estar relacionado à obrigatoriedade da prestação anual de contas, de acordo com os estatutos da organização. Por conta dessa obrigatoriedade, a prestação de contas é feita de maneira mecânica, limitando-se a afixar um balancete em um mural no local de funcionamento da organização, sem haver ao menos uma reunião para melhor informar os seus associados. Perde-se, com isto, oportunidades de reunir os associados e de envolvê-los nos assuntos cotidianos da organização.

Tabela 21 - Prestação de conta

	N	%
Associados	490	80,0
Comunidade	149	24,3
Financiadores	71	11,6

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentual calculado sob o total de organizações que prestam contas (612).

A prestação de contas direcionada para a comunidade ocorre em percentual bem menor, 24,3%, o que pode estar refletindo tanto a desconsideração da comunidade, posição que afeta a própria legitimação da organização, quanto às dificuldades relacionadas à limitada disponibilidade de meios de comunicação. No que se refere à prestação de contas para os financiadores, apenas 11,6% das organizações afirmaram fazê-lo, percentual coerente com a reduzida existência de financiadores externos regulares.

No que se refere à natureza das questões sobre as quais as organizações divulgam informações, tem-se, conforme dados da Tabela 22, que a maioria das informações dizem respeito à movimentação de recursos financeiros, 76,3%, e sobre as atividades realizadas, 74,8%. Um percentual bem menor das organizações, 21,4%, informam sobre os programas e projetos desenvolvidos, refletindo, provavelmente, a inexistência destes, ou a pouca sistematização das informações a eles referidas.

Tabela 22 - Divulgação de informações

Divulga informações sobre	N	%
Utilização dos recursos	467	76,3
Atividades realizadas	458	74,8
Programas e projetos desenvolvidos	131	21,4

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentual calculado sob o total de organizações que prestam contas (612).

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Prestar informações sobre as atividades realizadas é um indicador do funcionamento democrático e participativo. Mas o envolvimento da comunidade local nas atividades da organização requer uma atitude ativa de promoção de interações que vai além da divulgação de informações. Assim, a pesquisa buscou aprofundar as informações sobre o envolvimento da comunidade local nas atividades das organizações.

Os dados indicam, conforme Tabela 23, que o relacionamento com a comunidade é levado em consideração pelas organizações em 80,8% das organizações. Esse envolvimento ocorre, segundo os dirigentes das organizações, através das discussões sobre programas e projetos, as alternativas de ação, a aplicação de recursos, a realização de convênios. Esse elevado percentual é característico das organizações de natureza comunitária, rurais e urbanas, cujas atividades estão voltadas para a comunidade local como um todo.

Tabela 23 - Envolve a comunidade local nas atividades da organização

	N	%
Sim	544	80,8
Não	129	19,2
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Ao compartilhar suas atividade com a comunidade local a organização tende a ampliar sua credibilidade. Entretanto, em alguns casos, esse envolvimento torna-se uma atividade formal, sem abrir espaço de efetiva participação de segmentos não associados à organização.

Como se percebe na Tabela 24, é significativo o fato de que, em 66,7% dos casos em que o dirigente da organização declarou que não envolve a comunidade, ele não soube explicar o por quê, podendo assim indicar que essa questão não chegou a ser considerada pela organização. Por outro lado, há o registro de que, em 12,4% dos casos, a comunidade não se interessa, deixando entender que há o interesse, por parte da organização, nesse envolvimento. A alegação de que a organização é recente precisa ser contextualizada, vez que a própria decisão de se criar uma nova organização pode, em muitos casos, ser precedida de discussões na comunidade local.

Tabela 24 - Motivos pelos quais não envolve a comunidade local nas atividades da organização

	N	%
A comunidade não se interessa	16	12,4
Organização está voltada para classe	11	8,5
Organização fundada recentemente	4	3,1
Falta de recursos	1	0,8
Outros	11	8,5
Não sabe explicar	86	66,7
Total	129	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentuais calculados sobre as 129 organizações que declararam envolver a comunidade.

Diretamente relacionada às questões da transparência e do envolvimento da comunidade está a questão dos meios de divulgação acessíveis e utilizados pelas organizações. Como demonstram os dados da Tabela 25, o principal meio é o “boca-boca”, 82,1%, em seguida vem as reuniões, 69,9% e a propaganda em rádio, 46,1%. Outros meios de divulgação, como instrumentos mais modernos (vídeos, filmes, *folders*, internet) são pouco utilizados.

Tabela 25 - Meios utilizados para divulgar as atividades realizadas

	N	%
Boca a boca	525	82,1
Reuniões	447	69,9
Propaganda em rádio	295	46,1
Cartazes	215	33,6
Carro de som	185	28,9
Murais	157	24,5
Alto-Falante	94	14,7
Pessoas-chave da comunidade	93	14,5
Boletins	91	14,2
Relatório anual publicado	72	11,2
Jornal	72	11,2
Folder	67	10,4
Internet	58	9,0
Home-page	25	3,9
Vídeo Institucional	23	3,5
Vídeo de Propaganda	23	3,5
Filme	17	2,6
Matéria para Imprensa	11	1,7

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre o número de organizações que utilizam algum meio (629).

Ao lado dos meios de divulgação das atividades, destacam-se, dada a sua importância para o melhor funcionamento das organizações, os meios utilizados para recepção das informações. Como se observa na Tabela 26, o meio mais utilizado são as reuniões com outras organizações, 66,3%, embora essas reuniões não aconteçam com muita frequência, havendo defasagem na circulação das informações. Contatos com lideranças, 46,5%, noticiários de rádio, 41,3%, e seminários, 40,3%, também são muito usados. A manipulação das informações é um obstáculo a ser enfrentado pelas organizações, posto que as elites tradicionais utilizam-se desses meios para repassar informações distorcidas.

Como se vê, apenas 15,3% das organizações acessam a internet. Embora já seja um meio bastante comum, seu custo ainda é alto em relação ao orçamento de algumas organizações, isto poderia ser superado através do uso coletivo dos equipamentos e pontos de acesso, possibilitando as organizações maior alcance aos projetos, serviços, cursos, debates e articulações para ampliação de informações e contatos de interesses comuns.

Tabela 26 - Meios utilizados para informações

	N	%
Reuniões com organizações similares	446	66,3
Contato com lideranças	313	46,5
Noticiários de rádio	278	41,3
Seminários	271	40,3
Boletins/jornais das organizações	176	26,2
Televisão	151	22,4
Assessoria	139	20,7
Pesquisa na comunidade	117	17,4
Jornais de grande circulação	103	15,3
Internet	103	15,3
Revistas especializadas	90	13,4
Banco de dados próprios	58	8,6

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas.

ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO

O acesso à assessoria e à capacitação tem efeitos diretos no funcionamento e desempenho das organizações. Neste item, procuramos analisar como estas questões estão sendo tratadas nas organizações, quais são os agentes que prestam assessoria e capacitação, de que forma são desenvolvidas estas atividades, qual a sua natureza e quais os temas/assuntos mais comuns.

Os dados da Tabela 27 apontam a maior incidência de órgão governamentais na prestação das assessorias esporádicas, com 18,4%, enquanto as ONGs se destacam, com 12,2%, na prestação de assessoria permanente. Isto parece coerente com a natureza da assessoria oferecida pelos órgãos governamentais, em geral de caráter técnico e relacionada a projetos produtivos temporários desenvolvidos pelas organizações rurais.

Tabela 27 - De quem recebe assessoria

Assessores	Permanente	%	Esporádica	%
Órgão de Governo	69	10,3	124	18,4
Consultores Individuais	67	10,0	71	10,5
ONGs	82	12,2	71	10,5
Outros	71	10,5	70	10,4

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas Múltiplas. Percentual aplicado sobre 673 organizações

Essas organizações têm apontado problemas relacionados à precariedade com que órgãos governamentais, como a CAR e a EBDA, têm prestado assessoria: não há um acompanhamento constante, tão pouco uma capacitação que possa subsidiar o agricultor: as culturas e as criações se perdem ou não se desenvolvem de maneira satisfatória, gerando um desestímulo às pessoas envolvidas na atuação das organizações, assim como um desgaste na obtenção de recursos. Essa é uma realidade que atinge grande parte das organizações rurais localizadas no interior do Estado.

As assessorias oferecidas pelas ONGs, ao se concentrarem em áreas como as de comunicação, artes, pedagogia e uso de instrumentos judiciais, têm um maior potencial

emancipador e respondem melhor ao redirecionamento dos interesses das organizações, que se voltam para uma atuação mais política, de proposição e de controle social. Nesse sentido, o trabalho de ONGs como o MOC, o CAA, o IRPAA, a Fundifran, entre outras, tem um importante efeito demonstrativo em termos metodológicos e de resultados.

Quanto à capacitação, procuramos identificar quem tem promovido os cursos, seminários e treinamentos, quais os temas mais comumente tratados e quem participa destes eventos. De acordo com as entrevistas, 35,5% das ações de capacitação são oferecidas por organizações governamentais, conforme mostra a Tabela 28. Em seguida, com 27,5%, aparecem as ONGs como promotoras de capacitação e, na última posição, aparecem as próprias organizações, com 26,4%. Ou seja, os órgãos governamentais são os principais promotores de capacitação, o que pode ser explicado, em parte, pela predominância, nos municípios pesquisados, de organizações rurais, para as quais há uma maior oferta de capacitação técnica. Mas apesar da limitação de recursos, as próprias organizações possuem um número significativo de eventos voltados para a capacitação.

Tabela 28 - Quem promove a capacitação

	N	%
Organizações governamentais	239	35,5
ONGs	185	27,5
A própria organização	178	26,4

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas

Quanto aos destinatários das capacitações, como demonstram os dados da Tabela 29, percebe-se um interesse por parte das organizações em buscar a capacitação para todos os associados. Quase metade das organizações, 49,5%, afirma que a capacitação é voltada para todos os sócios, enquanto 20,8% declararam que as capacitações estão voltadas apenas para os dirigentes das organizações.

Tabela 29 - Quem recebe capacitação

	N	%
Todos os sócios	332	49,3
Só os dirigentes	140	20,8
Não realiza capacitação	171	25,4
Não responderam	30	4,5
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Capacitar os associados nas suas áreas de interesse favorece a dinâmica da organização como um todo, aumentando o nível de participação nas atividades, melhorando a qualidade dessa participação nas atividades desenvolvidas. Contudo, tem-se observado pouca renovação do público que participa dos cursos, quase sempre são os mesmos participantes e com pouco efeito multiplicador.

Quando perguntadas sobre os temas nos quais as organizações necessitam de capacitação, destacam-se, conforme dados da Tabela 30, aqueles ligados às técnicas agrí-

Tabela 30 - Temas que demandam capacitação

	N	%
Técnicas agrícolas	118	17,5
Associativismo	90	13,4
Gestão de organizações	71	10,5
Cursos profissionalizantes	33	4,9
Sindicalismo	21	3,1
Políticas Públicas	20	3,0
Elaboração de projetos sociais	16	2,4
Educação em saúde	15	2,2
Instrumentos legais de participação	15	2,2
Educação ambiental	14	2,1
Educação política	14	2,1
Artesanato	11	1,6
Subjetividade	10	1,5
Cidadania	9	1,3
Cooperativismo	8	1,2
Educação da mulher	8	1,2
Artes	8	1,2
Conhecimentos jurídicos	6	0,9
Comunicação Comunitária	5	0,7
Questão de gênero	5	0,7
Direitos sociais	4	0,6
Formação pedagógica	3	0,4
Direito ambiental	2	0,3
Alfabetização	1	0,1
Estrutura e funcionamento do poder municipal	1	0,1
Não necessita de capacitação	19	2,8
Não responderam	146	21,7
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

colas 17,5%, ao associativismo, 13,4%, e à gestão de organizações, 10,5%. Os demais temas citados estão dispersos em um grande leque. Os temas das capacitações dependem muito do tipo e objetivos de cada organização, mas surpreende a diversidade de temas citados nas entrevistas.

Participar de cursos (e também promovê-los) é uma atividade fundamental para o fortalecimento das organizações. Cabe lembrar, contudo, que essas atividades têm uma dimensão mais abrangente, podendo se constituir em espaços para outras atividades além da capacitação, como a articulação entre as organizações. Bastante limitada, a articulação, em geral, é reduzida a encontros em seminários, onde cada participante está apenas para representar sua organização.

A comunicação, a troca de experiências e a articulação muitas vezes não encontram outros espaços de realização fora dos eventos de capacitação. Em alguns seminários

realizados pela pesquisa, pode-se detectar essa desarticulação: muitas das organizações nem sequer sabiam da existência umas das outras, mesmo quando atuando em um mesmo município. Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido rumo a uma maior articulação das ações das organizações e os eventos de capacitação são espaços importantes para isto.

FONTES DE RECURSOS E INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL

A maioria das organizações, 58,7%, tem como principal fonte de recursos a contribuição dos seus sócios, como demonstra a Tabela 31. Mas é fundamental que todos os sócios mantenham em dia sua contribuição, para assegurar maior autonomia frente a outros financiadores e também ter mais segurança na manutenção de gastos indispensáveis ao funcionamento das organizações.

Tabela 31- Fontes de recursos

	N	%
Contribuição dos sócios	395	58,7
Renda de atividades (produtivas e serviços)	62	9,2
Não tem fonte de recursos	25	3,7
Doações da comunidade	21	3,1
Projetos de ONGs internacionais	11	1,6
Doações individuais	9	1,3
Igreja	8	1,2
Renda de aluguel (imóveis, máquinas)	7	1,0
Projetos governamentais municipais	6	0,9
Projetos de ONGs nacionais	6	0,9
Subvenções sociais municipais	6	0,9
Projetos governamentais federais	5	0,7
Projetos governamentais estaduais	3	0,4
Subvenções sociais federais	3	0,4
Subvenções sociais estaduais	3	0,4
Resposta não considerada	2	0,3
Outras	10	1,5
Não se aplica	2	0,3
Não responderam	89	13,2
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Como pode ser visto na Tabela 31, as outras fontes de recursos são muito dispersas. A renda proveniente da realização de atividades produtivas/prestação de serviços aparece com 9,2%; a comunidade local aparece como fonte de recursos para 3,1% das organizações (é preciso lembrar, que a comunidade contribui quando participa de ações que se convertem em benefícios para as organizações, como os mutirões); recursos obtidos junto aos órgãos de governo são citados por apenas 1% das organizações, o que evidencia uma separação entre recursos destinados ao financiamento da estrutura organizativa, daqueles relacionados aos projetos eventualmente geridos ou viabilizados pelas organizações.

Mesmo sem receber recursos financeiros governamentais de forma direta, as organizações se beneficiam da exploração dos equipamentos produtivos públicos, como as casas de farinha e tratores, através da cobrança de taxas que são revertidas para a organização.

Quando solicitadas a expressar o orçamento disponível em termos monetários, conforme Tabela 32, quase metade das organizações, 49,5%, declara possuir um orçamento anual abaixo de R\$ 3.000,00, e 24,4% delas contam com menos de R\$ 500,00 anuais para custear suas despesas. Ou seja, as organizações operam numa situação de extrema precariedade de recursos financeiros. Não é sem razão que, entre as dificuldades enfrentadas pelas organizações, como se verá mais adiante, destaca-se a falta de recursos. De fato, é difícil imaginar que as organizações consigam manter um mínimo de funcionamento, realizar suas ações e ter autonomia frente a outros agentes sociais, contando com tão poucos recursos.

Tabela 32 - Orçamento anual

	N	%	% acumulado
Não tem orçamento	23	3,4	3,4
100 - 499	141	21,0	24,4
500 - 999	79	11,7	36,1
1.000 - 1.999	55	8,2	44,3
2.000 - 2.999	35	5,2	49,5
3.000 - 3.999	20	3,0	52,5
4.000 - 4.999	6	0,9	53,3
5.000 - 5.999	8	1,2	54,5
6.000 - 6.999	11	1,6	56,2
7.000 - 7.999	9	1,3	57,5
8.000 - 8.999	8	1,2	58,7
9.000 - 9.999	3	0,4	59,1
20.000 - 29.999	20	3,0	66,9
30.000 - 39.999	14	2,1	68,9
40.000 - 49.999	17	2,5	71,5
Acima de 50.000	60	8,9	80,4
Não responderam	132	19,6	100,0
Total	673	100	

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Esse padrão de orçamentos relativamente pequenos se reflete na infra-estrutura disponível. Como se observa na Tabela 33, menos da metade das organizações dispõe de sede própria, 43,8%; o computador está presente em 27,9%, enquanto o telefone está disponível em 22% delas. Ou seja, há uma relativa precariedade na infra-estrutura existente e, em muitos casos, os bens disponíveis foram conseguidos através de outros mecanismos que não a utilização de recursos próprios das organizações, como as doações de equipamentos e imóveis, principalmente por políticos ou governos, muitas vezes interessados numa relação clientelista com as organizações. Os cuidados ao utilizar essas formas alternativas de aquisição de bens estão relacionados à possível perda de autonomia das organizações frente aos doadores.

Por outro lado, deve-se registrar a circulação de um “capital social” expresso, por exemplo, na adoção de estratégias solidárias, como a contribuição com trabalho, seja

na construção da sede, seja na limpeza de roças comunitárias e na manutenção da infra-estrutura da organização.

Tabela 33 - Infra-estrutura disponível

	N	%
Sede Própria	295	43,8
Computadores	188	27,9
Telefone	148	22,0
Fax	112	16,6
Veículos	99	14,7
Centro de Treinamento	76	11,3
Biblioteca	48	7,1
Laboratório	12	1,8

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas

A formação de redes solidárias, constituídas a partir da maior articulação das organizações, pode significar uma alternativa para as deficiências de recursos financeiros e de infra-estrutura, em especial quando se promove o compartilhamento dos recursos.

■ ORGANIZAÇÕES E RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO

Apresenta-se, neste capítulo, uma análise das manifestações de participação das organizações em instituições do Poder Público. Parte-se do exame das variadas formas como essas organizações têm se relacionado com as Prefeituras e Câmaras Legislativas, com os Juizados e Promotorias, com os Conselhos de Políticas, Projetos e Programas Governamentais, para montar um quadro com as diferentes dimensões, possibilidades e limites destas relações.

A reflexão percorre, como sugere Boaventura Santos Souza (2002), “os caminhos da democracia participativa”, mas não desconsidera o fato de que estas relações acontecem com instituições da democracia representativa – e, no caso do Brasil, de uma democracia que se enquadra, segundo José Álvaro Moisés (1992), no conjunto das *novas democracias*, as quais

[...] revelam-se profundamente marcadas por uma distribuição desigual, não só de bens materiais, mas também dos bens simbólicos e dos recursos de poder através dos quais elas enfrentam os conflitos societários fundamentais [...] elas convivem com enormes desigualdades sociais, sexuais, raciais etc. e com a não menos importante divisão entre governados e governantes.

Trata-se, portanto, de analisar as relações entre sociedade civil e Poder Público sob a perspectiva da participação política enquanto inserção da sociedade civil – através de suas organizações - em espaços políticos institucionais que vão além do voto. A análise que se segue está baseada nas informações coletadas junto a 673 organizações, através de entrevistas semi-estruturadas.

Os dados serão apresentados em cinco grupos. A distinção entre os três primeiros segue a separação tradicional dos três poderes – Executivo, Legislativo (locais) e Judiciário. Pela natureza de suas atividades, as relações com o Ministério Público serão analisadas neste terceiro grupo.

No quarto grupo, analisam-se as relações com os Conselhos, institutos de natureza híbrida, embora formalmente instituídos pelo Legislativo. E, no quinto grupo, a participação nos programas e projetos governamentais oriundos das três esferas administrativas – Federal, Estadual e Municipal.

Em cada grupo, as relações serão analisadas, quando possível, dentro de algumas dimensões básicas: a) *parcerias* – parcerias em projetos, prestação de serviços, gestão de equipamentos; b) *debate público* – discussão de planos e orçamentos e de questões de interesse coletivo; c) *controle social* – ações de cobrança, pedidos de informação, acompanhamento de atos e da execução orçamentária; d) *proposição* – apresentação de propostas. Na Tabela 34 é apresentado um quadro geral da participação das organizações nas instituições públicas.

Pode-se considerar que é expressivo o nível de relações com o conjunto das instituições analisadas: pelo menos 50% das organizações relacionam-se com três das cinco instituições, percentual que chega 72%, no caso do Poder Executivo. Ainda sem fazer considera-

Tabela 34 - Número de organizações que mantêm relação com instituições públicas

	N	%
Com o Poder Executivo	485	72
Com os Conselhos	417	62
Com o Poder Legislativo	336	50
Com Programas/projetos	262	39
Com o Poder Judiciário/Ministério Público	163	24

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas

ções acerca da natureza destes dados, de certa forma isso contraria o senso-comum que aponta para a apatia e ceticismo frente às possibilidades da política institucional.

Evidencia-se, também, a preponderância do Poder Executivo enquanto instituição mais acionada pelas organizações. O que se explica pelo fato de estar nas mãos do prefeito a iniciativa de gestão e as decisões sobre a alocação local de recursos.

Esta centralização pode ser interpretada como um reflexo da prática do “presidencialismo” no nível do município. Este sistema, quando condicionado pelas fragilidades do sistema partidário e pela situação sócio-econômica em que se encontra a maioria dos municípios brasileiros, favorece um arranjo institucional que concentra os poderes municipais na figura do Prefeito (NETO, 2003).

As instituições menos acionadas pelas organizações são a Justiça e o Ministério Público, 24%. Contribui para isso o desconhecimento dos requisitos formais para se ter acesso e do papel que pode ser exercido por estas instâncias. A figura do Juiz ainda está presa a um estereótipo cultivado no passado, quando ele encarnava uma autoridade que se confundia com a própria Justiça. Esta percepção é estendida aos Promotores, por não existir um entendimento claro de que se trata de integrantes de instituições independentes, com diferentes funções.

Além disto, há a liturgia do cargo, que faz com que juízes e promotores cultivem uma imagem pessoal de imponência e superioridade que termina por afastar os cidadãos “comuns”.

A frequência de relações com os conselhos deliberativos e consultivos – 62% de respostas afirmativas – chega a surpreender – tanto em termos absolutos, quanto quando comparada com os níveis de participação nos poderes Executivo e Legislativo. Deve-se ponderar, porém, que alguns conselhos são obrigatórios, como os dos Direitos da Criança e Adolescente, Saúde, Assistência Social, Educação e Alimentação Escolar, o que gera a obrigatoriedade, também, da participação dos representantes da sociedade civil. Assim, isto pode significar uma participação compulsória nestes espaços.

A abertura para a participação em programas e projetos governamentais faz parte de uma nova abordagem que vem se tornando dominante no contexto internacional, e que enfatiza a importância da participação ampla e efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das ações de governo. Tal como ocorre com parte dos conselhos, embora também exista certo grau de obrigatoriedade na participação.

Este quadro fornece apenas uma primeira aproximação com os níveis médios de

participação nas instâncias selecionadas. Nos tópicos seguintes aprofunda-se esta análise, tomando-se os instrumentos utilizados e os resultados obtidos. Também se procura relacionar esta variável com outras informações, buscando identificar alguns fatores que afetam os níveis de participação.

RELAÇÕES COM O PODER EXECUTIVO

Instância mais acionada pelas organizações, as Prefeituras concentram, na prática, a maioria das possibilidades de intervenção. São elas as responsáveis pela formulação, decisão e execução das políticas públicas locais. Mesmo nas políticas oriundas das outras esferas – estadual ou federal – o Executivo local possui alto poder de ingerência, principalmente quanto à alocação dessas políticas, ou seja, é a instância que aplica os recursos. A Tabela 35 apresenta a incidência de relações das organizações com a Prefeitura.

Tabela 35 - Mantém relações com a Prefeitura

	N	%
Sim	485	72
Não	178	26
Não responderam	10	2
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

A participação no Executivo foi analisada a partir dos papéis desempenhados pelas organizações junto às Prefeituras, agrupados, conforme Tabela 36, em: a) de formação de parcerias; b) de promoção do debate público; c) de exercício de controle social e d) de proposição. Foram consideradas as relações de natureza institucional,

Tabela 36 - Papel desempenhado junto à Prefeitura

	N	%
Reivindicação e Controle Social		
Cobrança de ações/providências	257	38
Pedidos de informações	211	31
Acompanhamento das ações da Prefeitura	121	18
Fiscalização das contas	54	8
Acompanhamento da execução dos Planos	44	7
Acompanhamento da execução orçamentária	34	5
Debate Público		
Discussão de proposta para o Orçamento	70	10
Discussão, elaboração de Planos - Diretrizes, Setorial etc.	55	8
Proposição		
Apresentação de propostas	223	33
Parcerias		
Parceria em projetos	188	28
Prestação de serviços - contratos/convênios	60	9
Gestão de equipamentos públicos	23	3

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas.

não deixando de reconhecer, contudo, a existência de relações diretas e pessoais entre os representantes do executivo e os dirigentes das organizações. Estas relações, muitas vezes, extrapolam os limites formais e chegam, inclusive, ao uso de violência por parte de representantes do Poder Público. Embora não quantificadas, são práticas comuns, principalmente nos pequenos municípios, dominados por oligarquias tradicionais. Para a análise aqui proposta, parte-se dos seguintes dados:

Observa-se que a maior parte das manifestações de relações com a Prefeitura concentra-se na cobrança de ações/providências (38%); pedidos de informações (31%); apresentação de propostas (33%). Os dados não permitem analisar o conteúdo das cobranças, propostas e pedidos de informações, mas observações de natureza mais qualitativa apontam para o fato de que se tratam, em sua maioria, de reivindicações de obras e serviços públicos e menos de ações mais firmes de cobrança, de propostas mais elaboradas e de pedidos de informações de natureza mais técnica.

É significativo observar que estas atividades não são acompanhadas, proporcionalmente, pelo debate público, o que dá margem à possibilidade de se reproduzirem, nessas relações, práticas clientelistas. Observe-se, ainda, o baixo nível de atividades de acompanhamento e fiscalização, o que vem corroborar a idéia de uma participação mais reivindicativa.

Outro grupo que aparece com destaque é o das parcerias. Isso parece coerente com uma possibilidade aberta pela reforma do Estado brasileiro, empreendida na última década: a sociedade civil entendida como parceira do Estado na execução de Políticas Públicas. Com a reforma, foram criados novos institutos legais que estruturam arranjos organizacionais específicos para essa finalidade como as Organizações Sociais²⁶ (OS) e das Organizações Sociais e Interesse Público²⁷ (OSCIP).

Entretanto, poucas são as organizações que desfrutam dessas qualificações e têm, portanto, parcerias mais efetivas e formais com o Poder Público. Além disso, deve-se considerar a total assimetria entre os potenciais parceiros: o poder público dispõe de recursos técnicos, financeiros e políticos em níveis incomparáveis com aqueles disponíveis às organizações. Em geral, as parcerias citadas estão, na verdade, relacionadas à participação das organizações, enquanto beneficiárias, em programas e projetos desenvolvidos, muitas vezes, por empresas e órgãos públicos estaduais. A prefeitura atua como interveniente, interferindo, contudo, na escolha dos investimentos. Outras ocorrências de parceria dizem respeito às “ajudas” pontuais, oferecidas às organizações (pagamento de aluguel, auxílio para a construção da sede, capacitação, apoio na realização de eventos etc.), que são apropriadas, no discurso, como sendo ações de parcerias. Isto, geralmente, é um artifício clientelista.

De forma geral, nas relações com a Prefeitura ainda estão ausentes elementos importantes como o debate, o acompanhamento sistemático e a fiscalização. Estas são atividades fundamentais para a construção de espaços públicos plurais e de participação política efetiva. Entretanto, são atividades que ocupam tempo, exigem um conhecimento técnico nem sempre disponível, podendo levar ao acirramento de conflitos cu-

²⁶ Lei 9637, de 1998.

²⁷ Lei 9790, de 1999.

jos resultados podem ser desfavoráveis às comunidades representadas pelas organizações. Prevalece, então, um comportamento quase sempre amistoso, com pouca autonomia para as organizações e baixas possibilidades de radicalização de conflitos.

Não obstante esse quadro geral, há casos específicos que fogem a este padrão. Para ilustrar, pode-se destacar a atuação dos Grupos de Cidadania, localizados na região de Irecê. São grupos de jovens, animados pela ação da Igreja Católica e instrumentalizados por uma ONG, o Centro de Assessoria Assuruá, que se dedicam ao exercício do controle social, no sentido mais específico da transparência nos gastos públicos e na responsabilização dos gestores (*accountability*). Dispostos a uma ação mais radical, esses grupos têm conseguido avanços no acesso às informações públicas, no acompanhamento das contas e na busca de apoio do Ministério Público. Estes resultados representam, sem dúvida, avanços importantes na luta por uma participação mais efetiva e podem ser atribuídos à prática concreta e intencional dos Grupos de Cidadania.

Como se pode observar na Tabela 37, a maioria dos dirigentes declara perceber resultados positivos na relação com a prefeitura. Concentram-se em tomar como positivo a realização de projetos, 58%, sendo pouco perceptíveis possibilidades mais estratégicas como ampliação do debate e transparência da administração. Como efeito negativo, destacam a cooptação de lideranças sociais pelo Poder Público, 6%, risco sempre presente, num contexto em que poucas prefeituras compartilham de projetos participativos.

Tabela 37 - Resultados percebidos nas relações com a Prefeitura

	N	%
Realização de projetos que beneficiam a comunidade	280	58
Ampliação do debate público	80	16
Maior transparência da administração	53	11
Cooptação de lideranças	31	6
Nenhum	133	27

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas, percentual aplicado sobre as 485 organizações que declaram manter alguma relação com a Prefeitura.

Destaque-se, ainda da Tabela 37, o percentual de organizações que declaram não obter qualquer resultado nessas relações, 27%. Esse percentual está coerente com os motivos alegados para não manter relações com o Executivo, conforme demonstram os dados da Tabela 38, relativos às organizações que declararam não procurar a Prefeitura. O maior índice, 20%, aponta para a descrença nos resultados dessa relação.

Os demais motivos chamam atenção pela sua natureza, como o “*receio da perseguição política*”, o fato de “*fazerem oposição ao prefeito*”, o “*medo dos conflitos*”, o “*não envolvimento com a política*”, ou à “*orientação da FETAG*”. Em geral, os motivos alegados apontam para o caráter político da participação: mais que a eficiência da gestão ou a efetividade das políticas públicas, no contexto analisado, a participação está relacionada à promoção de mudanças na correlação de forças políticas no município. Ela implica não apenas na possibilidade de redistribuição das políticas públicas, mas efetivamente, na distribuição de poder.

Tabela 38 - Motivos alegados para não procurar a Prefeitura

	N	%
Não dá resultados	35	20,0
Não há abertura da Prefeitura	25	14,0
Fazem oposição ao prefeito	15	8,0
Nunca precisou	11	6,0
Receio de ser manipulado	10	6,0
Não se envolve com as coisas da Prefeitura	5	3,0
Prefeitura recusa relação	5	3,0
Prefeitura só dá apoio a organizações vinculadas a determinados órgãos	3	2,0
Não possui experiência	3	2,0
Prefeito não é localizado	3	2,0
Falta orientação para as associações	3	2,0
Não se envolve em política	3	2,0
São independentes	1	0,5
Por orientação da FETAG	1	0,5
Perseguição política	1	0,5
Procura evitar conflitos	1	0,5
Para não confundir os associados	1	0,5
Outras	18	10,0
Não responderam	34	19,0

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas, percentual calculado sobre as 173 organizações que declararam não manter qualquer relação com a prefeitura.

O quadro desenhado até aqui está coerente com a visão atribuída à democracia brasileira por Boaventura Santos, qual seja a de

[...] um sistema político e uma cultura caracterizados pela marginalização, política e social, das classes populares; ou a sua integração através do populismo e do clientelismo; a restrição da esfera pública e a sua privatização pelas elites patrimonialistas (SANTOS, 2002, p. 458).

RELAÇÕES COM O PODER LEGISLATIVO

A marginalização ou integração a que se refere Boaventura Santos continua a se reproduzir nas relações das organizações com as Câmaras de Vereadores. Aliás, o próprio Poder Legislativo Municipal sofre esse processo de marginalização e integração pelo executivo.

Responsável pela definição das leis e pela fiscalização dos atos do Poder Executivo, e a despeito de possuir autonomia formal, há, como assinala Celso Daniel, “uma propensão, nas sociedades modernas, e em particular no Brasil, ao enfraquecimento do poder legislativo em face ao executivo” (DANIEL, 1988, p. 36). Na prática, utilizando-se de sua capacidade de controlar o acesso dos vereadores aos órgãos administrativos, os prefeitos têm forte poder de cooptação dos vereadores e relativa facilidade na formação da maioria na Câmara, subordinando-a aos seus interesses.

Enquanto “apêndice” do executivo, o Poder Legislativo fornece um quadro de “despachantes de luxo”, os vereadores, que utilizam os mandatos para reproduzirem prá-

ticas clientelista (DANIEL, 1988). Neste contexto, o quadro traçado a partir da análise das relações das organizações com o legislativo não difere daquele visto em relação ao executivo. Com efeito, metade das organizações declara procurar o legislativo, conforme Tabela 39.

Tabela 39 - Mantém relações com a Câmara Municipal

	N	%
Sim	336	50
Não	324	48
Não responderam	13	2
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Considerada a pouca efetividade do legislativo enquanto poder autônomo e com atribuições específicas, cabe analisar com cuidado os dados apresentados. Uma das dificuldades na análise dessas relações é o seu caráter informal. Com efeito, são raros os contatos institucionalizados, via mesa diretora da Câmara; na prática os contatos são realizados com um determinado vereador – aquele do bairro, de determinado partido, ou sensível a determinada causa. Isso reforça a idéia de que os vereadores são procurados, na maioria das vezes, para intermediar os pedidos ao Prefeito.

Essa visão, entretanto, não pode ser deduzida da análise das respostas dadas pelas organizações quanto ao seu papel desempenhado junto à Câmara. O quadro traçado a partir das respostas das organizações, conforme Tabela 40, aponta para uma situação mais animadora.

Tabela 40 - Papel desempenhado junto à Câmara

	N	%
Controle Social		
Acompanhamento das sessões/ações da Câmara	179	27
Pedidos de informações	128	19
Cobrança de ações	117	17
Denúncia pública de atos/decisões	53	8
Fiscalização das contas	25	4
Pedido de <i>Impeachment</i>	2	0,3
Debate Público		
Debates Públicos	71	11
Discussão de proposta para o Orçamento	43	6
Discussão dos Planos - Diretrizes, Setorial etc.	20	3
Proposição		
Apresentação de propostas	134	20
Elaboração de projeto para apresentação por Vereador	87	13
Projeto de Iniciativa Popular	31	5
Parcerias		
Parceria	38	6
Prestação de serviços - contratos/convênios	15	2

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas.

O acompanhamento das sessões da Câmara é o primeiro passo para uma interferência junto a este poder, o que não parece ser muito difícil de ser realizado, dado o caráter público das sessões. Essa facilidade, entretanto, é mais aparente que real. As Câmaras, em geral, são refratárias à possibilidade de publicização de suas atividades: sessões sem pauta definida, horários incompatíveis com a disponibilidade da maioria dos cidadãos (como, por exemplo, nos dias de feira), excesso de sessões secretas e sessões extraordinárias são práticas comuns.

Por outro lado, a participação das organizações, como se mostra na Tabela 40, ocorre de forma pouco sistemática: o acompanhamento, 27%, é feito, normalmente, por dirigentes que são, também, militantes partidários, pretensos candidatos a cargos eletivos; não há continuidade ou seleção das sessões mais importantes como, por exemplo, as dedicadas às discussões do orçamento, 6%, e dos planos municipais, 3%.

Os pedidos de informação, 19%, e a apresentação de propostas, 20%, são feitos pessoalmente aos vereadores, fora do ambiente da Câmara e, normalmente, estão relacionados a pedidos de bens ou serviços públicos, quando não a auxílios para o funcionamento da organização (certificados, isenções, apoio em eventos).

Poucas são as ações de fiscalização, 4%, e apresentação de projetos de iniciativa popular, 5%. Deve-se destacar, entretanto, as denúncias de atos/decisões, 8%, e os dois pedidos de *impeachment* (impedimento do prefeito),²⁸ iniciativas que exigem um grau de maturidade política e institucional mais elevado.

Quanto aos resultados das relações com a Câmara, mostrados na Tabela 41, tem-se como destaques positivos a aprovação de projetos, 39%, a ampliação do debate público, 24%, e a inclusão de emendas no orçamento/projetos, 13%. Avançou-se também na fiscalização das contas públicas, cujo índice, embora pequeno, aponta para a presença dessa temática nas práticas das organizações, por si só um fator importante.

Tabela 41 - Resultados percebidos nas relações com a Câmara

	N	%
Aprovação de projetos que beneficiam a comunidade	131	39
Ampliação do debate público	82	24
Inclusão de emendas no orçamento/projetos	42	13
Maior fiscalização das contas públicas	25	7
Cooptação de lideranças	11	3
Nenhum	83	25

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre as 336 organizações que declararam manter alguma relação com a Câmara Municipal.

A exemplo do que ocorre em relação ao executivo, há um percentual considerável de organizações que não viram nenhum resultado nas relações com a Câmara (25%) e outras que registraram a cooptação de lideranças, com 3 ocorrências.

Tomando para análise apenas as organizações que declararam não manter qualquer tipo de relação com a Câmara Municipal, conforme Tabela 42, percebe-se que grande quantidade de respostas atribuem a não participação a um entendimento de que a

²⁸ Um pedido do STR de Pau Brasil e outro da Associação Avante de Lençóis.

Tabela 42 - Motivos pelos quais não procura a Câmara

	N	%
Não dá resultado	36	11
Não tiveram necessidade	28	9
Câmara não é representativa/não se interessa pela comunidade	25	8
Receio de ser manipulada	23	7
Não têm capacitação	20	6
A Câmara não dá acesso a população	16	5
Prefere não se envolver	12	4
Não traria nenhum benefício	12	4
Vereadores não se interessam	11	3
Associações e Câmara têm objetivos diferentes	10	3
Dificuldade de acesso físico (distância)	9	3
Não tem receptividade	7	2
Só tem contato com vereador local (relação pessoal)	7	2
Inconveniência do horário das sessões	7	2
Associação não está preparada apresentar propostas	6	2
Vereadores vêem associações como concorrentes	5	1
Os vereadores não convidaram	4	1
Vereadores não resolvem	4	1
A Câmara é submissa ao Prefeito	3	1
Falta de tempo	2	1
"Vereador é só fuxico"	1	,5
Por orientação da FETAG	1	,5
Por não ter um vereador local	1	,5
As sessões são bate boca de vizinhos	1	,5
Outras	12	4
Não responderam	61	18
Total	324	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre as 336 organizações que declararam manter alguma relação com a Câmara Municipal.

Câmara não possui um papel muito relevante ou não tem interesse em envolver-se com os problemas. Isto pode ser traduzidos pelas respostas que dizem: a câmara não é representativa/não se interessa; não traria nenhum benefício; vereadores não se interessam; vereadores não resolvem; Câmara é submissa ao prefeito; “vereador é só fuxico”; as sessões são bate boca de vizinhos. Outro grupo de motivos apontam questões relacionadas às opções das próprias organizações, como por exemplo: não tiveram necessidade; receio de ser manipulada; não têm capacitação; prefere não se envolver; só tem contato com vereador local; falta de tempo.

Portanto, parece haver um desinteresse mútuo numa relação mais efetiva. Por um lado, as organizações percebem os vereadores como intermediários do Poder Executivo, desconhecem os instrumentos legislativos de participação (Tribuna Livre, Iniciativa Popular de Projeto de Lei) e a importância da Câmara em questões fundamentais como, por exemplo, o orçamento municipal. Por outro lado, os vereadores

vêm as organizações como possíveis bases de apoio e os seus dirigentes como potenciais cabos eleitorais.

Tanto as posturas da Câmara – ao sujeitar-se a uma posição subalterna - quanto as posturas das organizações – que corroboram com a desqualificação das Câmaras - ajudam a manter a supremacia do Executivo local. Como o Legislativo acaba se dissolvendo no Executivo, a Justiça e o Ministério Público assumem uma possível posição de contraponto institucional ao poder do Executivo.

RELAÇÕES COM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Cabe aqui uma referência à relação das organizações com o Tribunal de Contas dos Municípios, visto ser um órgão auxiliar do Poder Legislativo na sua atribuição de fiscalização do Executivo. Apenas 4%, conforme Tabela 43, responderam que fizeram denúncias, e menos dirigentes ainda falaram sobre as finalidades do uso deste mecanismo, cerca de 2% (soma das finalidades). As finalidades declaradas foram o acompanhamento das contas públicas, defesa de interesses coletivos, irregularidades em contratos e na aplicação dos recursos do FUNDEF.

Tabela 43 - Relação com Tribunal de Contas dos Municípios/Conteúdo das ações

	N	%
Acionaram o TCM	25	4,0
Acompanhamento das Contas Públicas	8	1,0
Defesa de interesses da categoria	3	0,5
Denúncia de irregularidades em contratos	3	0,5
Lutas por bens e serviços	1	0,1
Irregularidades no FUNDEF	1	0,1

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas.

Há de se reconhecer que muitas dificuldades se interpõem no exercício deste direito coletivo, garantido na Constituição (art. 74, § 2º. e art. 31, § 3º.); não dizendo respeito, apenas, ao temor de represálias, mas, principalmente à dificuldade de obter informações e documentos que comprovem indícios da prática de irregularidades. A regulamentação do TCM sobre o exercício da fiscalização não tem contribuído, na medida em que, por exemplo, confere aos órgãos municipais a atribuição de estabelecer regras sobre o acesso dos contribuintes à documentação e estes têm fixado horários de vistas de até 1 hora por dia ou têm interpretado restritivamente o conceito de contas, no sentido de disponibilizar apenas balanços e balancetes e não a documentação completa. Essas são condutas que, na prática, dificultam e impedem um mínimo de transparência e criam desânimo para as organizações.

RELAÇÕES COM O PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO

Entre os dirigentes entrevistados, conforme Tabela 44, 25% afirmam acionar, de alguma forma, a Justiça, necessariamente isso não quer dizer, a utilização de ação judicial. Ou seja, em muitos casos, as questões que motivaram a procura da Justiça não

Tabela 44 - Utilização da Justiça

	N	%
Procuraram a Justiça	165	25
Recorreram a algum tipo de ação judicial	85	13

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistas.

chegam aos tribunais, seja porque não cabe o uso de ações judiciais, seja porque os demandantes são desestimulados frente à burocracia ou à necessidade de se constituir advogado, recurso nem sempre acessível à maioria das organizações.

Somente 13% das organizações declararam ter recorrido a algum tipo de ação judicial. Para esses casos, deve-se levar em conta que se trata de organizações que buscam a Justiça fundamentalmente para resolver problemas coletivos. Entre as finalidades declaradas estão, conforme Tabela 45, a de efetivar direitos, 20%, a de defesa de interesses da categoria, 15%, a de defender a posse da terra, 9%. Outros motivos foram: denúncias de corrupção, de agressão ao meio ambiente e a reivindicação de garantias de subsistência.

Tabela 45 - Objetivos das ações judiciais

	N	%
Efetivação de direitos em geral	17	20
Defesa de interesses ligados à categoria (trabalhistas)	13	15
Lutas pela terra	8	9
Denúncia de corrupção na Prefeitura	2	2
Reivindicação de serviços/obras públicos	1	1
Reivindicação de créditos	1	1
Preservação do meio ambiente	1	1
Outros	43	51
Total	85	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Percentual calculado sobre o número de organizações que recorreram à justiça.

Entre as ações movidas por organizações ou cidadãos a elas vinculados foram citadas: Ação Civil Pública, Ação Popular e Mandado de Segurança e, em relação ao Ministério Público, a Representação, conforme se vê nos dados da Tabela 46.

Tabela 46 - Resultado das Ações e Representações

	N1	% de 673	Resultados positivos	
			N2	% de N1
Representação ao Promotor	81	12	50	62
Ação Civil Pública	39	6	19	49
Mandado de Segurança	30	4	12	40
Ação Popular	18	3	6	33

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
(N1= número de ações requeridas na Justiça. N2=número de ações com resultados satisfatórios). Respostas múltiplas.

Quanto às relações com o Ministério Público, as 81 representações ao Promotor tiveram diferentes finalidades, nem sempre apropriadas às funções deste instrumento. Não obstante, há um razoável número de denúncias, de pedidos de apuração de

irregularidades cometidas pelo poder público (arbitrariedades contra funcionários, falta de transparência, desvios de verbas); crimes ambientais, discriminação a homossexuais, pedidos de providências para efetivar direitos coletivos (crianças e adolescentes, educação, deficientes físicos). Mas há também pedidos com fundamentação inadequada, como brigas entre sócios de associações, pedidos de obras públicas, auxílio de maternidade.

Verifica-se que o Ministério Público é percebido como órgão que pode zelar pelos direitos coletivos, principalmente em relação ao meio ambiente e às irregularidades administrativas no uso dos recursos públicos. A provocação do Ministério Público é estimulada pelos resultados positivos alcançados pelas representações: entre os que responderam, 62%, como mostra a Tabela 46, afirmaram ter obtido resultados positivos. Mas, em muitos municípios, o Ministério Público ainda é um órgão distante das organizações representativas da sociedade, seja pela falta de iniciativas de aproximação, seja pelo temor e desconfiança dos dirigentes e até do desconhecimento da sua missão funcional.

Quanto às ações judiciais, as mais utilizadas foram a Ação Civil Pública, 39 ações, Mandado de Segurança Coletivo, 30 ações, e Ação Popular 18 ações. Na Ação Civil Pública, há finalidades apontadas que não se coadunam com a natureza da ação (proteção ao meio ambiente, consumidor, patrimônio artístico, cultural, histórico; direitos da criança e do adolescente); muitas finalidades de natureza trabalhista, possessória, de improbidade foram apontadas, indicando, na realidade, o desconhecimento do teor das ações.

Os Mandados de Segurança (proteção de direito líquido e certo, ilegalidade e abuso de poder de autoridade), segundo as respostas, tiveram finalidades não compatíveis, como os de natureza trabalhista ou possessória ou ainda de improbidade administrativa; não obstante, alguns direitos foram garantidos (desconto de contribuição sindical, funcionamento de rádio comunitária, contra arbitrariedade a professores, garantia de emprego de concursados, contra o “apagão”, discriminação religiosa). Em termos de resultados, 12 foram positivos.

A Ação Popular foi utilizada apenas por 3% dos entrevistados, em alguns casos cumprindo as finalidades previstas (lesão ao patrimônio público, proteção ao meio ambiente, moralidade administrativa), mas também com finalidades não adequadas (liberalização de crédito, anulação de eleições sindicais, pedidos de obras públicas, direitos trabalhistas), como resultado, 6 respostas foram positivas.

De forma geral, esses percentuais podem ser considerados altos, dadas as condições das organizações e seu nível de informação sobre os direitos. Há poucos dados disponíveis sobre esta questão que possam servir de parâmetros. O IBGE, em 1988, aponta um percentual de 7,4% da população do Nordeste envolvido em conflitos entre indivíduos que podem ser objeto da ação judicial de vários tipos, desde os trabalhistas, aos patrimoniais. Em termos trabalhistas e posse de terra, o percentual não chega a 2%. Isto indica que o nível de conflitos entre indivíduos, mediados pela Justiça, é bastante baixo, ressalvando-se que os dados se referem ao ano de 1988 e que a situação social, nestes anos, tem-se degradado de forma intensa e seguramente ampliado os conflitos e demandas.

Entre os que não fizeram uso da Justiça, as razões apresentadas, conforme Tabela 47, vão desde a afirmação de não existir necessidade, 51%, até a falta de conhecimen-

to, 3%, o desconhecimento de procedimentos, 1%, não ter advogado, também 1%. A primeira justificativa pode esconder uma acomodação dos dirigentes com a situação, a não consciência dos direitos ou mesmo receio de represálias dos agentes de poder – motivo explicitado ainda em 1% das organizações.

Tabela 47 - Motivos pelos quais não fazer uso da Justiça

	N	%
Não houve necessidade	344	51
Falta de conhecimento	22	3
Desconhece os procedimentos	10	1
Não tem advogado	7	1
Medo de sofrer represálias	6	1
Resolveu através de negociação	5	1
A sede da comarca não fica no município	2	0,3
Não acredita na justiça	2	0,3
Falta de recursos financeiros	1	0,1

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas, percentual calculado sobre 673 entrevistas.

Os dados indicam que as organizações começam a utilizar os recursos judiciais disponíveis para fazer valer direitos coletivos, obtendo resultados positivos destas ações. Muitas delas foram acompanhadas por mobilizações e outras ações coletivas, o que, possivelmente, contribuiu para seu êxito. Pelos números apresentados, infere-se também que há muitas outras possibilidades a serem exploradas, necessitando um conhecimento mais aprofundado dos dirigentes, seja em relação aos procedimentos para propor ações adequadas, seja ao seu conteúdo.

PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS DE GESTÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS

A Constituição Federal de 1988 abriu possibilidade para participação da sociedade na gestão pública através de vários canais, dentre eles, destacam-se, pela intensidade e velocidade com que foram disseminados, os Conselhos de Gestão de Políticas. A institucionalização desses mecanismos, entretanto, foi resultante de mobilizações sociais que precederam a Assembléia Constituinte e que se situam no bojo do processo de redemocratização do país.

Os conselhos de gestão representam uma inovação em relação aos “conselhos comunitários”, criados na década de 1970 pelo poder público para mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares. Também diferem-se dos “conselhos populares”, característicos das décadas de 1970 e 1980, que visavam estabelecer negociações com o poder público no âmbito de reivindicações, mas assumindo a proposta de manterem-se autônomos em relação aos partidos políticos e ao governo.

Em torno da VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que estabeleceu o marco para a nova noção de conselho. Foram mobilizadas 15 mil pessoas, e a experiência serviu de referência para a Constituinte que, atendendo às pressões sociais, criou mecanismos que possibilitaram a participação da sociedade no processo de discussão

da nova Constituição. Essa participação resultou na apresentação de 168 emendas populares acompanhadas de 12 milhões de assinaturas (MARTINS, s/d).

Também a aprovação das Leis Complementares que regulamentaram o funcionamento dos Conselhos foi conseguida graças à pressão da sociedade e, mesmo assim, em processos que duraram, em média, 5 anos. Isto mostra que a institucionalização destes novos arranjos que possibilitam a participação da sociedade nas políticas públicas, ocorreu em um momento de intensa mobilização social.

Resulta desta observação um primeiro questionamento sobre a funcionalidade destes mecanismos. Concebidos em um momento especial de manifestação da “vontade de participar”, foram implantados, verticalmente, por força legal, em contextos característicos dos pequenos municípios brasileiros, onde uma baixa organização social convive com uma institucionalidade clientelista. Neste contexto, não será surpresa se os conselhos forem vistos apenas como instâncias burocráticas formais, não realizando, na prática, seu potencial de mecanismo de ampliação da esfera pública.

Por outro lado, os conselhos funcionam como mecanismos viabilizadores da descentralização administrativa – outra bandeira levantada no Brasil, nos anos 1980, ao lado da redemocratização. Foram instituídos verticalmente, como uma imposição desde o governo federal até os municípios, com aquele condicionando o repasse de recursos à instituição formal dos conselhos. Embora seja possível que a população se apodere de tal instrumento e o utilize para expressar suas vontades e suas queixas, ou cobrar ações do Poder Local, não partiu dela o impulso pela criação dos conselhos, sendo, portanto algo, estranho à sua realidade.

Outra questão diz respeito à noção de co-gestão. Esta se baseia na idéia de cidadania participativa, que envolve transformações na forma de fazer gestão pública, vez que requer a partilha do poder. Essa possibilidade esbarra, contudo, na tradição autoritária, patrimonialista e excludente que caracteriza a cultura política municipal brasileira.

Nos municípios onde não há um projeto participativo próprio, seja da sociedade, seja do governo, mecanismos participativos ficam órfãos, servindo apenas de peça de retórica para um ou outro membro do poder que assume um discurso participativo, visto como moderno.

Uma terceira questão refere-se ao perfil dos conselheiros. Os conselhos municipais de gestão, como fica claro no próprio nome, assumem responsabilidades na co-gestão das políticas públicas. Não são apenas espaço de debate ou canal de publicização de demandas e interesses. Suas atribuições avançam para novos estágios da participação, ao prever as funções de fiscalização e deliberação. Estas funções requerem um mínimo de qualificação técnica daqueles que se dispõem a realizá-las.

A verdadeira fiscalização requer o conhecimento efetivo de normas administrativas, jurídicas e técnicas nem sempre acessíveis ao cidadão médio. É claro que a fiscalização não deve se restringir ao esforço de encontrar irregularidades, mas pode avançar para a análise do mérito da decisão ou ato administrativo, aproximando da noção, mais abrangente, de controle social. Mas ainda é grande o volume de recursos desviados por meio de fraudes administrativas.

Mesmo avançando no conteúdo da fiscalização, esta função é diferente da delibera-

ção. Esta requer habilidades e conhecimentos mais complexos sobre aspectos técnicos, administrativos, financeiros, legais além dos conhecimentos específicos sobre as questões do setor de atuação do conselho. Estas exigências não são irrelevantes quando cotejadas com o nível de escolarização e informação da população, em especial a de pequenos municípios.

Assim, qualidade e quantidade de quadros disponíveis ou potenciais podem se tornar mais um problema concreto enfrentado pelos conselhos, que se reflete nos vários casos de pessoas que se dividem entre vários conselhos. E, como foi dito, na ausência de projetos participativos, parece pouco provável que haja investimentos na qualificação de conselheiros. Mesmo que neste quadro pareça bastante desfavorável a efetivação dos conselhos enquanto instrumentos participativos, o fato é que eles são um dado da realidade, estão presentes em todos os municípios analisados. Cumpre então, analisar o seu funcionamento, sob a ótica das organizações pesquisadas.

Numa primeira abordagem, procurou-se analisar o grau de inserção desses instrumentos no cotidiano das organizações. Foram feitas duas perguntas diretas: uma quanto ao conhecimento sobre a existência dos conselhos e outra sobre a participação da organização, entendida como o acompanhamento sistemático das atividades dos conselhos. Os resultados são apresentados na Tabela 48.

Tabela 48 - Número de organizações que conhece/participa dos Conselhos de Políticas Setoriais

	Conhece		Participa	
	N	%	N	%
Conselho de Saúde	335	50	168	25
Conselho do FUMAC	187	28	164	24
Conselho da Educação	169	25	56	8
Conselho de Assistência Social	90	13	56	8
Conselho Municipal de Desenvolvimento	79	12	42	6
Conselho da Criança e Adolescente	70	10	39	6
Conselho Tutelar	67	10	19	3
Conselho da Merenda	50	7	25	4
Não conhece/não participa	114	17	254	38

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre 673 entrevistadas

Observa-se, como mostra a Tabela 48, um maior conhecimento e participação no conselho de saúde. Este setor, como já visto, foi o pioneiro na organização de conselhos e é, via de regra, a área mais bem estruturada, contando com quadro de pessoal mais qualificado. Também lida com serviços críticos para a população que depende de serviços públicos de saúde e onde são comuns as mobilizações em torno, por exemplo, de campanhas de vacinação, de aleitamento materno, entre outras que levam o nome do conselho e ajudam a torná-lo conhecido. Talvez isto explique a disparidade entre os índices de conhecimento, 50% e participação, 25%.

Outro conselho bastante conhecido é do FUMAC – Fundo Municipal de Apoio Comunitário, conhecido por 28% das organizações. Inicialmente concebido como um fundo de apoio ao Projeto de Combate à Pobreza Rural, programa de apoio ao pequeno produtor

rural, financiado pelo Banco Mundial e executado pelos governos estaduais, com aval do Governo Federal, o FUMAC foi transformado, em alguns municípios, num conselho bastante amplo. Não obstante essa expansão temática, o relativo conhecimento e participação, 24%, nesse conselho, decorre da predominância, na amostra trabalhada na pesquisa, de organizações rurais. O conselho de educação, a exemplo do Conselho de Saúde, apresenta alta disparidade entre o conhecimento e a participação.

Os demais conselhos são menos conhecidos, talvez por serem de áreas mais específicas. Não se enquadrariam nesta explicação, entretanto, os conselhos de assistência social, que atuam numa área também crítica para a população e administram vários convênios que implicam repasses de recursos para as organizações e para programas fundamentais. Uma explicação pode ser buscada na composição da amostra da pesquisa, onde as organizações filantrópicas e assistenciais aparecem em pequena proporção. Estas organizações, por dependerem diretamente dos repasses de recursos públicos, tendem a formar, juntamente com as secretarias municipais de assistência social, um clube fechado, pouco afeito à publicização de suas atividades.

Tomando para análise o universo das organizações que participam dos conselhos, foi perguntado o que elas fazem nos conselhos. O resultado aponta, conforme Tabela 49, para a predominância de reivindicação e apresentação de propostas, 39%. Tratamos reivindicação e proposição num mesmo item por entendermos que, na prática, as proposições se resumem, quanto ao seu conteúdo, em reivindicações.

Tabela 49 - O que a organização tentou fazer nos Conselhos dos quais participa

	N	%
Reivindicação e apresentação de propostas	162	39
Atos de fiscalização/acompanhamento	41	10
Elaboração de planos	15	4
Apresentação de reclamações/problemas	12	3
Melhoria do funcionamento interno	10	2
Realização de parcerias	8	2
Participação em ações	7	2
Mobilização da comunidade	4	1
Elaboração de convênios	2	,5
Negociações	1	,2
Outras	6	1,5
Nada	46	11
Não responderam	105	25
Total	419	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Também merece destaque as manifestações que apontam atos de fiscalização e acompanhamento, 10%. Como estas são atribuições inerentes aos conselhos, era de se esperar índices maiores. É possível que estas atividades sejam realizadas em reuniões restritas, ou se resumam a atos apenas formais, onde os conselheiros assinam atas pré-fabricadas, sem conhecer o alcance das deliberações nelas expressas.

Como pontos negativos da atuação dos conselhos, destacamos a pouca atenção à mobilização da comunidade, apenas 4 ocorrências e o elevado índice de organizações que afirmam que os conselhos não fazem nada, 11%.

Em relação as ações que são desenvolvidas pelos Conselhos, conforme Tabela 50, os resultados apontam o predomínio de atividades de gestão do setor (levantamento de problemas, elaboração de planos, encaminhamento de propostas, acompanhamento das ações da Prefeitura no setor), o que faz presumir certa efetividade na atuação dos conselhos. Por outro lado, ações de mobilização, debate e fiscalização, estrategicamente fundamentais, ficam em segundo plano.

Tabela 50 - Que ações estão sendo desenvolvidas pelos Conselhos

	N	%
Levantamento dos problemas do setor	248	37
Elaboração de Plano de Trabalho	204	30
Acompanhamento do que é feito pela Prefeitura	165	25
Encaminhamento de Propostas ao Poder Público	139	21
Mobilização da comunidade em torno dos problemas do setor	119	17
Fiscalização das contas do Setor	107	16
Debate público dos problemas	79	12
Parcerias com outras organizações	76	11
Não tem informação	80	12
Nenhuma ação	100	15
Não responderam	135	20

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

A conclusão a que se chega é a de que, em contextos de baixa organização social, de predomínio de um Poder Público conservador e de ausência de quadros qualificados em quantidade suficiente para atender aos múltiplos conselhos existentes, as potencialidades do dispositivo não se realizam.

Mas é preciso lembrar que os conselhos são arranjos relativamente novos, ainda sujeitos a aperfeiçoamentos. Algumas teses quanto ao seu futuro para municípios pequenos ganham relevância. Entre elas a de se criar nesses municípios um conselho mais abrangente, os “conselhões”, nos quais funcionariam câmaras técnicas específicas. Alguns defendem aperfeiçoamento na legislação, que poderia detalhar melhor as regras de composição e exigências de qualificação, também se fala numa redefinição das funções dos conselhos municipais, os quais deveriam atuar na fiscalização e proposição, eximindo-se das atividades de gestão.

O fato de estarem surgindo proposições como estas, formuladas por pessoas que acreditam na viabilidade desses instrumentos, representa um esforço de minimizar as deficiências estruturais que podem levar ao descrédito da própria democracia participativa.

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS

A participação em projetos governamentais não é uma idéia recente. Como assinala AMMANN (1984), são do final da década de 1940 as primeiras propostas de participação, institucionalizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), através dos projetos de Desenvolvimento Comunitário. Para a autora, a participação, nessa época, apenas servia de instrumento de busca de consentimento da população para as estratégias de desenvolvimento definidas pelo Estado.

Nas duas últimas décadas, o dispositivo da participação em projetos e programas se generalizou. O associativismo passou a ser visto como instrumento para aumentar a capilaridade das agências de financiamento, como garantia da efetiva aplicação dos recursos nos fins propostos – responsabilidade solidária dos beneficiários dos créditos - e como meio de assegurar maior eficiência ao envolver os beneficiários no diagnóstico dos problemas locais. Expandiu-se, então, o uso de metodologias de planejamento participativo e de gestão colegiada, através da instituição de conselhos de programas, como o do FUMAC.

O associativismo rural foi afetado de forma surpreendente por essa estratégia do crédito associativo. Neste quadro de participação consentida, não se pode falar que ocorre o envolvimento ativo das organizações nos projetos. Na prática, a participação se viabiliza apenas nas etapas de implantação dos projetos, ficando as definições mais importantes, como o volume de recursos e os setores a serem beneficiados, a cargo das próprias agências financiadoras. Mesmo as atividades de acompanhamento e fiscalização são assumidas por técnicos das prefeituras ou das empresas estaduais, como a EBDA e a CAR.

Há de se registrar, entretanto, iniciativas de programas específicos que buscam promover uma participação mais efetiva das organizações, incluindo em suas ações atividades de capacitação técnica e de formação para a participação. Como exemplo, pode-se citar o programa Prorenda Bahia, executado pela EBDA em colaboração com a Agência Alemã de Cooperação (GTZ). Este projeto procura promover processos de autogestão em relação à agricultura familiar, potencializando a organização dos agricultores e valorizando a articulação institucional entre órgãos públicos, prefeituras e ONGs.

Com o objetivo de analisar a relação das organizações com os projetos e programas desenvolvidos no Estado, perguntou-se aos dirigentes das organizações sobre quais eram os programas/projetos do governo (municipal/estadual/federal) desenvolvidos no município e em quais desses programas/projetos sua organização participava. Assim a Tabela 51 foi construída com base nas respostas dadas à primeira questão e lista os programas mais lembrados pelas organizações. Na categoria “outros” foram agrupados as citações com percentuais abaixo de 1%.

Dentre os programas e projetos mais lembrados, estão os programas sociais do Governo Federal. As principais características desses programas, conforme apresentados nas páginas na Internet e nos documentos de divulgação, são descritas a seguir.

O Programa Nacional do Bolsa Escola concede benefício monetário mensal de R\$15,00 para as crianças de 6 a 15 anos, que freqüentam e assistem às aulas, cobrindo, no máximo, três crianças por família cuja renda, dividida pelo número de pessoas que a compõem, não ultrapasse R\$ 90,00. O Programa Bolsa-Renda foi instituído pelo Ministério da Integração Nacional e distribui uma bolsa ao valor de R\$60,00 às famílias residentes da zona rural dos municípios em estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal.

O Bolsa-Alimentação é uma iniciativa do Ministério da Saúde de combate à mortalidade infantil e à desnutrição em famílias pobres. Os agentes comunitários de saúde

Tabela 51 - Programas/projetos mais citados

	N	%
Bolsa Escola	171	17
PRONAF	91	9
Bolsa Renda	79	8
FUMAC	45	4
Bolsa Alimentação	41	4
PETI	30	3
Vale Gás	30	3
Portal do Alvorada	21	2
PRODUZIR	21	2
Faz Cidadão	21	2
Outros	463	45
Nenhum	4	0
Não conhece	14	1
Total	1031	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre o número total de citações.

estão encarregados de identificar as famílias que receberão de R\$ 15,00 a R\$ 45,00. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é executado em parceria com o Estado, Municípios e sociedade civil e tem como finalidade retirar as crianças e adolescentes de 07 a 15 anos de idade do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante.

O Vale-Gás foi o último dos programas sociais criados por FHC e repassa R\$ 15,00 a cada dois meses a 8,5 milhões de pessoas. O Pronaf visa apoiar o desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Os portais do Projeto Alvorada realizam a articulação e integração de 16 projetos sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal. Através destes centros são feitos o cadastramento das famílias de baixa renda, o acompanhamento da implantação dos projetos sociais citados e todo um trabalho de acesso às informações através de terminais de internet gratuita para a comunidade.

Os demais programas são desenvolvidos pelo Governo do Estado. O FUMAC é uma linha de financiamento de projetos comunitários (produtivos, de infra-estrutura e de serviços sociais) cujo processo de seleção e encaminhamento das propostas é realizado por um Conselho Municipal. O Produzir está voltado para pequenas comunidades rurais pobres e atua em frentes de trabalho de infra-estrutura física e equipamentos sociais (energia elétrica, telefonia rural, melhoria do habitat rural) e apoio às pequenas indústrias e ao processo produtivo agrícola com ênfase na pequena irrigação. O programa Faz Cidadão visa promover o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações dos 105 municípios diagnosticados entre os mais pobres da Bahia, e envolve a capacitação de lideranças comunitárias, intervenções em áreas específicas e o apoio a projetos produtivos, de infra-estrutura e sociais.

Não houve referências significativas a programas municipais, fato explicado, provavel-

mente, pela baixa capacidade de investimento dos municípios. O predomínio de programas Federais e Estaduais, pode ser um fator limitante à participação, vez que os centros de decisão estão afastados do âmbito de atuação da maioria das organizações, restando, nestes casos, a possibilidade de acompanhamento da implementação dos programas, quando realizada pelos municípios. Outro fator limitante é a natureza assistencialista e o caráter pontual da maioria dos programas, que os reduz apenas aos repasses diretos de recursos. Programas deste tipo são, sem dúvida, necessários, em face da precariedade das condições de existência da maioria da população do Estado, mas não permitem o desenvolvimento de dinâmicas participativas mais efetivas.

Isso se confirma quando se analisa as respostas dadas à pergunta sobre a participação da organização em projetos ou programas. Na Tabela 52, consta que 39% dos dirigentes consideram que sua organização participa de um determinado programa. Essa participação, entretanto, pode se referir apenas à condição de beneficiário do programa/projeto ou participação na operacionalização de certas atividades relacionadas aos programas/projetos como, por exemplo, efetuar cadastramentos e levantar dados.

Tabela 52 - Participação em programas/projetos

	N	%
Participam de pelo menos um programa/projeto	263	39
Não participam de nenhum programa/projeto	136	20
Não responderam	274	41
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Em termos gerais e considerando as análises apresentadas, é possível perceber que as organizações começam a ter conhecimento dos espaços de participação, porém ainda induzidas, em sua maioria, pelos agentes públicos e pelas agências financiadoras. Estas reconhecem a importância da participação das organizações nos processos de desenvolvimento, mas ainda resistem em aprofundar essa participação, envolvendo-as na efetiva distribuição de poder decisório. Há, contudo, algumas iniciativas de incentivo à criação, nas organizações, de uma consciência crítica da realidade, de articulação entre os atores e do desenvolvimento de capacidades técnicas necessárias a uma participação qualificada.

A participação, mesmo quando compulsória, significa uma aproximação das organizações às instâncias de decisão, e representa uma importante conquista no processo contínuo de aprendizagem. A reação das elites, sempre contrárias a projetos participativos, está presente, mas as organizações começam a identificar aliados importantes como a Justiça e o Ministério Público. Em síntese, pode-se dizer que a participação autônoma, crítica e consciente já é exercida por algumas organizações e percebida como possível e necessária pela maioria delas.

■ PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL

Neste capítulo, procura-se verificar as formas e conteúdos das relações das organizações da sociedade civil com o processo político eleitoral, ou seja, como estas organizações interagem com os partidos políticos e candidatos, além do posicionamento das mesmas frente às eleições, identificando tendências a partir da análise das entrevistas com dirigentes e de observações referentes aos aspectos sócio-político do contexto estudado.

É importante lembrar que questões quanto à compreensão e explicação do relacionamento do associativismo, sindicalismo e suas representações frente às instituições sócio-políticas envolvem motivações intrínsecas e diversificadas, que podem ser explícitas ou ocultadas e, via de regra, são de difícil compreensão fora do contexto da sociedade de classes. Nesta perspectiva, “cada partido mesmo que não o explicita, representa interesse de classe, ou fração de classe, com hegemonia de algumas delas, mesmo que o seu ‘programa’ assim não o formule e se coloque como policlassista. A visão que tem da sociedade e sua atuação no Parlamento será desenvolvida a partir daí” (TEIXEIRA, 1990, p. 56).

Assim, o processo político eleitoral desde a sua formatação, realização e resultados, deve ser entendido como expressão e ação coletiva de indivíduos e grupos histórica e sociologicamente determinados. Este processo não pode ser visto como um mero ato eleitoral, isolado, individual, atomizado, mesmo que possa ter efeito aparentemente decisório. Os partidos políticos se inserem na esfera da sociedade política, mas mantêm interesses que ora se encontram, ora se desencontram com os interesses da sociedade civil.

O contexto tomado como referência para esta análise, os pequenos e médios municípios do Estado da Bahia, é marcado historicamente por peculiaridades sócio-políticas próprias do Nordeste brasileiro, que o diferenciam das demais regiões do país. As desigualdades sócio-econômicas e políticas, mais que em outras regiões, são reproduzidas por relações políticas atrasadas e outros mecanismos de dominação social exercidos por forças políticas e econômicas tradicionais que detêm e, geralmente administram os recursos públicos de forma patrimonialista, o que transforma a máquina administrativa municipal não só em instrumento eleitoral, mas também de coerção e manipulação. Isso dá um caráter privado aos serviços que são públicos e obrigações indispensáveis de serem prestadas à população.

As relações sociais nas pequenas cidades acontecem de forma mais personalizada, onde o “capital social” é acentuadamente permeado por relações de parentesco, vizinhança e compadrio. Estes são traços característicos do “familismo amoral”, onde se busca maximizar vantagens materiais e imediatas para o núcleo familiar, na suposição que os outros agirão da mesma forma, seguindo uma tradição historicamente herdada. Nestes contextos, o clientelismo e o paternalismo, vistos como relações sociais de dominação, dissimulam e aprofundam as desigualdades de condições para a participação política, partidária e eleitoral. Assim, é de se esperar que as organizações da soci-

idade civil existentes, sejam fortemente condicionadas por tal configuração social.

Nos pequenos e médios municípios, a prefeitura é a grande fonte de empregos e administra recursos de programas e projetos sociais, tornando-se alvo de cobiça por parte de políticos, face ao potencial de manipulação eleitoral. Além disto, a extrema concentração dos meios de produção coloca a maioria da população à mercê das classes dominantes, o que, somado à apropriação da superestrutura social, através da manipulação dos instrumentos institucionais, jurídicos e políticos, dentre os quais se inscrevem a educação e a comunicação, completa um quadro de ferramentas para a reprodução do sistema, no qual, se procura dominar a ordem simbólica e justificar a ordem econômica. Estas relações compõem o imaginário popular e são difundidas também através de ditos populares como *“manda quem pode e obedece quem tem juízo”*, numa clara sinalização de aceitação da ordem social imposta.

No conceito de classes dominantes, aqui utilizado, o termo classe se refere às categorias econômica e social que ocupam o topo da pirâmide social, enquanto que o termo dominante está relacionado ao poder político que é apropriado e reproduzido pelas mesmas na sociedade, a partir de sua posição na estrutura social.

Vale salientar que as concepções, conceitos e atitudes quanto à política, partidos e eleições expressas pelos representantes de organizações são construídas através de experiências concretas dos indivíduos/atores sociais em suas vivências históricas e nas relações com outros atores através das quais formulam e estabelecem suas estratégias frente ao poder.

Neste aspecto, é relevante considerar que a repressão, instalada no país pela ditadura militar em 1964, até início da década de 1980, colocou na ilegalidade partidos e organizações políticas, eliminou e desarticulou organizações da sociedade civil, partidos políticos e lideranças significativas do tecido associativo e impôs a censura, o controle e a cultura do medo que foi, em parte, assimilada e reproduzida por gerações de dirigentes. De alguma forma, o quadro político montado, com um sistema eleitoral centrado no bipartidarismo, levou atores comprometidos com a organização de setores populares, inclusive da Igreja Católica, a não contracenarem com a proposta, e a “demonizarem” a política e os partidos oficialmente postos.

No meio associativo, tal posicionamento reforçou atitudes de repulsa e resistência ao envolvimento no jogo político partidário, inclusive, denunciando a artificialidade e a farsa do mesmo, pelo seu caráter anti-democrático, ao cercear a autonomia e a liberdade de organização política (inclusive partidária) de importantes setores da sociedade brasileira como os intelectuais, estudantes e, muito fortemente, setores populares e sindicais ligados aos trabalhadores do campo e da cidade.

Por outro lado, a política dos governos militares trouxe, no bojo dos programas sociais implementados, a proposta massificada de criação de associações como condição de acesso a benefícios assistenciais, o que, na prática, significou a criação, por políticos, de milhares de organizações, institucionalizando, em larga escala, o clientelismo, e reforçando partidos e candidatos situacionistas, sobretudo no governo Sarney. Em consequência, muitos dirigentes forjados neste processo foram, antes de tudo e por muito tempo, meros cabos eleitorais, imprimindo este viés às organizações então criadas.

Entretanto, o espaço político local é um campo permanente de disputas entre pólos opostos, ligados não apenas por relações dualísticas, mas, dialéticas. Nestes espaços, as contradições internas geram um aprendizado de resistência e de luta e fazem surgir novas formas de fazer política, baseadas na recusa das regras do jogo político liberal, com seus conhecidos vícios (cooptação e corrupção). Conforme inspiração de Paulo Freire, para um processo real de transformações sociais, é preciso não apenas ter objetivos diferentes, mas, métodos diferentes, numa clara alusão às práticas políticas de partidos e políticos tradicionais.

Os esforços despendidos neste sentido indicam a possibilidade de fortalecimento para a disputa e ocupação dos espaços públicos e políticos através da criação e fortalecimento de processos democráticos nos contextos locais. Nesta perspectiva, partidos políticos, candidatos e organizações políticas em interação com o associativismo e sindicalismo podem desempenhar importante papel na construção do sujeito coletivo que ultrapasse a restrita visão comunitarista ou corporativa, ou seja, superando a percepção e ação sobre problemas localizados apenas no âmbito estrito da comunidade ou da categoria, para a concepção de políticas públicas e direitos sociais universais.

É importante considerar a conjuntura política nacional, particularmente no que se refere ao crescimento do Partido dos Trabalhadores com suas características de organização, participação democrática e mobilização, além da candidatura de Lula, que simbolizavam para amplos e diversificados setores da população, em especial para as organizações da sociedade civil, um sentimento de esperança e desejo de mudanças no quadro social, econômico e político vigente no país. Estas observações orientam as interpretações das informações coletadas junto aos representantes das organizações pesquisadas.

RELAÇÕES COM OS PARTIDOS POLÍTICOS

As relações das organizações da sociedade civil com os partidos são múltiplas e assumem diferenciados aspectos no âmbito local. Sob os vários tipos de respostas dadas por representantes de organizações, encontram-se exemplos de relações com caráter explicitamente ideológicas ao lado de outras que são permeadas por razões mais pessoais, além de relações de caráter instrumentais ou pragmáticas no que se refere aos interesses imediatos das organizações.

Entre as 673 organizações entrevistadas, a maioria delas, 59,3%, declarou não manter nenhuma relação com partido político, conforme Tabela 53. Apesar de não ser maioria, as respostas afirmativas, 38%, é bastante significativa, considerando o contexto repressivo local e o fato de que a sigla partidária é algo minimizado e preterido pelos caciques da política e chefes tradicionais, que centralizam suas ações em torno da pessoa – em detrimento do institucional coletivo. Nestes contextos, é mais destacado o poder e o prestígio social de personagens, que são vistos e auto-proclamados como capazes de carrear recursos para o município, dado o seu acesso ao poder nas esferas estadual e federal. Além disto, dispõem de condições financeiras próprias ou captadas através da apropriação de recursos públicos para custear campanhas políticas. Por outro lado, essas personagens têm ressaltado a incapacidade da representa-

Tabela 53 - Relação das organizações com os partidos políticos

	N	%
Não tem relação com partido político	399	59,3
Tem alguma relação com partido político	256	38,0
Não responderam	18	2,7
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

ção dos segmentos mais pobres e oprimidos em bancar candidaturas próprias (ou orgânicas) e se arvorarem a administrar a coisa pública, ou participar do mundo das decisões políticas.

As práticas políticas baseadas na imposição da supremacia do poder econômico, produzem fortes impactos no mundo simbólico da cultura popular local e contribuem para baixar a auto-estima da maioria da população, diminuindo a sua capacidade de oposição à ordem social, ao passo em que reforçam a verticalidade hierárquica do poder local.

De procedimento diferenciado, as forças políticas que representam opções opostas à dominação local, em geral, expõem a figura do candidato vinculada ao nome do partido e sua simbologia, bem como a anseios coletivos, buscando na aceitação popular da sigla e suas propostas partidárias, alternativas de empoderamento. É importante observar, que considerados apenas nestes contextos locais, os conceitos clássicos de partidos políticos vistos como associação de pessoas que partilham de objetivos comuns, os chamados interesses nacionais (BOBBIO, 2000), ou de agremiações que visam chegar ao poder com a finalidade de exercer seu programa político, ficam descharacterizados. Nestes espaços, o caráter político e público dos partidos políticos é sobreposto por interesses de grupos familiares e econômicos.

A caracterização de partido político, porém, torna-se mais visível quando colocada nas dimensões regionais e nacional da sociedade, onde os interesses, articulados em grupos de pressão, ganham forma e sentido de partidos, frentes e blocos partidários, com o predomínio de determinados partidos, a exemplo da União Democrática Rural – UDR ao representar interesses políticos e econômicos dos latifundiários e setores do agronegócio, com a denominada bancada ruralista, articulada a vários partidos que compõem o “Centrão”. Desta forma, a representação destes segmentos sociais é organizada e fortalecida diante dos poderes estaduais e federal, através do controle dos votos dos redutos eleitorais, que conseguem criar e manter.

Ainda em relação ao associativismo, os grandes agricultores são representados nos municípios, por associações e sindicatos rurais (diferente dos sindicatos de trabalhadores rurais). Mantêm organizações com maiores recursos e dotadas de infra-estrutura moderna nos municípios; estão organizados em redes regionais, estaduais e nacionais e possuem grande poder de acesso e pressão sobre os partidos e candidatos, particularmente aos ligados à política agrícola e ao crédito rural. Neste sentido, a Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia – AIBA é uma organização típica ao congregar, sobretudo, os plantadores de soja, um produto agrícola de grande expansão nas últimas décadas, voltado para exportação em consonância com a continuidade do modelo político de crescimento econômico brasileiro.

Quando considerada a natureza da relação estabelecida com os partidos, destacam-se, conforme Tabela 54, as ligações consideradas mais orgânicas, 44,6%, traduzidas na militância e filiação de diretores e associados com ações que vão desde a fundação de diretórios municipais, discussão de propostas partidárias, campanhas de filiação e eleitorais, a campanhas de conscientização e suporte a infra-estrutura partidária.

Também estão incluídas vinculações motivadas por identidade política ideológica,

Tabela 54 - Tipo de relação com partidos

	N	%
Filiação e militância de diretores	114	44,6
Relação com vereador/prefeito	70	27,4
Apoio para ações/projetos da organização	69	26,9
Outros	3	1,1
Total	256	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre o número de organizações que declararam manter relação com partidos (256).

denominadas algumas vezes, pelos próprios entrevistados como “idealistas”, nas quais vêem uma intercessão de interesses entre as propostas e ações políticas do partido com os objetivos e “bandeiras” da organização/movimento.

As vinculações com os partidos são também concebidas enquanto estratégia de mobilização e organização de lutas das várias categorias e segmentos sociais, notadamente a reforma agrária e o combate ao trabalho escravo, dada a periculosidade que se revestem estas questões, onde ocorrem violações de direitos e violência física, não raro com mortes. Nestes casos, militantes e parlamentares destes partidos atuam, quer de maneira individual quer em frentes partidárias, como interlocutores em negociações, prestando apoio às causas das organizações e movimentos sociais, buscando incluir na pauta legislativa, questões de interesse destes. Estas vinculações se constituem um importante fator de expansão, sustentabilidade e sinergia de partidos cujos discursos mais se afinam com as lutas populares e classistas, a exemplo do PT e PC do B. Estes partidos têm como característica a atuação na esfera pública, fora do restrito e periódico ciclo eleitoral. Além do mais, existe a expectativa por parte de parlamentares destes partidos, de que as ações coletivas dos movimentos sociais e a pressão social contribuam para compensar o seu reduzido número no Parlamento.²⁹

Outro tipo de relação entre organização e partido se dá pelas ligações pessoais com os vereadores e os prefeitos, 27,4%. Estas relações são de caráter informal e têm, na maioria das respostas, o fator amizade como dando acesso ao “político” para fins de interesses pessoais ou coletivos. Neste rol, está incluído o apoio dos partidos em troca do apoio à candidatura de diretores de organizações a cargos políticos e públicos. Neste caso, é comum que uma parte dos dirigentes passe a funcionar como cabos eleitorais. O contato pessoal – principalmente o pedido a político – é característico da forma de atuação dos mais desfavorecidos socialmente na população, sen-

²⁹ “A correlação de forças na câmara é desfavorável às pretensões e desejos do sindicato. Dos 13 vereadores, 10 são situacionistas e vetam as iniciativas do STR e de seus representantes na câmara”. (Representante sindical entrevistado). Esta correlação é constatada na maioria dos municípios da amostra.

do assim, poder-se-ia esperar o pedido a político como uma forma clientelista de interação entre eleitores e políticos, em que o apoio dos primeiros resultaria em favores pessoais dos segundos (COSTA, 1997). As relações motivadas pela busca de apoio de partidos para acesso a recursos para ações e projetos sociais da organização, perfazem cerca de 26,9% das respostas. Esta busca se dá principalmente através de pedidos de informações e interlocuções junto aos poderes públicos.

Quando se analisa o quadro partidário no Estado, observa-se que os grupos políticos dominantes detêm o controle local dos partidos mais conservadores, a exemplo do PFL, PTB, PL, PMDB, PSDB e das siglas partidárias menos relevantes, que contraceenam em busca de um espaço por alianças em suas órbitas de poder como é o caso do PST, PSC, PSL e PPB. Estas agremiações são comandadas por chefes políticos regionais caracterizados, em geral, como “um homem de nível superior, muitas vezes advogado ou médico, integrado aos partidos políticos e não dependendo mais exclusivamente de seus recursos para proteger e expandir seu poder pessoal. Ademais, para a escolha do chefe político da região ainda persistem como fatores decisivos os meios tradicionais, como laços de família, as ligações comerciais ou de outros negócios e as amizades pessoais, ao passo que a ideologia e a filiação partidária são raramente levadas em consideração” (CAR, 1997 p. 124).

Essas elites conseguem imprimir ao processo eleitoral uma polarização envolvente, utilizando a idéia de jogo, de circo e de apostas, inclusive com a utilização de nomes de bichos: tem-se, por exemplo, os “gambás”, os “jacus”, os “boca pretas”, os “azuis e vermelhos”. Essas expressões ficam marcadas no imaginário popular e acabam se sobrepondo às siglas partidárias, como atesta a declaração “*muita gente na minha cidade não sabia nem quais eram os partidos, votavam no azul ou no vermelho*”.³⁰ Em muitos municípios, a disputa tende a polarizar mais a competição entre representantes de distintos grupos familiares, onde o poder do sobrenome ainda tem mais importância do que as propostas para enfrentar os problemas sociais da população. Com essas práticas, os grupos dominantes locais e regionais promovem a mercantilização do voto, envolvendo os eleitores e camuflando seus reais interesses, ao tempo em que procuram tornar a corrupção, nepotismo e a locupletação nas administrações públicas algo de comum e usual.

Observa-se que grande parte da população assimila idéias sobre o comportamento e atuação de líderes políticos, justificando-os com o famigerado *slogan* “rouba, mas faz”, bastante difundido no estado, legitimando, através de uma certa complacência induzida ou mesmo da impotência, políticos com notórios envolvimento e protagonismo em casos de corrupção e fraudes, reconduzindo-os aos poderes legislativos e executivos municipais, estaduais e federal.

REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS

Segundo a Tabela 55, os representantes das organizações pesquisadas referiram-se a 15 agremiações partidárias, sendo que o PT aparece com maior frequência, 47%, segui-

³⁰ Membro do Grupo de Jovens Comunicadores do MOC- Conceição do Coité.

Tabela 55 - Partidos citados

	N	%
PT	159	47
PC do B	45	13
PFL	39	12
PMDB	18	5,3
PTB	15	4,4
PL	10	2,9
PSDB	9	2,7
PV	8	2,3
PPB	5	1,6
PSTU	5	1,6
PSC	4	1,2
PSB	4	1,2
PSL	3	0,9
PPS	3	0,9
PDT	2	0,6
Todos	9	2,7
Total	338	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre o número total de citações.

do do PC do B com 13%, pelo PFL com 12% e pelo PMDB com 5,3%. As demais siglas aparecem com percentuais próximos a 1%. Talvez expressando uma visão pragmática, afirmação máxima do pluripartidarismo, 2,7% das organizações declaram manter relações com todos os partidos, entendido como sendo com qualquer partido.

A representatividade do PT e do PC do B é bastante expressiva, conforme a Tabela 55, este dois partidos correspondem a 60% das citações. Entretanto, quando comparamos esses dados com as informações sobre os partidos que estão administrando os municípios pesquisados, observa-se um grande contraste como demonstra a Tabela 56. Partidos como PFL, PL, e PTB, são os mais presentes nas prefeituras. Esse contraste pode demonstrar que em relação às preferências partidárias, as organizações conseguem manter certa independência no que se refere à influência exercida pelo Prefeito e seu partido.

A relação das organizações com os partidos pode variar em função do tipo de organização que estiver envolvida. Os dados apresentados na Tabela 57, demonstram algumas variações que merecem ser analisadas com maior profundidade.

Organizações sindicais de trabalhadores e os partidos políticos

No segmento dos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, ocorre a predominância do PT e do PC do B, como partidos mais presentes nas relações estabelecidas, juntos totalizam 80% das citações nesse segmento. Já o PFL, partido de expressão conservadora e oligárquica, com forte presença e poder de influência nas máquinas administrativas municipais e estadual, aparece com um percentual de apenas

Tabela 56 - Presença dos partidos nas prefeituras

	N. de Prefeituras	%
PFL	30	34
PL	13	15
PTB	13	15
PPB	8	9
PMDB	6	8
PSDB	5	6
PT	4	4
PSC	3	3
PP	2	2
PSL	2	2
PMM	1	1
PSB	1	1
Total	88	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Considerados apenas os municípios da amostra da pesquisa.

2,1%, sendo citado apenas por 2 STRs, representação igual a do PSTU, um partido de esquerda novo e com pouca presença nos municípios pesquisados.

No que se refere, especificamente, aos sindicatos de trabalhadores rurais, o PT tem 62% das relações citadas. A predominância deste partido neste segmento se explica, em parte, por um histórico esforço de militantes de partidos de esquerda envolvidos com as lutas no campo e a criação destes sindicatos na década de 1960, pelas suas vinculações com setores progressistas da Igreja Católica e pela relação com ONGs e técnicos de programas governamentais mais comprometidos com mudanças sociais.

Não obstante a predominância do PT nos sindicatos de trabalhadores rurais, a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, eleita por delegados representantes dos STRs, é vinculada ao PC do B, partido citado por 16% das organizações deste segmento. Isso pode ser explicado pela influência da militância partidária no processo eleitoral da FETAG, refletida, inclusive, no deslocamento de militantes tado rimbados para campanhas noutras regiões. Essa situação (de influência dos partidos em uma entidade representativa) afeta, conseqüentemente, as relações estabelecidas entre os STRs e a FETAG, como expressa a seguinte declaração:

O sindicato não mantém relações com a FETAG devido a razões político-partidárias. A FETAG é dirigida pelo PC do B e os membros do sindicato são do PT. A FETAG tem assessoria, mas o Sindicato prefere não utilizá-la” (Entrevistado, dirigente de sindicato).

Quanto às organizações sindicais de trabalhadores urbanos, observa-se que o PT apresenta 42% das citações, o PC do B, 40%, enquanto que o PV e o PSTU, aparecem, cada um, em 2,6% das citações. Vale ressaltar que o índice de opção pelo PC do B neste segmento é alçado pela sua significativa presença nos sindicatos dos bancários, comerciários e na APLB. Essas organizações possuem grande tradição de organização e articulação estadual/nacional. E, comprovando a tendência observada entre as or-

Tabela 57 - Partidos por tipo de organização

	PT	%	PMD-B	%	PCdoB	%	PV	%	PFL	%	PL	%	PSDB	%	PPB	%	PPS	%
STR	31	62,0	2	4,0	8	16,0	1	2,0	2	4,0	1	2,0	1	2,0	0	0,0	0	0,0
Beneficentes/Filantrópicas	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Associação de profissionais	4	30,8	0	0,0	2	15,4	0	0,0	2	15,4	1	7,7	0	0,0	1	7,7	0	0,0
Cultural/Artística	4	50,0	0	0,0	1	12,5	0	0,0	2	25,0	0	0,0	1	12,5	0	0,0	0	0,0
ONG	2	33,3	0	0,0	0	0,0	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Entidade de articulação	9	42,9	2	9,5	2	9,5	1	4,8	1	4,8	0	0,0	1	4,8	0	0,0	1	4,8
Associação/Mov. de Mulheres	4	66,7	0	0,0	1	16,7	0	0,0	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Associação Sócio-Ambiental	3	50,0	0	0,0	2	33,3	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
STU	18	41,9	1	2,3	17	39,5	2	4,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,3	0	0,0
Associação educacional	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Movimento social/político	7	53,8	1	7,7	2	15,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	15,4	0	0,0	1	7,7
Rádio comunitária	3	60,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Associação Comunitária Rural	31	42,5	7	9,6	2	2,7	0	0,0	16	21,9	6	8,2	1	1,4	1	1,4	0	0,0
Organizações religiosas de apoio a Movimentos Sociais	4	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Associação empresarial urbana	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Associação de Pequenos Produtores Rurais	15	39,5	2	5,3	2	5,3	0	0,0	8	21,1	2	5,3	2	5,3	2	5,3	1	2,6
Cooperativa	4	80,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Associação de promoção desenvolvimento humano	8	53,3	1	6,7	2	13,3	1	6,7	1	6,7	0	0,0	1	6,7	0	0,0	0	0,0
Associação de moradores urbanos	7	29,2	2	8,3	4	16,7	0	0,0	3	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total por partido	159	47,0	18	5,3	45	13,3	8	2,4	39	11,5	10	3,0	9	2,7	5	1,5	3	0,9

continua...

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Tabela 57 - Partidos por tipo de organização

... continuação

	PSB	%	PDT	%	PTB	%	PSL	%	PSC	%	PSTU	%	TODOS	%	TOTAL	%
STR	0	0,0	0	0,0	2	4,0	1	2,0	0	0,0	0	0,0	1	2,0	50	100
Beneficentes/Filantrópicas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	2	100
Associação de profissionais	0	0,0	0	0,0	1	7,7	0	0,0	0	0,0	2	15,4	0	0,0	13	100
Cultural/Artística	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	100
ONG	0	0,0	0	0,0	1	16,7	0	0,0	1	16,7	0	0,0	1	16,7	6	100
Entidade de articulação	2	9,0	0	0,0	1	4,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,8	21	100
Associação/Movimento de Mulheres	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	100
Associação Sócio-Ambiental	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	100
STU	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,3	2	4,7	1	2,3	43	100
Associação educacional	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100
Movimento social/político	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	100
Rádio comunitária	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	5	100
Associação Comunitária Rural	0	0,0	1	1,4	6	8,2	0	0,0	2	2,7	0	0,0	0	0,0	73	100
Org. religiosas de apoio a Movimentos Sociais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100
Associação empresarial urbana	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100
Associação de Pequenos Produtores Rurais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	5,3	0	0,0	0	0,0	2	5,3	38	100
Cooperativa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	100
Assoc. de promoção desenvolvimento humano	0	0,0	0	0,0	1	6,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	100
Associação de moradores urbanos	2	8,3	1	4,2	3	12,5	0	0,0	0	0,0	1	4,2	1	4,2	24	100
Total por partidos	4	1,2	2	0,6	15	4,4	3	0,9	4	1,2	5	1,5	9	2,7	338	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

ganizações sindicais de trabalhadores, o PFL não é citado pelos entrevistados destes sindicatos.

Essas correlações reafirmam as organizações sindicais de trabalhadores como um marco de resistência do fator trabalho em suas lutas contra a desvalorização dos trabalhadores, e seus interesses históricos e imediatos, ou seja, a intercessão entre a utopia por uma sociedade socialista e as lutas atuais frente às imposições neoliberais, tornando-as uma importante trincheira nas lutas das classes trabalhadoras contra a consolidação do domínio capitalista, o que contribui para a construção da consciência de classe.

Neste campo, os sindicalistas encontram, nas relações com os partidos citados, identificação, apoio e interlocução para seus objetivos, além da formação de militantes para a composição dos quadros partidários, vide a expressiva quantidade de pessoas que compõem o cenário político e governamental nacional, cuja origem política foi a militância no movimento sindical.³¹ Dentre as lideranças destes segmentos, é expressiva a resistência a partidos que apresentam uma vinculação mais visível com os interesses das classes dominantes locais.

Associações comunitárias e pequenos produtores rurais e os partidos políticos

No segmento das associações comunitárias e de pequenos produtores rurais verifica-se, conforme Tabela 57, a predominância do PT e do PC do B com 43% e 39% respectivamente das citações como partidos preferenciais nas relações. É justamente nestas organizações que o PFL também se faz mais presente com 22% das citações nas associações comunitárias e 21% nas associações de pequenos produtores rurais. Isto é coerente com a aproximação que estas organizações mantêm com as prefeituras, na maioria administradas pelo PFL: para atingir suas finalidades, estas organizações dependem da obtenção de recursos de programas governamentais, e, para tal participam de conselhos como FUMAC e CMDRS que, na maioria das vezes, têm os prefeitos e secretários municipais como presidentes. Muitas vezes é montado esquema de controle político-partidário na aprovação de recursos para os projetos das associações, como demonstram relatos de entrevistados, que solicitaram sigilo sobre as opiniões críticas emitidas, como forma de se protegerem de retaliações, que acarretariam prejuízos pessoais e para os projetos das organizações.

Outra variável que explica a presença do PFL nas relações destas organizações está relacionada aos fundadores e apoiadores destas associações, que em grande parte,

³¹ Quanto à formação de quadros para os partidos políticos, é importante também a contribuição dos movimentos populares ligados a igreja, através das várias Pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs. Segundo Frei Betto, "... formamos toda uma geração de militantes sem oferecer nenhuma contrapartida material. Dessa geração de CEBs, temos cinco ministros sem falar deputados federais, senadores e tantas outras lideranças", referindo-se a ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva; a ministra da Assistência Social Benedita da Silva; o ministro da Pesca José Fritsch; o ministro do desenvolvimento Agrário Miguel Roseto; e o ministro das Cidades Olívio Dutra na Pastoral Operária (Frei Betto, 2003, pg. 173). De forma diferente, os partidos mais tradicionais e conservadores, têm a formação de seus quadros partidários mais influentes na origem familiar, como uma espécie de "pedigree político", como se pode observar na proliferação no poder político de filhos, netos e sobrinhos de novos e velhos coronéis e caciques da política, tanto em escala local, regional com também em âmbito estadual.

são políticos conservadores, ligados ao poder público. Como afirma um dos dirigentes entrevistado, *“tem muitas associações, mas poucas trabalham para a comunidade, muitas são fundadas por políticos para utilizarem os sócios na época das eleições. Inclusive tem estatuto que são ditados por políticos ao invés de serem feitos pela comunidade”*.

As organizações de bairro e os partidos políticos

Analisando as organizações de bairro, observa-se que o PT é citado em 29% dos casos. Juntamente com o PC do B, PSB, PSTU e PDT, soma 58% das relações com partidos estabelecidas por este segmento, ou seja, a maioria das relações se dá com partidos identificados com projetos mais progressistas. No entanto, partidos mais ligados ao poder público local, também foram significativamente citados, a exemplo do PFL e PTB com 13% cada, o que é compreensível, considerando-se que o conteúdo das reivindicações destas organizações, via de regra, está voltado à dotação de infra-estrutura urbana e assistência social.

Além de estreitas e pessoais, as relações de vereadores destes partidos vão desde a participação na fundação das associações até o controle do acesso facilitado ao prefeito. Em sentido contrário, é comum que os dirigentes destas organizações sejam funcionários públicos municipais ou, pelo menos, pertençam ao mesmo partido do prefeito.³²

Motivos para não se relacionar com os partidos

Como já foi visto na Tabela 53, a maioria das organizações, 59,3%, declararam não manter qualquer tipo de relação com partidos políticos. Os motivos para isto são diversos e estão agrupados em 5 categorias, conforme demonstra a Tabela 58.

Tabela 58 - Motivos para não estabelecer relação com partidos políticos

	N	%
São apartidárias/apolíticas	130	40,2
São autônomas em relação a partidos	67	20,7
A relação com partidos é prejudicial	47	14,5
Não foram procuradas pelos partidos	42	13,0
Há restrições estatutárias ou de ética funcional	37	11,4
Total	323	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Percentual calculado sobre o número de organizações não mantém relação com partidos políticos.

O motivo mais citado, 40,2%, diz respeito a um alegado caráter apartidário, ou até mesmo apolítico, da organização. Essa parece ser uma posição de princípio: colo-

³² Vale ressaltar que a implementação do orçamento participativo em alguns municípios tem provocado fortes reações por parte alguns dirigentes destas associações, porque lhes retiraram o poder de barganha junto a vereadores e prefeitos, ao fomentar a participação direta dos moradores e de suas organizações no processo de discussão de prioridades para suas regiões e bairros.

cam-se contra envolvimento com os partidos e com a política, de maneira geral, mas não explicitam razões mais objetivas. Em um segundo grupo, com 20,7% das organizações, estão aquelas que se declararam suprapartidárias, não são ligadas a partidos para assegurar a autonomia da organização; ou de pluralismo político, consideram ser mais adequado manter parcerias com outros setores, vez que estes, em especial o poder público, poderiam discriminar partidariamente os seus possíveis parceiros.

Outro grupo, com 14,5% das organizações, declara-se contrário ao estabelecimento de relações com os partidos por razões mais pragmáticas: entendem que essas relações são prejudiciais às organizações, podendo gerar divisões entre os associados, com a possibilidade de vir a perder sócios. Alegam também o fato de que tais relações confundiriam os associados em questões de direitos e criariam limitações na articulação para o desenvolvimento das ações. Como prejuízos, também relacionam as possíveis retaliações por parte do poder, além de experiências malogradas no passado que causaram decepções, a exemplo de candidatos apoiados pela organização que foram cooptados ou subornados pelo poder, o que justificaria a atual recusa destas relações.

O quarto motivo alegado denota um posicionamento passivo diante da questão: 13% das organizações declaram que não foram procurados pelos partidos, portanto, não são objeto de interesse e não lhes são dadas oportunidades de participação. Por fim, com 11, 4%, há organizações que alegam restrições calcadas em razões formais. As restrições estatutárias alegadas, por exemplo, não se justificam, vez que os estatutos podem ser alterados pela própria organização.

O afastamento entre as organizações e a política eleitoral através da interação com os partidos políticos, como observado na pesquisa, pode refletir a apatia e a alienação já naturalizada como característica da sociedade em geral. Concorre para esta situação a forma como tem se constituído, historicamente, a relação da maioria da população com os partidos políticos, baseada em práticas eleitorais carregadas de promessas, corrupções e posterior descaso com as mesmas. Isto tem fomentando a descrença e a indiferença da população para com o processo eleitoral, para com as instituições e para com a própria democracia.

Nesse contexto, várias concepções passam a circular no meio associativo, como as que idealizam uma sociedade sem partidos e sem parlamentos, como tábua de salvação para os problemas sociais. Assim, surgem aqueles que acreditam que *“o crescimento do terceiro setor deverá ser a solução dos problemas sociais e isto só virá com extinção do poder legislativo e dos partidos políticos”* (entrevistado, dirigente de ONG).

Essa tensão presente nas relações das organizações da sociedade civil com os partidos políticos e candidatos reflete a tentativa de conciliar a ênfase na democracia participativa com o papel dos organismos do sistema representativo. Esta disputa é mais observada entre os políticos tradicionais, de partidos conservadores, e representantes de organizações que procuram desenvolver suas atividades com maior autonomia e participação, valorizando as ações coletivas. É de se esperar que desses embates surjam novas estruturas institucionais, como já ocorreu com os conselhos de gestão de políticas públicas.

Mas o sistema representativo, com todas as deformações que apresenta – ou mesmo por isso –, representa um campo de disputa aberto à atuação das organizações.

Motivos para buscar apoio dos partidos políticos

Para o conjunto das organizações que declaram buscar apoio dos partidos políticos procurou-se analisar os motivos que as levaram a interagir com estas instâncias de representação. As finalidades apontadas na Tabela 59 demonstram que os partidos são vistos como intermediários entre as demandas das organizações e o poder público.

Tabela 59 - Busca apoio de partidos

	N	%
Viabilizar projetos de interesse da comunidade	162	24
Apoiar campanhas e mobilizações	142	21
Viabilizar projetos de interesse da categoria	101	15
Promover debates públicos	81	12
Mediar negociações com autoridades	76	11
Intermediar a obtenção de recursos públicos	70	10
Denunciar fraudes	59	8,5
Total	691	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas.

Dentre elas os motivos mais citados, estão a busca por projetos de interesse da comunidade, 24%, apoio em campanhas e mobilizações, 21%, e projetos de interesse da categoria, 15%. As razões menos citadas foram a denúncia de fraudes de autoridades, 8%, obtenção de recursos públicos, 10%, e mediação de negociações com autoridades, 11%. A baixa referência demonstra que o partido não é tido como um aliado para lutas mais institucionais e gerais.

PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NAS ELEIÇÕES

No que se refere às possibilidades de participação efetiva nas eleições, procurou-se analisar como as organizações têm se inserido no processo eleitoral. Os dados da Tabela 60 demonstram que a maioria das organizações participa do processo eleitoral e apenas 16,3% não se envolve com as eleições.

Para as organizações que participam do processo eleitoral, as ações realizadas seguem um *continuum* decrescente, variando de acordo com a complexidade, a partir da orientação do voto para candidatos, 26,4%, da fiscalização das eleições, 13,8%, e da promoção de debates entre candidatos e associados, 12,8%, atividades estas que poderiam ser classificadas como especificamente de campanha.

O apoio a candidatos que é a mais simples e menos reflexiva das ações, quando não acompanhada de outras ações, muitas vezes se limita à distribuição de material de propaganda, os “santinhos”, ficando o eleitor, sem ter uma consciência maior do sen-

Tabela 60 - Participação das organizações nas eleições

	N	%
Orienta os eleitores na escolha de candidatos	335	26,4
Ignora o processo eleitoral	207	16,3
Fiscaliza as eleições para evitar fraudes	174	13,7
Promove debates entre os candidatos para associados	162	12,8
Elabora perfis para candidatos	137	10,8
Denuncia a compra do voto ou o uso da máquina administrativa	104	8,2
Promove debates entre os candidatos para o público em geral	91	7,2
Elabora programas para candidatos	42	3,3
Faz cursos de formação para candidatos	16	1,3

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas.

tido político do seu voto. Esta ação é bastante utilizada por candidatos de partidos conservadores, muitas vezes utilizando representantes de organizações como simples cabos eleitorais. Da mesma forma, o debate sem preparo adequado, pode se transformar em simples discurso com promessas eleitorais.

As denúncias de compra de votos ou do uso da máquina administrativa (8,2%) se constitui uma importante ação das organizações e podem constituir-se em ação da cidadania pela ética no processo eleitoral.³³

Outras ações que apresentam finalidades mais complexas e de cunho ético estão mais voltadas para a qualificação do eleitor em relação ao pleito. Estas ações se apresentam em menor escala, a exemplo da elaboração de perfis de candidatos (10,8%), promoção de debates para o público em geral, 7,2%, a realização de cursos de formação para candidatos, 1,6%, e a elaboração de programas para candidatos, 3,1%. Tratam-se de empreendimentos que exigem maior organização, articulação e legitimidade por parte da organização frente aos associados e à população. Nestes casos, geralmente, contam com assessoria e mediação de ONGs e outras organizações ligadas à participação cidadã.

Para ações desta natureza, tem sido relevante a participação de setores da(s) igreja(s) e ONGs ligadas à construção da cidadania, com um posicionamento ancorado na ética e opção pela libertação dos pobres e oprimidos. A participação se dá, dentre outras formas, através de declarações e posicionamento de seus representantes e a publicação e distribuição de cartilhas, informações, análise de conjuntura e elaboração de perfis de candidatos e partidos comprometidos.

As relações das organizações da sociedade civil com os partidos políticos se dão através de ações de reciprocidade, apoio e interlocução e podem implicar em resultados construtivos para ambas as partes. No entanto, quando a autonomia das organizações e

³³ A exemplo dos Comitês 9840 – Contra a Corrupção Eleitoral, Existentes em Juazeiro, Pilão Arcado, na região de Feira de Santana entre Outras. Estes comitês atuam na sensibilização e mobilização de organizações e da população em geral para a fiscalização do processo eleitoral, realizando denúncias e encaminhamentos à justiça de casos de distribuição irregular de cestas básicas, dinheiro e outros recursos em períodos eleitorais.

dos movimentos sociais não é observada, considerando as diferenças, tem ocorrido a transformação das mesmas em meros aparelhos dos partidos políticos, o que tem gerado dependência e a diminuição da capacidade de mobilização e das lutas.

As conhecidas e acirradas disputas nos âmbitos dos movimentos sindicais e sociais entre tendências e correntes políticas, sem a observância de limites e a consideração quanto às suas características e objetivos, têm levado, pelo sectarismo, ao estreitamento dos horizontes de articulação e alianças, gerando o enfraquecimento das organizações, o fracionamento de categorias e movimentos, provocando o esvaziamento das lutas, dificultando, entre outras ações, a construção de calendários e agendas de mobilização comuns. Paradoxalmente, o sectarismo tem contribuído para a diminuição da articulação no sentido horizontal e da radicalidade necessária para a obtenção de vitórias.

Relação das organizações com candidatos

Dentre as formas de participação das organizações nas eleições interessa destacar como se dão os apoios aos candidatos. Nesse sentido, os dados da Tabela 61, apontam que 42,5% das organizações apóiam candidatos nos pleitos eleitorais.

Tabela 61 - Apóia candidatos

	N	%
Sim	286	42,5
Não	349	51,9
Não responderam	38	5,6
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Os candidatos apoiados, segundo Tabela 62, em grande parte, 49%, são pessoas não pertencentes às organizações, porém com algum vínculo com a mesma, seguido dos dirigentes, 14,2%, sócios, 11%, e sócios e dirigentes, de forma indistinta, 12,6%. No entanto, apesar de apresentar um percentual menor, é significativa a participação de sócios e dirigentes, entre os que são apoiados pela organização, o que sinaliza para a organicidade da opção de apoio a candidatos, da categoria ou da localidade, dentro de uma estratégia de auto-representação. Essa estratégia é mais utilizada por organizações de maior porte, a exemplo da FETAG, MST, APAEB, sindicato dos bancários e de servidores públicos.

Tabela 62 - Candidatos apoiados pelas organizações

	N	%
Candidatos externos	140	49,0
Dirigentes	41	14,2
Sócios	37	11,0
Sócios e dirigentes	30	12,6
Não responderam	38	13,2
Total	286	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

No caso das associações de moradores, estariam, como alvo preferencial, as candidaturas a vereadores devido aos limites do conteúdo de suas reivindicações, enquanto para os movimentos sociais e organizações sindicais estariam colocados, em primeiro plano, candidaturas de deputados, por ser no âmbito estadual ou federal onde se coloca a maioria de resoluções das questões de seus interesses, extrapolando o âmbito local, como as questões ecológicas, denúncias de violações de direitos humanos, direitos previdenciários, reajustes salariais de servidores públicos estaduais/federais, recursos para a reforma agrária e outras que têm como arena de disputas, o parlamento e os executivos estaduais e federal.

Nestes casos, os candidatos a deputados obtêm um apoio mais declarado e aberto das direções das organizações e são, por vezes, referendados em plenárias e fóruns, escolhidos e convidados para debates, sendo indicados para campanhas e votos nas eleições, considerando o compromisso expresso de defesa de interesses e causas das organizações e o apoio aos movimentos sociais, facilitando sobremaneira a mobilização de recursos para as campanhas, de certa forma legitimando a opção.

Razões para não apoiar candidatos

As razões apontadas para que a organização não apóie um candidato são semelhantes às razões para o não apoio a partidos políticos. Dentre elas, destacam-se, conforme dados da Tabela 63, o antipartidarismo e a neutralidade, 16,9%, a consideração de que os sócios são livres para escolher os candidatos, 11,5%, não querer vínculos ou compromissos, 8,6%, e manter uma posição pluralista, suprapartidária e a autonomia, 7,7%. Vale citar ainda que 5,4% dos entrevistados não apóia candidatos para não ocasionar divisões entre os associados.

Outras respostas evidenciam possíveis prejuízos, medo de retaliações por parte do poder público e do político local. Entre os que não confiam, estão aqueles que já

Tabela 63 - Motivos pelos quais não apóia candidatos

	N	%
Organização é antipartidária/ neutra	59	16,9
Os associados são livres para apoiar	40	11,5
Não quer vinculação/ compromisso	30	8,6
Manter o pluralismo/ suprapartidarismo/ autonomia	27	7,7
Evitar divisões entre os associados/ não há consenso	19	5,4
Outros	16	4,6
Não dá resultado/não confia	11	3,2
Traz prejuízo	11	3,2
Evitar retaliações	11	3,2
A organização é nova	11	3,2
Restrições estatutárias	10	2,9
Não foi discutido/ não há interesse	8	2,3

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre o número de organizações que declaram não apoiar candidato (349).

apoiaram algum candidato a vereador e se consideram traídos, uma vez que o mesmo foi cooptado pelo prefeito, ou “se vendeu” na linguagem clara dos entrevistados.

De maneira geral, as informações coletadas demonstram que as organizações se envolvem com o processo político eleitoral e este tema requer a realização de estudos mais aprofundados, especialmente considerando a dinâmica política que o envolve, a transitoriedade de cenários conjunturais e a névoa de interesses que perpassam a questão.

Constatou-se, no entanto, que são predominantes as relações mais verticalizadas, tanto pelo poder público como por partidos, candidatos, sobre as organizações da sociedade civil, devido ao tipo de experiência política adquirida por dirigentes e associados, em contextos de desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Todavia, foram evidenciadas práticas suprapartidárias e pluripartidárias que apontam para a possibilidade de um relacionamento democrático, com a preservação da autonomia e o apoio aos movimentos e as organizações. Neste sentido, é importante a atenção as demandas por capacitação sobre o tema, requeridas por organizações da sociedade civil, a partir da constatação das desvantagens na correlação de forças dos setores populares neste campo.

AÇÕES COLETIVAS

Ações coletivas são aqui entendidas como ações organizadas, realizadas geralmente sob a coordenação de organizações representativas das comunidades, ou de forma espontânea, nas quais participam pessoas que se mobilizam, seja por motivos pragmáticos para reivindicar alguma coisa, seja para comemorar alguma data ou evento, expressar sentimentos ou aspirações, seja para se capacitar ou formar opinião ou ainda para prestar ajuda a outras pessoas.

DIMENSÕES DAS AÇÕES

Em geral, estas ações têm caráter político quando mobilizam as pessoas para denunciar atos e atores políticos, expressar propostas de interesse coletivo ou fiscalizar a aplicação de recursos públicos, protestar contra atos e decisões de governo, propor alternativas, debater questões de interesse público. Em sentido mais estrito, estas ações podem direcionar-se ao processo eleitoral, tentando influir nele não apenas na escolha de candidatos mas no andamento do próprio processo, no sentido da capacitação dos agentes políticos e da conscientização dos cidadãos em torno do significado do voto e da necessidade do compromisso programático dos candidatos.

Podem ter também o sentido de sensibilização de pessoas da comunidade em torno de uma questão real que afeta segmentos sociais, de temas abstratos (paz, discriminação social etc.), embasando-se em valores culturais que despertam o sentimento de solidariedade ou de ajuda mútua, através de campanhas beneficentes ou de esclarecimento.

Outro sentido que pode ser identificado nestas ações é o de reivindicação, em que várias demandas são manifestadas, tendo as organizações ou outros atores político-sociais como mediadores ou articuladores. Estas reivindicações, em geral, são apresentadas em nome da comunidade, embora nem sempre esta participe de sua formulação mas, de certa forma, é legitimada pela aceitação enquanto carência ou aspiração. Muitas vezes, estas demandas são contempladas por projetos governamentais e a ação coletiva se restringe a cobrar sua realização. Esta direção é a mais observada nos dados analisados.

Há também o eixo da auto-organização presente nas ações coletivas que vamos examinar. Ações são realizadas para fortalecer as organizações, seja através de sua reestruturação, mudanças de direção, construção de sede, além de vários atos que dinamizam sua atuação, como a capacitação dos dirigentes e sócios e a realização de debates públicos e troca de experiências. A defesa e representação de interesses de categorias ou segmentos sociais, ainda que possam apresentar um viés corporativo, contribuem no sentido de fortalecer a organização social e estabelecer vínculos mais fortes entre os seus componentes.

A dimensão econômica, embora não acentuada pelos entrevistados, está presente não apenas nas reivindicações de equipamentos produtivos, crédito, mas também na luta pela terra que se faz não apenas pela ocupação, mas também pela aquisição por compra

e pelo esforço de captação de recursos para melhorias na comunidade e na realização de algumas experiências de economia solidária, mesmo que ainda bem incipientes.

Na dimensão artístico – cultural, várias manifestações são registradas, envolvendo desde festas populares e religiosas, a eventos esportivos, comemorações de datas, celebrações e lazer. Traduzem o sentido simbólico expressivo de que fala Doimo (1995), que contribui para construção e manutenção de identidades, do sentimento de pertencimento, fortalecendo, assim, o tecido associativo, e possibilitando potencializar ações de caráter instrumental como as reivindicatórias e as que envolvem resistência e até mesmo violência, como as ocupações ou defesa da posse de terra contra grileiros.

Finalmente, a dimensão da solidariedade traduzida pelos mutirões, seja aqueles voltados para suprir deficiências dos serviços públicos, seja na construção de equipamentos comunitários e religiosos (centros comunitários, igrejas, sede de associações), seja em atividades produtivas feitas em conjunto (roças comunitárias, fundo de pastos). Este tipo de ação não pode ser analisada sem relacionar com aquelas que se referem às políticas públicas, pois significaria subestimar o papel do Estado e referendar as concepções neoliberais. Ao lado do peso significativo e simbólico dos mutirões, enquanto expressão de solidariedade e autonomia dos atores sociais, é preciso estar atento à sua manipulação por atores políticos e ao não questionamento do Estado pelo não atendimento às carências e demandas da sociedade, deixando em segundo plano, a luta política. Nesse caso, os dados revelam que as duas ações correm paralelas e, em alguns casos, integram-se, a exemplo da “Campanha de por 1 milhão de cisternas”, resultante de uma luta por uma política pública hídrica, em que as comunidades participam também na construção das cisternas, mas acompanham todo o processo de gestão. As ações foram agrupadas em algumas categorias para se perceber melhor sua destinação, conforme Tabela 64.

Luta pela implantação de equipamentos e serviços públicos

Trata-se de ações realizadas pelas organizações ou comunidades que podem resultar em melhorias das condições de vida da população. Têm o caráter reivindicatório, porém, nem sempre correspondem a um processo mobilizador, podem estar em projetos incluídos em planos governamentais ou encaminhados por um político (Deputado, Vereador, Candidato). De qualquer forma, as organizações se julgam responsáveis por estas ações e por conquistar sua realização.

Como se observa na Tabela 65, as ações de maior peso são aquelas em que se reivindicam obras de infra-estrutura: energia, água, estradas, pavimentação de ruas, pontes, poços artesianos; seguem-se as que pleiteiam organização ou instalação ou melhoria de serviços públicos como abastecimento de água, atendimento em saúde, educação, transporte, segurança, correio, crédito, regulamentação. Neste grupo, observa-se que ocorre pouca demanda por habitação e assistência social. Outro grupo importante é o de construção de equipamentos urbanos comunitários (postos telefônicos, quadras esportivas, banheiros, centros esportivos, áreas de lazer). Destacam-se também os equipamentos produtivos e apoio às atividades de geração de renda, ainda que sem uma participação muito expressiva (casas de farinha, artesanato,

Tabela 64 - Ações coletivas desenvolvidas

	N	%
Lutas por implantação de equipamentos e serviços públicos	273	15
Mutirões para serviços e obras comunitárias	182	10
Capacitação (cursos, seminários, oficinas)	148	8,1
Organização e conscientização da comunidade	148	8,1
Mobilizações	113	6,2
Manifestações culturais, artísticas, confraternização	107	5,9
Mutirões para atividades produtivas	73	4,0
Campanhas (beneficentes, sensibilização)	68	3,7
Captação de recursos para a comunidade	67	3,7
Representação e defesa de interesses	65	3,6
Melhorias na produção/comercialização	61	3,3
Assistência às pessoas	47	2,6
Debates/troca de experiências	44	2,4
Participação política e controle social do Poder Público	34	1,9
Luta/aquisição de terras	33	1,8
Exposições, feiras, festas	5	0,3
Captação de recursos p/ organização (rifas, leilões, bingos)	3	0,2
Apoio a outras organizações/comunidades	1	0,1
Nenhuma ação	126	6,9
Não responderam	223	12,2
Total	1821	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

depósito, trator, veículo). Há, também, reivindicações pela implantação ou elaboração de Projetos ou Programas Governamentais nas áreas de atuação das organizações.

A maioria das reivindicações tem o caráter substantivo, no sentido da melhoria das condições materiais das comunidades. Poucas têm o caráter de mudanças de procedimentos em termos da gestão e da realização de direitos coletivos já inscritos nas leis (transparência de informações, participação, consultas) que serão tratadas mais adiante. O que se quer ressaltar é que estas reivindicações que traduzem uma mudança de cultura política no sentido participativo, não são consideradas como ação mais importante pelos dirigentes, embora algumas delas tenham sido realizadas,

Tabela 65 - Lutas para implantação de equipamentos e serviços públicos

	N	%
Obras	169	61,9
Participação em projetos	30	11,0
Serviços	29	10,6
Equipamento público urbano	29	10,6
Equipamento produtivo	17	6,2
Total	273	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

como se verá no item sobre participação e controle do poder público, estando na agenda das organizações. Este fato indica o nível de luta das organizações estudadas, refletindo a situação de carências das comunidades que representam, voltadas principalmente para os serviços básicos e obras que lhes dêem melhor qualidade de vida. Do ponto de vista dos agentes políticos, o atendimento destas necessidades tem dois significados políticos: a) são mais visíveis e portanto têm um rendimento eleitoral que lhes permitem manter-se no poder: b) implicam na aplicação de recursos que, como é a prática, podem ser desviados para as campanhas eleitorais ou mesmo para o enriquecimento pessoal ou do grupo, dada à fragilidade do controle estatal e mais ainda do controle da sociedade.

O destinatário das reivindicações, embora nem sempre explicitado nas respostas, são os Programas Estaduais e Federais e os órgãos por eles responsáveis (Ibama, BNB, INCRA, Codevasf, Embrapa/ CAR, CERB, CDA, EMBASA). A Prefeitura funciona como o porta-voz junto a estes órgãos ou a Deputados da região, mas, no final, fatura eleitoralmente através da propaganda de que tal ou qual projeto foi por ela conseguido. Não obstante, há também reclamos junto à Prefeitura em termos de planos municipais (Desenvolvimento, Cultural, Educacional), o que sinaliza uma nova compreensão, ainda incipiente, de algumas organizações, no sentido de reivindicar não uma obra ou serviço isoladamente, mas uma política para um setor.

Quanto às estratégias utilizadas, há registro de negociações no caso de dívidas de financiamento, parcerias da Comunidade com Igreja e órgãos, uso de abaixo-assinados, apresentação de emendas ao orçamento, porém, são poucas as respostas que as indicam, o que se poderá analisar melhor quando se tratar dos instrumentos de ação coletiva utilizados.

Mutirões para obras equipamentos e serviços comunitários

Há um significativo número de ações realizada em comum, de forma espontânea, ou coordenada pelas associações (quase 10% de todas ações mais importantes na percepção dos dirigentes). Isso revela um sentimento de solidariedade presente nestas comunidades e, ao mesmo tempo, um esforço para superar os problemas que enfrentam de forma autônoma, sem depender do Estado. Dessa forma, contém um significado ambíguo: ao mesmo tempo que traduz autonomia e iniciativa, com um sentido de fortalecimento e identidade, pode representar uma fuga ao enfrentamento do Estado na luta para que cumpra as responsabilidades em relação à sociedade, resvalando para uma cultura da apatia política e, por outro lado, fortalecendo políticos clientelistas que usam do mutirão para se promover politicamente, utilizando-se, inclusive, de recursos públicos e explorando a mão de obra de segmentos da população já excluídos de benefícios de uma política pública de caráter universal. Muitos órgãos públicos como a CAR, CERB estimulam estas ações em seus Programas mas há também iniciativas próprias das organizações e de algumas ONGs.

Entre as ações realizadas, o maior número, conforme Tabela 66, diz respeito a obras e serviços relacionados com o sistema de água, principalmente depois da Campanha de convivência com a seca realizada na região do semi-árido e da implantação do

Tabela 66 - Mutirões para Serviços e Obras Comunitárias

	N	%
Obras Gerais	39	21,4
Obras na Sede da Associação	36	19,8
Obras e Serviços do Sistema de Água	26	14,3
Obras em Equipamentos/ Serviços Urbanos	21	11,5
Obras em Habitação	17	9,3
Obras em Igrejas	12	6,6
Obras para Saúde e Saneamento	10	5,5
Obras em Estradas	9	4,9
Obras em Educação	5	2,7
Obras para Meio Ambiente	5	2,7
Obras para Lazer	2	1,1
Total	182	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Programa “Um milhão de Cisternas”, desenvolvido pela ASA – Articulação do Semi-árido – um pool de organizações da sociedade civil, com apoio do Ministério do Meio Ambiente. As ações envolvem obras de canalização de água, construção de cisternas, poços artesianos, aguadas, barragens, limpeza de rios, de equipamentos públicos, barragens, manutenção de escolas. Outro grupo de mutirões não tem especificado suas finalidades, porém refere-se a serviços múltiplos para a comunidade. Para associações, a construção da sede tem um significado importante não apenas como local de reuniões mas no sentido de construção da identidade, de constituir-se como patrimônio da comunidade tornando-se espaço de debates, de encontro, de convívio e até de lazer.

Quase 20% das ações destinam-se à construção de sede da associação e centros comunitários. Outras ocorrências frequentes dizem respeito a serviços e obras em relação aos equipamentos comunitários e serviços urbanos (limpeza de praças, cemitérios, quadra de esportes, arborização de ruas).

Ações de mutirão nas áreas de educação, saúde, meio ambiente são pouco frequentes talvez porque se espere que, sendo áreas em que há vinculação obrigatórias de recursos (saúde e educação), o poder público possa realizá-las, inclusive através de programas específicos federais. No caso de meio ambiente, em que ações como a de educação ambiental não envolve muitos recursos, o mutirão é pouco utilizado (4 ações), revelando, pois, que a consciência ecológica das organizações e das comunidades não é tão elevada. Há, porém, outras ações de mutirão que exigem maior disposição e até coragem, possivelmente realizadas com apoio do IBAMA, a exemplo do combate ao incêndio florestal ou remoção de olarias que degradam o solo. Observa-se a ocorrência de ações em relação à habitação, conserto de estradas, obras de reforma e construção de igrejas, com frequência a partir de 10 respostas.

Mutirões para atividades produtivas

Já analisamos as ações de mutirão voltadas para construção de equipamentos e serviços comunitários. Agora, nessa categoria, incluímos as ações que se voltam à atividade produtiva que pode ser o germe de uma economia solidária. O maior número de ocorrências, conforme Tabela 67, se dá com a preparação da terra para o plantio, envolvendo a participação das pessoas em determinados períodos, 21 ações. Há, porém, áreas cultivadas de forma permanente – hortas comunitárias, ou construção de Equipamentos Coletivos (silos, depósitos, casa de farinha).

Tabela 67 - Mutirão para a realização de atividades produtivas

	N	%
Obras Gerais	39	21,4
Obras na Sede da Associação	36	19,8
Obras e Serviços do Sistema de Água	26	14,3
Obras em Equipamentos/ Serviços Urbanos	21	11,5
Obras em Habitação	17	9,3
Obras em Igrejas	12	6,6
Obras para Saúde e Saneamento	10	5,5
Obras em Estradas	9	4,9
Obras em Educação	5	2,7
Obras para Meio Ambiente	5	2,7
Obras para Lazer	2	1,1
Total	182	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Pode-se observar que é uma atividade pouco presente na área urbana (uma experiência de artesanato). Deve-se este fato não só a razões culturais pelas quais, no campo, os vínculos sociais primários se mantêm mais fortes, mas também a condições objetivas que favorecem a atividade produtiva coletiva, com a possibilidade de propriedade coletiva de terra, com apoio de programas de crédito (Cédula da Terra) ou de costumes centenários de atividades produtivas comunitárias, como as áreas de fundo de pasto, hoje autorizadas pela Constituição Estadual.

A importância de se destacar estas ações como uma categoria específica, diferenciando-as dos mutirões para equipamentos e obras, deve-se ao fato de que estas ações, com raízes nas relações entre as pessoas das comunidades, podem potencializar iniciativas de economia solidária, como já começam despontar em várias áreas, inclusive urbanas (cooperativas de catadores de lixo, reciclagem de papel); indicam também possibilidades de manter tradições comunitárias abertas a inovações e a uma relação menos competitiva e individualista entre as pessoas.

Ações de Capacitação e Formação

A capacitação como ação coletiva envolve uma série de outras atividades, desde parcerias com outras organizações especializadas, identificação das necessidades, mo-

bilização de pessoas para participar dos eventos, sensibilização para que os participantes possam repassar os conhecimentos e informações. Entre as ações realizadas, esta é a terceira na ordem do número de respostas. Embora se trate desta questão noutra item deste trabalho, buscaremos apreender dos dados mais importantes para sua caracterização como ação coletiva.

Para isto, conforme Tabela 68, classificamos as ações em quatro categorias, considerando o seu conteúdo. Há ações de capacitação de natureza técnica, envolvendo assuntos de agricultura (técnica agrícola e pecuária nas áreas de manejo da caatinga, caprinocultura, piscicultura, apicultura), artesanato (corte e costura, fabrico de doces), gerência (água, irrigação, crédito), agroecologia

Tabela 68 - Natureza da Capacitação/Formação

	N	%
Técnica	83	56,1
Política	25	16,9
Geral	26	17,6
Especial	14	9,5
Total	148	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

O outro conteúdo da capacitação é o político social, envolvendo assuntos como associativismo, desenvolvimento local, direitos, cooperativismo, paz. Há uma capacitação de natureza geral, envolvendo assuntos variados, geralmente destinados às famílias dos associados (escola comunitária, alfabetização, educação familiar). Finalmente, tem-se o grupo de ações de capacitação especial, seja no campo artístico-cultural (teatro, música, dança) informática, medicina popular, futebol, capoeira. Envolve principalmente crianças e jovens.

Como se observa, há predominância de conteúdo técnico, o que se explica pela carência de informações para desenvolver atividades profissionais, principalmente no caso da agricultura onde começa a haver uma grande competitividade e onde despontam culturas novas que exigem um conhecimento mais especializado (agroecologia, piscicultura, irrigação). O conteúdo político, embora presente, ainda que de forma difusa, atinge a 17% das respostas. Não se percebeu nenhuma ação voltada para uma formação política específica, o que certamente contribui para a baixa politização das associações e do seu envolvimento na política tradicional. Quanto à educação geral, embora o percentual não seja grande, revela a preocupação das associações principalmente com a questão da alfabetização até mesmo para facilitar o seu funcionamento.

Há uma variedade grande no uso de instrumentos para a realização destas ações: cursos, seminários, excursões, viagens técnicas, grupos de estudos, encontros, até mesmo a manutenção de escolas, a exemplo das redes de escolas família agrícola. As ações nem sempre consistem na promoção de outros trabalhos, dado à falta de recursos, mas à participação em eventos promovidos por outras organizações, inclusive as governamentais, como EBDA, Senar, Ceplac, Setras, Sebrae. Há poucas referências a Prefeituras como promotoras. Observa-se que algumas organizações têm renovado na questão

da metodologia, usando instrumentos mais dinâmicos e apropriados à realidade do público-alvo, como as visitas técnicas, troca de experiências, dias de campo etc.

Manifestações Culturais/Artísticas/Celebrações/Comemorações

São ações coletivas em que os cidadãos e comunidades, diretamente ou coordenados por suas organizações, desfrutam momentos de lazer e expressam suas habilidades artísticas e celebram datas com significados para cada comunidade ou para o segmento social a que pertencem. Em muitos casos, referem-se a ações desenvolvidas pelas próprias comunidades, cultuando tradições, ou criando novas.

A maioria das ocorrências, como se observa na Tabela 69, está agrupada no conjunto de manifestações culturais artísticas, envolvendo desde gincanas culturais, festivais, encontros literários, apresentação de peças teatrais, concursos, oficinas, feiras de arte, exposições, até construção de equipamentos culturais, como Biblioteca, recuperação de Filarmônica. Segue-se o grupo de ações de caráter comemorativo e celebrativo, importante pela função integrativa e de criação de vínculos sociais, algumas apresentando um caráter cívico político pela finalidade de homenagem, outras de sentido tradicional, como o aniversário de emancipação da cidade. Há ainda as comemorações mais vinculadas às organizações (dia dos pais, posse da diretoria etc.).

Tabela 69 - Manifestações Culturais, Artísticas, Confraternização, Lazer

	N	%
Manifestações Artísticas e Culturais	26	24,3
Ações Esportivas	21	19,6
Festas Populares	18	16,8
Festas Religiosas	9	8,4
Celebrações/ Comemorações	18	16,8
Festas Cívico-Políticas	13	12,1
Festas Beneficentes	2	1,9
Total	107	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Outro agrupamento importante é o das festas religiosas, festas cívicas e festas populares, além dos eventos esportivos. Cabe ressaltar a participação dos jovens nestes eventos, principalmente nos artístico-culturais e esportivos. Estas ações, além do papel recreativo e de lazer, reforçam laços de solidariedade que servem de base para outras ações que exigem maior espírito coletivo e de resistência, como aquelas que se desenvolvem em torno da terra, contra a violência e a corrupção.

Mobilizações político-sociais

Identificam-se neste grupo as ações de caráter mais abrangentes realizadas pelas organizações locais, reproduzindo ações de cunho nacional, participando de eventos em Brasília ou Salvador, ou mesmo realizando atos públicos e protestos contra atos de autoridades locais, como demonstra a Tabela 70. Geralmente articuladas por or-

ganizações nacionais de peso como a CUT, MST, CNBB, CONTAG, podem ter o objetivo de publicizar situações de exclusão e injustiça social ou de levantar bandeiras propositivas através de consignas expressas visualmente em passeatas ou na entrega de documentos às autoridades ou audiências públicas (Grito da Terra, Grito dos Excluídos, Marcha das Margaridas.), ou protestos contra posições e atos governamentais nacionais ou locais. Outras têm o caráter celebrativo, seguindo uma tradição histórica, seja no sentido classista, de gênero e político como a comemoração do dia do trabalhador rural, dia da mulher, dia da reforma agrária, dia da resistência indígena. Algumas têm a vinculação global como o dia 1º de maio, dia internacional da mulher, dia internacional do idoso. Nem sempre, porém, têm o sentido de mobilização para luta, constituindo-se como espetáculos, como tem ocorrido com o 1º de maio, promovido por Centrais Sindicais.

Tabela 70 - Mobilizações Político-Sociais

	N	%
Mobilizações Gerais	72	63,7
Movimento das Águas	19	16,8
Movimento em Relação ao Meio Ambiente	10	8,8
Atos Públicos em Relação a Gênero	4	3,5
Mobilização para Reivindicação	4	3,5
Bloqueio de Estradas	3	2,7
Atos Públicos em Relação a Etnia	1	0,9
Total	113	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Entre as de caráter propositivo e envolvendo crítica contundente à política governamental, tem-se o Plebiscito sobre a Dívida Externa, Plebiscito contra a ALCA. Estas ações têm mobilizado milhões de cidadãos, resultando em certo impacto sobre a opinião pública na medida em que repercutem sobre os meios de comunicação de massa. Apesar disto, este impacto não tem provocado mudanças das políticas ou decisões dos centros de poder. Algumas, inclusive, repetem-se ano a ano, às vezes com temas novos, podendo causar certo desgaste dos próprios movimentos e organizações promotoras, na medida em que não apresentam resultados visíveis, concretos, a não ser o aumento da mobilização e do envolvimento de mais pessoas e da força expressiva simbólica que traduzem. Talvez careçam de uma ação direta paralela de pressão sobre os centros de decisão, articulando a mobilização com propostas institucionais para o exame do parlamento, a exemplo de um projeto de Plebiscito, ou mesmo de ação judicial junto ao STF.

Tem-se intensificado as mobilizações em relação à água, constituindo um grupo com ocorrências significativas: defesa da água como bem público, contra a privatização da Embasa, romaria da água, dia da água, constituindo-se o que se tem chamado de “Cidadania das Águas”. No caso da tentativa de privatização do sistema de água. As ações foram vitoriosas até o momento, pois que o projeto foi retirado das Câmara, ou no caso de aprovado, foi revogado pela pressão da sociedade. Uma das ações importantes embora sem grande impacto é da mobilização contra a transposição do Rio São

Francisco, talvez porque ainda não haja uma posição bem definida do Governo em relação a questão, ainda em estudo. Articulam-se com as ações de defesa do Rio São Francisco e preservação do meio ambiente, com protestos em relação ao destino do lixo, mobilizações pela arborização e recomposição das matas ciliares, pela expulsão de empresas que degradam o meio ambiente.

Outras ações mobilizatórias tratam de questões relacionadas com segmentos sociais específicos como as de gênero e etnia, e equipamentos de comunicação comunitária (rádios comunitárias) com reduzida frequência de respostas.

A maioria das ações aqui tratadas não tem o caráter ilegal ou de violência, a não ser aquelas que resultam em ocupações de prédios ou bloqueio de estradas, além das lutas pela terra que, na sua maioria, são traduzidas pela ocupação e recusadas pela Justiça.

Ações de organização e conscientização da comunidade

As ações agrupadas nesta categoria compreendem desde a criação de organizações, reorganização, a melhorias dos métodos de gestão e a obtenção de um mínimo de infra-estrutura, conforme a Tabela 71. A grande parte das respostas, em torno de 60%, vai na direção da construção de sede, já referida quando se tratou dos mutirões, acentuando, inclusive, o seu significado no aspecto da construção de identidade e do aprofundamento do sentimento de pertencimento. Em relação a infra-estrutura não há nenhuma referência à aquisição de equipamentos, sobretudo de informática que é vital para maior relacionamento com outras organizações e para obtenção de informações para melhorar seu desempenho.

Tabela 71 - Ações de organização e conscientização da comunidade

	N	%
Infra-estrutura (sede/equipamentos)	34	23,0
Ação conjunta	15	10,1
Documentação	10	6,8
Organização (reestruturação de organizações)	89	60,1
Total	148	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Em termos de organização, a maior frequência é de fundação de outras organizações o que contribui para o fortalecimento do tecido associativo, além do aperfeiçoamento dos dirigentes e da regularização de documentação, obtendo alguns registros como os de utilidade pública que permitem a parceria com órgãos do poder público.

Apesar da frágil articulação que as associações têm entre si, já se destacam algumas ações conjuntas, seja em termos de mobilização para criação de Fóruns locais ou criação de rádios, seja de apoio mútuo.

Campanhas de sensibilização e beneficentes

São ações periódicas, de curta duração, dirigidas à comunidade e autoridades com

objetivos claramente definidos em que, através da comunicação pelos vários meios, procura-se motivar e sensibilizar as pessoas, empresas, instituições para determinadas ações de apoio a segmentos da comunidade, ou esclarecer sobre determinados problemas. Conforme seus objetivos, podem ser beneficentes ou de sensibilização. Entre as beneficentes foram identificados as seguintes ações: doação de alimentos; problemática da criança (doação de brinquedos, agasalho); doação de recursos a organizações beneficentes; natalinas (doações para os excluídos).

Já as campanhas de sensibilização tiveram na agenda os seguintes temas: a) valores e representações (sentido do Natal, Paz, amor); b) meio ambiente (educação ambiental, lixo, incêndios florestais, Rio São Francisco); c) direitos sociais, principalmente os referentes a segmentos sociais excluídos (crianças, portadores de necessidades especiais, mulheres, idosos); d) obras (estradas, habitação, cisternas); e) desenvolvimento; f) saúde.

Tabela 72 - Natureza das Campanhas

	N	%
Beneficentes	36	52,9
Sensibilização	32	47,1
Total	68	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Embora não se possa avaliar os resultados destas campanhas, as temáticas tratadas indicam uma preocupação social em relação a questões da fome, dos direitos, dos segmentos sociais excluídos. Mostram também que as organizações estão antenadas com questões mais gerais, ainda que de forma abstrata (Paz, Desenvolvimento). Observa-se um equilíbrio entre os objetivos das campanhas – sensibilização e beneficente, indicando que, ao lado de procurar atender as pessoas carentes em necessidades imediatas, procura-se sensibilizar a comunidade para questões mais gerais que dependem de políticas e de decisões macro.

Captação de recursos

São as ações que visam a captação de recursos para a Comunidade, destinados a serviços ou equipamentos comunitários ou atividades produtivas. Observa-se, como mostra a Tabela 73, que a maioria das respostas referem-se às atividades produtivas agrícolas, o que se explica não apenas pelo número de organizações de pequenos produtores pesquisadas, mas também pela existência de programas estaduais e federais (Produzir, Pronaf), destinados ao financiamento destas atividades. Há também uma boa quantidade de projetos não identificados, e outros destinados a atividades artesanais/industriais e a equipamentos e infra-estrutura da comunidade.

Os recursos são obtidos através de órgãos como o BNB, Embrapa, Sebrae, CAR e CDA. A Prefeitura somente é citada uma vez. Não há nenhuma referência a recursos de ONGs que desenvolvem projetos desta natureza, sobretudo nos projetos chamados “produtivos” e de serviços comunitários, através de fundos rotativos (MOC, SASOP). Também não há informações sobre financiamento das Cooperativas de cré-

Tabela 73 - Meios utilizados na captação de recursos para a comunidade

	N	%
Atividade produtiva: apicultura	27	40,3
Serviço comunitário	16	23,9
Atividade produtiva: artesanal/ industrial	8	11,9
Equipamentos produtivos	8	11,9
Equipamentos comunitários	8	11,9
Total	67	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

dito que, em alguns casos, assumiram fundos rotativos de ONGs. Em relação a equipamentos produtivos, é importante destacar os Bancos de Sementes, pelo aspecto de melhoria de produtividade que pode proporcionar, na medida em que trabalham com sementes selecionadas, além do aspecto da partilha de responsabilidades, quando há o compromisso de depositar parte da produção no Banco e, assim, poder criar um estoque para uso no ano seguinte.

Grande parte dos financiamentos dos Programas cobram juros, ainda que a taxas subsidiadas e, face ao risco da atividade, dependente de fatores climáticos, muitos agricultores ficam impossibilitados de pagar os empréstimos, resultando em mobilizações e negociações para alongamento dos prazos ou mesmo perdão das dívidas. O papel das associações neste processo é mais de mobilização e pressão sobre os agentes financeiros e, em alguns casos, de elaboração de projetos e assistência técnica, porém, muito poucas organizações têm infra-estrutura para isso.

Apesar da maioria dos recursos captados ser destinado às atividades produtivas e de infra-estrutura, há projetos de grande importância desenvolvidos na área cultural por um conjunto de ONGs (CRIA, Bagunção, Escola Picolino, OAF) de arte-educação, voltada para jovens, e cujos recursos têm origem numa empresa privada (Maxitel). Outro citado é o de “Jovens Educadores”, coordenado pelo MOC e com apoio do UNICEF, financiado pelo Cartão Credicard.

Além dos mutirões, como já vimos, há algumas iniciativas de captação de recursos na própria comunidade para construção de equipamentos comunitários (Escola, Igreja), ou destinados ao funcionamento das próprias organizações. As formas utilizadas para isso são bingos, leilões e torneios esportivos, com poucas ocorrências devido às carências das comunidades e à falta de um esforço mais sistemático e planejado voltado para auto-sustentação, como algumas organizações já conseguem (Grãos de Luz, APAEB).

Representação e defesa de interesses

Agrupam-se nesta categoria as ações que visam buscar novos direitos ou tornar efetivos os que já estão definidos em Leis. De acordo com a Tabela 74, a luta pela garantia e efetivação dos direitos agrega o maior número de respostas, 50%, traduzidas em campanhas salariais. Um dos instrumentos utilizados para isso, além das mobilizações já analisadas noutro item, são as ações judiciais, ainda em número não muito expressivo em termos de número de organizações, mas já significativo em número de ações, a exemplo de uma organização que requereu mais de 200 ações.

Tabela 74 - Tipos de Representação

	N	%
Garantia de Direitos	32	49,2
Convenções Coletivas	13	20,0
Encaminhamento de Processo	4	6,2
Ações Judiciais	4	6,2
Greves e Atos Públicos	12	18,5
Total	65	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Em termos de novos direitos, o instrumento são os acordos coletivos utilizados pelos sindicatos. Estes acordos são fruto de negociações coletivas, significando um avanço dos empresários de setores mais modernos na agricultura ou de indústrias. No entanto, para outros setores são necessárias as greves, algumas de duração de até 30 dias, com intensas mobilizações. Na área rural, estas ações têm ocorrido principalmente com os Sindicatos de Assalariados e em determinados setores produtivos (fruticultura, cana de açúcar). Este tipo de ação tem grande importância na mudança de relações entre patrões e empregados, principalmente no campo, onde as relações ainda são dominadas pela violência e submissão e, atualmente, em algumas áreas, estão prevalecendo a negociação, o diálogo, a normatização, mesmo que respaldadas na organização e, por vezes, na paralisação das atividades como meio de pressão.

Em termos de representação, as organizações passam a ter uma presença maior, sendo reconhecidas pelas autoridades locais ainda que formalmente, sem que isso possa significar o atendimento de demandas. Este reconhecimento, em grande parte decorrente de leis, traz também ônus para as organizações que se vêem envolvidas no processo, sem que, com isso, mudem os métodos de gestão.

Melhoria na produção e comercialização

As ações referidas neste grupo, conforme Tabela 75, significam a busca por inovações na organização produtiva, reestruturando métodos e introduzindo tecnologias embora de forma ainda incipiente. Assim, o manejo adequado da caatinga e da caprinocultura,

Tabela 75 - Melhorias na produção, comercialização e atendimento

	N	%
Aquisição de equipamentos/ máquinas	15	24,6
Inovação tecnológica	12	19,7
Comercialização	10	16,4
Feiras/ exposições	8	13,1
Ampliação/ diversificação da cultura	6	9,8
Beneficiamento	4	6,6
Produção artesanal	3	4,9
Crédito	3	4,9
Total	61	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

beneficiamento de produtos para aumentar o valor agregado, distribuição de sementes selecionadas, pequenas irrigações começam a ser implementadas com o apoio de algumas organizações não governamentais e alguns órgãos públicos. Complementando estas ações, a aquisição de equipamentos produtivos e maquinaria, alguns utilizados de forma comunitária, contribuem para o aumento da produtividade e da renda. Como estes equipamentos são financiados e a capacidade de expansão da produção é limitada, surgem dificuldades para o seu pagamento, o que leva as organizações a negociações com os agentes financeiros, nem sempre bem sucedidas, como já vimos.

No aspecto de comercialização, a luta tem sido a de buscar espaços em feiras e exposições, geralmente realizadas por organizações de grandes empresários ou órgãos de governos, e desenvolver ações conjuntas para possibilitar a exportação, como tem feito as associações filiadas a CEALNOR, no litoral Norte, integrando-se, inclusive, na rede de Comércio Justo. Em termos de produção industrial/artesanal as ocorrências são reduzidas.

Debate público

Tratam-se de ações que as organizações promovem ou das quais participam, visando tornar públicas questões que interessam ao segmento que representam ou a toda a comunidade. Têm um formato diversificado, como mostra a Tabela 76, indo das Semanas Sociais, Semanas da Cidadania, Congressos até palestras ou debates sobre temas específicos. Algumas são realizadas no município, agregando outras organizações, em outras, de dimensão nacional (Congressos) ou mesmo internacional (Fórum Social), alguns dirigentes participam. Os debates e fóruns concentram maior número de respostas. Alguns deles, como no caso da Agenda 21, podem direcionar à produção de um plano de ação que vários segmentos se comprometem a realizar. Apesar das intenções, estes eventos realizados em vários municípios têm se pautado muito nas discussões, mas sem maiores conseqüências práticas.

Tabela 76 - Debates Públicos

	N	%
Debates/ Fóruns	21	47,7
Reuniões da Comunidade	13	29,5
Congressos	9	20,5
Intercâmbios	1	2,3
Total	44	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Outros tipos de eventos são os Congressos, geralmente dirigidos a um segmento social, que tiram resoluções para serem encaminhadas às organizações componentes: Fórum das Mulheres, Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Observam-se também, com certa freqüência, reuniões das Comunidades com órgãos públicos, para discussão de problemas em relação aos programas, em geral com participação das organizações.

Por menos resultados práticos que estas ações tenham, têm um significado político

importante no sentido da elaboração de políticas públicas. Estas discussões públicas contribuem para formar uma agenda que, se acompanhada de ações mobilizatórias, podem repercutir junto aos centros de decisão. O problema é que nem sempre estes eventos tem uma participação mais efetiva da comunidade, reduzindo a discussão a grupos mais envolvidos com a temática.

Assistência às pessoas de forma coletiva

Não se trata do atendimento individual a pessoas, mas da assistência a grupos de excluídos, seja pela doação de material, seja pela oferta de equipamentos. Em grande parte, são as associações beneficentes/filantrópicas que promovem e gerem estes serviços, mas também outras organizações os promovem de forma permanente.

Segundo a Tabela 77, a assistência envolve a prestação de serviços médicos, apoio às crianças carentes, assistência nutricional envolvendo distribuição de alimentos, assistência educacional, serviços de documentação. Para as organizações que não têm estes serviços como seu objetivo central, as ações consistem no encaminhamento das pessoas. Algumas organizações, como os sindicatos, mantêm para seus sócios serviços permanentes de assistência médico-odontológica, através de convênios. Quanto aos segmentos beneficiados, destacam-se as crianças, idosos, sócios das organizações, estudantes, cegos, dependentes químicos.

Tabela 77 - Assistência às pessoas de forma coletiva

	N	%
Assistência médica geral	12	25,5
Apoio integral a criança	9	19,1
Assistência social	8	17,0
Ajuda para comunidade	6	12,8
Ajuda ao idoso	5	10,6
Ajuda nutricional	3	6,4
Assistência educacional	2	4,3
Documentação	2	4,3
Total	47	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Participação política e de controle social do Poder Público

Esta ação desdobra-se em algumas dimensões, como a participação e acompanhamento do processo eleitoral, participação em conselhos, fiscalização das contas, acompanhamento e controle do poder público.

As ações de maior frequência, conforme demonstra a Tabela 78, são as que envolvem o acompanhamento do poder público, 47,1%, e a participação nas eleições, 29,4%. A participação no processo eleitoral, diz respeito ao acompanhamento, apoio a candidatos, discussões com candidatos e capacitação. Na fiscalização das contas públicas, foram observadas apenas 5 ocorrências.

Tabela 78 - Participação Política e Controle Social do Poder Público

	N	%
Cobrança de Ações/ Acompanhamento	16	47,1
Participação no Processo Eleitoral	10	29,4
Fiscalização das Contas	5	14,7
Participação em Conselhos	3	8,8
Total	34	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

A possibilidade de uso destes mecanismos é recente, inclusive o de denúncia de infração eleitoral (uso da máquina e compra de voto), e decorreu de um projeto de Lei de Iniciativa Popular no qual foi mobilizado mais de 1 milhão de pessoas (lei nº 9.709/98). Além da falta de maior capacitação para envolver-se nesse processo, há uma tradição das organizações da sociedade civil de indiferença, de não fazer parte explicitamente nesta questão. Claro que não se está pleiteando a partidarização das associações, sua instrumentação por candidatos, mas, colocando-lhes uma agenda especificamente política, na qual elas possam ter um papel de conscientização, de debate público, de formação política no sentido da cidadania.

Quanto à outra dimensão do controle social, especificamente, da exigência e exame de prestação de contas, trata-se, além de um direito constitucional e de uma posição de cidadania ativa e coletiva, exigência para uma democracia efetiva de cunho participativo e radical.

Lutas pela Terra

Pela importância deste tipo de ação, que contém vários elementos presentes nas outras categorias (mobilização, organização, mutirão etc.), resolvemos considerá-lo enquanto tal apesar das ocorrências não serem tão significativas, apenas 30 no universo pesquisado. No caso, agrupamos nesta categoria ações de reforma agrária propriamente, defesa da posse da terra contra grileiros, aquisição de terra por compra, regularização fundiária, organização de assentamentos e ocupações.

Observa-se, de acordo com a Tabela 79, que a maior parte das ações tem o caráter defensivo, 27,3%, buscando garantir a posse seja pela resistência à grilagem, muito

Tabela 79 - Lutas pela Terra

	N	%
Defesa da Posse	9	27,3
Reforma Agrária	7	21,2
Aquisição para Compra	5	15,2
Regularização Fundiária	4	12,1
Organização de Assentamentos	4	12,1
Ocupação	4	12,1
Total	33	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

comum nas áreas de fundo de pasto, seja pela obtenção de títulos, já que o direito foi garantido pela Constituição Estadual. O aspecto mais geral de natureza política, de mobilizações específicas em torno da terra, da discussão do direito à terra, especificamos como reforma agrária, perfazendo 21,2%. Os registros de ocupação foram poucos, talvez pelo fato de termos tido dificuldades de acesso aos assentamentos do MST, uma vez que qualquer informação só poderia ser dada com autorização da coordenação estadual.

Aquisição da terra não se dá apenas pela ocupação, dá-se também pela compra, seja através do Programa da Cédula da Terra que cria associações para assumir a compra da terra financiada pelo Programa, seja através da aquisição direta pelas associações para experiências de produção coletiva (poucas ocorrências).

Depois de analisar todas estas dimensões, identificando-se sua densidade na avaliação dos entrevistados, seus limites e potencialidades, procuramos relacionar as ações coletivas com outras dimensões de análise, como o tipo de organização e o tamanho dos municípios.

Ações coletivas por tipo de organização e por municípios

Os segmentos mais representativos em termos de ações coletivas, conforme Tabela 80, são: comunitárias rurais, pequenos produtores, moradores urbanos, trabalhadores urbanos, beneficente e de promoção humana.

Como pode-se observar na Tabela 80, o maior número de ações de mobilizações, 19 ocorrências nos STR e 26 nos STU, e de defesa de interesses, 12 ocorrências nos STR e 40 nos STU, encontra-se nos Sindicatos, coerentemente com sua tradição de organização de massa e de interesses corporativos. Já as ações reivindicatórias de equipamentos e serviços, 15%, e as de mutirão, 14%, têm maior frequência nas associações comunitárias rurais, devido às carências que enfrentam e à tradição de ação solidária muito presente nas áreas rurais.

As organizações beneficentes têm maior número de ações, como era de esperar, nas campanhas, 14 ocorrências. As manifestações culturais predominam nas organizações artísticas culturais, 33 ocorrências. As campanhas de sensibilização prevalecem nas associações beneficentes, 14 ocorrências, e de moradores urbanos, 12 ocorrências, enquanto as ações de capacitação ocorrem em maior número, 39, nas associações comunitárias rurais. Estas associações destacam-se, também, nas lutas por equipamentos e serviços e na realização de mutirões, com 145 e 150 ocorrências, respectivamente.

Como se pode observar, a natureza das ações vincula-se ao tipo de organização em termos de ação principal; no entanto, todas elas desenvolvem vários tipos de ação, concentrando-se nas que traduzem seus objetivos.

Ações coletivas por municípios

De acordo com a Tabela 81, nos municípios pequenos – até 20 mil habitantes, prevalecem ações de caráter reivindicatório e mutirões. Há também um número grande

Tabela 80 - Ações coletivas por tipo de organização

	Nenhuma	Campanhas	Capacitação	Lutas por equipamentos e serviços públicos	Manifestações culturais, artísticas, confraternização	Representação e defesa de interesses	Mobilizações	Mutirões para obras e serviços comunitários	Mutirões para atividades produtivas	Não responderam	Outras ações	Total
Associação Comunitária Rural	55	3	39	145	20	2	14	105	45	106	133	667 36%
Associação dos pequenos produtores rurais	35	4	17	50	7	0	5	37	24	42	67	288 16%
Associação de Moradores urbanos	12	12	16	35	15	1	6	23	0	22	35	177 10%
Sindicato Trabalhadores Urbanos	2	1	2	2	0	40	26	1	0	4	12	90 5%
Beneficentes/Filantrópicas	4	14	10	8	9	1	4	6	2	8	19	85 5%
Associação de promoção humana	1	9	11	4	7	1	6	2	1	8	30	80 4%
Sindicato trabalhadores rurais	4	0	2	6	1	12	19	0	0	2	22	68 4%
Cultural/Artística	0	4	4	3	33	0	6	0	0	3	5	58 3%
Outras organizações	13	21	47	20	15	8	27	8	1	28	120	308 17%
Total	126 7%	68 4%	148 8%	273 15%	107 6%	65 4%	113 6%	182 10%	73 4%	223 12%	443 24%	1821 100%

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Tabela 81 - Ações coletivas por população

	Menos de 20 mil	Entre 20 mil e 40 mil	Acima de 40 mil	Total	%
Lutas por implantação de equipamentos e serviços públicos	49	82	142	273	15,0
Mutirões para serviços e obras comunitárias	39	68	75	182	10,0
Capacitação (cursos, seminários, oficinas)	27	32	89	148	8,1
Organização e conscientização da comunidade	31	51	66	148	8,1
Mobilizações	20	13	80	113	6,2
Manifestações culturais, artísticas, confraternização	20	29	58	107	5,9
Mutirões para atividades produtivas	28	13	32	73	4,0
Campanhas (beneficentes, sensibilização)	7	16	45	68	3,7
Captação de recursos para a comunidade	19	32	16	67	3,7
Representação e defesa de interesses	4	14	47	65	3,6
Melhorias na produção/comercialização	11	22	28	61	3,3
Assistência às pessoas	10	10	27	47	2,6
Debates/troca de experiências	11	8	25	44	2,4
Luta/aquisição de terras	8	10	15	33	1,8
Controle das ações do Poder Público	5	5	14	24	1,3
Participação eleitoral	1	6	3	10	0,5
Exposições, feiras, festas	0	0	5	5	0,3
Captação de recursos para a entidade	0	1	2	3	0,2
Apoio a outras entidades/comunidades	0	0	1	1	0,1
Nenhuma ação	48	32	46	126	6,9
Não responderam	31	78	114	223	12,2
Total	369	522	930	1821	100,0
%	20,3	28,7	51,1	100,0	

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

de respostas sobre inexistência de ações, possivelmente devido às dificuldades decorrentes do poder de coação e intimidação dos agentes políticos e da falta de tradição do associativismo. Não obstante, há participação de alguma relevância de debates públicos e capacitação.

Nos municípios médios, 20 a 40 mil habitantes, prevalecem as ações reivindicatórias de equipamentos e serviços e mutirões, 82 e 81 ocorrências respectivamente, mas há uma participação mais expressiva de outros tipos de ações: manifestações culturais, captação de recursos, organização, campanhas. Nos municípios acima de 40 mil, além da reivindicatória com 142 ocorrências, destacam-se com números relativamente altos as mobilizações, 80, capacitação, 89, e mutirões, 107. Também as ações de campanhas, defesa de interesses e organização têm certa expressão.

O maior número das organizações pesquisadas pode ser considerada de tamanho médio – entre 20 a 50 associados, sendo que nelas está o maior número de ações. As comunitárias rurais e de moradores urbanos estão neste segmento; os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos estão num estrato de maior número de sócios, alguns acima de 1 mil. No segmento de organizações com número de associados acima de 500, prevalecem as mobilizações político-sociais. No segmento médio, predominam

as ações de caráter reivindicatória e mutirões, embora tenham também ações de capacitação, manifestações culturais, mobilizações político-culturais. Na realidade, não há uma relação direta entre tipo de ação e tamanho das organizações, embora aquelas ações de caráter mobilizatório exijam um maior número de sócios.

O maior número de ações foi realizado em Alagoinhas, refletindo o nível de associativismo do município, com duas centrais de associações e organizações nos diferentes setores de atividades. Prevaecem as ações de caráter reivindicatório e em segundo lugar as manifestações culturais e artísticas. Outro município de razoável número de ações foi Juazeiro, com idêntica natureza de ações (reivindicatórias e culturais). Outros municípios como Camaçari, Itabuna, Teixeira de Freitas, Araci, Paulo Afonso, Serrinha, Itaberaba, Miguel Calmon, Seabra, Barra, Ibotirama, apresentaram razoável número de ações.

INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE AÇÃO

Vários mecanismos estão disponíveis para as organizações acionarem o poder público. Podem ser mecanismos decorrentes da legislação ou da própria dinâmica social que, através da luta social, fazem surgir formas criativas e inovadoras de manifestar suas aspirações, interesses ou protestos. Alguns destes instrumentos, dado a sua abrangência, confundem-se com a própria ação coletiva, a exemplo da greve, que tem um elemento instrumental – a paralisação do trabalho com objetivos determinados a serem conquistados, mas, ao mesmo tempo, envolve outras ações, como a mobilização, a capacitação, a divulgação, a pressão e, em alguns casos, ação direta..

Para efeito de análise, podemos reunir estes mecanismos em 3 categorias, ampliando a classificação que fizemos noutra oportunidade (Teixeira, 2000): a) institucionais, b) político-sociais; c) de ação direta. Não se trata de uma caracterização rígida e excludente já que todos se exercitam na sociedade e, por isso, são sociais.

Os mecanismos institucionais têm base na legalidade, mas não podem ser entendidos apenas no aspecto formal já que, muitas vezes, para serem eficazes, necessitam conjugar-se com os político-sociais. Conforme Tabela 82, estão registrados os principais mecanismos e instrumentos de ação coletiva.

Tabela 82 - Mecanismos institucionais de ação coletiva

	N	%
Abaixo assinado	369	54,8
Petição ao poder Público	163	24,2
Audiência públicas	147	21,8
Tribuna Livre	97	14,4
Ações Judiciais	83	12,3
Denúncias em jornais/rádios	141	21,0
Ações diretas	18	2,7

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.
Respostas múltiplas.

Abaixo-assinados

São bastante utilizados pelas organizações pesquisadas, 54,8%. Contém reivindicações dirigidas a autoridades ou proposições de interesse coletivo. Trata-se de um instrumento que compromete menos os cidadãos em termos de ação e mobilização, embora implique numa responsabilidade de caráter cívico e, a depender do seu conteúdo, até numa responsabilidade criminal (se tratar, por exemplo, de uma denúncia). Costuma-se utilizá-lo em conjunto com um instrumento de cunho político social, como passeatas, atos de protesto, mobilizações.

Petição ao poder público

Presente em nossas constituições desde a de 1824. Difere do anterior porque pode ser assinado apenas por um cidadão ou seu representante legal e geralmente é utilizado por diretorias das organizações para cobrança de ações, pedidos de informação e reclamações, sendo utilizado por 24,2% das organizações. No caso de pedido de informações há um prazo de 15 dias para a autoridade responder, sob pena de cometer crime de responsabilidade (Const. Fed. , art. 5º, XXXIII e Lei, 9051/95). Apesar de muito utilizado, este meio tem pouca eficácia, talvez porque nunca se requereu o cumprimento da penalidade prevista, sequer alegada na petição.

Audiências públicas

Instrumento previsto na Constituição para os debates públicos de projetos nas Comissões do Legislativo, depois ampliados para o Executivo em Leis Especiais (Estatuto da Cidade, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei sobre Meio Ambiente). Utilizado por 21,8% das organizações.

Tribuna Livre da Câmara

Prevista na Lei Orgânica Municipal ou Regimento Interno. Instrumento de debate público em que os representantes das organizações provocam discussões fora da pauta regular das sessões da Câmara. 14,4% das organizações fazem uso desse mecanismo.

Outros instrumentos legais, como a iniciativa popular de lei e o referendo, são pouco utilizados, não só pela dificuldade de viabilização em função de exigências de quantidade de assinaturas, como por dependerem de iniciativas do Legislativo:

Ações judiciais

Instrumentos utilizados para efetivar direitos já conquistados; 12,3% das organizações as utilizam, porém, em menos de 10% são consideradas como ação principal. São ações que envolvem custos e necessitam de apoio jurídico nem sempre disponível; há poucas organizações especializadas neste tipo de apoio (Espasso e AATR); os projetos financiados por Agências Internacionais não disponibilizam recursos para esta atividade, a não ser quando voltada apenas para a capacitação.

Denúncias formais

Tratam-se de meios que envolvem elementos de prova, difíceis de serem obtidos. Apesar da faculdade concedida aos cidadãos e às associações e sindicatos, são pouco utilizadas, tendo em vista que implicam em responsabilidade de comprovação e nem

sempre são apuradas. Muitas vezes, este meio, utilizado de maneira informal, através do rádio ou de jornais, tem maior impacto e, diante da repercussão, pode provocar resultados. Daí ser utilizado por 21% das organizações. O alvo destes instrumentos são geralmente o TCM, o Ministério Público ou qualquer autoridade pública.

O segundo tipo de instrumentos de ação coletiva são os denominados político-sociais; envolvem maior quantidade de pessoas sensibilizadas ou conscientizadas em relação a uma questão. As ações de mobilização, reivindicação, campanhas usam estes instrumentos, dotados de maior flexibilidade e criatividade. São atos públicos, concentrações, passeatas, caminhadas, romarias, utilizadas em ações que visam reivindicações, denúncias, expressão de sentimentos ou aspirações.

Outros meios de caráter político-social são também utilizados, como as denúncias não formais, acompanhamento das sessões da Câmara, envolvendo mais de 50% das organizações. Na realidade, como já se observou, o acompanhamento da Câmara raramente é realizado de forma planejada e sistemática, aproveitando-se da presença nas sessões para esclarecimento e divulgação para a população. As denúncias por jornal e rádio, embora muito utilizadas, 21%, dependem da disponibilidade dos meios, nem sempre possível devido a vinculação com os agentes do poder. As organizações, no entanto, tem conseguido furar este bloqueio, principalmente em alguns temas, ou mesmo pelo fato de usarem programas permanentes por elas conduzidos e pagos. Boa parte dos sindicatos de trabalhadores rurais tem programas semanais nas rádios comerciais, ou utilizam as rádios comunitárias.

O terceiro grupo de instrumentos de ação coletiva são aqueles denominados pela literatura de ação direta, constituindo-se atos de desobediência civil, objetivando chamar atenção das autoridades em relação a situação de carência ou de desigualdade social. São meios ilegais e, geralmente, resultam em constrangimento para um segmento social, sobretudo para os dominantes (proprietários de terras ou de prédios, donos de automóveis). A depender da circunstância, podem gerar violência, principalmente quando há resistência a cumprir mandados judiciais, ou quando as lideranças não conseguem contornar a situação de desespero e tensão dos participantes que apelam para a violência. Mas também podem provocar negociações que possam atender parcialmente às reivindicações.

Como exemplos destes meios, destacam-se: ocupações de terra, ocupações de prédios particulares ou públicos, bloqueios de ruas, bloqueios de estradas, piquetes de greve etc. A frequência destes meios tem aumentado principalmente no caso de bloqueio às estradas, que nem sempre tem uma organização à frente e, em alguns casos, as lideranças são grandes e médios agricultores ou comerciantes que se sentem prejudicados na comercialização dos seus produtos em decorrência do estado precário das estradas. As ocupações de terras são os meios mais comuns utilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e a de prédios pelo Movimento dos Sem Teto, recentemente organizado em Salvador.



CONQUISTAS E DIFICULDADES DAS ORGANIZAÇÕES

Trata-se de analisar as percepções que os dirigentes das organizações têm do que consideram conquistas e benefícios, seja por iniciativa das organizações, da comunidade ou mesmo por ação do poder público, em decorrência de pleitos de grupos de eleitores ou lideranças aliadas ao poder. Desta forma, a primeira observação a fazer é a de que nem tudo que é percebido como conquista, é efetivamente, pois nem sempre decorre de uma luta ou mobilização com este fim. Na realidade, trata-se de benefícios decorrentes de promessas de campanhas ou de recompensas pelos votos dados ao candidato eleito, ou da influência de um Vereador junto ao Prefeito por conta dos votos que amealhou no processo eleitoral.

A explicitação destes benefícios, independente de sua origem, revela o entendimento dos dirigentes em relação à eficácia das organizações no sentido de obter melhoramentos para a comunidade. Embora nem sempre estes possam ser atribuídos a iniciativa delas, de qualquer forma foram influenciados por sua presença. Revela, ainda, uma certa auto-estima enquanto organização e uma atitude de valorização do papel que tem a desempenhar.

Para melhor compreensão do alvo destes benefícios tentamos agrupá-los em 5 categorias, conforme se demonstra na Tabela 83. Elas não são excludentes e muitas vezes um benefício atinge mais de um sujeito, ou mesmo um determinado sujeito está inserido num conjunto maior. Importa considerar que apenas 15 não reconheceram nenhuma conquista importante e 28 não responderam, ou seja, pode-se inferir de que apenas 6% não registraram nenhum benefício.

Tabela 83 - Conquistas das organizações

	N	%
Relacionadas à comunidade	223	33,1
Relacionadas às próprias organizações	178	26,4
Relacionadas à categoria social	139	20,7
Relacionadas à outras organizações	43	6,4
Relacionadas com os associados	38	5,6
Outras respostas	9	1,3
Nenhuma conquista	15	2,2
Não responderam	28	4,2
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

CONQUISTAS RELACIONADAS À COMUNIDADE

Dos benefícios alcançados, os alvos mais significativos foram as Comunidades, como demonstra a Tabela 84. Para este segmento, os benefícios, em sua maioria, 70%, se traduziram em obras, equipamentos e serviços, demanda mais enfatizada em função das carências da população. Como já nos referimos, estas realizações nem sempre

Tabela 84 - Conquistas relacionadas à comunidade

	N	%
Obras, equipamentos e serviços	157	70
Aumento de serviços para a Comunidade	21	9
Melhoria de indicadores Sociais	12	5
Mobilização para preservação ambiental	11	5
Aumento das mobilizações	5	2
Aquisição de terra para uso comunitário	3	1
Maior qualificação na convivência com o semi-árido	2	1
Construção de equipamento religioso	2	1
Desenvolvimento artístico	2	1
Elaboração de políticas públicas	2	1
Criação de Conselhos	2	1
Debate público de temas	1	0,4
Extinção de taxas públicas	1	0,4
Implantação de matérias no currículo municipal	1	0,4
Não Privatização da Embasa	1	0,4
Total	223	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

decorrem das mobilizações das comunidades ou de suas organizações representativas, mas algumas delas são de iniciativa das próprias organizações, através de mutirões, conforme se verifica do quadro de ações coletivas, analisadas posteriormente. Envolve também ações de projetos governamentais da esfera federal e estadual ou de efeitos gerais de mudanças nas políticas públicas como a melhoria de indicadores sociais.

São também consideradas como conquistas as mobilizações da própria comunidade, seja em caráter geral, seja em aspectos específicos como a da preservação ambiental. Embora sejam percentuais diminutos, há de se considerar que os benefícios conseguidos em termos de obras, serviços, equipamentos não ocorreriam sem a pressão das comunidades, ainda que, como já vimos, outros fatores intervenientes contribuíram para aqueles resultados.

Há de se ressaltar, contudo, que aquelas conquistas que se referem à definição e elaboração de políticas públicas são indicadas com pouca expressão: criação de conselhos, mudanças na metodologia de ensino, debate público, elaboração ou propostas de políticas públicas. Comparando-se com os benefícios de ordem material e física, importantes para a melhoria de condições de vida da população, porém suscetíveis de serem conseguidos numa política de natureza clientelista, observa-se o pouco avanço em termos de politização das comunidades. Ressalte-se que a autonomia das organizações, enquanto conquista, foi indicada por pouquíssimos dirigentes o que demonstra a predominância da dependência, principalmente do poder político.

CONQUISTAS RELACIONADAS COM AS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES

O outro agrupamento de conquistas refere-se às próprias organizações entrevistadas como alvo dos benefícios obtidos, resultantes de um esforço interno e junto aos demais atores no sentido de seu fortalecimento e do desenvolvimento de um papel

mais ativo frente ao poder público e à própria comunidade em que está inserida. Conforme Tabela 85, a maioria dos dirigentes considera que as maiores conquistas para fortalecimento interno da organização é conseguir melhor infra-estrutura (ainda muito precária), maior qualificação de seus dirigentes, maior dinamismo de ações e de reuniões. Os efeitos destas mudanças refletem-se na relação com os associados e com a comunidade, angariando maior credibilidade e mais legitimidade.

Tabela 85 - Conquistas relacionadas com as próprias Organizações

	N	%
Melhoria da infraestrutura	72	40
Manutenção das atividades	24	13
Maior credibilidade e legitimidade junto aos sócios e Comunidade	15	8
Reconhecimento como organização de representação	15	8
Maior qualificação técnico-política	13	7
Maior dinamismo das reuniões/ações	11	6
Revitalização com mudança da diretoria	8	4
Participação em decisões do Poder Público localizados	4	2
Regularização de documentação	4	2
Divulgação dos trabalhos da Associação	4	2
Controle na distribuição de cestas	3	2
Registro de Utilidade Pública	2	1
Contatos com parlamentares	1	1
Ganho em causas judiciais	1	1
Maior autonomia da organização	1	1
Total	178	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Observe-se que mesmo com toda a carência de recursos, falta de apoio e os poucos resultados alcançados, o objetivo de manter as atividades associativas constitui para muitas organizações, uma conquista. Este esforço de reestruturação interna, embora contribua para um dinamismo maior e revitalização das organizações, ainda repercute pouco na relação com o poder público em que, não obstante algumas conquistas, elas são pouco expressivas em face aos poderes que lhes conferem as leis, e até mesmo em relação a outras conquistas a que já nos referimos.

Ainda que pouco expressivo em termos percentuais, cabe acentuar a resposta referente a percepção pelo poder público das organizações como representação da comunidade. Diante da prepotência e do mandonismo do poder local, considerar as associações como entes de mediação e interlocução, tem um significado político importante e pode expandir-se a partir de uma atuação mais agressiva no campo propositivo e de controle e não tanto de caráter reivindicatório. O fortalecimento interno tem repercutido mais na relação com os associados e com a comunidade, melhorando a credibilidade e conseqüentemente aumentado sua legitimidade.

CONQUISTAS RELACIONADAS COM A CATEGORIA SOCIAL/SEGMENTO

As conquistas relacionadas com a categoria social ou segmento representado pelas organizações têm uma participação significativa no quadro das respostas, como se vê

na Tabela 86. A principal delas diz respeito à efetivação de direitos, em grande parte direitos sociais, trabalhistas, e previdenciários), e do direito à terra – aquisição, titulação, defesa e efetivação da posse). A obtenção de recursos governamentais, principalmente de Programas Federais (Pronaf, Fundef), ou Estaduais (Produzir), é vista como conquista importante, ainda que se considere que se trata de programas centralizados e cuja distribuição de recursos obedece a critérios técnicos e políticos sobre os quais as comunidades e suas organizações têm muito pouca influência. Os beneficiários destas conquistas são os pequenos produtores rurais e os trabalhadores sem terra e, em relação a efetivação de direitos, são beneficiários os trabalhadores em geral, incluindo-se também os rurais.

Tabela 86 - Conquistas relacionadas com a categoria social/segmento

	N	%
Efetivação de direitos	55	39
Obtenção de recursos governamentais	38	27
Aquisição de terra	18	13
Estruturação de assentamentos	17	12
Apoio à agricultura	7	5
Defesa do fundo de pastos	3	2
Defesa da Terra	2	1
Total	139	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

CONQUISTAS RELACIONADAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

As conquistas que beneficiam outras organizações, tendo em vista o seu fortalecimento e a criação de vínculos mais fortes entre si são ainda reduzidas, indicando baixa realização de ações conjuntas e intercâmbios ou participação em eventos promovidos por outras organizações, o que é mostrado na Tabela 87. De fato, está muito distante da constituição de verdadeiras redes sociais que possam desenvolver ações coletivas, realizar um apoio mútuo e solidariedade, seja no campo dos recursos materiais, seja no campo da luta social, através do apoio político.

Observa-se que há o surgimento de novas organizações e grupos organizados, às vezes em decorrência do apoio das atuais organizações, outras vezes, em função de iniciativas próprias, e também de ações de políticos clientelistas que manipulam e incentivam as pessoas a se organizarem para facilitar o seu trabalho eleitoral. Não obstante, há um crescente movimento em torno da organização de fóruns e redes,

Tabela 87 - Conquistas relacionadas com outras organizações

	N	%
Novos grupos e associações	23	53
Ações conjuntas	15	35
Participação em eventos de outras organizações	3	7
Intercâmbio com outras organizações	2	5
Total	43	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

como se analisou anteriormente, porém, o impacto sobre os dirigentes ainda não foi suficiente para ser considerado como uma conquista importante.

CONQUISTAS RELACIONADAS COM OS ASSOCIADOS

Se é certo que os benefícios aqui analisados, que dizem respeito à comunidade como um todo ou às organizações, trazem impacto sobre os indivíduos, o ato de associar-se é voluntário e decorre de diferentes motivações, conforme têm analisados as diversas teorias (capital social, escolha racional e teoria da dádiva). Observa-se, de logo, a ausência de indicação de melhoria em termos individuais, materiais que, em alguns segmentos mais carentes, é uma das primeiras motivações para associar-se. As conquistas neste sentido devem estar contempladas nos outros agrupamentos, sobretudo na efetivação de direitos que envolvem ganhos individuais como a obtenção aposentadoria, auxílio maternidade e outros ou nos benefícios para a comunidade que envolvem também o atendimento a interesses do conjunto de pessoas (melhorias nos serviços, equipamentos, estradas etc.).

Apesar do pequeno número de ocorrências, como se percebe na Tabela 88, deve ser destacado o fato de serem consideradas como conquistas situações que podem fortalecer a cultura associativista e solidária e o exercício da cidadania, como a conscientização política, a melhoria das relações interpessoais entre os sócios, o que pode contribuir para fortalecer vínculos e compromissos pessoais em torno das questões da comunidade. Vinculado a isso, embora com frequência pouco expressiva, o sentimento de solidariedade e ajuda mútua se revela concretamente na ajuda às pessoas mais carentes da comunidade, e mesmo em ações coletivas como os mutirões, mobilizações etc. Num clima geral de desencanto e ceticismo em termos de mudanças e melhorias das condições de vida, a indicação da auto-estima como conquista, apesar da baixa frequência, revela a necessidade de se trabalhar este sentimento como elemento propulsor de fortalecimento das associações. Diante das dificuldades e mesmo dos limitados resultados alcançados pelas associações, o fato de ampliação dos sócios como conquista é também um sinal no sentido desta revitalização.

Tabela 88 - Conquistas relacionadas com os associados

	N	%
Maior conscientização política	14	37
Ampliação do número de associados	12	32
Melhoria das relações interpessoais	6	16
Solidariedade e ajuda mútua	3	8
Melhoria na auto-estima	3	8
Total	38	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

DIFICULDADES

Procura-se identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelas associações para realização dos seus objetivos. Elas afetam e condicionam não só o funcionamento das organizações mas a própria vida das pessoas e das comunidades, principalmente as

mais carentes. Estes obstáculos têm diversas origens, seja no mundo externo (sistema político-econômico e poder público), de difícil controle por cada organização, seja no seu próprio âmbito e da comunidade em que está inserida. Por esta razão, as respostas foram reunidas em 5 grupos, conforme Tabela 89.

Tabela 89 - Dificuldades enfrentadas pelas organizações

	N	%
Relacionadas ao sistema político-econômico	243	36,1
Causadas pelo Poder Público	168	25,0
Relacionadas às próprias organizações	77	11,4
Causadas pela comunidade	66	9,8
Relacionadas aos associados	55	8,2
Não se aplica	10	1,5
Outras respostas	13	1,9
Não responderam	41	6,1
Total	673	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

As maiores dificuldades, conforme respostas dos dirigentes, são aquelas criadas pelo sistema econômico-político vigente, são de natureza estrutural ou conjuntural e o seu enfrentamento envolve todo o conjunto da sociedade, instituições, partidos e as próprias organizações de base dos diversos segmentos sociais. Relacionam-se também com a cultura política da sociedade, cujas atitudes têm um legado de submissão e dependência aos poderosos, de uma resistência mais passiva ao *status quo*, procurando sobreviver a duras penas e, assim, amoldando-se às práticas das elites.

Uma das respostas de maior frequência foi a falta de recursos econômico-financeiros que afeta a maioria da população e, conseqüentemente, suas organizações representativas. Esta falta de recursos impede que as políticas públicas sejam implantadas para superar as carências da população e que os associados possam também contribuir para realização de ações de suas organizações. A falta de recursos, sobretudo os públicos, não permite que as populações tenham uma qualidade de vida satisfatória, na medida em que restringe os investimentos em infra-estrutura, políticas sociais, equipamentos públicos, sem contar o agravamento do problema pela má gestão e mesmo o desvio dos recursos pelos gestores inescrupulosos.

DIFICULDADES ORIUNDAS DO SISTEMA POLÍTICO ECONÔMICO

Daí que as maiores lutas da sociedade civil voltam-se para esta questão e nela estão suas maiores conquistas, como vimos anteriormente. As demais respostas em relação às dificuldades oriundas do sistema político-econômico concentrador e elitista não são tão expressivas, mas a esta questão principal estão vinculados: desemprego, pobreza, falta de terra, juros altos, falta de apoio à comercialização de produtos, como se vê na Tabela 90. São problemas de natureza estrutural que criam obstáculos até para o exercício da cidadania.

Tabela 90 - Dificuldades oriundas do sistema político econômico

	N	%
Falta de Recursos Humanos e Financeiros	210	86
Pobreza, desemprego, condições de trabalho	12	5
Falta de terra e conflitos	11	5
Restrições ao associativismo pelo patronato	4	2
Comercialização dos produtos	4	2
Juros altos	1	0,4
Inadequação do ensino	1	0,4
Total	243	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

DIFICULDADES CAUSADAS PELO PODER PÚBLICO

Outras dificuldades de peso dizem respeito aos gestores do sistema político. Na realidade, detalham a resposta mais geral da falta de recursos, mas acentuam aspectos operacionais como a falta de equipamentos públicos, de crédito, de apoio às comunidades mais carentes, como apontam os dados da Tabela 91. Outras respostas menos expressivas dizem respeito às práticas perversas incrustadas na cultura política dos agentes do poder que chegam, se não a impedir, no mínimo, a dificultar ao máximo as atividades associativas (perseguição, ameaças, sonegação de informações, autoritarismo, manipulação e burocracia). Estas práticas antidemocráticas não só dificultam aquelas ações de caráter defensivo das organizações (defesa de direitos, liberdade de informação, debate político), mas impede o exercício de outras funções atribuídas às associações pelo desenvolvimento institucional decorrente da Constituição de 1988 (exercício de ações judiciais, fiscalização das contas públicas, participação na discussão do orçamento, participação nos conselhos municipais etc).

Tabela 91 - Dificuldades causadas pelo Poder Público

	N	%
Falta de apoio	81	48
Falta de equipamentos e serviços públicos	40	24
Falta de crédito	19	11
Burocracia	14	8
Interferência /manipulação	5	3
Perseguição/ameaça aos sócios	4	2
Autoritarismo/repressão	4	2
Não disponibilização de informações	1	1
Total	168	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

DIFICULDADES CAUSADAS PELAS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES

Outras dificuldades decorrem da gestão das próprias organizações, como mostra a Tabela 92 que não oferecem aos associados meios para um funcionamento eficaz, na medida em que não os capacitam, não realizam debates públicos nem propiciam meios para um relacionamento entre os sócios, prejudicando assim um dos elementos básicos do associativismo que é a sociabilidade.

Tabela 92 - Dificuldades causadas pelas próprias organizações

	N	%
Falta de capacitação dos dirigentes/associados	19	25
Falta de sede	14	18
Falta de assessoria Técnica - política	14	18
Gestão não eficiente	7	9
Pouco apoio das ONGS	6	8
Falta de meios de contacto com sócios	4	5
Desconfiança dos sócios em relação à Diretoria	3	4
Falta de atuação e discussão política	3	4
Falta de parcerias permanentes	2	3
Objetivos não claros para a Comunidade	2	3
Falta de representação junto ao Poder Público	2	3
Assunção de funções burocráticas da Administração Pública	1	1
Total	77	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

A falta de uma sede, de certa forma, prejudica o funcionamento e o inter-relacionamento entre os sócios, além de ser um fator que dificulta a construção da identidade. Entre as dificuldades mais sentidas está a falta de capacitação que se relaciona com a deficiência de recursos, mas que pode ser superada com um esforço maior dos dirigentes na busca de acesso às informações hoje disponíveis por vários meios eletrônicos; quando há cursos, seminários não há uma distribuição adequada de vagas para os associados, privilegiando-se aqueles mais próximos da diretoria, quando não os próprios dirigentes.

A falta de assessoria técnico-política é acentuada, principalmente para os pequenos produtores, sobretudo para aqueles que querem introduzir tecnologias modernas, porém, sustentáveis. Com a desativação das empresas públicas que faziam este tipo de serviço, esta função foi assumida em pequena escala por algumas ONGs, que não têm recursos para atender a toda a demanda. O CAA, MOC, IRPAA, FUNDIFRAN, Terra Viva, SASOP, entre outras, têm se dedicado a este trabalho, principalmente com experiências de agro-ecologia e convivência com o semi-árido. Por outro lado, as organizações locais não têm feito um esforço maior de mobilização para que este tipo de serviço seja prestado pela Prefeitura, sobretudo na discussão do Orçamento Público, cuja dotação para a agricultura é sempre irrisória.

DIFICULDADES CAUSADAS PELA COMUNIDADE

A Comunidade é o espaço de atuação das associações; para algumas é o próprio alvo já que se destinam a organizá-la e a prestar-lhe determinados serviços pelos quais se legitimam. Para algumas organizações que têm uma base territorial mais reduzida – as comunitárias (povoados, vilas, fazendas), é possível desenvolver relações sociais mais intensas, não só em termos de enfrentar suas carências, mas de construir uma sociabilidade mais ativa, relações de trocas e complementaridade, não apenas na realização de projetos produtivos, mas também na criação de vínculos mais duradou-

ros que lhes permitam vencer o individualismo, a dominação. A Associação pode ser um canal para implementação destas relações e pode ser também o resultado delas. Depende de como surgem, do seu processo de criação.

Como já se analisou, muitas organizações são resultantes da interferência de órgãos governamentais ou de políticos clientelistas; constituem-se para implementar projetos sem maior processo de interação entre os seus componentes, que se associam com fins meramente pragmáticos de obter os recursos. Neste caso, as relações entre os sócios passam a ser parciais, imediatistas em função dos seus interesses individuais e, diante da ausência de um trabalho de educação, como demonstra a Tabela 93, o resultado é a pouca participação e apoio da comunidade, 2,7%, não consciência dos direitos, 3,6%, falta de cooperação e solidariedade, 1,4%, descrença, 0,5%. Como nem sempre os projetos prometidos são realizados ou, quando o são, favorecem apenas alguns dos sócios, nasce o sentimento de derrotismo, de descrença na organização e baixa auto-estima como revelam as respostas das entrevistas.

Tabela 93 - Dificuldades causadas pela comunidade

	N	%
Falta de conscientização sobre direitos	24	36
Pouca participação e apoio às associações	18	27
Resistência do pequeno produtor rural	10	15
Falta de cooperação e solidariedade	9	14
Descrença da comunidade	3	5
Politicagem das lideranças	2	3
Total	66	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

Percebe-se uma relação de mútua dependência entre Associação e Comunidade. O papel da associação depende muito das relações interpessoais, da história de luta da comunidade, mas a associação pode ter um papel pedagógico, desenvolver certas iniciativas de dinamizá-las não apenas em relação aos seus objetivos instrumentais, mas no sentido de aprofundar os laços interpessoais, a convivência, despertando a cooperação, a solidariedade.

DIFICULDADES CAUSADAS PELOS ASSOCIADOS

Estas questões nos remetem às atitudes dos associados, traduzidas na sua baixa participação, falta de tempo para as atividades, dissensões entre si, pouca convivência etc., como mostram os dados da Tabela 94. Esta baixa participação provoca uma centralização das atividades da associação na Diretoria e, principalmente, no Presidente. Este, por sua vez, não faz esforço para motivar os sócios à partilha das funções que, a partir das mudanças institucionais dos últimos anos, ampliaram-se e assumiram uma responsabilidade de caráter político social importante (participação em conselhos, fiscalização das contas públicas). Ora, sem que os associados possam compartilhar destas atividades, é impossível realizá-las e as associações correm o risco de se tornarem organizações fantasmas, em vez de contribuir para fortalecer a democracia de base.

Tabela 94 - Dificuldades causadas pelos associados

	N	%
Baixa participação dos sócios	32	58
Falta de tempo dos sócios p/ participar das atividades	7	13
Divisão entre os sócios	5	9
Baixa convivência e comunicação entre os sócios	4	7
Poucos sócios	3	5
Baixa auto-estima	2	4
Baixo nível de sociabilidade	2	4
Total	55	100

Fonte: Pesquisa Sociedade Civil na Bahia, 2004.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo. Cortez. 1984.
- ARATO, Andrew. Representação e Accountability. In: Rev. *Lua Nova*, n. 55-56, São Paulo: Cedec, 2002.
- ARATO e COHEN *apud* COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira Ciências Sociais*. Fev. 2003, v.18, n. 51, p.7-10.
- AVRITZER, Leonardo Um desenho institucional para o novo associativismo. In: *Lua Nova*, n. 39, São Paulo: Cedec, 1997.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996, p. 136 (debates: 272).
- AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994,
- BAHIA - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA), Programa de Desenvolvimento Sustentável. Chapada Diamantina. 1997,
- BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Texto para discussão n. 630. IPEA, Brasília, 1999.
- BOSCHI, R. R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação/ Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.) Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro. 1998 – Ciências Sociais e Educação.
- BRASIL – Ministério das Cidades www.cidades.gov.br
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & CUNILL-GRAU, Nuria. (1999), “Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal”. In: L. C. Bresser-Pereira e N. Cunill-Grau (orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CLAD
- CAILLÉ, Alain. Don et association. In Caillé , Alain Laville, Jean Louis .*Une seule l'association? Socio-économie du fait associatif*. Paris: La découverte/Mauss, 1998.
- CARVALHO, Lucas Borges. *Os Tribunais de Contas e a construção de uma cultura de transparência: reflexões a partir de um estudo de caso*. Monografia do Curso de Direito, 2002.
- COSTA, Sérgio. Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, 1.º semestre de 1997.
- _____. *As cores de Ercília, esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- COSTA, Marcelo. Associativismo e Contato Político nas regiões metropolitanas do Brasil- *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos; 13)
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. *Espaço e Debates*, nº 24, NERU, São Paulo, 1988.
- DOIMO, Ana Maria, Conflitos de Ação Direta e Campos Éticos. In: *A Vez e a Voz do Popular. Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós 70*. São Paulo: Relume- Dumará.
- GONH, Maria da Glória, *A Construção da Cidadania dos Brasileiros*, São Paulo: Loyola, 1995.
- GRZYBOWISK, Cândido. Notas para um debate, mimeo, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre factividade e a validade*. 2 vs. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997.
- JANNUZZI, Paulo de Martino – *Indicadores Sociais no Brasil*, 2 ed. – Campinas, SP: Ed. Alínea, 2003.
- JOVHELIVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública . A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Ed. Vozes, 2000.
- JOVINIANO, Neto e outros. *Eleição, democracia e cidadania – Salvador: OEA/UFBA/EGBA, 1990. Coleção Cidadania*.
- KEANE, John *apud* COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- KERSTENETZKY, Célia. Sobre Associativismo, desigualdade e Democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 18, n. 3.
- LANDIM, Leilah . Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- MELUCCI, Alberto. Um Objetivo Para os Movimentos Sociais? *Lua Nova*, Revista Cultura e Política. São Paulo, n 17, junho de 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura de massas no Brasil. *Lua Nova – CEDEC*, n.º 26, 1992.
- MOSCONI, Luiz (org.). *Edvanda, uma vida de fé e de muitas lutas. Parábola*, São Paulo, 2003.
- NETO, Joff. O Legislativo e o poder local. In BENVIDES, Maria Victória et alli (org.). *Reforma Política e Cidadania*, p 413-448. São Paulo: Editora Fundação Perseu , 2003.
- NETO, Paulo Fábio Dantas. Realismo surpreendente: o lugar da ação no pensamento de Antonio Gramsci e Hannah Arendt. *Caderno CRH*, 30/31, Salvador, Edufba, 1999.
- NEVES, Gleisi Heisler. O município no Brasil – Marco de referência e principais desafios. *Cadernos Adenauer n° 4*, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, 2000.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, jun. 2003, vol.18, no.52, p.185-202.
- NOLETO, Marlowa Jovchelovith & WERTHEIM, Jorge Pobreza e Desigualdade no Brasil: Traçando o caminho para a inclusão social, , - Brasília, UNESCO
- NUNES, 1991, apud COUTO, C. G. e ABRUCIO, F. L., “Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal”. *São Paulo em Perspectiva*, v.9, n.º2, p. 59, São Paulo, Seade, 1995.
- O’DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. In *Rev. Lua Nova*, no. 44, Cedec, São Paulo, 1998.
- PINHERIO, Walter . *Fundef- Para onde vai? Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, Câmara dos Deputados, Brasília, 2000.*
- REA, M. Louis & PARKER Richard. *A Metodologia de Pesquisa. Do Planejamento á Execução. Pioneira, São Paulo, 2000.*
- REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas.. *Revista brasileira Ciências. Sociais*, fev. 2003, v. 18, n. 51, p. 11-14.
- RIBEIRO, Sônia Pereira. Contornos e políticas – Pobreza Rural na Bahia , in: Armando Avena, Bahia século xxi – SEPLANTEC – Salvador Bahia.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira Ciências. Sociais*, fev. 2003, vol.18, no.51, p.15-20.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, n. 39, jul/dez. 2003.
- SOUZA, Doraci Cabanilha de; PEDREIRA, Márcia da Silva. O Pronaf e as perspectivas para a agricultura familiar baiana. In: AVENA, Armando (org.). *Bahia – Sec. XXI. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Salvador, 2002. p. 305-344.*
- TAYLOR, Charles apud COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- TEIXEIRA, Elenaldo C. *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2001.*
- TELLES, Vera da Silva..Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In VILLA-BÔAS, Renata. *Participação popular nos governos locais*. São Paulo, Pólis, no.14, 1994
- THIOLLENT, M. *Concepção e Organização da Pesquisa*, In: *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez e Autores Associados,1985.
- UDERMAN, Simone; MENEZES, Vladson. O novo ciclo de industrialização na Bahia. In.: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *A indústria baiana nos anos 90*. Salvador, SEI, 1998 (Série Estudos e Pesquisas, n. 37).
- VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. *Estúdio Introductorio*. In. *La hechura de las políticas*. México: Miguel Angel Porrúa, Grupo Editorial, 2000.
- WALZER, Michel apud COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PARTE III

ANEXOS

ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

ACAJUTIBA

Associação Comunitária e Assistencial da Canatubia
Associação de Integração e Beneficência de Acajutiba
Associação dos Pequenos Produtores de Bedo Ferreira
Associação dos Produtores de Acajutiba
Associação dos Produtores de Coco Verde e Agropecuaristas de Acajutiba
Associação Kolping

ALAGOINHAS

Associação Comercial e Industrial de Alagoinhas
Associação Comunitária Alto do Sagrado Coração de Jesus
Associação Comunitária da Baixa da Candeia
Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Calu
Associação Comunitária de Produtores Rurais de Pedra de Cima
Associação Comunitária do Alto de Santo Antônio
Associação Comunitária do Bairro de Alagoinhas Velha
Associação Comunitária do Bairro de Barreiro
Associação Comunitária do Bairro de Santo Antônio
Associação Comunitária do Bairro Dois de Julho
Associação Comunitária do Bairro Nova Brasília
Associação Comunitária do Bairro Silva Jardim
Associação Comunitária do Buri
Associação Comunitária do Mangalô
Associação Comunitária do Parque São Bernardo
Associação Comunitária dos Moradores de Espuma
Associação Comunitária dos Moradores de Estevão
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Espinho
Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Fazenda Vitória
Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Barbalho
Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cambuí
Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado de Nova Esperança
Associação Comunitária dos Produtores Rurais dos Borges
Associação Comunitária Novo Horizonte
Associação Comunitária Rural de Boa Vista
Associação Comunitária Rural do Ponto do Beiju
Associação Comunitária Vale do Sol
Associação Cultural Euterpe Alagoinhense
Associação de Bairro Mutirão 21 de Setembro
Associação de Moradores da Rua XV de Novembro
Associação de Moradores do Bairro de Santa Isabel
Associação de Moradores do Bairro Parque São Francisco
Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Alagoinhas IV
Associação de Moradores do Distrito de Narandiba
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Associação de Pequenos Agricultores da Comunidade de Conceição de Cima II
Associação de Pequenos Agricultores da Comunidade de Rio Branco
Associação dos Agentes Comunitários de Alagoinhas
Associação dos Cabos e Soldados de Alagoinhas

Associação dos Diabéticos de Alagoinhas
Associação dos Feirantes de Alagoinhas
Associação dos Moradores da Rua Dom Avelar Brandão Vilela
Associação dos Moradores da Urbis III
Associação dos Moradores de Dom José Cornellis
Associação dos Moradores do Bairro Rua do Catu
Associação dos Moradores do Bairro Teresópolis
Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Manoel Andrade
Associação dos Moradores do Conjunto Inocoop II
Associação dos Moradores do Jardim Pedro Braga
Associação dos Moradores do Jardim Petrolar
Associação dos Moradores Parque Florestal e São Benedito
Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade de Boa União
Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Papagaio
Associação dos Pequenos Agricultores do Limoeiro e Capoira
Associação dos Produtores da Comunidade do Pindobaú
Associação dos Produtores de Gangula
Associação dos Produtores Rurais Caminhando com Cristo
Associação dos Produtores Rurais de Guabiraba
Associação dos Produtores Rurais de Tucum
Associação dos Produtores Rurais Desai
Associação dos Produtores Rurais do Povoado Nova Esperança
Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical do Agreste Baiano
Associação dos Trabalhadores Rurais do Catuzinho-Esperança de Deus
Associação Rodrigues Santos Martins
Associação Rural de Vila São João e Cajazeiras
Câmara de Dirigentes Lojistas de Alagoinhas
Cáritas da Paróquia de Santo Antônio de Alagoinhas
Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
Cooperativa Prestação de Serviços de Alagoinhas Ltda.
Coordenadoria Regional da Federação Nacional do Culto Afro Brasileiro
Fórum Alagoinhense para o Desenvolvimento Sustentável
Grêmio Estudantil Centro Integrado Luiz Navarro de Brito
Lions Clube de Alagoinhas
Pastoral da Criança de Alagoinhas
Pastoral da Saúde de Alagoinhas
Pastoral do Menor de Alagoinhas
Promoção Humana da Diocese de Alagoinhas
Sindicato dos Empregados no Comércio de Alagoinhas
Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Alagoinhas.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoinhas
Sindicato Patronal do Comércio de Alagoinhas e Região Bahia
Sociedade Beneficente Defesa dos Moradores de Miguel Velho
Sociedade Eclesiástica e Beneficente Luz Divina
Sociedade Pestalozzi de Alagoinhas
União Comunitária Social de Alagoinhas Bairro Santa Terezinha
União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas
União das Associações de Moradores de Alagoinhas

AMARGOSA

Associação Beneficente Irmã Gertrudes
Associação Comunitária de Moradores do Bairro Catiara
Associação Comunitária e Beneficente São Roque

Associação Comunitária Rural da Região do Gentio
 Associação Comunitária Rural de Cambaúba
 Associação de Moradores do Bairro de Santa Rita
 Associação de Pequenos Agricultores de Cambaúba
 Associação dos Produtores Rurais de Corta Mão
 Associação dos Produtores Rurais do Córrego
 Centro Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia Sapucaia
 Grêmio Estudantil Dom Helder Câmara
 Grupo de Voluntárias Sociais da Comunidade de Amargosa
 Movimento de Educação de Base de Amargosa
 Pastoral da Criança Organização da Ação Social de Amargosa
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amargosa

ANDARAÍ

Associação Comunitária Coração de Jesus
 Associação Comunitária da Fazenda Itaguassu VII
 Associação Comunitária de Bate Tambor
 Associação Comunitária de Limouro
 Associação Comunitária de Ufurana
 Associação Comunitária do Cipó
 Associação Comunitária do Mocó
 Associação Comunitária Fazenda Ceará
 Associação de Condutores de Visitantes de Xique-Xique de Igatu
 Associação de Desenvolvimento Rural de Andaraí
 Associação de Moradores e Produtores Fazenda Velha
 Associação dos Condutores de Visitantes de Andaraí
 Associação dos Moradores e Amigos Alto do Ibirapitanga
 Associação dos Moradores e Amigos do Alto Ibiritanga
 Associação dos Pequenos Agricultores de Santa Clara
 Associação dos Pescadores de Andaraí
 Associação Nova Esperança
 Grupo Escoteiro Deraldo Ribeiro

ANGICAL

Associação Amigos de Casa de Farinha de Cágados
 Associação dos Moradores de Gameleira
 Associação dos Moradores do Bairro Santana
 Associação dos Moradores do Eixão da Missão
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mandim
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Missão
 Associação dos Trabalhadores Rurais da Área de Ouriçangas
 Associação dos Trabalhadores Rurais de Angical II - Vila Benfica
 Associação dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova
 Associação dos Trabalhadores Rurais do Barreiro João Martins
 Associação dos Trabalhadores Rurais do Bom Sucesso
 Associação Radiodifusão Comunitária de Angical
 Cooperativa dos Micro-Produtores Agrícolas do Projeto Reforma Agrária Ltda.
 Escola da Família Agrícola de Angical
 Grupo de Incentivo a Boa Conduta e a Prática de Esportes
 Resgatando a Cultura de Angical
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angical
 Sociedade Filarmônica Lira Angicalense

ARACI

Associação Comercial dos Agricultores Familiares de Araci
Associação Comunitária Ambiental Lagoa do Curral
Associação Comunitária Centro Cultural Beneficente de Fubá
Associação Comunitária da Roça de Dentro
Associação Comunitária de Bela Vista
Associação Comunitária de Pequenos Agricultores Queimada do Borges
Associação Comunitária de Queimada Grande
Associação Comunitária do Povoado Jacu
Associação Comunitária do Rejeito
Associação Comunitária do Rufino
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Caldeirão
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Nova Aparecida Laranjeira
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Duas Estradas
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Tingui
Associação Comunitária Grupo Unidos do Bom Sossego
Associação Cultural de Capoeira Dois Unidos
Associação de Pais e Amigos Crianças de Araci
Associação de Pequenos Empreendedores de Araci
Associação dos Moradores da Região das Areias
Associação dos Moradores de Barreira
Associação dos Pequenos Agricultores de Queimadinha
Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Araci
Associação dos Pescadores do Poço Grande
Associação dos Servidores Públicos de Araci
Associação Rádio Comunitária de Araci
Associações dos Trabalhadores Rurais de Várzea Grande
Câmara de Dirigentes Lojistas de Araci
Central de Desenvolvimento das Associações de Araci
Centro Beneficente Cultural Queimada Redonda
Cooperativa de Crédito Rural de Araci Ltda.
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Araci
Oficina de Artes Araci
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci

BARRA

Associação Beneficente Mãos Dadas da Passagem
Associação Comunidade Passagem do São Francisco
Associação Comunitária Cabeça da Ilha
Associação Comunitária de Campo Alegre
Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Barra - Rádio Comunitária
Associação Comunitária do Alto do Paraíso
Associação Comunitária do Saquinho
Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Brejo da Tapera
Associação Comunitária dos Moradores Povoado Brejo do Bonfim
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores São José
Associação Comunitária dos Produtores da Fazenda Saco
Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Brejo do Saco das C. e São José
Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Brejo São Gonçalo
Associação da União Nasce a Força dos Pequenos Produtores de Morrinhos
Associação de Apicultores de Barra
Associação de Mulheres da Barra
Associação de Produtores Amigos da Comunidade Juá de Baixo

Associação de Técnicos em Agropecuária da Barra
 Associação dos Agentes da Comunidade Brejo Boca do Saco
 Associação dos Lavradores da Comunidade de Caroeira
 Associação dos Lavradores da Ilha Fazenda de Fora
 Associação dos Moradores de Sambaíba
 Associação dos Moradores e Produtores da Camboa
 Associação dos Pequenos Agricultores de Primavera
 Associação dos Pequenos Produtores de Amarra Couro de Baixo
 Associação dos Pequenos Produtores de Canudos
 Associação dos Pequenos Produtores do Povoado do Brejinho
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Brejo da Vara
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado do Juá
 Associação dos Pequenos Trabalhadores do Barro Vermelho
 Associação dos Produtores do Saquinho
 Associação dos Produtores Rurais Brejo de Mutuca
 Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Capricho
 Associação dos Produtores Rurais de Olhos D'Água
 Associação dos Produtores Rurais do Amarra Couro de Cima
 Associação dos Trabalhadores Rurais de Alto Alegre
 Associação Esperança dos Produtores da Lagoa Aparecida
 Associação Turística Ecológica e Cultural da Barra
 Associação União dos Pequenos Produtores Rurais Baixa Grande
 Associação Unidos Venceremos de Brejo Cajueiro
 Câmara dos Dirigentes Lojistas de Barra
 Cerâmica Comunitária Nossa Senhora de Fátima
 Colônia dos Pescadores Z - 30 de Barra
 Comitê Municipal das Associações de Barra
 Distrito Projeto Brejos da Barra
 Movimento Cidadão Barrense
 Organização Terra e Liberdade
 Pastoral da Criança de Barra
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra
 Sociedade Beneficente dos Artífices Barrenses

BARRA DO CHOÇA

Associação de Desenvolvimento Comunitário Baixa da Boa Vista
 Associação dos Amigos Interessados no Desenvolvimento Agrário e Social
 Associação dos Pequenos Agricultores de Salinas e Pau-Brasil 1 e 2
 Associação dos Pequenos Agricultores Matas do Pau-Brasil
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alegria
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Barra Nova
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Santo Antônio
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra do Choça

BARREIRAS

Associação Amigos da Natureza
 Associação Beneficente dos Moradores da Morada da Lua
 Associação Brasil - Soka Gakkai Internacional
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Progresso
 Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia
 Associação de Agricultores Familiares de Barracão de Cima
 Associação de Moradores da Vila Baraúnas
 Associação de Moradores de Mocambo

Associação de Moradores dos Pequenos Produtores Rurais de Passagem Funda
Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Tatu
Associação de Moradores Pequenos Agricultores do Barracão I e II de Gameleira
Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Barreiras
Associação dos Horticultores do Vale do Sapé
Associação dos Pequenos Produtores de Retiro e de São Vicente
Associação dos Pequenos Produtores do Boqueirão do Justino
Associação dos Pequenos Produtores e Criadores de Gameleira
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Baixão e Canabrava
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Fruticultura, Piscicultura e Suinocultura de Baraúna
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Manica
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ponto D' Água
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Talhada
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Espírito Santo
Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical de Barreiras
Associação Regional Moradores Rio de Ondas
Associação São Miguel dos Pequenos Produtores Rurais Km 30
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
Comissão de Direitos Humanos de Barreiras
Distrito de Irrigação Barreira Norte
Projeto Econômico de Prevenção à AIDS e Promoção da Vida Humana
Sindicato dos Bancários da Bahia - Delegacia Oeste
Sindicato dos Eletricitários da Bahia
Sindicato dos Industriários e Comerciais de Barreiras e Região Oeste da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Construção Civil
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras

BELMONTE

Associação Agroflorestal Jequitibá
Associação Beneficente Cultural Netos de Gandhi
Associação Campo do Quitombo
Associação Comunitária Agropecuária Cosme e Damião
Associação de Pequenos Produtores de Primavera
Associação dos Micros Produtores Rurais Unidos em Cristo
Associação dos Parceiros no Conjunto Pinçava
Associação dos Pescadores do Município de Belmonte
Associação Lar da Menina
Colônia de Pescadores Z-21
Organização de Defesa dos Direitos Humanos de Belmonte
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belmonte

BOM JESUS DA LAPA

Abrigo dos Pobres Bom Jesus
Associação Agro Pastoral Quilombola Rio Rãs
Associação Comunitária da Lapinha e Outros
Associação de Desenvolvimento do Bairro São Gotardo
Associação de Escolas e Moradores da Barrinha - Lagoa dos Couros e Barreiro Grande
Associação de Pequenos Produtores Perímetro Irrigado Formoso H
Associação de Pequenos Produtores Rurais Arco Verde
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Dantas
Associação de Produtores Rurais de Morro Escuro
Associação do Desenvolvimento Comunitário de Sítio e Alma

Associação do Desenvolvimento Comunitário do Juazeirão
 Associação dos Empregados da Codevasf
 Associação dos Moradores Conjunto João Paulo II
 Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
 Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda da Volta
 Associação dos Pequenos Produtores do Bebedouro
 Associação dos Pequenos Produtores do Santo Antônio Silvestre
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Ilha da Canabrava
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Juá
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Juazeiro do Corrente
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bandeira
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Batalhinha
 Associação dos Produtores Rurais Riacho de Baixo
 Associação Folclórica Grupo Marujada Riacho Doce
 Associação Lapense de Capoeira - Ginga Bahia
 Associação Rural da Comunidade de Pedras
 Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bandeira e Juá (Campo Ge I)
 Colônia de Pescadores Z - 32 de Bom Jesus da Lapa
 Cooperativa Mista Produtores Rurais de Bom Jesus da Lapa
 Pastoral da Criança Bom Jesus da Lapa
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa
 Sindicato Nacional de Inst. e Pesquisa e Desenvolver Agro-Pecuário

BRUMADO

Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Arrecife
 Associação Comunitária do Povoado do Campo Seco e Adjacências
 Associação Comunitária dos Micro e Pequenos Produtores Rurais do Lameiro, Lagoa da Pedra e Amucafo
 Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Tanque de Pedra e Adjacências
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Caatinga Grande, Tamboril e Baixa Grande
 Associação da Comunidade de Tocadas
 Associação de Moradores do Bairro Dr. Juracy
 Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Umburana
 Associação Divina Providência de Amparo Social e Cristão
 Associação dos Apicultores do Município de Brumado
 Associação dos Aposentados e Pensionistas de Brumado
 Associação dos Bairros São Félix, Malvinas e Malhada Branca
 Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Urbis – I
 Associação dos Moradores dos Bairros Parque Alvorada Maria José Viana e Alto Escalavado
 Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Tibiara
 Associação dos Pequenos e Micro e Produtores Rurais de São José
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pai João
 Associação dos Professores Públicos Municipais de Brumado
 Associação Nova Vida de Pequenos Produtores Rurais de Conceição e Região
 Movimento pela Despoluição e Conservação do Rio do Antônio
 Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Brumado
 Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias, Similares e Afins dos Estados da Bahia e Sergipe
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brumado
 Sindicatos dos Trabalhadores de Minas de Brumado
 União da Juventude Socialista

CAETITÉ

Associação Comunitária Agropecuária dos Produtores Rurais Brejo dos Padres
Associação Comunitária Barra de Caetité e Região
Associação Comunitária das Amigas de Pau Ferro e Santa Luzia
Associação Comunitária de Formosa 1
Associação Comunitária de Jatobazinho
Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Vereda dos Cais
Associação Comunitária de Produtores Rurais de Cristal
Associação Comunitária dos Agricultores e Produtores Rurais do Distrito de Pajeú do Vento
Associação Comunitária Felinto de Souza de Lagoa do Mato
Associação Comunitária Francisca Anastácia Fazenda Mercês
Associação Comunitária Rural dos Produtores de Elefante
Associação da Comunidade de Açoite do Cavalo de Cima
Associação das Senhoras da Caridade
Associação de Amigos de Pequeno Produtor de Cercado
Associação de Pequenos Agricultores de Olho D'Água e Região
Associação dos Agricultores de Vargem do Sal
Associação dos Amigos e Agricultores Candonga
Associação dos Moradores do Buracão dos Magalhães
Associação dos Moradores, Agricultores e Produtores Rurais do Morro da Gameleira e Região
Associação dos Pequenos Agricultores da Região Junquinho
Associação dos Pequenos Agricultores de Aguani
Associação dos Pequenos Agricultores de Cachorrinho
Associação dos Pequenos Agricultores de Contendas
Associação dos Pequenos Agricultores de Lagoa de Fora
Associação dos Pequenos Agricultores de Lagoinha
Associação dos Pequenos Agricultores de Volta do Morro
Associação dos Produtores de Santo Antônio de Tamboril
Câmara de Dirigentes Lojistas de Caetité
Cooperativa Mista Agropecuária para Desenvolvimento Auto Sustentável de Caetité
Movimento Ambientalista Terra
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Caetité
Movimento Paulo Jackson - Ética, Justiça, Cidadania - Núcleo Caetité
Pastoral da Criança de Caetité
Sindicato dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caetité
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité

CAMAÇARI

Associação Atlética Comunitária de Parafuso
Associação Beneficente Jauá
Associação Beneficente São Tomaz do Cantuário
Associação das Mulheres Desempregadas de Camaçari
Associação de Moradores da Gleba B
Associação de Moradores da Gleba C
Associação de Moradores da Vila da Paz
Associação de Moradores de Machadinho
Associação de Moradores do Bairro da Rodoviária
Associação de Moradores do Bairro de Lama Preta
Associação de Moradores do Bairro do Triângulo
Associação de Moradores do Cristo Redentor
Associação de Moradores do Gravatá

Associação de Moradores do Jardim Limoeiro
 Associação de Moradores do Mangueiral
 Associação de Moradores do Parque Florestal
 Associação de Moradores do PHOC II
 Associação de Pais e Mestres do Parque Florestal e Adjacência
 Associação dos Produtores de Artesanato de Camaçari
 Associação dos Produtores Rurais de Camaçari
 Associação Paulo Tonucci de Camaçari
 Centro de Produção Comunitária Nova Aliança
 Companhia de Teatro Corpo Cênico
 Fanfarra Estudantil de Camaçari
 Fundação Cultural Caebá
 Grupo de Dança MetrÓpole
 Grupo Viver
 O Mikaiá - Companhia Experimental de Artes Culturais
 Sindicato da Construção Civil, Montagem e Manutenção de Candeias
 Sindicato dos Servidores Públicos em Educação de Camaçari
 Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza do Estado da BA
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Construção Civil, Montagem e Manutenção de Camaçari e Região
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camaçari
 Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia
 Sociedade São Francisco de Guarajuba
 Swing Grupo Cultural
 União das Associações de Moradores de Camaçari

CANUDOS

Associação dos Pequenos Criadores do Angico
 Associação Agropastoril da Fazenda Torre
 Associação Agropastoril dos Pequenos Criadores Rio do Soturno
 Associação Agropastoril dos Pequenos Criadores da Fazenda Barriguda
 Associação Agropastoril dos Pequenos Criadores da Fazenda Penedo
 Associação Agropastoril dos Pequenos Criadores do Rio do Vigário
 Associação Comunitária dos Pequenos Agropecuaristas do Alto Redondo
 Associação Comunitária e Agropastoril do Caipam
 Associação dos Moradores do Bairro Califórnia
 Associação dos Pequenos Agropecuaristas do Trabubú
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canudos

CASA NOVA

Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Barra Cacimbinha
 Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Tanque Novo e Papagaio
 Associação Comunitária de Fundo de Pasto do Pintado
 Associação de Barraqueiros e Camelôs de Casa Nova
 Associação de Fundo de Pasto de Amalhador e Jurema
 Associação de Fundo de Pasto de Curibonde
 Associação de Fundo de Pasto do Sítio Pedra do Batista
 Associação de Fundo de Pasto Sítio Lagoinha
 Associação de Moradores da Vila São Luiz
 Associação de Pequenos Produtores Rurais de Amalhador e Comunidade Vizinha
 Associação dos Artistas de Casa Nova (Casa da Cultura)
 Associação dos Moradores de Barragem e Região
 Associação dos Pequenos Agricultores de Riacho Grande

Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical de Casa Nova
Pastoral da Juventude do Meio Popular

CASTRO ALVES

Associação Comercial de Castro Alves
Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Cidade Nova
Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Cova Negra
Associação Comunitária Nutri Vida
Associação de Criadores de Caprinos
Associação de Moradores e Amigos da URBIS
Pastoral da Criança de Castro Alves
Pastoral da Saúde de Castro Alves
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Castro Alves

CONCEIÇÃO DA FEIRA

Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Conceição da Feira
Associação Comunitária de Feira e Adjacências
Associação Comunitária Nova Esperança
Associação Comunitária Rural Ubaldo Bittencourt
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado de 11 Mil Virgens e Adjacências
Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural da Vitória e Adjacências
Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural do Moraçauim e Adjacências
Associação de Produtores e Moradores da Baixinha da Pindobeira e Adjacências
Associação dos Condutores Autônomos e Taxistas de Conceição de Feira
Associação dos Moradores do Bairro Santa Luzia
Associação dos Produtores e Moradores Povoado do Pinheiro
Associação Progressiva Comunitária Social
Associação Sempre Unidos de Conceição de Feira
Sindicato dos Servidores Públicos de Conceição da Feira

CONCEIÇÃO DO COITÉ

Associação Comunidade da Região de Sambaíba
Associação Comunitária
Associação Comunitária da Fazenda Correia
Associação Comunitária de Domingos
Associação Comunitária de Lagoa e Região
Associação Comunitária do Bairro Fluminense
Associação Comunitária Tanque da Laje
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Salgadália
Associação de Produtores Rurais do Assentamento de Nova Palmares
Associação dos Moradores de Serrote
Associação dos Moradores do Açudinho
Centro Espírita Luz, Amor e Verdade
Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Conceição do Coité
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité

COTEGIPE

Assentamento São Francisco de Assis - Reforma Agrária
Associação Comunitária do Barreiro
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Guáina
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Intans
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do São Francisco

Associação Comunitário Pequenos Produtores e Moradores de Mozondó
 Associação de Mulheres Produtoras de Artes em Geral de Cotegipe
 Associação de Pequenos Produtores Covil
 Associação de Pequenos Produtores Rurais de Várzea de Baixo
 Associação de Produtores da Eme - Pesca
 Associação dos Pequenos Agricultores Amigos da Fazenda Estreito
 Associação dos Pequenos Produtores de Várzea
 Associação dos Pequenos Produtores de Várzea
 Associação dos Pequenos Produtores do Cocal
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Gameleira
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de São José
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Frade
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Setor Vista Verde
 Associação dos Trabalhadores Rurais Área de Cotegipe
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotegipe

CRUZ DAS ALMAS

Associação Comunitária do Brasil Promoção Humana
 Associação dos Agricultores do Projeto Volta à Terra
 Centro Promocional Rural da Bahia
 Grupo Ecológico Copioba
 Lar do Idoso de Cruz das Almas
 Pastoral da Criança - CNBB de Cruz das Almas
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz das Almas
 Sindicato dos Tralhadores da Indústria do Fumo e Alimentação
 Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento
 Agropecuário/ CNPMC de Cruz das Almas
 Sociedade Filarmônica Lira Guarani
 Sociedade Pestalozzi de Cruz das Almas

DIAS D'ÁVILA

Associação Ambientalista Planeta Água
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Dias D'Ávila
 Centro de Reabilitação do Menor Carente
 Movimento de Adolescentes e Crianças
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dias D'Ávila

ENCRUZILHADA

Associação de Desenvolvimento Comunitário de Moradores de Vila Bahia
 Associação de Desenvolvimento Comunitário de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Entroncamento
 Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Bairro Fortaleza
 Associação de Desenvolvimento da Comunidade de Cabeceira da Forquilha
 Associação de Pequenos Produtores Rurais da Ponte de Martiniano Rocha
 Associação de Pequenos Produtores Rurais da Região da Caatinga
 Associação de Pequenos Produtores Rurais da Região do Cedro e Prata
 Associação de Pequenos Produtores Rurais da Região do Espírito Santo
 Associação de Pequenos Produtores Rurais da Região do Sobrado, Gongá e Córrego do Mamoeiro
 Associação de Pequenos Produtores Rurais da Região do Sossego e Cabeceira do Rio do Curral
 Associação de Pequenos Produtores Rurais de Vila do Café
 Associação de Pequenos Produtores Rurais do Cedro e Prata

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região Comandante e Divizinha
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Mamoeiro
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Boa Vista da Tapera
Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores da Região Água Branca, Batata, Espírito Santo
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Encruzilhada
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Encruzilhada

ESPLANADA

Associação Comunitária Assistencial Palmeira
Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Nova Luzitânia
Associação de Mulheres de N.P de Esplanada
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Associação do Assentamento da Baixa Grande
Associação dos Pequenos Agricultores e Produtores Rurais da Comunidade do São José
Câmara dos Diretores Lojistas de Esplanada
Cia Cênica Caras e Bocas
Clube de Mães Divina Machado
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esplanada

EUCLIDES DA CUNHA

Associação Civil Amigos do Bairro da Rua Monte Santo
Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais Juazeiro I - II
Associação Comunitária do Bairro do Pau Miúdo
Associação Comunitária dos Produtores do Povoado de Alecrim
Associação dos Pequenos Produtores Rurais dearnaíba
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Roça de Cima
Pastoral da Juventude de Euclides da Cunha
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Euclides da Cunha

EUNÁPOLIS

Associação Agro Industrial Produzir
Associação Centro Comunitário Unidos do Cajueiro
Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Olhos D'Água e Santa Cruz
Associação Comunitária Rural Vila Colônia
Associação de Desenvolvimento Força Comunitária
Associação de Moradores Urbanos do Bairro Juca Rosa
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Eunápolis
Associação dos Pequenos Produtores e Moradores da Roça do Povo
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Plantina
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ponto Maneca
Associação dos Produtores Rurais da Região da Cascalheira
Associação Projeto Maravilha
Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia - CEPEDS
Movimento de Luta Pela Terra
Pólo Sindical da CUT
Sindicato dos Bancários do Extremo Sul da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores em Rádio, TV e Publicidade
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis
Sindicato dos Vigilantes Trabalhadores de Empresas de Segurança do Extremo Sul da Bahia

FLORESTA AZUL

Associação Bahia Sul da Igreja Adventista do Sétimo Dia
 Associação dos Usuários da Água do Rio Saloméa
 Pastoral da Criança de Floresta Azul

GENTIO DO OURO

Associação Comunitária de Matos
 Associação das Mulheres de Gentio do Ouro
 Associação de Capoeira
 Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitária
 Associação de Desenvolvimento Integral de Pituba
 Associação dos Moradores da Vila de Gameleira do Assuruá
 Associação dos Moradores de São José
 Associação dos Moradores do Distrito de Santo Inácio
 Comissão dos Servidores Municipais de Gentio do Ouro
 Conselho Comunitário de Pastoral de Gentio do Ouro
 Cooperativa Mista de Mineração e Agropecuária
 Grupo Cidadania Ativa de Gentio do Ouro
 Grupo de Jovens da Pastoral da Juventude
 Grupo Gol de Teatro
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gentio do Ouro
 Sociedade Amigos de Lavra Velha

IBICARAÍ

Associação Comunitária da Vila Santa Isabel e Feira Verde Bahia Pesca
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais e Sem Terra do Cajueiro Velho
 Associação de Moradores da Vila da Saloméa
 Associação de Moradores do Bairro Agripino Monteiro e Sempre Viva
 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
 Associação dos Agropecuaristas da Bacia do Rio Salgado
 Associação dos Apicultores de Ibicarai
 Associação dos Assentados Projeto Santana
 Associação dos Feirantes de Ibicarai
 Associação dos Moradores do Bairro Caxingó
 Associação dos Moradores do Bairro de Bela Vista
 Associação dos Moradores do Bairro Delfino Guedes
 Associação dos Moradores do Bairro Duque de Caxias
 Associação dos Moradores do Paraguaçu
 Associação dos Moradores e Amigos da Vila Santa Isabel
 Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Luxo
 Associação dos Processadores de Vegetais de Ibicarai
 Associação dos Produtores Rurais da Região das Alagoas
 Associação Feminina do Bairro Delfino Guedes de Ibicarai
 Associação Sindical dos Professores Universitários de Ibicarai
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Ibicarai
 Lions Clube de Ibicarai
 Nosso Lar Dona Ivone Amaral Pereira
 Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Ibicarai
 Pastoral da Criança de Ibicarai
 Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos de Ibicarai
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicarai e Floresta Azul
 Sindicato Rural de Ibicarai

IBICUI

Associação de Moradores do Ribeirão das Flores
Associação do Desenvolvimento do Buri
Associação dos Amigos de Água Doce
Associação dos Pequenos Produtores das Região Riachão dos Lopes
Associação dos Pequenos Produtores de Região da Lontra
Associação dos Pequenos Produtores de Região Engrunado
Associação dos Pequenos Produtores de Roça Comunitária
Pastoral da Criança de Ibicuí
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicuí

IBOTIRAMA

Associação Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Morrinhos Oiteiro
Associação Beneficente dos Moradores da Ilha do Gado Bravo
Associação Beneficente Recreativa Evangélica
Associação Comunitária de Itapeba
Associação Comunitária Ilha do Saco
Associação de Moradores da Comunidade Canabrava
Associação de Moradores da Comunidade de Juá-Novo
Associação de Moradores do Alto do Cruzeiro
Associação de Moradores do Bairro São Francisco
Associação de Moradores do Baixio do São Lourenço
Associação de Moradores do Boqueirão
Associação de Moradores do Cantinho
Associação de Moradores do Povoado Lagamar
Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Malhada Grande
Associação de Mulheres da Ilha Grande
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Puçá
Associação do Cajueiro, Mourão, Maria Luz e Pedras
Associação dos Assentados da Fazenda Olhos D'Água dos Tanques
Associação dos Horticultores da Ilha Grande
Associação dos Médios e Pequenos Produtores da Comunidade do Sapé e Adjacências
Associação dos Moradores da Comunidade Cantinho
Associação dos Moradores da Comunidade de Caraíbas
Associação dos Moradores de Baixa Funda e Maria da Luz
Associação dos Moradores do Bairro Veredinha
Associação dos Moradores do Povoado da Várzea
Associação dos Peq. Produtores Faz. Santa Bárbara
Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Cariri
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Macambira
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Escurial/Vereda
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Roçado
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vereda do Escurial
Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais da Comunidade Ilha do Saco
Associação dos Produtores da Comunidade de Cantinho II
Associação dos Produtores Rurais do Juazeiro, Vereda e Cafundó
Associação dos Produtores Rurais de Fazenda Nova
Associação dos Produtores Rurais de Novo Horizonte
Associação dos Produtores Rurais de Sítio Novo
Associação dos Produtores Rurais do Juazeiro
Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Junco
Associação dos Produtores Rurais do Povoado do Juazeiro

Associação dos Produtores Rurais Poço Nezinho
 Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jenipapo I
 Associação dos Trabalhadores Rurais da Linha
 Associação dos Trabalhadores Rurais de Jenipapo I
 Associação Nova Conquista
 Associação Produtores Rurais Boa Vista do Lagamar
 Associação Sebastiana da Ilha Grande
 Associação Unidas dos Pequenos Produtores Rurais
 Câmara dos Dirigentes Lojistas de Ibotirama
 Comissão da Fazenda Jenipapo II
 Cooperativa de Pescadores de Ibotirama
 Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados do Médio São Francisco
 Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
 Pastoral do Menor de Ibotirama

ICHU

Associação Beneficente de Capoeira do Rio
 Associação Comunitária de Barro Preto
 Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus
 Associação de Radiodifusão Comunitária de Ichu
 Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Ichu
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ichu

IPIAÚ

Associação Beneficente de Japomirim
 Associação Beneficente de Moradores do Bairro ACM
 Associação Cultural Comunitária Rádio Livre
 Associação de Mulheres Renascer da Esperança de Ipiaú
 Associação de Mulheres Trabalhadoras Produzindo de Ipiaú
 Associação dos Barraqueiros Ambulantes das Feiras Livres de Ipiaú
 Associação dos Deficientes Ana Suely
 Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Ipiaú
 Associação dos Moradores do Bairro Avenida
 Associação dos Pequenos Fabricantes de Móveis e Esquadrias de Madeira de Ipiaú
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda do Povo
 Associação dos Produtores de Cacau do Sudoeste
 Associação dos Produtores de Leite do Vale do Rio das Contas
 Associação dos Produtores de Polpa e Fruta
 Associação dos Produtores no Assentamento Projeto Corda Verde
 Câmara de Diretores Lojistas de Ipiaú
 Fundação Alvina de Oliveira Godinho/ Casa da Menor
 Fundação Casa de Deraldina de Amparo a Velhice e Ação Beneficente
 Grupo Ecológico - Humanista PAPAMEL - Propagulos Prum Ambiente Ecologicamente
 Legal
 Sindicato dos Empregados no Comércio de Ipiaú
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipiaú

IPIRÁ

Associação Beneficente Cultural Comunitária de Ipirá
 Associação Comunitária de Cachoeirinha
 Associação Comunitária de Lagoa Verde
 Associação Comunitária de Pedra da Onça e Região
 Associação Comunitária de Sítio Novo

Associação Comunitária do Povoado do João Velho
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Laranjeira
Associação Comunitária Ernesto Gomes Mata Caboranga
Associação Comunitária Gameleira e Caldeira da Velha
Associação Comunitária Pinho e Ilha
Associação Comunitária Queimada do Geraldo
Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Ipirá
Associação dos Apicultores Ipiraense
Associação dos Moradores de Casquitude
Associação Grupo Ambiental de Ipirá
Associação São Jorge dos Pequenos Produtores do Projeto Aldeia
Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipirá
Cooperativa Mista Agropecuária de Ipirá Ltda.
Movimento de Mulheres Olga Benário de Ipirá
Organização Não Governamental - Transparência Ipirá
Sindicato dos Professores de Ipirá
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipirá

IRECÊ

Associação Comunitária de Angical
Associação Comunitária de Queimada de Floriano
Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Paulo Freire
Associação dos Agricultores do Povoado de Meia Hora
Associação dos Pequenos Agricultores do Mocozeiro
Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Nova
Associação dos Professores Licenciados do Estado da Bahia - Delegacia Sindical de Irecê
Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Irecê
Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental - Garra
Sindicato dos Empregados no Comércio de Irecê e Região

ITABERABA

Associação Comunitária Alto das Laranjeiras
Associação Comunitária Barro Branco
Associação Comunitária Bom Viver
Associação Comunitária da Região dos Queiroz
Associação Comunitária das Cajás
Associação Comunitária das Pombas
Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Ibeiras
Associação Comunitária de Marambuir
Associação Comunitária de Salinas
Associação Comunitária de Santa Rita de Cássia
Associação Comunitária de Sítio Novo
Associação Comunitária de Vila Nova
Associação Comunitária do Assentamento da Vazante
Associação Comunitária do Mandú
Associação Comunitária do Maxixe
Associação Comunitária do Povoado da Chapada
Associação Comunitária do Salobro
Associação Comunitária do Vitória
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Poço Velho
Associação Comunitária Lagoa Escondida II
Associação Comunitária Lagoa Nova
Associação Comunitária Nova Esperança dos Gerais

Associação Comunitária Nova Tiririca
 Associação Comunitária Povo que Luta das Três Esquinas do Baliza
 Associação Comunitária Rural Nova Esperança
 Associação da Pastoral da Saúde da Criança de Itaberaba
 Associação de Desenvolvimento Comunitária de Lagoa da Laje e Campo de Areião
 Associação de Desenvolvimento Rural Comunitária de Alagoas
 Associação Desenvolvimento Rural Comunitário do Vitória
 Associação dos Moradores de Testa Branca
 Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Paraguaçu
 Associação Itaberabense de Amparo ao Menor
 Associação Moradores do Conjunto Irmã Dulce
 Associação Popular Órgão Defensor da Mulher de Itaberaba
 Centro de Direitos Humanos de Itaberaba
 Centro de Recuperação de Drogados Pedra que Brilha
 Comissão Pastoral da Terra de Itaberaba
 Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Itaberaba
 Coordenação Estadual Trabalhadores Assentados e Acampados- CETA
 Grupo de Cidadania Olho Vivo
 Grupo Teatral Raízes
 Sindicato dos Servidores Municipais/ Itaberaba
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Itaberaba
 Sociedade Comunitária de Lagoa do Curral
 Sociedade Comunitária do Povoado de Lagoa do Curral

ITABUNA

Associação Beneficente Padre Paulo Tonucci de Itabuna
 Associação Comercial de Itabuna
 Associação de Moradores São Pedro
 Associação de Pais, Amigos e Excepcionais de Itabuna
 Associação dos Amigos do SOS Canto da Criança
 Associação dos Catadores de Aparas e Materiais Recicláveis
 Associação dos Moradores da Califórnia
 Associação dos Pequenos Produtores e Posseiros da Roça do Povo
 Associação Esportiva / Cultural - Grupo Cativoiro Capoeira
 Associação Promocional da Mulher e Amparo da Criança e do Idoso Nossa Senhora de Guadalupe
 Associação Regional de Cooperação Agrícola (MST)
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabuna
 Central Nacional dos Produtores do Cacau
 Centro Comunitário e Creche Irmã Margarida
 Centro Sócio Cultural Maria Goretti
 Coletivo dos Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira
 Comissão Pastoral da Terra de Itabuna
 Comunidade Kolping Santo Antonio
 Conferência dos Religiosos do Brasil de Itabuna
 Conselho Indigenista Missionário
 Cooperativa de Produção Agrícola Prestação Serviço Capacitação Técnica
 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação - Fase
 Federação Santa Bárbara de Culto Afro
 Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania
 Fundação Dr. Balduino Lopes de Azevedo
 Fundação Sagrada Família
 Instituto Evangélico Recuperação Renascer

Liga Regional Itabunense de Capoeira
Movimento de Combate ao Racismo
Movimento de Cursilhos - Diocese de Itabuna
Pastoral da Criança de Itabuna
Pólo Sindical Sul
Projeto Encantarte
Quilombo Itabuna
Rede de Associações de Assentados e não Assentados do Sul da Bahia
Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região
Sindicato dos Empregados do Comércio de Itabuna
Sindicato dos Jornalistas Profissionais na Bahia - Delegacia
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Afins do Estado da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores em Saúde em Itabuna e Região
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Urbano, Intermunicipais, Interestaduais e Fretamento de Itabuna
Sindicato dos Trabalhadores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical do Cacau de Itabuna
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabuna

ITAMARAJU

Associação Comunitária Alternativa
Associação de Aposentados e Pensionistas do Extremo Sul da Bahia
Associação de Moradores do Bairro Urbis II
Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Itamaraju
Associação dos Agricultores do Vale do Jucuruçú
Associação dos Mototaxistas de Itamaraju
Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Lapinha
Associação dos Pequenos Agricultores de São Paulino
Associação dos Pequenos Agricultores Renascer
Associação dos Pequenos Produtores de Santo Agostinho
Associação São João Evangelista
Câmara de Dirigentes Lojistas de Itamaraju
Colônia dos Pescadores Z-56 Itamarajú
CUT Regional Extremo Sul da Bahia
Fundação Riqueza e Amor a Itamarajú
Movimento Familiar Cristão - CCI: Centro de Convivência do Idoso
Pastoral da Criança de Itamarajú
Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Itamarajú
Sindicato dos Bancários do Extremo Sul da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos, Intermunicipais e Cargas do Extremo Sul
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Vale de Jucuruçú
Sindicato Patronal Rural de Itamarajú
Terra Viva

ITAPETINGA

Associação das Senhoras de Caridade
Associação de Bairro Vila Rosa
Associação de Horticultura de Itapetinga
Associação de Moradores do Bairro Clodoaldo Costa

Associação de Moradores do Bairro Primavera
 Associação de Moradores do Bairro Vitória Régia
 Associação de Moradores do Parque Residencial de Itapetinga
 Associação de Moradores Vila Suzano e Vila Neri
 Associação dos Artistas Itapetiguenses
 Associação dos Professores Licenciados da Bahia - APLB de Itapetinga
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapetinga
 Cooperativa de Produtores de Leite de Itapetinga
 Cooperativa Independente dos Moto Táxi do Estado da Bahia
 Cooperativa Mista do Médio Rio Pardo Ltda.
 Fundação e Assistência Social da 1ª Igreja Batista
 Fundação Movimento de Corais Canto das Artes
 Instituto de Promoção e Amparo ao Menor
 Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Vitória da Conquista e Região
 Sindicato dos Empregados na Comunidade de Itapetinga Itororó
 Sindicato dos Servidores Públicos e Similares de Itapetinga
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Empregados de Cal. de Itapetinga e Região
 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Abate Animal
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapetinga e Macarani

ITORORÓ

Associação das Senhoras da Caridade de Itororó
 Associação de Desenvolvimento Comunitário de Itati
 Associação do Ribeirão dos Mutuns
 Associação dos Moradores da Região do Rio do Meio
 Associação dos Produtores de Leite de Itororó e Adjacências
 Associação dos Trabalhadores em Artefatos de Couro de Rio do Meio
 Centro Bandeirante de Recreação de Itororó
 Centro de Promoção Humana Itororó
 Fundação Cultural Cabana da Ponte
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itororó
 Sindicato Rural de Itororó

JACOBINA

Água Comunitária Pico do Jaraguá
 Associação Agro-Pastoril da Faz. Barreiras e Carateus
 Associação Comercial e Industrial de Jacobina
 Associação Comunitária Assistencial da Grotinha
 Associação Comunitária do Bairro da Bananeira
 Associação Comunitária do Bairro da Serrinha
 Associação Comunitária e Assistencial de Lages
 Associação Comunitária Lagoa Caatinga do Moura
 Associação Comunitária Recreativa do Bairro Peru
 Associação de Artes Cartaz
 Associação dos Agricultores do Vale de Caatinga do Moura
 Associação dos Moradores de Jacobina II
 Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Jacobina
 Associação dos Peq. Prod. Rurais do Laje do Batata
 Associação dos Pequenos Produtores .do São Francisco
 Associação Solidariedade e Ação de Nazaré
 Central de Associações para a Manutenção de Sistemas de Abastecimentos de Água de Jacobina

Instalação do Menor da Região de Jacobina
Movimento de Mulheres de Jacobina
Pastoral da Consciência Negra de Jacobina
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacobina

JAGUARARI

Associação Agropastoril de Juacema
Associação Comercial de Jaguarari
Associação Comunitária Agropastoril de Corrência e Tanque do Serrote
Associação Comunitária e Agropastoril de Arapuã Novo Jaguarari
Associação de Desenvolvimento Comunitário
Associação de Moradores de Serra dos Morgados
Associação dos Moradores do Povoado de Jacunã
Associação dos Pequenos Produtores Fazenda Volta
Associação Internacional Amigos das Crianças
Associação Nova Jabuticaba
Associação Sítio do Meio e Oliveira de Jaguarari
Associações dos Moradores Boa Esperança do Bairro de Odilon Gonçalves
Associações dos Moradores da Gameleira
Cooperativa dos Pequenos Produtores de Jaguarari
Empresa de Participação Comunitária
Pastoral da Criança de Jaguarari
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguarari
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração de Ferro, Metais Básicos e Preciosos

JEQUIÉ

Associação de Moradores do Bairro da Caixa D' Água
Associação de Moradores do Bairro do Mandacaru
Associação de Moradores PRODECOR
Associação dos Artesãos de Jequié
Associação dos Mecânicos Funileiros e Pintores Automotivos de Jequié
Associação dos Produtores Rurais do Brejo Novo
Conselho Comunitário de Jequié
Conselho do Leigos e Leigas da Diocese de Jequié
Grupo de Mutirão de Teatro
Grupo Ecológico do Rio de Contas
Loja Maçônica Areópago Jequiense
Obra de Promoção e Assistência Social de Jequié
Pastoral da Criança de Jequié
Pastoral da Juventude de Jequié
Pastoral da Sobriedade
Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários de Jequié e Região
Sindicato dos Rodoviários de Jequié
Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jequié e Região
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Jequié
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequié
União das Associações de Moradores de Jequié

JUAZEIRO

Academia Juazeirense de Letras
Articulação do Semi-Árido Bahia
Articulação Sindical Rural do Lago do Sobradinho

Associação Comercial de Pequenos Produtores Rurais de São José Birocha
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Fazenda Rodeadoro
Associação de Lavradores de Batateira
Associação de Moradores e Amigos do Bairro Antonio Guilhermino
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Altaneira
Associação dos Moradores do Bairro Jardim São Paulo
Associação Agropastoril do Riacho da Massaroca
Associação Agropecuária Nossa Senhora Aparecida da Fazenda União
Associação Comunitária Agropecuária de Baraúna
Associação Comunitária da Lagoa de Pedra
Associação Comunitária de Criador de Caprino e Ovino de Talnia e Serra do Mulato
Associação Comunitária do Marí
Associação Comunitária do Moradores de Pontal
Associação Comunitária dos Lavradores de Recanto
Associação de Artefatos Minerais e Agropastoril Distribuidoras de Abóboras
Associação de Barraqueiros e Camelôs de Juazeiro
Associação de Desenvolvimento Agropecuário de Barra Bonita
Associação de Desenvolvimento C. de Itamotinga
Associação de Desenvolvimento Comunitário Paredão
Associação de Lavradores de Conchas
Associação de Moradores da Vila Jacaré
Associação de Moradores de Maniçoba Velha
Associação de Moradores do Bairro Alto do Alencar
Associação de Moradores do Bairro Dom José Rodrigues
Associação de Moradores do Bairro Dom Tomás
Associação de Moradores do Bairro Jardim Primavera
Associação de Moradores do Bairro João XXIII
Associação de Moradores do Bairro Piranga II
Associação de Moradores do Núcleo I
Associação de Moradores do Parque Residencial Juazeiro
Associação de Moradores do Rodeadouro
Associação de Moradores e Amigos da Praça Simões Filho
Associação de Moradores e Amigos do Bairro Novo Encontro
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Quixabeira
Associação de Poetas, Instrumentistas, Músicos e Compositores
Associação Desenvolvimento Beneficiário da Comunidade da Fazenda Carneiro
Associação do Bairro Itaberaba
Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Lujegradas, Cacimba da Silva e Sertãozinho
Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro
Associação dos Moradores do Bairro São Geraldo
Associação dos Moradores e Amigos de Vila Jacaré
Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Quidé
Associação dos Professores Licenciados do Estado da Bahia - Delegacia Sindical de Jaguarari
Associação dos Usuários de Transportes Coletivos de Juazeiro
Associação Juareirense de Deficientes Físicos
Associação Moradores do Povoado de Campos e Bastião
Clube de Casais Alto da Maravilha
Clube de Mães e Amigas do Bairro Argemiro
Colônia de Pescadores de Juazeiro
Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro
Comissão Pastoral dos Pescadores de Juazeiro

Comitê 9840 - Contra a Corrupção Eleitoral
Consulta Popular - Núcleo de Juazeiro
Federação Municipal de Associação de Moradores e Entidades Afins de Jauá
Grupo Corrente da Amizade de Juazeiro
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
Instituto Velho Chico
Núcleo de Arte Educação Nego D'água
Pastoral da Mulher Marginalizada de Juazeiro
Sindicato de Trabalhadores na Indústria do Calçado
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juazeiro
Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Agrícola e Agroindústria
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro
Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Agropecuário de Juazeiro
Sindicato Patronal Rural de Juazeiro
Sociedade de Obras Sociais e Educativas
União Brasileira de Escritores - Núcleo Juazeiro/ Petrolina
União das Associações Rurais de Juazeiro

JUSSARI

Associação Beneficente Regina Ferreira
Associação Comunitária Viva a Vida
Associação dos Moradores B. Cajazeiras
Associação dos Moradores do Bairro Exupério Botelho
Associação dos Moradores Leonel Batista
Associação dos Pequenos Criadores de Gado Leiteiro
Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Comunitário dos Trabalhadores Rurais
Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical de Jussari
Obras Sociais Amparo Materno Infantil Sagrada Família
Pastoral da Criança de Jussari
Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Jussari
Sindicato dos Produtores Rurais de Jussari
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jussari

LAMARÃO

Associação Beneficente de Lamarão
Associação Comunitária do Catana Velho
Associação Comunitária do Sítio Santana
Associação Comunitária Salgado
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Carimã e Adjacências de Lamarão

LAPÃO

Associação Comunitária dos Agricultores de Aroeira
Associação Comunitária dos Agricultores de Corta Facão
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Bonzão I
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Macacos
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Volta Grande
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Bairro Ida Cardoso
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores L. de Eurípedes
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Bonzão 2
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Lajedo do Pau D' Arco
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Salgado
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Tanques

Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Lajedinho
 Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Patos
 Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Casal 2
 Associação de Senhoras Rurais de Tanquinho
 Associação dos Pequenos Agricultores de Tanquinho
 Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Lagoa dos Patos
 Associação dos Produtores Rurais do Bom Prazer
 Cooperativa Agropecuária Mista de Lapão Ltda.
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lapão

LENÇÓIS

Associação Avante Lençóis
 Associação Comunitária Vale do Santo Antônio
 Associação de Professores de Lençóis
 Associação dos Condutores de Visitantes de Lençóis
 Associação dos Produtores de Afrânio Peixoto
 Associação dos Produtores Rurais da Volta do Américo
 Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Padre Cícero.
 Associação Grãos de Luz
 Associação Popular Lençoense
 Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis
 Associação Rural Comunitária Nova Esperança
 Brigada Voluntária de Combate e Incêndios Florestais de Lençóis.
 Clube de Mães de Lençóis
 Sociedade Beneficente dos Pescadores do Remanso
 Sociedade Philarmônica Lyra Popular de Lençóis
 Sociedade União dos Mineiros
 SOS Cidadania

LICÍNIO DE ALMEIDA

Associação Beneficente e Comunitária Promocional Agrícola Liciniense
 Associação de Agricultores e Familiares de Tamboril e Região
 Associação dos Moradores de São Pedro e Região
 Associação dos Moradores do Bairro da Montanha e Potosi
 Associação dos Pequenos Agricultores da Baixa do Junco e Comunidades Vizinhas
 Associação dos Pequenos Agricultores da Baixa do Junco
 Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade da Tapera
 Associação dos Pequenos Agricultores de Caina e Região
 Associação dos Pequenos Agricultores de Riacho Fundo e Região
 Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Pau Ferro e Comunidade Vizinhas
 Associação Rural Comunitária de Pequenos e Médios Agricultores do Taquaril Velho
 Centro Educacional Alternativo Madre Helena
 Pastoral da Juventude de Licínio de Almeida
 Sindicato de Funcionários da Prefeitura de Licínio de Almeida
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Licínio de Almeida

LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA

Associação Beneficente dos Amigos de Varzinha
 Associação Comunitária de Fazenda Flores e Gado Bravo
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Matinha e Região
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Lino
 Associação do Desenvolvimento Comunitária do Povoado Sítio Novo

Associação do Desenvolvimento Comunitário de Lagoa Nova
Associação dos Moradores de São Timóteo
Associação dos Moradores de Tamboril e Região
Associação dos Moradores dos Amigos de Arrecife
Associação dos Pequenos Produtores de Formosa e Região
Associação dos Pequenos Produtores de Oridada do Meio
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Horta e Região
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Alto dos Poções
Associação dos Pequenos Produtores Rurais para a Paz e Progresso Maracujá
Associação dos Trabalhadores Rurais de Itapicuru dos Batistas
Associação dos Trabalhadores Rurais de Jacaré
Associação dos Trabalhadores Rurais de Tabuleiro
Associação para o Programa dos Pequenos Produtores de Malhada Grande
Associação São José da Rocinha
Casa de Tratamento Naturais de Livramento de Nossa Senhora
Pastoral do Menor da Diocese de Livramento de Nossa Senhora

MIGUEL CALMON

Associação Comercial Agropecuária e Industrial de Miguel Calmon
Associação Comunitária da Região de Faisca
Associação Comunitária de Água Branca
Associação Comunitária de Bagres
Associação Comunitária de Brejo Grande de Cima
Associação Comunitária de Lagoa Grande
Associação Comunitária de Macaúbas
Associação Comunitária de Maxixe
Associação Comunitária de Mucuri e Cabaceira
Associação Comunitária de Palmares
Associação Comunitária de Pé de Serra
Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Almas
Associação Comunitária de S. Grande
Associação Comunitária de Santa Terezinha
Associação Comunitária dos Amigos do Moreira
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Cabral
Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Covas
Associação Comunitária e Agrícola de Mulungú
Associação Comunitária Mulungú Chiola
Associação Comunitária Palmeirinha
Associação Comunitária Ponte do Massambão
Associação Comunitária Ribeiro
Associação Comunitária Várzea dos Bois
Associação da Região de Pai Afonso
Associação dos Pequenos Produtores de Brejo, Bananeira e Sapucaia
Associação dos Pequenos Produtores de Inchu
Associação dos Pequenos Produtores de Lagoa dos Veados
Associação dos Pequenos Produtores de Mucamdo e Marinho
Associação dos Pequenos Produtores de Queimada Nova
Associação dos Pequenos Produtores de Taquara
Associação dos Pequenos Produtores do Lajedo do Braga
Associação dos Pequenos Produtores do Urubu
Associação dos Produtores de Miragem
Associação dos Produtores Rurais de Guariba e Morcego

Associação dos Produtores Rurais de Pintado
 Associação dos Protetores da Serra
 Associação Pequenos Produtores Rurais L. V. Batatura São João
 Associação Renascer dos Pequenos Produtores de Baixa Funda
 Conferência Nossa Senhora da Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo
 Grupo Ambientalista Payayá
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miguel Calmon

MORPARÁ

Associação Comercial e Industrial de Morpará
 Associação Comunitária de Cacimba Velha
 Associação Comunitária de Capim de Raiz
 Associação Comunitária de Caraibas da Onda
 Associação Comunitária de Pé de Serra
 Associação Comunitária de Santa Rosa
 Associação Comunitária de São Lourenço
 Associação Comunitária de Tamboril Grande
 Associação Comunitária do Jiló
 Associação Comunitária do Rio do Peixe
 Associação Comunitária dos Oleiros de Morpará
 Associação Comunitária Mucambo do Branco
 Associação das Costureiras de Morpará
 Associação de Assistência de Benefícios da Comunidade de Morpará
 Associação dos Agentes Comunitários de Morpará
 Associação dos Produtores Rurais de Canabrava do Gomes
 Associação dos Produtores Rurais de Carnaúba Grande
 Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Poções
 Associação dos Trabalhadores Rurais de Morpará
 Colônia de Pescadores Z47
 Cooperativa Mista de Produção do Vale do São Francisco
 Grupo de Cidadania de Morpará
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morpará

MUCURI

Associação Comunitária Golfinho
 Associação das Empresas Prestadoras de Serviços do Extremo Sul da Bahia
 Associação de Pequenos Produtores Rurais Jacutinga I
 Associação dos Moradores do Bairro Gazzinelândia e Bela Vista
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Beija-Flor
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Belo Cruzeiro
 Associação dos Produtores Rurais de Itabatan
 Associação Triângulo Leal
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Mucuri
 Lions Clube de Itabatan
 Loja Maçônica Vigilantes de Itabatan
 Organização da Cidadania Mucuriense
 Pastoral da Criança de Mucuri
 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucuri
 Sindicato Rural Patronal de Mucuri

MUTUÍPE

Associação de Moradores Bom Jesus Baeta

Associação de Moradores da Boa Sorte
Associação de Moradores da Muquiiba
Associação de Moradores da Pindoba
Associação de Moradores da Serra do Rato
Associação de Moradores de Cachoeira Alta
Associação de Moradores Massaranduba Argolo
Associação de Moradores Ponte de Terra e Massaranduba
Associação de Moradores Rurais Água Branca
Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Bairros de Santo Antônio e João Romão
Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Mutuípe
Associação dos Pequenos Produtores Canal Torto
Associação dos Produtores Rurais do Pé de Serra
Associação Moradores Duas Barras do Fôjo
Associações de Moradores Bairro Clélia Chaves Rebouças
Central das Associações de Mutuípe

NORDESTINA

Associação Comunitária da Fazenda Calderão do Padre
Associação Comunitária da Fazenda Uburama
Associação Comunitária de Serrote
Associação Comunitária dos Moradores Fazenda Pedra D'água
Associação Comunitária Povoado Lagoa da Picada
Associação dos Moradores da Fazenda Boa Esperança
Associação Nordestinense de Comunicação Social
Associação Rural de Apoio a Comunidade do Povoado Mary
Cooperativa Mista Agropecuária de Nordestina
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nordestina

NOVA CANAÃ

Associação Comunitária União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Nova Canaã
Associação de Desenvolvimento Comunitário da Sapucaia
Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Coco Doce
Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Timorante
Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Pé de Nogueira
Associação dos Pequenos Produtores da Região do Clemente
Associação dos Pequenos Produtores da Serra do Capa Bode
Associação dos Pequenos Produtores do Endereitor, Bom Cabelo e Rio Dunda
Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Piabas
Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores de Capiriana e Acará D'água
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Canaã

NOVA FÁTIMA

Associação Comunitária do Tamboril
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rio São Francisco
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Sinuque
Associação Comunitária Fatinense
Associação dos Moradores do Bairro José Lopes
Associação dos Moradores da Comunidade de Ingazeira
Associação dos Moradores da Região do Queijo
Associação dos Pequenos Produtores de Santo Antônio
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Alto Bonito
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Malhadinha
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do São Joaquim

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jabuticaba
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pituba
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Alazão
 Associação Ruralista Beneditense
 Associação Ruralista de Maravilha
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Fátima
 União das Associações de Nova Fátima

OLIVEIRA DOS BREJINHOS

Assentamento Nova União Fazenda Ferrari
 Associação Comunitária de Agropecuários de Várzea D'Anta
 Associação Comunitária de Caprinocultura de Boa Sorte
 Associação Comunitária de Caprinocultura de Várzea Grande
 Associação Comunitária de Olhos D'Água dos Vianas
 Associação Comunitária de Saco de Pedra II
 Associação Comunitária do Jacu e Brejo do Carneiro
 Associação Comunitária dos Bens de Mulungú
 Associação Comunitária dos Produtores Agrícolas de Lagoa das Covas
 Associação Comunitária dos Produtores de Riacho de Areia
 Associação Comunitária Espírito Santo Fundo de Pasto de Melancias
 Associação Comunitária Sociedade Amigos de Queimada Nova
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oliveira dos Brejinhos

PAU BRASIL

Associação Canaã dos Médios, Pequenos e Micro Produtores Rurais da Zona do Córrego do Ourinho
 Associação da Comunidade Indígena Pataxó da Aldeia Caramuru
 Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região das Taquari
 Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região das Pratas
 Associação de Desenvolvimento Comunitário da Região de Água Preta
 Associação do Assentamento do MST Açucena e Recordação de Pau-Brasil
 Associação dos Médios, Micros e Pequenos Produtores Rurais de Jundiá
 Associação Médios, Micro e Pequenos Produtores Rurais da Zona de Teimoso
 Fórum da Cidadania de Pau Brasil
 Fundação Grupo de Trabalhos Ambientais
 Pastoral da Criança de Pau Brasil
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pau Brasil

PAULO AFONSO

Agricultores do Vale do São Francisco
 Associação Alternativa de Reciclagem de Paulo Afonso
 Associação Beneficente Cropiana
 Associação Comunitária de Artesanato de Malhada Grande
 Associação Comunitária de Campos Novos
 Associação Comunitária do Juá
 Associação Comunitária do Povoado Rio do Sol
 Associação Confeção Dinâmica
 Associação de Artesão Paulo Afonsina
 Associação de Moradores de Bairro Centenário
 Associação de Moradores de Senhor do Bonfim
 Associação de Moradores do Bairro Barroca
 Associação de Moradores do Bairro Oliveira Brito
 Associação de Piscicultores da Malhada Grande III

Associação do Abatedouro Municipal São Francisco de Assis
Associação do Pop Shopping Paulo Afonso
Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Paulo Afonso
Associação dos Criadores de Aves do Povoado de Malhada Grande
Associação dos Criadores e Produtores Rurais do Povoado de Salgadinho
Associação dos Guias de Turismo do Brasil
Associação dos Moradores Abel. Barbosa Caminho dos Lagos
Associação dos Moradores de Bairro Nossa Senhora de Fátima
Associação dos Moradores do Bairro Cardeal Brandão Vilela
Associação dos Moradores do Bairro Seriema
Associação dos Pequenos Produtores Papagaio e Luís
Associação Folclórica e Comunitária os Cangaceiros
Associação Paulo Afonsina de Dança e Teatro
Associação Social Cultural Esporte Lazer Lampionista Costa do Sol
Clube de Mães Santa Marta
Comunidades Eclesiais de Base
Conselho Popular de Paulo Afonso
Cooperativa de Trabalhos Múltiplos de Paulo Afonso
Cooperativa Mista Agrícola de Paulo Afonso
Fundação Aloysio Penna/ INSTEC
Grupo Cristão em Ação
Liga Social Católica Diocese Paulo Afonso
Ordem dos Advogados da Bahia - Sub-seção Paulo Afonso
Sindicato dos Comerciantes de Paulo Afonso
Sindicato dos Eletricistas da Bahia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Afonso

POJUCA

Associação das Pequenas e Micro Empresas de Pojuca
Associação das Pessoas Portadoras de Deficiências e Doenças
Associação de Moradores da Nova Pojuca
Associação Empresarial de Apoio ao Menor Desassistido
Câmara de Dirigentes Lojista de Pojuca
Cooperativa dos Proprietários de Veículos Utilitários de O. Caminhões
Fundação José Carvalho
Grupo Teatral The Magestic's
Pastoral da Criança de Pojuca
Sindicato dos Metalúrgicos de Pojuca

PRESIDENTE TANCREDO NEVES

Associação dos Kombeiros Autônomos
Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Gendiba
Associação dos Pequenos Agricultores de Ouro Preto
Associação dos Pequenos Agricultores do Riachão do Meio
Associação dos Pequenos Agricultores Pau da Letra
Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores da Umbaúba
Associação dos Produtores e Trabalhadores do Lontra
Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais da Comunidade do Ipiranga
Associação dos Produtores na Região da Pedra
Cooperativa de Produtores Rurais de Tancredo Neves
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Tancredo Neves

RIACHÃO DO JACUIPE

Associação Beneficente Recreativa e Cultural dos que Trabalham a Terra
 Associação Comunitária Alto do Cruzeiro
 Associação Comunitária Bairro Ranchinho
 Associação Comunitária Baixa Nova
 Associação Comunitária da Chapada
 Associação Comunitária de Abóboras e Limoeiro
 Associação Comunitária de Bom Jardim
 Associação Comunitária de Campinas
 Associação Comunitária de Lagoa do Canto
 Associação Comunitária de Mucambo
 Associação Comunitária de Pedra Lisa
 Associação Comunitária de São Lourenço
 Associação Comunitária de Terra Nova
 Associação Comunitária de Terra Nova
 Associação Comunitária do São Francisco
 Associação Comunitária dos Moradores de Mandassaia Dois
 Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Mandassaia
 Associação Comunitária Rural de Barro Preto
 Associação Comunitária Santa Mônica
 Associação Comunitária Terra Branca
 Associação de Desenvolvimento Comunitário da Vila Guimarães
 Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores de Ponto Novo
 Associação de Proteção e Assistência ao Menor
 Associação dos Moradores do Povoado Campo Alegre
 Associação Jacuipense dos Agentes Comunitário de Saúde
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Riachão do Jacuípe
 Cooperativa dos Criadores de Caprinos e Ovino
 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Riachão do Jacuípe
 Projeto Cultural Riachão
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão do Jacuípe
 União das Associações Rurais de Riachão Jacuípe

RIACHO DE SANTANA

Associação Beneficente Promocional Agrícola de Riacho de Santana
 Associação Comunitária de Barriguda
 Associação Comunitária de Cavalo de Maria
 Associação Comunitária de Pequeno Produtor Rural de Santa Isabel e Pajeú
 Associação Comunitária de São João e Arredores
 Associação Comunitária do Barbeiro do Bom-Sucesso
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Soledade e Adjacências
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais Tanque Claudiano
 Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jacaré
 Associação Comunitária para o Desenvolvimento Econômico dos Pequenos Produtores de Santa Isabel
 Associação Comunitária Várzea Solidão
 Associação Cultural e Artística de Riacho de Santana
 Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Barreiro Vermelho
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cambaito e Arredores
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paus Preto
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais São Francisco e Arredores
 Associação dos Produtores Rurais e Canterista de Boqueirão das Pombas

Associação Família Esperança
Associação São Sebastião Promocional de Botuquara
Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Riacho de Santana
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho de Santana

RIO DE CONTAS

Associação Comunitária de João Vaz
Associação Comunitária de Veados e Baraúnas
Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Brumado
Associação de Moradores de Pilões
Associação de Pescadores de Rio de Contas
Associação dos Moradores da Várzea
Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Boa Sentença
Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Umbuzeiro dos Santos
Associação dos Produtores de Arapiranga
Associação dos Produtores Rurais do Mato Grosso
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio de Contas

RIO DO ANTÔNIO

Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Bandeira e Adjacências
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Olho D'Água
Associação de Pequenos Produtores da Fazenda Tauió
Associação de Pequenos Produtores de Boa Vista dos Teixeira
Associação de Pequenos Produtores de Mandacarú
Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade de Pau Ferro
Associação dos Pequenos Agricultores de Campo Largo e Adjacência
Associação dos Pequenos Agricultores Porco Magro e Adjacência
Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Boa Sorte
Associação dos Pequenos Produtores de Lagoa do Gabriel
Associação dos Pequenos Produtores Lagoa de Pedra da Fazenda Zé Francisco
Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de Lagoa do Marcelino e Riacho do Bandeira
Movimento Popular para Cidadania
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Antônio

RIO REAL

Associação Comunitária do Brejinho
Associação Comunitária do Povoado do Sítio
Associação Comunitária para Desenvolvimento e Cidadania de Rio Real
Associação Comunitária Rural da Baixa da Coruja
Associação Comunitária Rural dos Moradores do Loreto
Associação de Desenvolvimento Comunitário da Pindoba
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Lima
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Santa Rita
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Sucupira
Associação de Desenvolvimento do Povoado Olhos D'água
Associação de Desenvolvimento Comunitário da Palmeira
Associação Desenvolvimento Comunitário Várzea Comprida
Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Rio Real
Associação dos Agricultores do Povoado Monte Alegre
Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Tanque do Marques
Central de Associações do Litoral Norte
Grupo de Mulheres de Rio Real
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Real

RUY BARBOSA

Associação Beneficente Pró Cultural
 Associação Comunitária Brasil
 Associação Comunitária Deus Conosco
 Associação Comunitária dos Artistas e Artesãos
 Associação de Trabalhadores de Ruy Barbosa Mãe Jovina
 Associação de Trabalhadores Rurais do Poço Longe
 Associação dos Hortifrutigranjeiros da Serra do Ororó
 Associação dos Moradores de Nova Conquista
 Associação dos Pequenos Produtores de Todos os Santos
 Associação dos Sem Teto de Ruy Barbosa
 Associação dos Trabalhadores Rurais de Poço Longe
 Associação Esperança Comunitária de Ruy Barbosa
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Ruy Barbosa
 Casa do Idoso Mãe Jovina
 Fórum da Cidadania de Ruy Barbosa
 Legião da Fraternidade da Paróquia de Ruy Barbosa
 Pastoral da Juventude de Ruy Barbosa
 Programa de Desenvolvimento Integral
 Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ruy Barbosa
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ruy Barbosa

SANTA MARIA DA VITÓRIA

Associação Ambientalista Corrente Verde
 Associação Comunitária Cafundó dos Criolos São Vicente Mina e Cunha
 Associação da Comunidade de Brejo do Espírito Santo
 Associação da Comunidade de Mundo Novo
 Associação da Comunidade de Porco Branco
 Associação da Comunidade Gameleira
 Associação das Comunidade de Canambinho e Monte Vidinho
 Associação das Comunidades de Jitirana e Lagoa do Pedreiro
 Associação dos Irrigantes do Vale do Mina Cunha e Cafundó dos Crioulos
 Associação dos Pequenos Produtores de Inhaúmas
 Associação dos Pequenos Produtores de Volta da Pedra
 Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical de Santa Maria da Vitória
 Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Maria da Vitória
 Casa Cultura Antonio Lisboa de Moraes
 Centro de Educação Biblioteca Eugenio Lyra
 Cooperativa de Transporte de Passageiros Intermunicipal da Bacia do Rio Corrente
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória

SANTALUZ

Associação Civil Comunitária do Rio do Peixe
 Associação Comunitária do Povoado de Areal
 Associação dos Moradores de Serra Branca
 Associação dos Moradores dos Pequenos Produtores de Ferreiro
 Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores de Lagoa Escura
 Associação dos Moradores e Produtores do Povoado de Miranda
 Associação dos Pequenos Agricultores do Povoado da Mineração
 Associação dos Pequenos Agricultores do Povoado de Junco
 Associação dos Pequenos Agricultores e Moradores de Arapuá

Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Nova
Associação dos Pequenos Produtores de Sítio Novo
Associação Lagoa Escura
Associação União Castro Alves
Associação Unidos a Pau-de-Colher
Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Luz
Centro de Apoio aos Interesses Comunitários
Cooperativa de Crédito de Santa Luz
Cooperativa dos Trabalhadores da Pedra
Radio Comunitária Santa Luz FM
Sindicato de Trabalhadores da Pedra
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santaluz

SANTO ANTONIO DE JESUS

Associação Beneficente dos Moradores da Comunidade do Rio da Dona
Associação Comunitária de Riachão de Vila Bonfim
Associação da Comunidade do Riachão da Vila Bonfim
Associação de Apoio ao Pequeno Produtor de Alto do Morro
Associação de Apoio dos Pequenos Produtores da Região do Benfica e Adjacências
Associação de Defesa dos Moradores do Bairro de Santa Madalena
Associação de Moradores do Bairro Irmã Dulce
Associação de Moradores do Bairro São Paulo
Associação de Pequenos Produtores das Comunidade de Sapucaia
Associação de Pequenos Produtores do Povoado de Boa Vista
Associação dos Feirantes de Santo Antônio de Jesus
Associação dos Moradores do Camdori
Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Providência
Associação dos Pequenos Produtores de Cruzeiro do Riachão
Associação dos Sem Teto de Santo Antônio de Jesus
Cooperativa de Consumo dos Moradores do Andaiá
Grupo Ambientalista Nascentes
Instituto Fênix
Lions Clube de Santo Antônio de Jesus
Sindicato dos Empregados no Comércio Santo Antônio de Jesus
Sindicato dos Produtores Rurais de Santo Antônio de Jesus
Sindicato dos Servidores Públicos de Santo Antônio de Jesus
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia- APLB de Santo Antônio de Jesus
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio de Jesus

SÁTIRO DIAS

Associação Comunitária Colônia Boa Vista
Associação Comunitária dos Agricultores e Apicultores de Campo Limpo
Associação de Comunicação dos Amigos de Sátiro Dias
Associação de Pequenos Produtores Arraial do Santana
Associação de Pequenos Produtores de Terra Vermelha
Associação de Pequenos Produtores Rurais Pedro Álvares Cabral
Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Baixa Preta
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Oiteiro e Região
Associação dos Produtores Agrícolas do Assentamento da Fazenda Papagaio
Associação dos Produtores Rurais da Terra Branca
Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Pocinho

Associação dos Produtores Rurais do Tabuleiro
 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sátiro Dias
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sátiro Dias

SEABRA

Associação Ambiental de Desenvolvimento Comunitária de Jatobá
 Associação Beneficente de Seabra
 Associação Beneficente Nossa Senhora Aparecida
 Associação Comunitária Amiga do Agreste
 Associação Comunitária Cocho do Malheiro
 Associação Comunitária da Laranjeira
 Associação Comunitária da Veredinha
 Associação Comunitária de Alagadiço
 Associação Comunitária de Baixãozinho
 Associação Comunitária de Lagoinha dos Mendes
 Associação Comunitária de Manduzinho
 Associação Comunitária de Mata dos Mendes
 Associação Comunitária de Moradores do Distrito de Várzea do Caldas
 Associação Comunitária de Morro Redondo
 Associação Comunitária de Olhos D'água do Antônio Francisco
 Associação Comunitária de Olhos D'água do Basílio
 Associação Comunitária de Santana
 Associação Comunitária de Solidão
 Associação Comunitária de Vaca Seca e Salgado
 Associação Comunitária do Angico
 Associação Comunitária do Bairro Tamboril
 Associação Comunitária do Baixio do Angical
 Associação Comunitária do Córrego Molha Gibão e Alto da Estrela
 Associação Comunitária do Manduzinho
 Associação Comunitária do Ouricuri
 Associação Comunitária do Povoado Riacho das Palmeiras
 Associação Comunitária dos Moradores de Poço Grande
 Associação Comunitária dos Moradores do Bairro União
 Associação Comunitária dos Povoados de Cachoeira/ Mocambo
 Associação Comunitária Fazenda Malhada e Barreirinho
 Associação Comunitária Lagoinha dos Mendes
 Associação Comunitária Nova Esperança de Queimadas
 Associação Comunitária Rural de Baixão e Serrinha
 Associação Comunitária Rural de Baixão Velho
 Associação Comunitária Rural de Formosa
 Associação de Desenvolvimento Agrícola Lagoa da Boa Vista
 Associação de Moradores do Mocambo
 Associação de Pequenos Produtores Rurais de Várzea do Caldas
 Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Seabra
 Associação dos Moradores de Beco e Sequinho
 Associação Famílias Unidas de Baixãozinho
 Associação Rural Prata de Baixo
 Central de Associações Comunitárias de Seabra
 Comissão de Usuários de Água
 Grupo Ambientalista de Seabra
 Grupo Cultural Pedro Madalena
 Pólo Sindical da Chapada Diamantina
 Sindicato de Trabalhadores Rurais de Seabra
 SOS - Cidadania de Seabra

SERRINHA

Associação Beneficente Cultural do Bairro da Cidade Nova
Associação Beneficente Social da Coruja
Associação Comunitária da Sucupira
Associação Comunitária de Água Boa
Associação Comunitária de Caldeirão
Associação Comunitária de Cana Verde
Associação Comunitária de Cipó
Associação Comunitária de Maravilha
Associação Comunitária de Mombaça
Associação Comunitária de Saco do Correio
Associação Comunitária de Vertente
Associação Comunitária do Alto Alegre
Associação Comunitária do Amparo
Associação Comunitária do Bom Jardim
Associação Comunitária do Canto
Associação Comunitária do Povoado do Tigre
Associação Comunitária do Salgado
Associação Comunitária Dois Irmãos
Associação Comunitária Esperança
Associação de Moradores do Bairro do Matadouro
Associação dos Moradores da Colina Sagrada Bairro Santa
Associação dos Moradores de Lagoa Grande
Associação dos Moradores do Centro Social Boa Esperança
Associação dos Moradores do Entrocamento de Ichú
Associação dos Pequenos Agricultores de Camiranga
Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha
Associação dos Pequenos Agricultores e Desenvolvimento Comunitário do Alto da
Bandeira
Associação Recreativa e Comunitária de Cruz da Paz
Associação Rural de Mato Grosso
Centro Comunitário Assistencial de Tanque Grande
Centro Comunitário e Assistência do Povoado Lagoa Grande
Centro Social da Comunidade do Recanto
Cooperativa de Crédito Rural de Serrinha
Federação e Assessoria Técnica das Entidades Filantrópicas e Associações do Município
de Serrinha
Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - Delegacia Sindical de
Serrinha
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha
Sociedade dos Amigos Moradores do Bairro de Aparecida

TABOCAS DO BREJO VELHO

Associação Beneficente Abílio Victor Modesto
Associação Beneficente Veríssimo Lopes Galvão
Associação Comunitária dos Moradores de Cedro Olho D'água e Barro Alto
Associação Comunitária dos Moradores de Juazeiro
Associação dos Pequenos Produtores de Guairá
Associação dos Pequenos Produtores do Curral Velho
Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical de Tabocas do Brejo Velho
Associação Nossa Senhora Aparecida de Olaria
Pastoral da Criança de Tabocas do Brejo Velho
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabocas do Brejo Velho

TEIXEIRA DE FREITAS

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Teixeira de Freitas
 Associação Comunitária Rural do Córrego do Mota
 Associação de Esperança e Liberdade
 Associação de Moradores Arco Verde
 Associação de Moradores do Bairro Bela Vista
 Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Teixeira de Freitas
 Associação dos Apicultores do Extremo Sul da Bahia
 Associação dos Docentes da UNEB de Teixeira de Freitas
 Associação dos Garçons Autônomos de Teixeira de Freitas
 Associação dos Moradores Bairro Jardim Pássaros
 Associação dos Moradores do Bairro Liberdade
 Associação dos Moradores do Bairro Vila Caraípe
 Associação dos Moradores do Distrito de Jardim Novo
 Associação dos Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Teixeira de Freitas Etapas II e III
 Associação dos Mototaxistas de Teixeira de Freitas
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Teixeira de Freitas
 Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Comunidade de Araras
 Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Comunidade de Serrinha
 Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Benedito
 Associação Reviver da Terceira Idade
 Câmara de Dirigentes Lojistas de Teixeira de Freitas
 Cooperativa de Produtores de Vestuários de Teixeira de Freitas
 Espaço Cultural da Paz
 Grêmio Estudantil Luiz Eduardo Magalhães
 Lar dos Idosos São Francisco de Assis
 Liga de Capoeira de Teixeira de Freitas
 Núcleo Voluntários de Cristo
 Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Teixeira de Freitas
 Sindicato dos Empregados do Comércio de Teixeira de Freitas
 Sindicato dos Empregados em Postos Sul e Extremo Sul da Bahia
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
 Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento dos Serviços de Saúde e Similares Teixeira de Freitas e Região
 Sindicato dos Trabalhadores na Extração e Benefícios de Madeira do Extremo Sul da Bahia
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira de Freitas

TEOFILÂNDIA

Associação Beneficente Comunidade Bola Verde
 Associação Beneficente de Jurema
 Associação Beneficente de Limeira
 Associação Beneficente do Povoado Brasa
 Associação Beneficente do Povoado do Barreiro
 Associação Beneficente dos Moradores do Bairro de Pedrinhos
 Associação Beneficente Rural Comunitária Maria Preta
 Associação Comunitária de Ação Social
 Associação Comunitária do Canto
 Associação Comunitária do Fogo Pouco
 Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais
 Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Araçás
 Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Sítio Novo

Associação Comunitária Rural de Lagoa do Ramo
Associação Comunitária Rural do Povoado do Gato
Associação Comunitária Rural do Setor de São Francisco
Associação de Apoio à Comunidade de Boa Esperança
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Associação dos Trabalhadores Rurais da Lagoa do Canto
Associação dos Trabalhadores Rurais de Murici
Associação Moradores do Loteamento Zé de Duca
Câmara de Dirigentes Lojistas de Teofilândia
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Teofilândia
Pastoral da Saúde de Teofilândia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teofilândia

UAUÁ

Associação Agropastoril da Fazenda Caldeirão de Cima 2, Barra Boa União
Associação Agropastoril da Fazenda Carro Quebrado
Associação Agropastoril Fazenda Boa Vista
Associação Comercial e Industrial de Uauá
Associação Comunitária Agropastoril Bendegó da Pedra
Associação Comunitária Agropastoril Cangalha
Associação Comunitária Agropastoril Fazenda Barriguda de Cima
Associação Comunitária Agropastoril Fazenda Testa Branca
Associação Comunitária Agropastoril Poço dos Cavalos
Associação Comunitária Agropastoril Produtores Beldroega
Associação Comunitária Agropastoril Sítio Boa União
Associação Comunitária das Fazendas Carro Quebrado e Sítio Avelino e Queimadas dos Santos
Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Caldeirão do Almeida
Associação Comunitária de Pequenos Produtores Sítio do Feliciano
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Lajes das Aroeiras
Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Barriguda
Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda São Bento
Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Serra da Besta
Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Sítio do Félix
Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Sítio do Zacarias
Associação Comunitária e Agropastoril dos Trabalhadores Rurais Fazenda Salgado
Associação das Comunidades Unidas Feira de Santana
Associação de Desenvolvimento Comunitária Hermógenes Ferreira
Associação de Desenvolvimento Comunitário Agropastoril Fazenda Retiro
Associação de Desenvolvimento Comunitário da Fazenda Escondido
Associação de Desenvolvimento Comunitário e Agropastoril e Energia Solar da Fazenda Serra dos Campos Novos
Associação Desenvolvimento Comunitário Agropastoril Fazenda Lagoa das Canas
Associação Desenvolvimento Comunitário da Fazenda Algodões
Associação Desenvolvimento Comunitário da Fazenda Arraial
Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical de Uauá
Associação Fundo de Pasto e Agropastoril da Fazenda Marruá
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uauá

UIBAÍ

Associação Beneficente de Caldeirão
Associação Beneficente de Chapadinha
Associação Comunitária de Quixabeira

Associação Comunitária de Trairas
 Associação Comunitária do Uibaí
 Associação Comunitária Vila Rica
 Associação dos Moradores Unidos de Lagoinha
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Poço
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoinha
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uibaí

UTINGA

Associação A. do Cambuí
 Associação Comunidades a Caminho
 Associação Comunitária de Cambuí
 Associação Comunitária de Lojinha
 Associação Comunitária de Pedrinhas
 Associação Comunitária de São Roque II
 Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita
 Associação Comunitária São Francisco de Assis
 Associação Comunitária União de Riachão
 Associação de Produtores de Vila São Domingos
 Associação do Povoado de Encantada
 Associação dos Imigrantes da Cabeceira do Rio
 Associação dos Pequenos Agricultores de Utinga
 Associação Unidos de Umburana
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Utinga

VALENÇA

Associação Beneficente União do Bonfim
 Associação Comercial e Industrial de Valença
 Associação Comunitária de Manicoabo
 Associação de Moradores da Vila Operária
 Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Urbis
 Associação de Pequenos Agricultores de Riacho Grande
 Associação de Pequenos Agricultores de São Miguel
 Associação de Pequenos Agricultores do Jiquiriçá
 Associação de Proprietários de Roldões e Borrás de Dendê do Município de Valença
 Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Valença
 Associação dos Evangélicos de Valença
 Associação dos Médios e Pequenos Produtores Rurais de Valença
 Associação dos Pequenos Agricultores de Riacho Grande
 Associação dos Pequenos Agricultores do Canta Galo
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serapui
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Médio Orobó
 Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Piau
 Associação Produtores Rurais de Gameleira e Travessão
 Casa de Amizade das Esposas dos Rotarianos de Valença
 Colônia de Pescadores de Valença Z-15
 Federação Municipal das Associações de Moradores de Valença
 Grupo Ciranda da Melhor Idade Valença - Guaibim
 Grupo de Ação Comunitária de Valença
 Sindicato dos Estivadores de Valença à Ituberá
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Fiação, Tecelagem e Recôncavo e Similar Valença
 Sindicato Rural de Valença

VALENTE

Associação Comunitária da Comunidade de Tubi
Associação Comunitária da Raposa
Associação Comunitária de Comunicação e Cultura
Associação Comunitária de Covas
Associação Comunitária de Desenvolvimento de Valilândia
Associação Comunitária de Lagoa Redonda
Associação Comunitária dos Moradores de Papagaio
Associação Comunitária Recreativa Rural de Tanquinho
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rita de Cássia
Associação dos Pequenos Agricultores do Município Valente-APAEB
Conselho de Moradores do Bairro Cidade Nova
Cooperativa Valentense de Crédito Rural Ltda.
Fórum da Cidadania do Município de Valente
Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais
Fundação de Cultura Originária do Sertão
Grêmio Estudantil Wilson Lins
Grupo de Mulheres de Valente
Movimento Artesanal Fibras do Sertão
Núcleo de Educadores Populares da Região Sisaleira
Organização Não Governamental Boi Valente
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente

VÁRZEA NOVA

Associação Comunitária Nova Conceição
Associação de Desenvolvimento Comunitária de Várzea Nova
Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Várzea Nova
Associação dos Pequenos Produtores Fazenda Riacho
Associação dos Pequenos Produtores Pau de Colher
Associação dos Pequenos Produtores Povoado Variante
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova

XIQUE-XIQUE

Associação Beneficente do Bairro Santo Antônio
Associação Comercial Industrial Agropecuária de Xique-Xique
Associação Comunitária de Capixaba
Associação Comunitária do Assentamento de Serra Azul
Associação Comunitária dos Agricultores da Est. Carnaúba
Associação Comunitária dos Lavradores, Pescadores do Povoado Saco dos Bois
Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Alto Currálinho
Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Boa Vista
Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Gado Bravo
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores da Baixa do Mocó
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores da União da Aliança
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Estrada do Feijão
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Umburanas
Associação de Assistência e Benefício dos Moradores do Povoado de Utinga
Associação de Bordadeiras e Costureiras de Xique-Xique
Associação de Capoeira Ginga Brasil
Associação de Desenvolvimento dos Povoado Mato Grosso
Associação de Mulheres de Xique-Xique
Associação de Pequenos Produtores Rurais do Estreito
Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Xique-Xique

Associação dos Moradores Rurais da Ilha do Mira douro
Associação dos Professores Licenciados da Bahia - Delegacia Sindical de Xique-Xique
Associação dos Trabalhadores de Marrecas
Associação dos Trabalhadores do Juremal
Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Retiro da Picada
Associação dos Trabalhadores Rurais de Poção
Colônia de Pescadores de Xique-Xique
Lions Clube de Xique-Xique
Pastoral Familiar de Xique-Xique
Pastoral Menor de Xique-Xique
Protetores da Vida
Sociedade Beneficente de Operários

NORMAS SOBRE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REPRESENTAÇÃO

■ Constituição Federal

- **Constituição Federal Art. 1º, § único** – Todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- **Colegiados Escolares Lei estadual 6 332 de 21.10.91** – Cria os Colegiados Escolares, como instância normativa, de análise e decisão dos problemas pedagógicos e administrativos da escola de 1º e 2º graus. Composto dos representantes do corpo docente, discente, dos pais, funcionários, Diretor e Vice-Diretor, eleitos pelos pares.
- **Conselhos de Políticas Públicas.**

PARTICIPAÇÃO DIRETA

■ Resolução nº 2 – 2001 – Câmara de Deputados cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa.

- A Comissão examinará sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos Art. 254. A participação da sociedade civil poderá ser mediante o oferecimento de sugestões, de pareceres terceiros, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea a.
- **Decreto Lei 201** – Pedido de impeachment feito por qualquer eleitor em caso de infração político-administrativo do Prefeito.
- **Art. 14 da CF** – A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e nos termos da lei, mediante:

■ Regulamentadas pela lei 9709 de 18.11.1998

- I – Plebiscito
- II – Referendo
- III – Iniciativa popular
 - √ Cooperação das associações representativas no planejamento municipal – Constituição Federal, art. 29, IX)

■ Direito à Petição

- Artigo 5º XXXIV, a CF - Ficam assegurado o direito de Petição aos poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder

ACESSO A INFORMAÇÕES

- **Art. 5º, XXXIII da Constituição Federal** - Acesso a documentos públicos e a informações de interesse particular, coletivo ou geral: não prestadas no prazo legal de 15 dias constituem Crime de Responsabilidade.

- **Lei nº 8.159 de 08.01.91**
 - √ Política nacional de arquivos públicos e privados;
 - √ Direito a receber dos órgãos públicos informações contidas em arquivos, (art. 4º);
- É assegurado, o direito de acesso pleno aos documentos públicos (art. 22);
 - √ Certidões para defesa de Direitos (Constituição federal art. 5º, XXXIV, b);
- **Lei nº 9051 de 18.05.95 - Prazo de Certidões**
- **Art. 1º** – Prazo para expedição de certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações – 15 dias improrrogável, contado do pedido.

DEFESA DE DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS

- Defesa do Consumidor – LEI 8078 de 11.09.90 – Defesa de interesses e direitos dos consumidores exercida de forma individual ou coletiva.
 - √ As associações constituídas há pelo menos 1 ano podem acionar judicialmente sem a necessidade de autorização de assembléia através da ação civil coletiva de responsabilidade (art. 91);
 - √ Ações de responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (art. 5º da lei 7347 de 24.07.1985. ou a qualquer interesse difuso ou coletivo.);
 - √ Ação civil destinada à proteção de interesses coletivos ou difusos de pessoas portadoras de deficiência (Lei 78533 de 24.10.89);
 - √ Direito à Educação – Ensino Fundamental - Gestão Democrática do Ensino Público – (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – lei 9.394/ 96) ;
 - √ Cidadão, grupos, associação comunitária, org. sindical, ou entidade de classe podem acionar o Poder Público para garantir o acesso ao ensino fundamental – É possível representar ao Ministério público por crime de responsabilidade, se houver negligencia, se a autoridade não garantir o ensino obrigatório (art. 5, § 4º);
 - √ Art. 9º § 1º - Conselho Nacional de Educação;
 - √ Art. 14 – Gestão Democrática para Sistemas de Ensino – Conselhos Escolares;
- **Direitos da Criança e do Adolescente**
 - Proteção integral à criança e ao adolescente – Lei nº 8.069 de 13.07.90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º - Prioridade na efetivação dos direitos/ Preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas.)
 - √ Art. 88º – Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional com participação popular e paritária e mobilização da opinião pública (órgãos deliberativos e controladores);
 - √ Conselho Tutelar – (composto por 5 membros eleitos por 3 anos – art. 132);
- **Direito à Saúde**
 - LEI ORGÂNICA DA SAÚDE – nº 8.080 de 19.09.90 – Saúde como direito fundamental;
 - LEI 8142 de 28.12.90 – Participação da comunidade na gestão do SUS – Conselhos de saúde e Conferencia de Saúde;
 - DECRETO nº 99.438 de 07.08.90 – Atribuições do Conselho Nacional de Saúde;

■ **Direito dos Idosos**

- ESTATUTO DO IDOSO – Lei nº 10.741 de 01.10.03;
 - √ Garantia dos direitos dos idosos e medidas de proteção, conselhos, ações civis através de associações constituídas há pelo menos um ano ou através do Ministério Público;
 - √ Conselho Nacional, Estaduais e Municipais;
 - √ Mobilização da opinião pública para participação dos diversos segmentos no atendimento ao idoso;

■ **Direito à Assistência Social**

- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (Lei 8.742 de 07.12.93)
 - √ Participação da população por meio das organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (art. 5º);
 - √ Primazia da responsabilidade do estado na condução da política (art. 5º, III);
 - √ Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social (art. 17º);

■ **Política Agrícola**

- LEI SOBRE POLÍTICA AGRÍCOLA– nº 8.171 de 17.01.91;
 - √ Cria o Conselho Nacional de Política Agrícola, Conselhos Estaduais e Municipais (art. 6º);
 - √ Planejamento de forma democrática e participativa (art. 8º);
 - √ Estímulo à formas associativas (art. 31º a 48º);

CONTRA A IMPROBIDADE

■ **Ação de Improbidade – Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992**

- Atos praticados por agente público contra a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade que podem provocar lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa ou ensejar enriquecimento ilícito (art. 4º e 1º);
- Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa para instaurar investigação, ou ao Ministério Público – Poderá resultar em perda de função pública, suspensão dos direitos políticos (art. 20º);
- Crime de Improbidade – Deixar de promover audiência pública, publicidade de documentos, acesso à informações sobre o plano diretor (lei 10.257. de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – art. 52 e 40).

■ **Licitação - Lei nº 8.666 de 04.06.93)**

- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidades na aplicação desta lei, devendo protocolar o pedido até 5 dias úteis da data fixada para abertura dos envelopes (art. 41, § 1º);
- Qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento da licitação (art. 4º);
- Qualquer cidadão poderá requerer a Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada (art. 7º §8º);

- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado (art. 15 §6º);

■ Controle e Gestão

• DIVULGAÇÃO DE REPASSE DE RECURSOS

- √ Lei nº 9452/97 – determina que todos os recursos federais liberados sejam divulgados por meio de notificação a Sindicatos, Partidos Políticos e entidades empresariais.

■ Transparência da Gestão Fiscal

- Lei complementar nº 101 de 04.05.2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – normas de finanças públicas voltadas para transparência da gestão fiscal;
- Dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos, a planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestação de contas e parecer prévio do Tribunal. Relatório resumido de Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal; versões simplificadas destes documentos (art. 48);
- Incentivar a participação popular e realização de audiências públicas durante a elaboração de planos e leis orçamentárias (parágrafo único, art. 48º);
- Disponibilidade das contas durante todo o exercício para exame pelos cidadãos e instituições (§ único, art. 49);
- Realização de debates, audiências e consultas públicas sobre os projetos de Leis Orçamentárias, como condição de sua aprovação pela Câmara municipal, (Estatuto da Cidade, art. 44º);
- Fiscalização das contas municipais – 60 dias (art. 31º, § 3º da CF).

■ FUNDEF – Lei 9.424 – 24.12.96

- A aplicação e repartição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, serão exercidos por Conselhos nos diversos níveis e em termos dos municípios, no mínimo por 4 membros, sendo pais de alunos, professores, diretores e servidores de ensino.

■ Denúncia de Irregularidades

- Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima, na forma da lei, denunciar ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (Constituição Federal 74, §2º);
- Constituição Estadual art. 92;
- Lei Orgânica do TCM – art. 80;
- Art. 83 da L.º do TCM – não ocorrerá qualquer punição do denunciante, na esfera administrativa, em decorrência da denúncia, salvo os casos de comprovada má-fé.

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E INFRAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA

■ Crime de Responsabilidade – em relação ao Prefeito – entre outros:

- Não enviar contas à Câmara até 31/03 (Const. Est. 63, § 1º e 2º)
- Não juntar as contas da Câmara para enviar ao Tribunal de Contas (Presidente da Câmara) – Constituição Estadual, art. 63.
- Deixar de fornecer certidões de atas ou controles municipais dentro do prazo estabelecido por lei (art. 1º, XV) – Dec. lei 201/ 67
- Não fornecer informações de caráter geral ou coletivo no prazo de 15 dias (Constituição Federal, art. 5º, XXXIII)
- Deixar de prestar contas anuais nos prazos estabelecidos – Dec. lei 201 – 67 art. 1º VI;
- Negligência da autoridade em não garantir o oferecimento do ensino obrigatório (LDB art. 4º)
- Negar execução da lei federal, estadual ou municipal (art. 1º, XIV) – Decreto Lei 201 / 67 –
- Os crimes de responsabilidade são julgadas pelo Judiciário e poderão ser denunciadas pelo Ministério Público e por provocação do cidadão.
- Acarretam perda de cargo e inabilitação para função pública.

■ Infrações Política Administrativa (Decreto 201 de 27.02.67) – Entre Outras:

- Deixar de apresentar a Câmara, no devido tempo, e em forma regular, proposta orçamentária (art.4º,V);
- Descumprir orçamento aprovado para exercício financeiro (art. 4º, VI);
- Deixar de divulgar ou enviar ao Poder Legislativo e ao TCM o relatório de gestão fiscal nos prazos e condições estabelecidos em lei (Lei Complementar 101/2000);
- Impedir exame de livros e documentos, verificação das obras por comissão da câmara (art. 4º);
- As infrações poderão ser denunciadas por qualquer eleitor e serem julgadas pelas câmaras podendo acarretar cassação do mandato (art. 5º).

■ Crime de Corrupção Eleitoral - Lei nº 9.840 de 29.09.99.

- Doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem para obter voto.
- Cidadão pode denunciar o fato, com provas, ao Juiz ou fazer de representação ao Promotor.

PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO

■ Participação da Gestão

- Lei nº 10237 de 10.07.01 – ESTATUTO DA CIDADE – Gestão Democrática da Cidade (art. 43).
 - √ - Órgãos Colegiados;
 - √ - Audiências Públicas;

- √ Conferencias;
- √ Gestão Orçamentária Participativa (art. 44°).
- √ Parceria com órgãos governamentais através da OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei 9.790/99)

■ Participação nas Políticas Públicas

• CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEIS ESPECIAIS

- √ 87 – Planejamento e execução da política agrícola / Lei 8.171 de 17.01.1991;
- √ 194, VII – Seguridade Social;
- √ 198, III – Saúde – Lei nº 8.142 de 28.12.90;
- √ 204, II – Assistência Social – Lei nº 8.742. , 7.12.93;
- √ 206, VI – Educação – LDB, 9394/96;
- √ 216, § 1º - Cultura;
- √ 224 – Comunicação Social;
- √ 225 - Meio Ambiente;
- √ Conselho de Gestão Fiscal (Lei Complementar, 101 de 04.05.2000 – art.67)

■ Recursos Hídricos

- Lei nº 9433 de 08.01.97 – Política Nacional de Recursos Hídricos – Art. 1º, VI – A gestão de recursos deve ser descentralizada e contar com a participação dos usuários e das comunidades;
- Criação de Conselhos de Recursos Hídricos Nacional, Estaduais e Comitês de Bacia Hidrográfica, com participação de representantes de usuários e de entidades civis de recursos hídricos;

■ Serviço Voluntário - Lei nº 9.608 de 18.02.98

- Atividade não remunerada a entidade pública ou privada, de caráter cívico, cultural, educacional, científico, recreativo ou de assistência social.
- Não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária.

■ Entidade de Fins Filantrópicos – Resolução nº 32 de 24.02.99.

- Conselho Nacional de Assistência Social;
- Certificado concedido ou renovado para entidade beneficente de assistência social, a pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social, registrada no CNAS e cumprindo várias exigências em relação à gestão e prestação dos serviços, (art. 3º da Resolução);

AÇÕES JUDICIAIS PARA GARANTIR DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS

- **Mandado de Segurança Coletivo** – impetrado por Partido Político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade classe ou associação em funcionamento pelo menos há 1 ano (art. 5º, LXX da Constituição Federal);
- **Mandado de Injunção** – sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (art. 5, LXXI da Constituição Federal);
- **Ação Popular (Lei 4.717 de 29.06.65) e Constituição Federal (art.5º, LXXIII)** – Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custos judiciais e do ônus da sucumbência;
- **Ação de Inconstitucionalidade (art. 103 da Constituição Federal)** – podem propor além de outros: Conselho Federal da OAB, Partido Político com representação Congresso Nacional, Confederação Sindical, Entidade de classe de âmbito nacional;
- **Ação Civil Pública (Lei 7.347/85)** – responsabilidade por danos causados ao patrimônio público, ao consumidor, direitos da criança e do adolescente. Movida por Associação ou pelo Ministério Público.

ALGUNS MODELOS DE INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

Petição sobre relatório resumido da Execução Orçamentária

Município, XX de XXXX de XXXX

Ilmo. Sr. Prefeito

_____, representando a Associação _____, com base na Constituição Federal art. 29, X e na Lei de Responsabilidade Fiscal, vem requerer que seja publicado o Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente aos meses de _____, com detalhamento dos projetos e das atividades em que foram efetuadas as despesas.

Na oportunidade lembramos a V.V. que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige transparência da gestão orçamentária e, ao mesmo tempo, prevê a participação da comunidade no seu acompanhamento, estabelecendo sanções para autoridade que não cumprir os dispositivos legais.

Nestes termos, pede (m) deferimento,

(assinatura dos representantes)

(assinatura dos representantes)

Modelo de emenda ao orçamento

Na Função _____, Programa _____, cria-se o Projeto _____ Transferindo recursos do Programa _____, da Função _____, no montante de _____.

Justificativa

Tal emenda se justifica por estar prevista na LDO como meta prioritária e não consta do projeto de Lei orçamentária. A necessidade da população exige que haja aplicação de recursos para atendê-la.

Nestes termos, pede (m) deferimento,

(assinatura dos representantes)

(assinatura dos representantes)

Petição para fornecimento de informação sobre os projetos

Ilmo. Sr. Prefeito

_____, representando a Associação _____, com base na Constituição Federal art. 29, X e na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 e no Estatuto da Cidade, arts. 44 e 52, VI, para garantir a transparência prevista em lei, vem requerer informações dos projetos constantes na proposta orçamentária com detalhamento dos elementos de despesa.

Nesta oportunidade, lembramos ao Sr. Prefeito que o fornecimento da informação, além de ser direito constitucional (art. 5º, inc. XXXIII), é uma obrigação da autoridade, sob pena de responsabilidade que não sendo cumprida no prazo de 15 dias, (Lei nº 9.051 de 18/05/1995, art. 1º).

Nestes termos, pede (m) deferimento,

(assinatura dos representantes)

(assinatura dos representantes)

Petição dirigida ao Prefeito requerendo a divulgação ampla do projeto de leis orçamentárias

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de _____

_____, representando a Associação _____, com base na Constituição Federal art. 29, X e na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 § único, vem requerer que seja dada **ampla divulgação** do Projeto de Lei (PL) de Diretrizes Orçamentárias em elaboração e o acesso ao texto do referido Projeto.

O atendimento a este pedido é de fundamental importância para a comunidade, na medida em que, com base no PL, pode propor destinação de recursos para atender a reais necessidades sociais. Além disso, o não atendimento do pedido pode implicar em ato de improbidade administrativa (art. 52, VI do Estatuto da cidade).

Nestes termos, pede (m) deferimento,

(assinatura dos representantes)

(assinatura dos representantes)

Petição de convocação de audiência Pública para discussão das Leis Orçamentárias

_____, representando a Associação
_____, com base na Constituição Federal art. 29, X
e na Lei de Responsabilidade Fiscal art. 48, § único, vem requerer a realização de audiência pública para debater o Projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias, como forma de incentivar a aplicação do referido dispositivo legal.

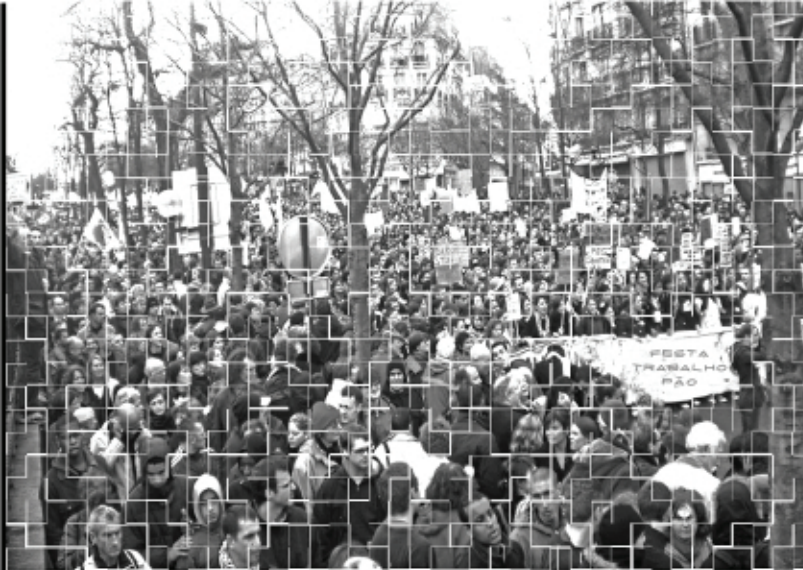
Na oportunidade, lembramos que o não cumprimento desta lei implica em processo de improbabilidade administrativa, segundo a Lei nº 10.257/10/07/2000 Estatuto da Cidade, art. 52,. VI

Nestes termos, pede (m) deferimento,

(assinatura dos representantes)

(assinatura dos representantes)

	Colofão
Formato	210 x 280 mm
Tipologia	Century Old Style
Papel	Alcalino 75 g
Impressão	Setor de Reprografia da EDUFBA
Capa e Acabamento	ESB - Serviços Gráficos
Tiragem	1000 exemplares



[...] O que importa é que elas [Associações] tenham clareza dos seus direitos, das conquistas daí resultantes, não através de doação, mas de lutas, para saber os limites e onde é necessário avançar e ampliar o seu campo de atuação. Na realidade, trata-se de tornar efetivos os direitos, ampliando o espaço de debate, de lutas e conquistas. Este é o grande desafio.

Elenaldo Celso Teixeira



Apoio financeiro:



UNEB
UNION NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BRASÍLIA